

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
LINHA DE PESQUISA PLANEJAMENTO E ESPAÇO URBANO E REGIONAL

Dany Delfim Silbermann

Contiguidade cidade-prisão:
efeitos da segregação socioespacial no entorno da Cadeia Pública de Porto
Alegre/RS

**Porto Alegre,
2021**

CIP - Catalogação na Publicação

Delfim Silbermann, Dany

Contiguidade cidade-prisão: efeitos da segregação sócioespacial no entorno da Cadeia Pública de Porto Alegre/RS / Dany Delfim Silbermann. -- 2021.

217 f.

Orientadora: Livia Teresinha Salomão Piccinini.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Segregação sócioespacial. 2. NIMBY. 3. Sistema carcerário. 4. Localização de pobres urbanos. I. Teresinha Salomão Piccinini, Livia, orient. II. Título.

Dany Delfim Silbermann

Contiguidade cidade-prisão:

efeitos da segregação socioespacial no entorno da Cadeia Pública de Porto Alegre/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), na linha de pesquisa Planejamento e Espaço Urbano e Regional, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Livia Teresinha Salomão Piccinini

Porto Alegre,
2021

Dany Delfim Silbermann

Contiguidade cidade-prisão:

efeitos da segregação socioespacial no entorno da Cadeia Pública de Porto Alegre/RS

Essa dissertação foi apresentada e submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), na linha de pesquisa Planejamento e Espaço Urbano e Regional.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Livia Teresinha Salomão Piccinini
PROPUR/UFRGS
Orientadora e Presidente

Profa. Dra. Annelise Monteiro Steigleder
MP-RS/FMP

Prof. Dr. Gilberto Flores Cabral
FAUD/UFRGS

Profa. Dra. Wrana Maria Panizzi
PROPUR/UFRGS

Profa. Dra. Maria Soares de Almeida
PROPUR/UFRGS

***Às minhas avós, Liane Delfim e Estelita
Silbermann; e aos meus avôs, Sérgio Delfim e Júlio
Silbermann.***

AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pela concessão de bolsa durante o período de realização desta pesquisa. Ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por oportunizar o desenvolvimento deste estudo por meio da promoção do ensino gratuito de qualidade.

Às professoras e professores que colaboraram na minha formação nesses dois anos. Primeiramente, à profa. Livia Piccinini, pelo acolhimento, acompanhamento e pelos ensinamentos que promoveram o meu amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal. Agradeço pela dedicação, disposição, generosidade, paciência e carinho despendidos durante esse período e pela amizade decorrente do processo.

Ao prof. Eber Marzulo, pela orientação dada durante o período inicial do mestrado. A dra. Laura Machado, profa. Heleniza Campos e ao prof. Eber Marzulo, pelas contribuições na etapa de qualificação. Ao corpo docente do PROPUR, especialmente aqueles com quem tive contato em decorrência das disciplinas, e às funcionárias da secretaria.

Às trabalhadoras e trabalhadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design (FAUD/UFRGS) e da UFRGS, pela perseverança em tempos difíceis. Em especial, ao prof. Gilberto Flores Cabral.

Aos colegas do LEUrb, pelo acolhimento, pela troca de saberes e pela amizade. Em especial a Bruno Gallina, Gabriel Zarth, William Mog, Aline Scheibe, Patrícia Pohlmann, Annelise Steigleder, Gabriela de Freitas e Rodrigo Castilhos.

Aos colegas do GPIT e da M19, pelos ensinamentos e amizade. Especialmente Melina Sincas, Bruna Tavares, João Wallig, Carolina Faccin, Nicole de Almeida, Luciana Andrade, Juliana Pádua, Ana Seixas, Bárbara Hypólito, Rodrigo Capelato.

Agradeço ao sr. Gilmar Bortolotto e aos moradores da “contiguidade cidade-prisão”, pelo acolhimento e aprendizado em decorrência do contato via pesquisa.

Além do meu muito obrigado aos que participaram diretamente no aspecto acadêmico/profissional nesses dois anos de mestrado, gostaria de agradecer aos colegas, amigos e familiares. A Cláudia Delfim e Rogério Silbermann, pelo apoio, amor e dedicação. A Schai Silbermann, pela irmandade, amizade e apoio. Aos demais familiares, por todo o carinho. Aos amigos, pela resistência afetiva. Cito alguns: Schai Silbermann, Pedro Fankhauser, Melina Sincas, Bruna Tavares, Giovani Bertolazi, Tomás Piltcher, Jayme Jovegelevicius, Bernardo Silveira, Bruna Conci, Fábio Krützmänn, Roberta Oliveira, Víctor Fabrício, Drielle Lueders, Gabriela Pires, Luisa Torres, Luis Eduardo, Frederico Augusto, Tanise Barcellos. Aos amigos caninos e felinos.

RESUMO

O presente trabalho investiga a segregação socioespacial e a possível intensificação de seus efeitos no espaço urbano que tangencia unidades prisionais por decorrência do fenômeno NIMBY. Para tal, emprega a cidade brasileira de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e, especificamente, o espaço urbano lindeiro à Cadeia Pública que encontra-se no município, caracterizado como espaço periférico/carente da cidade, como estudo de caso. Compreende-se que a contiguidade cidade-prisão agravaria as mazelas impostas aos pobres urbanos em função da dupla desambiguação em relação à ocupação dessa área da cidade por parte das populações abastadas (por ser caracterizada como local periférico e por haver a incidência de objeto sociotécnico cuja proximidade com as suas moradias é indesejada em função da estigmatização do espaço lindeiro à unidade prisional) e, conseqüentemente, do acirramento do descaso do poder público em se tratando da provisão de qualidades urbanas ao sítio, dada a prevalência aos locais de confluência dos estratos superiores em detrimento aos espaços de ablegação de pobres. O estudo adota como *background* teórico/conceitual o entendimento de Weber, Lefebvre, Santos, Harvey e Villaça a respeito dos conceitos de espaço, espaço urbano e cidade. Além disso, adota a concepção de Bourdieu, Santos, Villaça, Schapira e Kaztman a respeito do fenômeno segregação socioespacial, assim como suas causas e efeitos. E, ainda, aborda o estado da arte do sistema carcerário brasileiro e dos espaços periféricos/carentes por meio da descrição do perfil demográfico coincidente desses locais e da sua localização no território brasileiro. Em se tratando dos espaços periféricos/carentes, é abordado o conceito de aglomerado subnormal, elaborado pelo IBGE e, no tocante às unidades prisionais, é garantido enfoque a um tipo de estabelecimento penal específico, as cadeias públicas.

Primeiramente, o estudo de caso descreve a cidade de Porto Alegre em âmbitos diversos que relacionam-se com o fenômeno da segregação socioespacial: a localização do município no território brasileiro; as relações decorrentes da implementação da RMPA; a geomorfologia, meteorologia e o meio ambiente; a demografia da cidade; sua economia; as relações laborais da população trabalhadora; o rendimento dos porto alegrenses; a incidência de urbanização e amenidades urbanas; o desenvolvimento humano na capital gaúcha; os acessos à cidade, sua malha viária; a mobilidade e a situação de Porto Alegre perante a rede urbana do país. Em seguida, descreve-se a evolução urbana da cidade e a tendência à reprovação da coincidência espacial entre localização residencial das classes afluentes e dos estratos sociais inferiores, assim como das moradias dos ricos e dos objetos técnicos voltados a recluir contraventores, expressa por meio de políticas urbanísticas promotoras da segregação socioespacial e do fenômeno NIMBY desde o final do século XIX até meados do século XX. E, ainda, demonstra-se o anacronismo do reconhecimento dos espaços periféricos de localização dos pobres por parte do poder público e, por fim, o insucesso das políticas públicas de arrefecimento das mazelas impostas aos pobres urbanos porto alegrenses. Após, compara-se os espaços periféricos/carentes (o arco pericentral da cidade e, principalmente, a contiguidade cidade-prisão) aos locais de confluência da população abastada (os setores centro-leste e centro-sul), por meio da exposição de indicadores relativos a disparidade de acumulação de capitais, seja monetário, intelectual, cultural ou social, tais quais índices relativos à demografia, renda, trabalho, desenvolvimento humano, acesso a amenidades urbanas e características espaciais, urbanísticas e domiciliares, que recaem distintivamente na dicotomia urbana centro-periferia.

PALAVRAS-CHAVE: segregação socioespacial; NIMBY; sistema carcerário; localização de pobres urbanos.

ABSTRACT

This research investigates social spatial segregation and the possibility of its escalation through deepening its effects in the urban space that touches prison units, as a result of the NIMBY phenomenon. For such, it uses the Brazilian city of Porto Alegre, in Rio Grande do Sul, and, specifically, the urban space adjacent to the Public Jail that is found in the city and is characterized as a peripheral/deprived space, as a case study. It is understood that the city-prison contiguity would aggravate the ills imposed on the urban poor due to the double lack of ambition in relation to the occupation of this area of the city by the wealthy populations (due to its characterization as a peripheral location and to the presence of a social technical object whose proximity to their homes is undesired due to the stigmatization of the space surrounding the prison unit) and, consequently, the increase of the government's neglect in terms of providing urban qualities to the site, given the prevalence of the upper strata and the detriment of the poor. The study adopts as a theoretical/conceptual background the understanding of Weber, Lefebvre, Santos, Harvey and Villaça regarding the concepts of space, urban space and the city. Furthermore, it adopts the conceptions of Bourdieu, Santos, Villaça, Schapira and Kaztman regarding the phenomenon of social spatial segregation, as well as its causes and effects. Furthermore, it addresses the state of the art of the Brazilian prison system and peripheral/poor spaces through the description of the coincidence between the demographic profiles of these places and their location in the Brazilian territory. Regarding the peripheral/poor spaces, the concept of subnormal agglomeration, elaborated by IBGE, is addressed and, with regard to prisons, a focus on a specific type of penal establishments, the public jails, is guaranteed.

First, the case study describes the city of Porto Alegre in different aspects that are related to the phenomenon of social spatial segregation: the location of the municipality in the Brazilian territory; the relations which arise from the implementation of the RMPA; geomorphology, meteorology and environment; the city's demographics; its economy; the labor relations of the working population; the income of Porto Alegre's residents; the incidence of urbanization and urban amenities; human development in the state capital; access to the city, its road network; mobility and Porto Alegre's situation in the country's urban network. Then, it describes the urban evolution of the city and the tendency of disapproval of the spatial coincidence between the residential location of the affluent classes and the lower social strata, as well as the dwellings of the rich and technical objects aimed at recluding offenders, expressed through urban policies promoting social spatial segregation and the NIMBY phenomenon from the end of the 19th century to the middle of the 20th century. And, still, it demonstrates the anachronism of the recognition of the peripheral spaces for the location of the poor by the government and, finally, the failure of public policies to alleviate the ills imposed on the urban poor in Porto Alegre. Afterwards, it compares the peripheral/poor spaces (the pericentral arch of the city and, mainly, the city-prison contiguity) and the places of confluence of the wealthy population (the central-east and central-south sectors), through the exhibition of indicators related to the disparity of capital accumulation, whether monetary, intellectual, cultural or social, such as indices related to demography, income, work, human development, access to urban amenities and spatial, urban and household characteristics, which fall distinctly into the urban dichotomy center-periphery.

KEYWORDS: social spatial segregation; NIMBY; prison system; urban poor's location.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Casa de Correção de Porto Alegre - século XX.....	146
Figura 2. Vila São José - 1956.....	153
Figura 3. Vila São José - 2019.....	160
Figura 4. Cadeia Pública de Porto Alegre - pátio - 2016.....	162
Figura 5. Cadeia Pública de Porto Alegre - Pavilhão “C” - 2015.....	163
Figura 6. Contiguidade cidade-prisão - 2014.....	193
Figura 7. Contiguidade cidade-prisão - Tipologia predominante de via.....	195
Figura 8. Contiguidade cidade-prisão - Tipologia construtiva predominante.....	196

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização - Cadeia Pública de Porto Alegre.....	24
Mapa 2. Porto Alegre - Rendimento médio do ocupado (R\$) - 2010.....	37
Mapa 3. Porto Alegre - População pobre (proporção em relação à população total - 2010.....	37
Mapa 4. Brasil e Rio Grande do Sul - Distribuição territorial das unidades prisionais por município - 2014.....	55
Mapa 5. Brasil e Rio Grande do Sul: Distribuição territorial dos aglomerados subnormais - 2010.....	56
Mapa 6. Brasil e Rio Grande do Sul - Distribuição territorial das unidades prisionais destinadas ao recolhimento de presos provisórios e AGSN's - 2010 e 2014.....	57
Mapa 7. Brasil e Rio Grande do Sul - Distribuição territorial das cadeias públicas e AGSN's - 2010 e 2014.....	59
Mapa 8. Porto Alegre - distribuição dos aglomerados subnormais e vilas - 2009 e 2010.....	70
Mapa 9. Contiguidade cidade-prisão - amálgama de aglomerados subnormais e vilas - 2009 e 2010.....	71
Mapa 10. Porto Alegre, UEU 10 e desagregações - Recortes espaciais da pesquisa.....	74
Mapa 11. Porto Alegre e aglomerados subnormais do entorno da contiguidade cidade-prisão - Recortes espaciais de pesquisa.....	75
Mapa 12. Porto Alegre e UDH's do entorno da contiguidade cidade-prisão - Recortes espaciais da pesquisa.....	76
Mapa 13. Porto Alegre e vilas do entorno da contiguidade cidade-prisão - Recortes espaciais da pesquisa.....	77
Mapa 14. Contiguidade cidade-prisão - microescala.....	82
Mapa 15. Porto Alegre - Localização - 2021.....	88
Mapa 16. Porto Alegre - municípios limítrofes e divisão de bairros - 2021.....	88
Mapa 17. Porto Alegre - Divisão por zonas e bairros - 2021.....	89
Mapa 18. Porto Alegre - Urbanização conforme setores censitários - 2010.....	90
Mapa 19. Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) - 2021.....	91
Mapa 20. Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) - sub regiões - 2010.....	92

Mapa 21. Porto Alegre - Limite municipal e barreiras geográficas - 2021.....	93
Mapa 22. Porto Alegre - Morros graníticos - 2021.....	94
Mapa 23. Porto Alegre - Hidrografia e vegetação - 2021	95
Mapa 24. Porto Alegre - Densidade demográfica - 2010.....	96
Mapa 25. Porto Alegre - Razão de sexo - 2010.....	98
Mapa 26. Porto Alegre - Proporção de chefes de domicílio mulheres - 2010.....	99
Mapa 27. Porto Alegre - População preta - 2010.....	101
Mapa 28. Porto Alegre - População parda - 2010.....	102
Mapa 29. Porto Alegre - Razão de jovens - 2010.....	104
Mapa 30. Porto Alegre - Razão de adultos - 2010.....	105
Mapa 31. Porto Alegre - Razão de idosos - 2010.....	106
Mapa 32. Porto Alegre - Incidência de objetos técnicos voltados ao setor terciário - 2010.	109
Mapa 33. Porto Alegre - Grau de formalização dos ocupados - 2010.....	110
Mapa 34. Porto Alegre - Percentual de ocupados empregadores - 2010.....	112
Mapa 35. Porto Alegre - Percentual de ocupados no setor da construção civil - 2010.....	114
Mapa 36. Porto Alegre - Percentual de ocupados no setor de comércio - 2010.....	115
Mapa 37. Porto Alegre - Percentual de ocupados no setor de serviços - 2010.....	116
Mapa 38. Porto Alegre - Percentual de ocupados sem rendimento (R\$) - 2010.....	118
Mapa 39. Porto Alegre - Rendimento médio do ocupado (R\$) - 2010.....	119
Mapa 40. Porto Alegre - Renda domiciliar per capita - 2010.....	120
Mapa 41. Porto Alegre - Proporção de pobres - 2010.....	121
Mapa 42. Porto Alegre - Índice de Gini - 2010.....	122
Mapa 43. Porto Alegre - Padrão de vias, quarteirões e lotes imperantes na zona norte....	123
Mapa 44. Porto Alegre - Padrão de vias, quarteirões e lotes imperantes na zona sul.....	124
Mapa 45. Porto Alegre - Classificação dos lotes conforme área.....	125
Mapa 46. Porto Alegre - Amenidades urbanas.....	126

Mapa 47. Porto Alegre - Percentual de residentes em domicílios com energia elétrica.....	125
Mapa 48. Porto Alegre - Percentual de residentes em domicílios com coleta de lixo.....	128
Mapa 49. Porto Alegre - Percentual de residentes em domicílios com redes de água e esgoto inadequados.....	129
Mapa 50. Porto Alegre - IDHM - 2010.....	130
Mapa 51. Porto Alegre - IDHM Escolaridade - 2010.....	131
Mapa 52. Porto Alegre - IDHM Longevidade - 2010.....	132
Mapa 53. Porto Alegre - Esperança de vida ao nascer - 2010.....	133
Mapa 54. Porto Alegre - Mortalidade infantil - 2010.....	134
Mapa 55. Porto Alegre - Taxa de analfabetismo de pessoas maiores de 18 anos - 2010...	136
Mapa 56. Porto Alegre - Expectativa de anos de estudo aos 18 anos - 2010.....	138
Mapa 57. Porto Alegre - Principais acessos - 2021.....	137
Mapa 58. Porto Alegre - Malhas viária e cicloviária - 2021.....	138
Mapa 59. Porto Alegre - Linhas de transporte público - 2021.....	139
Mapa 60. Porto Alegre - Pontos de coleta dos modais de transporte público - 2021.....	140
Mapa 61. Brasil - hierarquia urbana - 2018.....	141
Mapa 62. Porto Alegre - hierarquia urbana - 2018.....	142
Mapa 63. Porto Alegre - Objetos técnicos voltados ao circuito superior - 2021.....	144
Mapa 64. Porto Alegre - Localização espacial das classes, do aparato punitivo e de equipamentos públicos - 1839.....	147
Mapa 65. Porto Alegre - Localização espacial predominante dos delitos - 1888.....	148
Mapa 66. Porto Alegre - Localização espacial dos pobres e incidência do Plano Geral de Melhoramentos - 1914.....	150
Mapa 67. Porto Alegre - Zona urbana e vilas de maloca - 1930 a 1947.....	152
Mapa 68. Porto Alegre - Plano diretor, vilas, cidade invisibilizada e Presídio Central (Cadeia Pública) - Década de 1950.....	155
Mapa 69. Porto Alegre - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, vilas e Presídio Central (Cadeia Pública) - 1973 e 1979.....	157

Mapa 70. Porto Alegre - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano no entorno do Presídio Central (Cadeia Pública) - 1979.....	159
Mapa 71. Porto Alegre e contiguidade cidade-prisão - Incidência de vilas e AEIS's - 2010 e 2013.....	161
Mapa 72. Porto Alegre - Territorializações do Regime Urbanístico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e contiguidade cidade-prisão - 2010.....	164
Mapa 73. Porto Alegre - Regimes Urbanísticos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e contiguidade cidade-prisão - 2010.....	165
Mapa 74. Porto Alegre - Zoneamentos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e contiguidade cidade-prisão - 2010.....	166
Mapa 75. Porto Alegre - Pontos de coleta do transporte público e área de abrangência - raios de 500m - 2021.....	169
Mapa 76. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência dos pontos de coleta do transporte público conforme área total das UEU's - 2021.....	170
Mapa 77. Porto Alegre - Equipamentos educacionais e áreas de abrangência - 2021.....	171
Mapa 78. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de escolas conforme área total das UEU's - 2021.....	172
Mapa 79. Porto Alegre - Unidades de saúde e áreas de abrangência - 2021.....	173
Mapa 80. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de unidades de saúde conforme área total das UEU's - 2021.....	174
Mapa 81. Porto Alegre - Vulnerabilidade socioambiental - 2010.....	175
Mapa 82. Porto Alegre - Centros culturais e áreas de abrangência - 2021.....	176
Mapa 83. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de centros culturais conforme área total das UEU's - 2021.....	177
Mapa 84. Porto Alegre - Parques e praças urbanizadas e áreas de abrangência - 2021..	178
Mapa 85. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de parques e praças urbanizadas conforme área total das UEU's - 2021.....	179
Mapa 86. Porto Alegre - Equipamentos de desporto - 2021.....	180
Mapa 87. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de equipamentos de desporto conforme área total das UEU's - 2021.....	181
Mapa 88. Porto Alegre - Supermercados - 2021.....	182

Mapa 89. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de supermercados conforme área total das UEU's - 2021.....	182
Mapa 90. Porto Alegre - Agências bancárias - 2021.....	184
Mapa 91. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de agências bancárias conforme área total das UEU's - 2021.....	185
Mapa 92. Porto Alegre - Shopping centers - 2021.....	186
Mapa 93. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de <i>shopping centers</i> conforme área total das UEU's - 2021.....	187
Mapa 94. Porto Alegre - Atacados - 2021.....	188
Mapa 95. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de atacados conforme área total das UEU's - 2021.....	189
Mapa 96. Contiguidade cidade-prisão - localização perante os bairros e as vias principais - 2021.....	194
Mapa 97. Contiguidade cidade-prisão - Lotes - 2021.....	195
Mapa 98. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de pontos de coleta do transporte coletivo e áreas de abrangência - 2021.....	197
Mapa 99. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de escolas e áreas de abrangência....	198
Mapa 100. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de unidades de saúde e áreas de abrangência - 2021.....	199
Mapa 101. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de áreas de risco e APP's - 2021.....	200
Mapa 102. Contiguidade cidade-prisão -Incidência de equipamentos de desporto - 2021.	201
Mapa 103. Contiguidade cidade-prisão -Incidência de parques e praças urbanizadas - 2021.....	202

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Aproximações entre categorias de análise: Harvey (1976) e Santos (1996).....	30
Quadro 2. Aproximações temáticas: Weber, Lefebvre, Harvey, Santos e Villaça.....	33
Quadro 3. Conceituação - Segregação socioespacial - causas e efeitos.....	42
Quadro 4. Tipos de Estabelecimentos Penais - Lei de Execução Penal (LC 7210/1984).....	56
Quadro 5. Fundamentação Teórica.....	78
Quadro 6. Procedimento metodológico da etapa 1.....	83
Quadro 7. Procedimento metodológico da etapa 2 - Objetivos específicos “a” e “b”.....	83
Quadro 8. Procedimento metodológico da etapa 3 - Objetivo específico “c”.....	84
Quadro 9. Procedimento metodológico da etapa 4 - Objetivos específicos “d” e “e”.....	85
Quadro 10. Síntese dos procedimentos metodológicos conforme etapas de análise.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil - Montante de aglomerados subnormais, setores subnormais, domicílios subnormais e habitantes em domicílios subnormais - 2010.....	61
Tabela 2. Porto Alegre - Situação de domicílios e habitantes em aglomerados subnormais - 2010.....	62
Tabela 3. Porto Alegre - Densidade habitacional na cidade e nos aglomerados subnormais da cidade - 2010.....	62
Tabela 4. Porto Alegre - Localização predominante de setores subnormais - 2010.....	69
Tabela 5. Porto Alegre e contiguidade cidade-prisão - dados relativos a aglomerados subnormais e vilas - 2009 e 2010.....	72
Tabela 6. Porto Alegre e comparações - dados demográficos relativos à densidade - 2010.....	95
Tabela 7. Porto Alegre e comparações - População conforme sexo - 2010.....	97
Tabela 8. Porto Alegre e comparações - População conforme cor autodeclarada - 2010.....	100
Tabela 9. Porto Alegre e comparações - População conforme grupo etário - 2010.....	103
Tabela 10. Porto Alegre e comparações - PIB e PIB per capita - 2010.....	107
Tabela 11. Porto Alegre e comparações - População ocupada formal e informal - 2018....	109
Tabela 12. Porto Alegre e comparações - Rendimento do trabalhador habitual - 2018.....	117
Tabela 13. Porto Alegre e comparações - Rendimento do trabalhador habitual - 2018.....	123
Tabela 14. Porto Alegre e comparações - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - 2010.....	130
Tabela 15. Porto Alegre - Fatores de segregação socioespacial.....	190

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Formação dos espaços centrais/abastados e dos espaços periféricos/carentes.	38
Gráfico 2. Mazelas impostas aos que residem nos espaços periféricos/carentes.....	40
Gráfico 3. Conformação da segregação socioespacial.....	44
Gráfico 4. Brasil - Crescimento da população carcerária brasileira x conjuntura política - 1990 a 2019.....	48
Gráfico 5. Brasil - Crescimento e percentual de crescimento - população carcerária x população total - neoliberalismo (1990) - presente (2018).....	49
Gráfico 6. Mundo - Ranking população carcerária (população absoluta) - 2009.....	49
Gráfico 7. Mundo - Ranking taxa de encarceramento (detentos/ 100.000 pessoas) - 2009..	50
Gráfico 8. Brasil - Panorama demográfico - população absoluta x população carcerária - 2010 e 2016.....	51
Gráfico 9. Rio Grande do Sul - Panorama demográfico - população absoluta riograndense x população carcerária riograndense - 2016 e 2020.....	52
Gráfico 10. Brasil - Pessoas privadas da liberdade por natureza de prisão e tipo de regime - 2016.....	52
Gráfico 11. Rio Grande do Sul - Pessoas privadas de liberdade por natureza de prisão e tipo de regime - 2016.....	53
Gráfico 12. Porto Alegre - Domicílios e habitantes - inserção em aglomerados subnormais em relação ao contingente total da cidade - 2010.....	61
Gráfico 13. Brasil - Topografia de incidência de aglomerados subnormais - 2010.....	63
Gráfico 14. Porto Alegre - Topografia de incidência de domicílios subnormais - 2010.....	63
Gráfico 15. Brasil - Circulação interna nos aglomerados subnormais - 2010.....	64
Gráfico 16. Porto Alegre - Circulação interna nos aglomerados subnormais - 2010.....	65
Gráfico 17. Porto Alegre - Arruamento regular nos aglomerados subnormais - 2010.....	65
Gráfico 18. Brasil - Acesso às vias de domicílios subnormais conforme meios de locomoção - 2010.....	66
Gráfico 19. Porto Alegre - Acesso às vias de domicílios subnormais conforme meios de locomoção - 2010.....	66

Gráfico 20. Brasil e Porto Alegre - Pavimentos dos domicílios subnormais - 2010.....	67
Gráfico 21. Brasil e Porto Alegre - Espaçamento entre domicílios subnormais - 2010.....	68
Gráfico 22. Recortes temporais da pesquisa.....	78
Gráfico 23. Procedimentos metodológicos de pesquisa.....	80
Gráfico 24. Metodologia das operações de geoprocessamento.....	85
Gráfico 25. Porto Alegre - População conforme sexo - 2010.....	97
Gráfico 26. Porto Alegre - População conforme cor (autodeclarado) - 2010.....	100
Gráfico 27. Porto Alegre - População conforme faixa etária - 2010.....	103
Gráfico 28. Porto Alegre - Valor Adicionado conforme setores da economia (R\$ bi) - 2010.....	107
Gráfico 29. Porto Alegre - Despesas municipais por função (%) - 2018.....	109
Gráfico 30. Porto Alegre - Ocupados por ocupação (%) - 2018.....	111
Gráfico 31. Porto Alegre - Ocupação por setor econômico (%) - 2018.....	113
Gráfico 32. Porto Alegre - Distribuição de renda de pessoas com mais de 10 anos de idade - 2010.....	117
Gráfico 33. Consumo por classes - circuitos superior e inferior.....	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC - Área de Ambiência Cultural

AEI - Área Especial de Interesse Social

AGSN - aglomerado subnormal

AIC - Área de Interesse Cultural

APP - Área de Proteção Permanente

Art. - Artigo

ARU - Área de Recuperação Urbana

BANANA - *Build Nothing Anywhere Near Anyone*

bi - Bilhões

BNH - Banco Nacional da Habitação

c. - centro

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

COHAB-RS - Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul

const. - Construção

COVID-19 - Coronavírus

CP - Cadeia Pública

DEM HAB - Departamento Municipal de Habitação

FAUD - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design

hab. - habitante

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Km - Quilômetro

LULU - *Locally Undesirable Land Uses*

m - Metros

máx. - Máximo

mín. - Mínimo

NIMBY - *Not in My Backyard*

NOPE - *Not On Planet Earth*

P - Pólo de Comércio e Serviços

PEA - População Economicamente Ativa

PIA - População em Idade Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental

PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre

POA - Porto Alegre

Pop. - População

PROPUR - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC - Potencial de Consumo Urbano

REGIC - Regiões de Influência das Cidades

RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre

RP - Regime Provisório

SIG - Sistema de Informações Geográficas

Trensurb - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.

tri - Trilhões

UDH - Unidade de Desenvolvimento Humano

UEU - Unidade de Estruturação Urbana

UF - Unidade da Federação

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

un. - unidade

UTF - Unidade Territorial Funcional

UTSI - Unidade Territorial Seccional Intensiva

UV - Unidade de Vizinhança

VA - Valor Adicionado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO.....	22
1.1. Questão de pesquisa.....	24
1.2. Objetivos da pesquisa.....	24
1.3. Síntese dos procedimentos metodológicos.....	25
1.4. Estrutura da pesquisa.....	27
CAPÍTULO 2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	29
2.1. Estruturação do espaço urbano e das cidades.....	29
2.2. Segregação socioespacial.....	36
2.3. Discursos políticos enquanto manifestações de poder e transformação na sociedade capitalista.....	44
2.3.1. Os discursos referentes ao espaço.....	46
a) NIMBY.....	46
2.3.2. Os discursos referentes à pena.....	47
2.4. Coincidências demográficas e espaciais: população e localização de unidades prisionais e aglomerados subnormais.....	48
2.4.1. Coincidências demográficas.....	48
2.4.2. Coincidências espaciais: localização e precarização.....	53
2.5. Aglomerados subnormais: definição e espacialização.....	60
CAPÍTULO 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	73
3.1. Macroescala: a cidade de Porto Alegre/RS.....	81
3.2. Mesoescala: o arco pericentral de localização dos pobres.....	81
3.3. Microescala: a contiguidade cidade-prisão.....	81
3.4. Estudo de caso.....	82
3.4.1. Etapa 1: Contextualização e situação na rede urbana.....	82
3.4.2. Etapa 2: Evolução urbana e políticas urbanísticas.....	83
3.4.3. Etapa 3: Segregação socioespacial.....	84
3.4.4. Etapa 4: Espaço periférico/carente.....	85
CAPÍTULO 4 ESTUDO DE CASO E ANÁLISE.....	88
4.1. Etapa 1: Contextualização e situação na rede urbana.....	87
4.1.1. Contextualização.....	87
a) Localização.....	87
b) Região Metropolitana de Porto Alegre.....	90
c) Geomorfologia, meteorologia e meio ambiente.....	92
d) Demografia.....	95
e) Economia.....	106
f) Trabalho.....	109
g) Renda.....	117
h) Urbanização e amenidades urbanas.....	123
i) Desenvolvimento humano.....	130
j) Acessos.....	137
k) Malha viária interna e mobilidade.....	137
4.1.2. Situação na rede urbana.....	140
4.2. Etapa 2: evolução urbana e políticas urbanísticas.....	145
4.2.1. O assentamento inicial: séculos XVIII e XIX.....	145
4.2.2. Porto Alegre do início do século XX.....	149
4.2.3. Deslocamento intramunicipal das populações subalternas: 1920 - 1940.....	151

4.2.4. O primeiro plano diretor, a cidade invisibilizada e a realocação de unidade prisional: 1950-1959.....	152
4.2.5. O PDDU, o afastamento dos pobres e a conformação da periferia atual: 1964-1986.....	156
4.2.6. Constituição, Lei Orgânica, PDDUA e atualidade: 1988-2021.....	159
4.3. Etapa 3: segregação socioespacial em Porto Alegre.....	168
4.3.1. Renda.....	166
4.3.2. Demografia.....	167
4.3.3. Trabalho.....	169
4.3.4. Transporte.....	168
4.3.5. Educação.....	168
4.3.6. Saúde.....	173
4.3.7. Vulnerabilidade socioambiental.....	175
4.3.8. Lazer.....	176
4.3.9. Equipamentos voltados ao circuito econômico superior.....	182
4.4. Etapa 4: espaço periférico/carente.....	193
CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
5.1. Pesquisas futuras.....	206
REFERÊNCIAS.....	208

CAPÍTULO 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Ele propõe a análise da segregação socioespacial inerente a espaços urbanos brasileiros e do fenômeno NIMBY (*'Not in My Backyard'*). Para tal, a pesquisa tomou como estudo de caso sítio vizinho a uma cadeia pública: nomeadamente, a urbanização do entorno da Cadeia Pública de Porto Alegre. Analisou a concentração de pobres em área lindeira à prisão a partir das condições do tecido urbano na atualidade, o processo de evolução urbana do local e os condicionantes legais que incidem/incidiram sobre o local de estudo. A partir da análise dos padrões demográficos, de presença de infraestrutura urbana e de ocupação do território que tangencia as cadeias públicas, a análise tratou da conformação de espaços de localização de pobres na contiguidade cidade-prisão. Ainda, tratou da evolução urbana da cidade de Porto Alegre, com enfoque para o processo de segregação socioespacial na direção da Cadeia Pública desde a instauração do assentamento primeiro.

Conforme Santos (1996), objetos técnicos inseridos no espaço urbano, como estabelecimentos prisionais, integram-se às demais intervenções no espaço. Isso, para aquele autor, se faz relevante em função das relações entre sistemas de objetos e sistemas de ação (SANTOS, 1996) - fixos e fluxos.

[...] elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam.

(SANTOS, 1996, p. 38)

Por conseguinte, relativamente às cadeias, seria possível concluir, em acordo com Milton Santos, que aquelas localizadas no espaço intraurbano, independente dos padrões de confinamento (presídios e cadeias) refletidos na infra-estrutura arquitetônica, estão associadas ao espaço geográfico vizinho. As unidades prisionais, entendidas enquanto objetos sociotécnicos, obedecem a aspectos histórico-sociais que dizem respeito à sua produção e inserção no espaço (espaço esse produzido pela tríade Estado - Mercado - Sociedade), dado que “toda criação de objetos responde a condições sociais e técnicas presentes num dado momento histórico. Sua reprodução também obedece a condições sociais” (SANTOS, 1996, p. 43). Assim, são pressupostos do presente trabalho que o mesmo se aplica ao espaço produzido no entorno dos equipamentos que compõem o sistema carcerário, nas infraestruturas e nos demais aspectos referentes a condições socioespaciais do entorno.

Dada a indissociabilidade entre objetos técnicos e espaços geográficos vizinhos e a condição de precariedade inerente ao sistema carcerário brasileiro que, conforme Brasil (2017, p.13), “encontra-se em situação preocupante” e “demanda especial atenção do Estado”, presume-se que as relações que as prisões intraurbanas estabelecem com o entorno imediato tendem a acarretar o aumento da estigmatização relacionada à violência, a ampliação das discrepâncias sociais e a impregnação de um senso de insegurança generalizada. Além disso, estabelecem circuitos econômicos tanto legais quanto ilegais que

movimentam capital monetário nas imediações e, ainda, associam-se à dificuldade de formação de capitais sociais individuais e coletivos - recursos ou poderes que se manifestam em atividades sociais, de acordo com Bourdieu (2008[1993]) - aos residentes nas imediações. Tornam-se, portanto, sítios de concentração das mazelas difundidas pela segregação socioespacial atreladas aos pobres urbanos.

A segregação urbana conforma-se como expressão da desigualdade social no espaço da cidade e intensifica-se nas metrópoles brasileiras por meio da expressão da estrutura de classes ao longo do território: como espaço social hierarquizado no espaço físico (BOURDIEU 2008[1993]). Relaciona-se, ainda, à disparidade de acesso em se tratando de serviços e aparatos urbanos, a um desajuste na afluência de empregos, na escolarização, na qualidade das redes urbanas de infraestrutura básica, conforme expresso por Kaztman (2001), e à atuação dicotômica de mercado de solo pautado ora por regulamentação jurídico-urbanística, ora por lógicas informais de necessidade de acesso à vida urbana (ABRAMO, 2007).

Do ponto de vista urbano, a segregação, conforme expresso por Maricato (2003, p. 17), apresenta-se como “uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma”. A autora exprime que, nos espaços segregados, a falta de acesso às benfeitorias incidentes na cidade é somada a menos oportunidades de emprego e escolarização e à maior exposição a violências. Assim, a população residente - as classes populares urbanas - apresenta dificuldades em termos de formação de capitais individuais e coletivos e é relegada das oportunidades presentes no espaço urbano, em anuência ao expresso por Bourdieu (2008[1993]) e, especificamente para a América Latina, ao que dissertam Kaztman (2001) e Schapira (2000).

Dada a disparidade da distribuição de renda nas sociedades capitalistas, o espaço urbano produzido tende a exprimir desigualdades em termos de localização residencial estratificada, acesso aos meios de produção e às ferramentas de acumulação de capitais sociais, econômicos e políticos (HARVEY, 1973). Logo, a vulnerabilidade social associada à incidência de estruturas da criminalidade violenta nos espaços de pobreza acarreta o aumento do encarceramento de pobres urbanos - o fenômeno de “punir os pobres” (WACQUANT, 2003), atrelado ao encarceramento em massa.

Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no “capitalismo de pilhagem” da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano. O crescimento espetacular da repressão policial nesses últimos anos permaneceu sem efeito, pois a repressão não tem influência alguma sobre os motores dessa criminalidade que visa criar uma economia pela predação ali onde a economia oficial não existe ou não existe mais.

(WACQUANT, 1999, p. 5)

O processo de conformação do encarceramento em massa, assim como o da cidade informal e da reprodução espacial das desigualdades relativas à estrutura social latino-americana, é potencializado pela retração de políticas estatais desde a implementação do neoliberalismo, pela modernização incompleta das cidades, pelo quadro nacional de subdesenvolvimento (SCHAPIRA, 2000) e pelo mercado de solo que, por sua vez, é condicionado por legislações urbanísticas em acordo somente com os padrões de

moradia dos estratos de renda elevada (ABRAMO, 2007). Aos pobres urbanos, portanto, restam parcelas fundiárias relegadas pelos estratos sociais de maior poder aquisitivo, pelo mercado imobiliário formal e pelas políticas públicas de Estado; espaços timbrados pelas lógicas da informalidade e da precariedade que não dispõem de instrumentos concisos que possibilitem a produção de capitais individuais e coletivos (KAZTMAN, 2001), tais quais os capitais monetário, social, intelectual, cultural, em alusão a Bourdieu (1986) e Marx (2014[1867]).

Manifesta-se, além disso, nos locais onde a pobreza incide nas cidades, um uso do solo associado à informalidade urbana que, por sua vez, relaciona-se à privação de direitos que acarretam as irregularidades urbanística, construtiva e de propriedade de terra (ABRAMO, 2007).

A partir de investigação sobre como se manifestam os efeitos socioeconômicos expressos no espaço urbano em locais de inserção de estabelecimentos prisionais (cadeias públicas) nas cidades brasileiras, o presente trabalho aponta e analisa:

- a. a localização da cadeia conforme a estrutura da cidade;
- b. o perfil demográfico das populações residentes nas proximidades das prisões;
- c. a infraestrutura urbana disposta ao longo da cidade e, especificamente, da contiguidade cidade-prisão;
- d. as formas de acumulação de capitais e as dinâmicas econômicas decorrentes no entorno do local de incidência do aparato punitivo;
- e. a análise da segregação socioespacial nos centros urbanos como efeito da crise que envolve as grandes cidades latino americanas (SCHAPIRA, 2000).

Assim, o presente trabalho teve como **tema** de pesquisa o estudo sobre a possível aproximação espacial entre espaços de incidência de pobres urbanos e equipamentos prisionais (as cadeias públicas) por decorrência da segregação socioespacial e do fenômeno NIMBY no Brasil e, especificamente, na cidade de Porto Alegre.

A Cadeia Pública de Porto Alegre situa-se a sudeste do centro da cidade, ao bairro Coronel Aparício Borges, onde concentram-se equipamentos institucionais policiais. O equipamento prisional localiza-se na base do morro da Polícia, próximo às vias arteriais Avenida Bento Gonçalves e Rua Coronel Aparício Borges.

Mapa 1. Localização - Cadeia Pública de Porto Alegre



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Google (2021);

1.1. Questão de Pesquisa

Dada a observação de semelhanças no que tange a segregação socioespacial no Brasil e do caráter de desigualdade imposto ao sistema carcerário brasileiro, a presente pesquisa buscou aferir essas similaridades no contexto urbano vizinho à Cadeia Pública de Porto Alegre. Não obstante, dadas as diferenças no que diz respeito ao poder de escolha da localização residencial dos estratos sociais no espaço urbano, procurou-se averiguar o efeito NIMBY (*Not In My Backyard*, ou 'Não No Meu Quintal') em se tratando das cadeias públicas, que incidem em centros urbanos. Portanto, a **questão da pesquisa** foi: “*O efeito NIMBY é intensificador da segregação socioespacial em Porto Alegre por estimular a concentração dos pobres urbanos no entorno da Cadeia Pública, dado o menor poder de escolha no que diz respeito à localização residencial dessas populações?*”

1.2. Objetivos da pesquisa

O **objetivo geral** deste trabalho foi analisar, a partir de estudo de caso, o tecido urbano do entorno de estabelecimento prisional a fim de averiguar a aproximação espacial entre localização residencial de pobres urbanos e a Cadeia Pública de Porto Alegre, contemplando o efeito NIMBY como intensificador destas localizações.

Enquanto **objetivos específicos**, propôs-se:

- a. Explorar a evolução urbana da capital gaúcha e do espaço vizinho à Cadeia Pública de Porto Alegre com enfoque destinado aos espaços periféricos/carentes e locais de aprisionamento da cidade desde a implementação do assentamento (final do século XVIII) até o presente (segundo decênio do séc. XXI);
- b. Examinar e avaliar a formulação legal que condiciona a urbanização de Porto Alegre e do entorno da unidade prisional porto alegrense destinada a contraventores masculinos desde meados do século XIX até o presente (2021), assim como a sua aplicação;
- c. Analisar e documentar a conformação da segregação socioespacial no espaço da cidade e no espaço vizinho à Cadeia Pública de Porto Alegre por meio da disposição de grupos humanos e de infraestruturas urbanas ao longo do território;
- d. Identificar, a partir de dados secundários oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) e a partir de dados de levantamentos, aspectos demográficos diversos (renda, cor/raça, faixa etária, educação, trabalho) da população localizada no entorno da cadeia pública e da urbanização em que residem (incidência de equipamentos públicos, infra estruturas básicas, características da urbanização), com o objetivo de compreender, interpretar e responder a pergunta da pesquisa;
- e. Explorar, a partir de pesquisa documental, a incidência do efeito NIMBY no que diz respeito à inserção da Cadeia Pública de Porto Alegre no local onde incide;

1.3. Síntese dos procedimentos metodológicos

Não é à toa que sempre há uma favela atrás de um presídio.
(AMORIM,2003, p. 87)

O presente trabalho de pesquisa buscou identificar elementos, padrões e/ou indicadores que comprovem, justifiquem e avaliem a aproximação espacial entre cadeias e espaços de aglutinação de pobres urbanos no contexto intra urbano brasileiro.

Especificamente, por meio da análise do entorno imediato da Cadeia Pública de Porto Alegre, a pior infraestrutura prisional do Brasil (BRASIL, 2017), pretendeu-se averiguar as condições atuais do espaço urbano propínquo à prisão em termos da sua aproximação à manifestação dos efeitos do fenômeno de segregação socioespacial que atingem as populações subalternas.

A condução deste estudo ocorreu a partir da produção dos autores:

- a. Santos (1979, 1993 e 1996), Harvey (1973, 1982, 2001, 2005, 2006, e 2008), Lefebvre (2001[1968] e 1991[1974]), Weber (1987[1921] e 2003[1938]) e Villaça (2009) acerca dos temas de espaço, espaço urbano e cidade;
- b. Bourdieu (1997), Kaztman (2001), Maricato (2003), Santos (1978, 1979, 1993 e 1996), Schapira (2000) e Wacquant (1999, 2001 e 2003) acerca da segregação socioespacial e da produção de espaços urbanos relegados aos/produzidos pelos pobres;
- c. Foucault (1978 e 1999[1975]), Weber (1978[1922]), Sartori (1979) e Santos (1979 e 1996) acerca da incidência do poder na formulação de discursos políticos que incidem sobre o espaço urbano e sobre questões referentes à pena;
- d. Wacquant (1999, 2001 e 2003) e Brasil (2017[2009]) acerca do estado da arte do sistema carcerário brasileiro e da eclosão do encarceramento em massa;
- e. Brasil (2010 e 2011) e Porto Alegre (1952, 1973, 1999 e 2009) acerca da definição, características e territorialização dos espaços de pobreza (aglomerados subnormais e vilas) ao longo dos territórios brasileiro e porto alegreense;
- f. Bullard (1990), Gerrard (1994), Lanzetta (1998), Abramovay (2007) e Gravano (2011), que tratam da localização de diferentes objetos sociotécnicos que dispõem de fatores atratores e/ou repelentes - ou seja, NIMBY - no que tange a localização espacial da habitação na cidade de acordo com estratificação da sociedade capitalista e correlacionado ao poder de escolha de espaços que contêm mais ou menos amenidades.

Compreende-se aqui que as prisões intra urbanas brasileiras, objetos técnicos de efeito repelente no que diz respeito à localização residencial das classes sociais média e alta, produzem o efeito NIMBY (*Not In My Backyard* ou 'Não no Meu Quintal') em função da má qualidade das infra estruturas prisionais e da estigmatização associada à insegurança que paira sobre esses equipamentos. Os pobres urbanos, enquanto população de limitada escolha no que diz respeito à localização residencial dada a hierarquia social, são relegados às áreas descartadas pelos demais estratos da sociedade. Em função disso presume-se que a aproximação espacial entre cadeias públicas e locais de concentração de pobreza possa ter o efeito NIMBY como um de seus determinantes.

O estudo de caso foi o método investigativo abordado para a averiguação da questão de pesquisa e abarcou as demais ramificações do projeto. Esta opção metodológica justifica-se por possibilitar análise em profundidade devido à restrição do universo pesquisado, além de permitir induções e generalizações para outras exemplificações da contiguidade cidade-prisão no Brasil; ou seja, desenvolver declarações teóricas mais gerais a partir do caso escolhido (BECKER, 1999). A análise empírica do caso particular da Cadeia Pública de Porto Alegre ocorreu por meio do método de análise crítica.

Ainda, pretendeu-se realizar levantamento a partir de ferramentas digitais (Google Maps, Google Street View) a fim de produzir cartografias por meio de ferramentas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG) a respeito do espaço urbano vizinho à Cadeia

Pública de Porto Alegre, que tratem da morfologia urbana, dos usos do solo e da disponibilidade de equipamentos urbanos. A possibilidade de efetuar saídas de campo para verificar aspectos voltados a esses fatores e à análise da apreensão dos capitais simbólico e cultural (BOURDIEU, 1986) por parte da população do entorno da Cadeia Pública, outrora alternativa viável à realização da presente pesquisa, encontrou-se, até o momento da produção deste documento, inviabilizada em função da pandemia de COVID-19 que assola o Brasil e o mundo desde o início de 2020.

Por fim, a partir dos dados coletados, pretendeu-se averiguar a qualidade do espaço urbano vizinho à Cadeia Pública de Porto Alegre no que tange os conceitos de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001[1968] e HARVEY, 2008) e de espaços justos (FAINSTEIN, 2010).

A pesquisa se deu tanto a partir de lógicas investigativas quantitativas quanto qualitativas e se desenvolveu da seguinte maneira:

a. Análise quantitativa:

- levantamento de indicadores sociodemográficos, de provisão de infraestrutura e de desigualdade da contiguidade cidade-prisão e dos contextos porto alegre e brasileiro (os últimos a fim de comparação) como um todo a partir de Brasil (2010 e 2021);
- Produção de cartografias a partir de ferramentas de geoprocessamento (SIG) tomando como unidades de análise os setores censitários em aglomerados subnormais (BRASIL, 2010), as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH's) - a partir de Brasil (2021) -, as Unidades de Estruturação Urbanas (UEU's) e desagregações (PORTO ALEGRE, 2010) e as vilas (PORTO ALEGRE, 2009).

b. Análise qualitativa:

- análise comparativa de políticas públicas e regulamentações urbanísticas no entorno da Cadeia Pública de Porto Alegre e averiguação do espaço de acordo com conceitos de direito à cidade (LEFEBVRE, 2001[1968] e HARVEY, 2008) e espaços justos (FAINSTEIN, 2009);
- levantamento de documentos e notícias que dizem respeito à formação de movimentos políticos e/ou sociais cujos discursos fossem pautados pela lógica NIMBY, especificamente voltada a incidência da Cadeia Pública de Porto Alegre no local em que se situa;

1.4. Estrutura da Pesquisa

O trabalho estruturou-se em cinco capítulos. Dentre eles, no Capítulo 1, foram delimitados o objeto de pesquisa, o tema, os objetivos e os recortes espaciais e temporais.

Já no Capítulo 2, foi desenvolvido o referencial teórico-conceitual que deu aporte às análises e discussões. Foi introduzido a partir de análise preliminar de temas como espaço, espaço urbano e cidade desde Santos (1979, 1993 e 1996), Harvey (1973, 1976, 1982, 2001, 2005, 2006, e 2008), Lefebvre (2001[1968] e 1991[1974]), Weber (1987[1921] e 2003[1938]) e Villaça (2009). Após, contextualizou-se o espaço urbano brasileiro por meio de característica constituidora do mesmo: a segregação socioespacial e suas causas e implicações, a partir de Brasil (2010), Bourdieu (1998), Kaztman (2001), Maricato (2003), Santos (1978, 1979, 1993, 1994 e 1996), Schapira (2000) e Wacquant (2001 e 2003). Após, tratou-se dos discursos produtores do espaço urbano (o efeito NIMBY, inclusive) e instituidores do cárcere enquanto pena, a partir de Foucault (1978 e 1999[1975]), Weber (1978[1922]), Sartori (1979), Santos (1979 e 1996), Bullard (1990), Gerrard (1994), Lanzetta (1998), Abramovay (2007) e Gravano (2011). Em seguida, foi destrinchado o tema do

encarceramento em massa, a partir de Wacquant (1999, 2001 e 2003), além de apresentado o estado da arte do sistema carcerário brasileiro (BRASIL, 2017). Por fim, delimitou-se o conceito de aglomerados subnormais (BRASIL, 2010 e 2011), assim como demonstrou-se as características desses espaços e a sua territorialização no Brasil e em Porto Alegre. A partir disso, pretendeu-se gerar aporte teórico a fim de dissertar acerca do objeto empírico específico, assim como justificar a escolha do sítio de estudo.

Logo após, no Capítulo 3, foram apresentados os procedimentos metodológicos, tanto quantitativos quanto qualitativos, que definiram o desenrolar da pesquisa em todas as suas etapas - tanto a nível municipal (macroescala - a cidade de Porto Alegre), quanto a nível local (Mesoescala - arco pericentral; e microescala - a contiguidade cidade-prisão). Além disso, foram apresentadas as justificativas que direcionaram à escolha do estudo de caso (BECKER, 1999) como método investigativo, além da definição do local de análise empírica.

No Capítulo 4, por sua vez, aproximou-se o estudo ao campo e às análises subsequentes a partir da observação de Porto Alegre e da manifestação das desigualdades socioespaciais no território da cidade e, especificamente, da aglutinação de pobres na contiguidade cidade-prisão. Essa parcela do estudo se deu a partir da análise quantitativa de dados secundários de Brasil (2010 e 2021) e da espacialização dos efeitos dessas facetas no espaço urbano brasileiro, como as mazelas impostas aos que residem em espaços periféricos: IDHM, trabalho, renda, cor/raça, educação, saúde, acesso a equipamentos urbanos.

Posteriormente, a partir dessa análise quantitativa, pretendeu-se abordar a conformação do espaço urbano no entorno da Cadeia Pública de Porto Alegre e averiguar a aproximação conceitual entre espaços periféricos/carentes e o sítio de implementação da cadeia no contexto intraurbano.

Após, foi introduzido o histórico do sítio de estudo a partir da evolução urbana desde a implementação do assentamento humano, no final do século XVIII, por meio de pesquisa documental em acervos municipais e pesquisa bibliográfica a partir de produções que tratam da evolução da cidade ao longo do tempo (PORTO ALEGRE, 2015; SOUZA e MÜLLER, 1997; PESAVENTO, 1999, 2004; ALFONSIN, 2000; MEDEIROS, 1947). Além disso, averiguou-se as formulações legais que condicionaram a formação da segregação socioespacial desde a eclosão das primeiras iniciativas regulamentadoras do espaço porto alegreense (PORTO ALEGRE, 1892, 1914, 1959, 1979, 1999, 2010).

Por fim, no Capítulo 5, foram apresentadas as reflexões e considerações finais, a partir da égide do direito à cidade e da promoção de espaços justos. Apresentou-se, ainda, encaminhamentos e recomendações para pesquisas futuras.

CAPÍTULO 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo, elaborado por meio de revisão de literatura, abordou temas, conceitos e definições que ofereceram aporte teórico à pesquisa. Ou seja, os autores e suas ideias aqui apresentadas foram os pilares do desenvolvimento da análise e crítica deste trabalho.

Houve subdivisão em cinco partes neste capítulo: primeiramente, foram abordados os temas de espaço, espaço urbano e cidade. Em seguida, dissertou-se sobre elemento constituidor da cidade latino-americana e brasileira: a segregação socioespacial e os seus efeitos sobre o espaço de aglutinação dos pobres nas cidades. Posteriormente, foram abordados os discursos políticos que promovem a produção do espaço e dissertam acerca da pena, pautados pelo *modus operandi* baseado no modelo capitalista. Após, dissertou-se acerca do estado da arte do sistema carcerário brasileiro e as desigualdades nele presentes. Por fim, tratou-se de espaços de pobreza e as situações brasileira e porto alegre a respeito do assunto por meio do destrinchamento do conceito de aglomerado subnormal e sua territorialização no território porto alegre.

2.1. Estruturação do espaço urbano e das cidades

O conceito de espaço, conforme Harvey (1973), pode ser subdividido em três partes: espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional. O primeiro trata do espaço cartesiano como tal, “uma grade pré-existente e imóvel que permite padronizar medições e está aberto ao cálculo” (HARVEY, 2006, p. 10). Espaço relativo, por sua vez, trata da necessidade de compreensão do espaço atrelado ao tempo. O espaço relacional, por fim, estabelece a indissociabilidade do espaço e do tempo em se tratando dos processos que neles ocorrem e, ao contrário do espaço absoluto, é dificilmente mensurável. Segundo o autor (HARVEY, 2006), a noção relacional da dualidade espaço-temporal é imbuída de intervenção externa que é internalizada nos processos por meio do tempo.

O autor pondera, ainda, que a delimitação do quadro espacial empregado varia conforme a natureza do trabalho e que, apesar das três categorias serem complementares entre si, em se tratando de uma possível hierarquização das classificações espaciais, o espaço relacional pode conter tanto o espaço absoluto quanto o espaço relativo e que o espaço relativo contém o espaço absoluto. Entretanto, o espaço absoluto é apenas absoluto, e não contém os demais (HARVEY, 2006).

Para Santos (1996), o espaço, enquanto realidade histórica, está intrinsecamente relacionado à sociedade que o habita, o modifica e, de certa forma, o produz. Conforme o autor, a técnica empregada pela sociedade para modificá-lo acaba por determiná-lo empiricamente no tempo.

As técnicas participam na produção da percepção do espaço, e também da percepção do tempo [...]. O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de "viver bem".

(SANTOS, 1996, p. 34)

Ainda conforme Santos (1996), o espaço é composto por elementos fixos e elementos fluxos; ou seja, sistemas de objetos e sistemas de ações que definem o espaço de acordo com as técnicas da sociedade que o habita. Primordialmente, no entanto, os

sistemas de objetos partem de objetos naturais para, posteriormente, haver a inserção de objetos técnicos à medida que ocorrem intervenções antrópicas decorrentes da apropriação do espaço pelos humanos.

Os sistemas de objetos e de ações, portanto, tratam-se de manifestações sociais que determinam a produção do espaço como tal e tornam-se, assim, indissociáveis. Conforme Santos (1996), essas manifestações correspondem a um momento histórico específico e a sua reprodução também é condicionada pela sociedade. Assim, o autor afirma que o espaço pode ser analisado a partir da configuração geográfica e relações sociais, e Villaça (2009) o corrobora.

A fim de aproximar os conceitos propostos por Harvey (1976) e Santos (1996) acerca do espaço, propõe-se um destrinchamento dos conceitos de Milton Santos associados à divisão tripartite de David Harvey.

Quadro 1. Aproximações entre categorias de análise: Harvey (1976) e Santos (1996)

Harvey (1976)	Santos (1996)	Exemplos
Espaço absoluto	Sistemas de objetos; fixos;	Muros, pontes, estradas, solo;
Espaço (tempo) relativo	Sistemas de objetos e sistemas de ações; Fixos e fluxos;	Exemplos anteriores e mercadorias, informação;
Espaço (tempo) relacional	Sistemas de objetos e sistemas de ações; Fixos e fluxos;	Exemplos anteriores e relações sociais;

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Harvey (1976) e Santos (1996);

Percebe-se, portanto, que o espaço relacional de Harvey busca abordar as questões espaciais em sua totalidade, enquanto expressão das relações sociais no espaço-tempo e, portanto, abarca tanto os sistemas de objetos, quanto sistemas de ações e, conseqüentemente, tanto fixos, quanto fluxos. O espaço relativo, por sua vez, também contém todas as categorias de análise propostas por Santos (1996) para o espaço. Relega, no entanto, os processos que definem o espaço: as relações sociais. O espaço absoluto, por fim, trata apenas dos elementos estáticos: os sistemas de objetos; ou seja, os fixos.

Para Harvey (1982, p.385), “o espaço é um atributo material de todos os valores de uso”. Villaça (2009), em consonância, adiciona que o espaço também é atributo de demais objetos que não necessariamente são fruto de trabalho.

Weber (2009[1938]), por sua vez, destaca que o espaço é o local no qual o sujeito sociológico toma as ações sociais. Enquanto Lefebvre (1991[1974]) caracteriza o espaço como produção social por meio das relações entre objetos e a sociedade em si conectados com as forças de produção e as relações produtivas.

Para Santos (1996), o reconhecimento de objetos ao longo da paisagem destaca as relações entre lugares que, por sua vez, são respostas ao processo produtivo em vigência (capitalista global). Isso, ainda, decorre por meio da percepção tanto da produção de mercadorias quanto da produção simbólica, de acordo com o autor.

No que diz respeito ao espaço urbano, há particularidades no que tange a incidência dos sistemas de objetos e de ações.

O perfil urbano se torna complexo, [...] através de múltiplos fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos de matéria e são o novo arcabouço dos sistemas urbanos.
(SANTOS, 1993, p. 9)

Para Lefebvre (2001[1968]), os sistemas de objetos e sistemas de valores também são específicos ao espaço. No meio urbano, por exemplo, há relevância para a incidência de objetos como a “ água, eletricidade, o gás [...], que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico” (LEFEBVRE, 2001[1968], p.19). E, em se tratando dos elementos dos sistemas de valores, incidem os lazeres, os costumes e as preocupações típicas ao modo urbano, de acordo com o autor.

Ainda, para Villaça (2009), o que caracteriza espaços intra-urbanos são uma rede de infraestruturas específicas (ou seja, objetos técnicos) que, dentre outros, possibilitam o estabelecimento de fluxos, “de deslocamento de pessoas e de comunicação” (VILLAÇA, 2009, p.23). Tratam-se, portanto, de locais incluídos na rede urbana. São, portanto, locais de um tipo particular de contato: o que envolve deslocamentos de produtores e consumidores desde suas habitações até os locais de trabalho (VILLAÇA, *ibid.*); os fluxos de pessoas enquanto portadoras de mercadorias, força de trabalho e/ou consumidores, de acordo com o autor.

Harvey (2001) atesta que o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação é inevitável e necessário para o capital e se manifesta com maior intensidade no meio urbanizado em função da concentração das atividades produtivas nos centros urbanos, as “oficinas da produção capitalista” (HARVEY, 2005, p. 52). O autor afirma que a mobilidade de capital e da força de trabalho são características fundamentais do espaço urbano (HARVEY, 2005), que é um fenômeno de classes (HARVEY, 2008).

Assim, pode-se concluir que a urbanização tende a concentrar aspectos de dinamicidade que acabam por manifestar-se nos espaços relativos e/ou espaços relacionais (HARVEY, 1976).

Em se tratando das cidades, Harvey as trata como locais de “concentração social e geográfica da produção excedente” (HARVEY, 2008, p. 74), em que há a implantação constante de novas tecnologias de modo a manter os detentores dos meios de produção no topo da cadeia competitiva, suprimindo métodos inferiores em uso.

Weber (1987[1921]), por sua vez, caracteriza as cidades (espaços eminentemente urbanos), dentre outras questões, como locais onde ocorre o “intercâmbio regular e não ocasional de mercadoria” (WEBER, 1987[1921], p. 69) e onde concentram-se instituições e consequentes infraestruturas delas derivadas. Ou seja, sítios em que há fluxo comercial e incidência de objetos técnicos derivados da incidência de poder econômico, militar e/ou político. Onde a divisão social do trabalho se intensifica.

Em anuência, Santos (1993) disserta que a grande cidade é o local em que concentram-se todos os capitais e todos os trabalhos. De acordo com o autor, elas são um “teatro de numerosas atividades ‘marginais’ do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal” (SANTOS, 1993, p.10). Há, portanto, no território das cidades, grande especialização no que tange às tarefas produtivas devido ao seu caráter socioeconômico e cuja diferenciação é justificada pelo fato dessas atividades serem cada vez mais capitalistas (SANTOS, 1993).

Para Lefebvre (2001[1968]), as cidades também são sítios de concentração dos meios de produção em espaço relativamente pequeno. O autor exprime que elas são

“mercados, fontes de capitais disponíveis, locais onde esses capitais são gerados, residência dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra” (LEFEBVRE, 2001[1968]). Em suma, são exprimidas como “lugar de consumo e consumo de lugar” (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 20). Em adição, a cidade para Lefebvre (2001[1968], p.12), é uma obra orientada na direção do capital e do mercado e é “valor de uso” cujo “produto é valor de troca”. A vida urbana, para o autor, pressupõe confrontos entre os modos de viver que coexistem no espaço das cidades.

Para Weber (1987[1921]), as relações sociais condicionam a formação das cidades e, assim, a cidade condiciona a existência do capitalismo e pressupõe o seu desenvolvimento. Por conseguinte, pode-se atestar a intensificação de aspectos inerentes ao espaço relacional (HARVEY, 1976) nas cidades.

Para Santos (1994), a compreensão das cidades torna-se impossível sem a análise de seu processo de urbanização; ou seja, a apreensão do aspecto temporal manifestado no espaço ao longo do estabelecimento do assentamento/produção do espaço. Conforme o autor, atualmente o espaço urbano tem sido cada vez mais construído e/ou reconstruído pelo meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1993), em que há a prevalência da ciência e da técnica em prol da produção hegemônica do espaço. Os objetos geográficos, portanto, são imbuídos de técnica e passam a ser cada vez mais carregados de informação. O autor afirma, ainda, que o desenrolar do processo de urbanização atrela-se ao amadurecimento do capitalismo ao longo do espaço-tempo.

O meio técnico-científico é o terreno de eleição para a manifestação do capitalismo maduro, e este também dispõe de força para criá-lo. São duas faces de uma mesma moeda.

(SANTOS, 1993, p. 40)

Não obstante, para Santos (1979), a cidade é sítio de dois subsistemas socioeconômicos que, em distintos graus, entrelaçam-se com o capitalismo global: o circuito superior e o circuito inferior. O primeiro tem sua origem pautada pela modernização tecnológica, pela formação de monopólios e por abranger um cenário nacional e/ou global. O último caracteriza-se por atividades de pequena dimensão que abarcam, principalmente, as populações pobres e um nível regional (SANTOS, *ibid.*). A vida urbana, para o autor, é condicionada pelas dimensões qualitativas e quantitativas inerentes a cada circuito econômico que, por sua vez, mantêm relações características com o espaço que acaba por ser separado em duas zonas de influência (SANTOS, *ibid.*).

Dados os temas e as características de espaço, espaço urbano e cidade dispostas pelos autores acima citados, propõe-se uma análise das relações entre o pensamento de cada um a fim de dispor de uma definição ampla a ser abordada nesta pesquisa.

Quadro 2: Aproximações temáticas: Weber, Lefebvre, Harvey, Santos e Villaça

Autor/Conceito	Espaço	Espaço urbano	Cidade
Weber (1987[1921] e 2003[1938])	*A posição do sujeito sociológico, ator da ação social;	-	*Sítios em que ocorre o intercâmbio regular e não-ocasional de mercadoria; * Sítios de concentração de instituições e infraestruturas delas derivadas; *Locais cuja formação está condicionada pelas relações sociais; * Espaços que condicionam a formação do capitalismo e o seu desenvolvimento; *Sítios de intensificação da divisão social do trabalho;
Lefebvre (2001[1968] e 1991[1974])	*Produto da sociedade; *Espaço social enquanto relação entre objetos e entre a sociedade em si conectados com a força produtiva e as relações de produção; *Sítio onde incidem sistemas de objetos e sistemas de valores;	*Espaço de incidência de sistemas de objetos (água, gás, eletricidade, carro, televisão, utensílios de plástico)e sistemas de valores (lazer, costumes e preocupações típicos aos meio urbano) específicos;	*Sítios de concentração dos meios de produção em espaço relativamente pequeno; *Locais dos mercados, fontes de capitais disponíveis, onde os capitais são gerados, residência dos dirigentes econômicos e políticos, reservas de mão-de-obra; *Obra orientada na direção do capital e do mercado; *Lugar de consumo e consumo de lugar; *Espaços que pressupõe confrontos entre os modos de viver;
Harvey (1973, 1976, 1982, 2001, 2005, 2006 e 2008)	*Espaço tripartite: espaço absoluto, espaço relativo, espaço relacional; *Atributo material de todos os valores de uso;	*Local de aperfeiçoamento do transporte e da comunicação; *Local de concentração das atividades produtivas - oficinas da produção capitalista; *Urbanização enquanto fenômeno de classes; *Sítios cuja circulação de capital e de força de trabalho são características fundamentais; *Manifestação de questões de dinamicidade que envolvem os espaços relativos e relacionais;	*Concentração social e geográfica do produto excedente; *Local de aplicação constante de tecnologia a fim de manter o poder detido nas mãos dos detentores dos meios de produção e suprimir meios inferiores de apreensão de capital;

Autor/Conceito	Espaço	Espaço urbano	Cidade
Santos (1979, 1993, 1994 e 1996)	<ul style="list-style-type: none"> *Realidade histórica intrinsecamente relacionada à sociedade que o habita, o modifica e o produz; *Sistemas de objetos e sistemas de ações; *Fixos e fluxos; *Passível de análise enquanto configuração geográfica e relações sociais; 	<ul style="list-style-type: none"> *Multiplicidade de fluxos de informação que se sobrepõem aos fluxos de matéria; *Espaço cada vez mais construído e reconstruído pelo meio técnico-científico-informacional; *Sua produção está diretamente atrelada ao amadurecimento do capitalismo; 	<ul style="list-style-type: none"> *Lugar de todos os capitais e trabalhos; *Sítio de diversas práticas “marginais” do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal; *Sítio de incidência de dois subsistemas econômicos: ciclo superior e ciclo inferior;
Villaça (2009)	<ul style="list-style-type: none"> *Atributo material de todos os objetos; 	<ul style="list-style-type: none"> *Redes de infraestruturas específicas que possibilitam o estabelecimento de fluxos; *Locais que envolvem deslocamentos por parte dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os locais de produção e consumo; 	-

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Weber (1987[1921]), Lefebvre (2001[1968]), Harvey (1973, 1976, 1982, 2001, 2005 e 2006), Santos (1979, 1993, 1994 e 1996) e Villaça (2009);

A presente pesquisa compreende o espaço enquanto um amálgama de manifestações antrópicas, desde objetos concretos até relações sociais, que decorrem num meio natural ao longo do tempo. O espaço urbano, por sua vez, é tratado enquanto local construído (e reconstruído) pelo e para o capitalismo (e, principalmente, por e para os detentores dos meios de produção) através do meio técnico-científico-informacional. Nele, incidem infraestruturas específicas que promovem fluxos de informação, mercadorias, produtores e consumidores. E as cidades, por fim, são compreendidas, com similaridade ao espaço urbano, enquanto sítios polarizadores dos meios de produção, das instituições e das reservas de mão-de-obra; ou seja, onde os capitais são gerados, monopólios são formados e tecnologias são aplicadas de modo a garantir a manutenção do status quo no que diz respeito à estratificação social inerente ao sistema. E, por isso, são arenas do conflito entre classes, o que tende a manter as populações pobres nos circuitos inferiores da economia global, conforme Milton Santos.

As áreas urbanas tendem cada vez mais ao conflito e estão cada vez mais divididas, conforme aponta Harvey (2008). O autor afirma, ainda, que a inflexão ao neoliberalismo há quatro décadas devolveu o poder às elites ricas e intensificou esses aspectos de disputa nas cidades. Visto isso, as necessidades básicas humanas não são acessíveis à totalidade da população urbana: essa disputa de classes tende a valorizar os estratos sociais abastados em detrimento aos pobres. Conforme Lefebvre (2001[1968]), esse embate é característica inerente ao espaço urbano.

A vida comunitária [...] em nada impede a luta de classes. Pelo contrário. Os violentos contrastes entre a riqueza e a pobreza, os conflitos entre os poderosos e os oprimidos não impedem nem o apego à cidade, nem a contribuição ativa para a beleza da obra. [...] Os confrontos políticos entre [...] a aristocracia ou a oligarquia, têm a cidade por local, por arena.

(LEFEBVRE, 2001[1968], p. 13)

No que tange especificamente o espaço urbano brasileiro, Santos (1993) e Villaça (2009) convergem a respeito da segregação socioespacial e da intensificação da manifestação da pobreza como fatores-chave para a determinação da urbanização brasileira na contemporaneidade em decorrência do modelo socioeconômico capitalista e, mais recentemente, neoliberal, no qual a produção do espaço urbano está pautada. O primeiro aponta ainda que a cidade é criadora de pobreza em função de ser suporte ao modelo capitalista vigente e de sua estrutura física, que intensifica as diferenças sociais e amplia o abismo social entre as classes abastadas e os pobres urbanos (SANTOS, 1993). Para o segundo, a segregação socioespacial manifesta-se com ainda maior intensidade nas metrópoles e grandes cidades do Brasil (VILLAÇA, 2009).

Conforme Santos (1993), o problema de acesso à terra e à habitação, atrelado à especulação imobiliária, acarreta a periferização de populações de baixa renda. Assim, forma-se um ciclo vicioso em que a expansão do espaço urbano ocasiona o aumento da especulação que, por sua vez, causa a inserção de populações pobres nas periferias das cidades. Por conseguinte, o acesso à dinâmica urbana atrelada aos fluxos de capital e de força de trabalho tornam-se mais árduos para as populações relegadas ao espaço periférico das cidades brasileiras.

A especulação surge, de acordo com Santos (1993, p.96), por conta da “disputa entre atividades ou pessoas por localização”. Nos locais privilegiados, instalam-se as

atividades mais dinâmicas e as pessoas que detêm maior capital/poder. A tendência à continuidade da implantação de benfeitorias seletivamente (ou seja, conforme locais privilegiados da cidade) insufla aspectos de desigualdade inerentes às cidades do Brasil. Ainda conforme o autor, isso ocorre em função da atuação do capitalismo monopolista no que diz respeito a aplicações de recursos ao longo do espaço das cidades, já que grande parte do orçamento público segue sendo aplicado nas áreas consolidadas em detrimento às periferias e demais locais de afluência de pobreza.

2.2. Segregação socioespacial

O endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção dos lugares, atribuindo-lhes valores específicos e mais precisos, diante dos usos preestabelecidos. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade.

(SANTOS, 1996, p. 169)

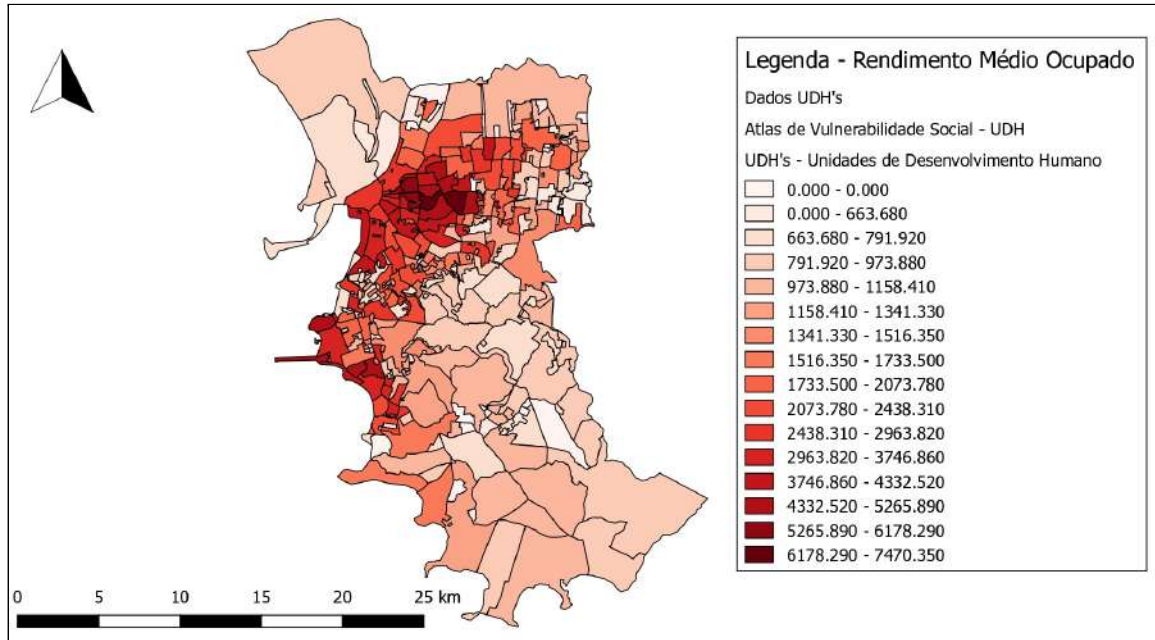
Entende-se a segregação urbana como a expressão da desigualdade social no espaço urbano, que torna-se mais presente nas grandes cidades por meio da intensificação da manifestação da estrutura de classes ao longo do território - expressão do espaço social hierarquizado no espaço físico (BOURDIEU 2008[1993]). Para Villaça (2009), o processo pode ser compreendido enquanto o amálgama de diferentes classes em diferentes regiões ou conjuntos de bairros de uma metrópole.

O fenômeno vincula-se, ainda, a uma disparidade em termos do acesso a benfeitorias incidentes na cidade (ocorrem discrepâncias no que diz respeito à provisão de empregos, escolarização, redes urbanas de infraestrutura básica, conforme disserta Kaztman [2001]) e à atuação dicotômica de mercado de solo pautado ora por regulamentação jurídico-urbanística, ora por lógicas informais de necessidade de acesso à vida urbana (ABRAMO, 2007).

Ou seja, a segregação socioespacial distancia o espaço urbano da conformação de cidades justas, pois, de acordo com Fainstein (2010), a realização do conceito de espaços justos está condicionada, dentre outros, à equidade, que diz respeito à promoção da qualidade de políticas públicas em termos da distribuição dos recursos materiais e imateriais, a não concentração de capitais em se tratando dos estratos sociais abastados e a elevação de camadas subalternas ao passo da promoção de melhorias nos espaços os quais ocupam.

De acordo com Villaça (2009), o padrão de segregação imperante na metrópole brasileira é o do centro versus periferia, em que o centro dispõe de amenidades e, por isso, torna-se local de concentração de populações abastadas e a periferia, precária no que diz respeito à incidência de benfeitorias, torna-se sítio de aglutinação das populações pobres. O espaço urbano, portanto, atua como um “mecanismo de exclusão” (VILLAÇA, 2009, p. 143).

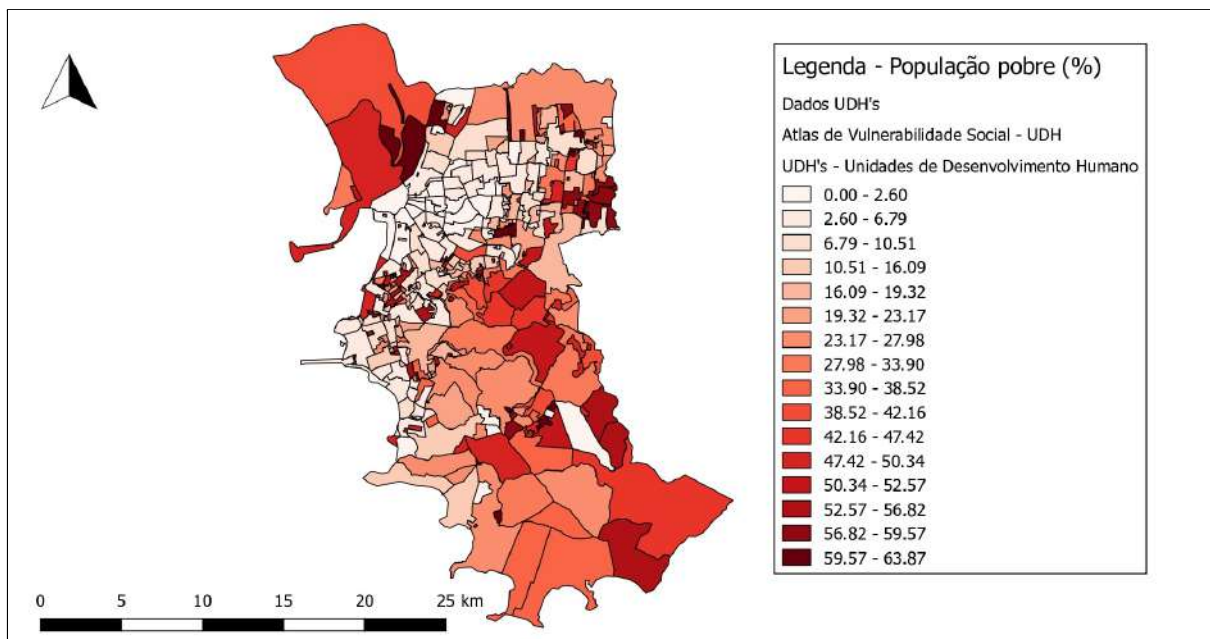
Mapa 2. Porto Alegre - Rendimento médio do ocupado (R\$) - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2019);

Conforme disserta Villaça (2009), percebe-se o padrão de segregação centro versus periferia na cidade de Porto Alegre, em que a população abastada se estabelece no centro e nas suas imediações, enquanto a periferia é relegada aos pobres urbanos (salvo raras exceções). Conforme o autor (VILLAÇA, 2009, p. 148), “há muita periferia no centro e vice-versa (Milton Santos, 1979, 59), mas de maneira geral essa dicotomia corresponde à verdade.”

Mapa 3. Porto Alegre - População pobre (proporção em relação à população total - 2010)

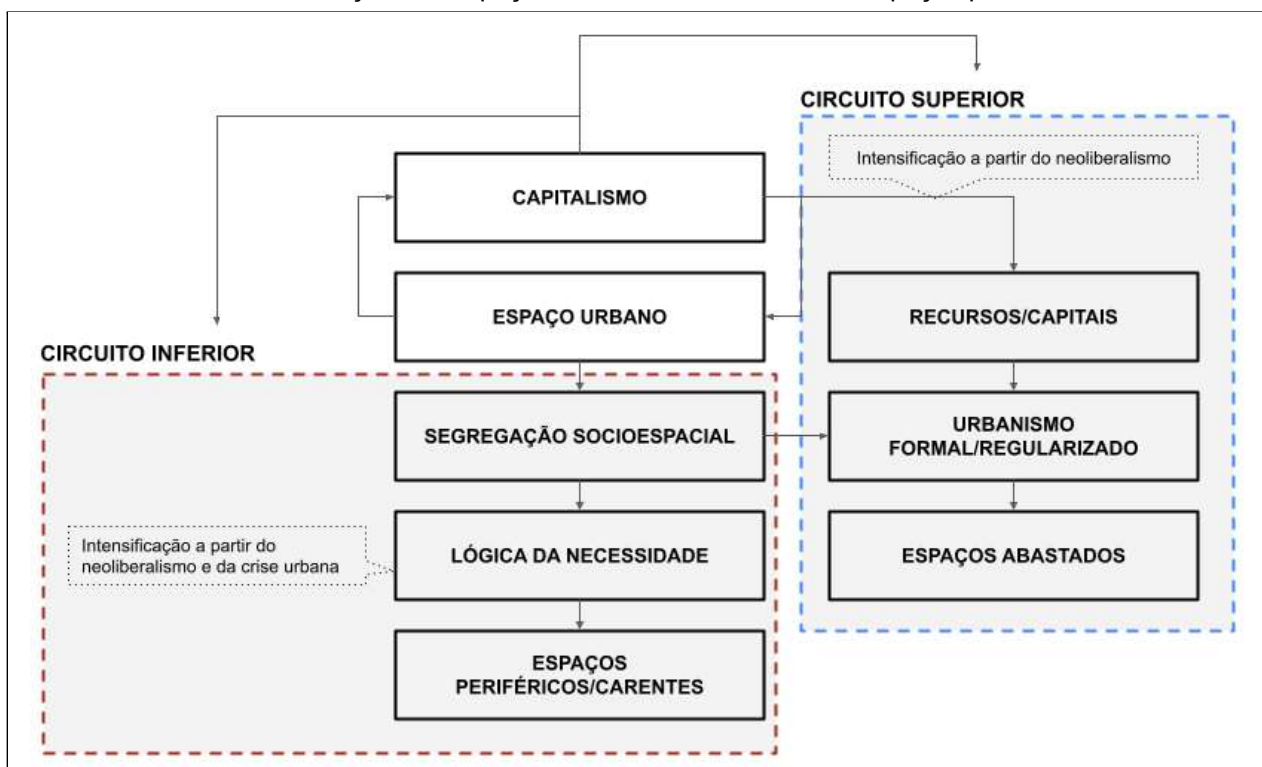


Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2019);

As grandes cidades latino-americanas apresentam padrões de urbanização excludentes, em que a provisão de benfeitorias se dá de forma dispar no território em consonância com o acúmulo de capital, o que expressa na cidade o espaço social hierarquizado, em anuência ao exposto por Bourdieu (2008[1993]). De acordo com Abramo (2007), essa configuração desigual acarreta o processo de produção da cidade popular a partir da lógica da necessidade, o que vem ocorrendo desde a aceleração da urbanização na segunda metade do século XX (ABRAMO, 2007) e da “crise urbana” do final do século (SCHAPIRA, 2000). Essa produção, conforme Abramo (2007), corresponde a ações urbanas de ocupação do solo, pautadas em grupo ou individualmente, em prol do acesso à vida urbana.

Assim, o processo de conformação da cidade informal e da reprodução espacial das desigualdades inerentes à estrutura social latino americana, em adição, é potencializado pela retração de políticas estatais no neoliberalismo, pela modernização incompleta das cidades, pelo quadro nacional de subdesenvolvimento (SCHAPIRA, 2000) e pelo mercado de solo que, por sua vez, é condicionado por legislações urbanísticas em acordo somente com os padrões de moradia dos estratos de renda elevada (ABRAMO, 2007).

Gráfico 1. Formação dos espaços centrais/abastados e dos espaços periféricos/carentes



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Bourdieu (2008[1993]), Abramo (2007), Kaztman (2001), Santos (1993 e 1996), e Schapira (2000) ;

A dimensão tecnológica dos instrumentos de trabalho e dos equipamentos que se tornaram indispensáveis à vida coletiva ultrapassa as possibilidades individuais e faz com que o Estado apareça como a única solução para esses problemas, tendo que intervir cada vez mais nesses domínios que, há pouco, eram reservados às iniciativas privadas. Nos mais diferentes domínios, como a educação, a saúde ou as

comunicações, os transportes e a energia elétrica, o progresso e a difusão devem-se essencialmente à intervenção do poder público.

(SANTOS, 1979, p.280)

Aos pobres urbanos, portanto, restam parcelas fundiárias relegadas pelos estratos sociais de maior poder aquisitivo, pelo mercado imobiliário formal e, principalmente, pelas políticas públicas de Estado; espaços timbrados pelas lógicas da informalidade e da precariedade que não dispõem de instrumentos concisos que possibilitam a produção de capitais individuais e coletivos (KAZTMAN, 2001).

O afastamento espacial em relação às parcelas urbanas abastadas via de regra significa diminuição do poder aquisitivo das populações residentes, afastamento do acesso ao emprego formal, baixa escolaridade e ausência da provisão de infraestruturas urbanas básicas. Em Porto Alegre, especificamente, o eixo centro-sudeste polariza a segregação socioespacial na cidade e concentra aspectos negativos relacionados aos quesitos apontados.

Nos bairros pobres, como disserta Kaztman (2001, p. 178 [tradução livre]), “se concentra uma densidade de privação material sem precedentes que contrasta fortemente com a concentração espacial igualmente inédita de lugares ricos em outros bairros”. Esses espaços urbanos nos quais as classes populares vivem são reconhecidos como locais nos quais as mazelas inerentes à segregação socioespacial incidem: a atuação diminuta do Estado perante a regulação do uso do solo e a concessão de benfeitorias torna-se latente na expansão do neoliberalismo (SCHAPIRA, 2000), o que acarreta agruras em se tratando da formação de capital social individual e coletivo e capital cívico (KAZTMAN, 2001). Assim, nestes locais, confluem índices gritantes correspondentes ao desemprego, condições sanitárias precárias, manifestações de violência e delinquência e crescimento demográfico exacerbado, conforme Schapira (2000). Para Bourdieu (2008[1993]), os afetados por tais mazelas são distanciados tanto física quanto simbolicamente dos bens socialmente raros e, em adição, são condenados a se situar nas proximidades de bens menos raros ou até indesejáveis (como cadeias, por exemplo).

De acordo com Kaztman (2001), o isolamento social dos pobres urbanos pode ser analisado conforme três variáveis:

1. as suas ligações precárias e instáveis com o mercado de trabalho e sua consequente pauperização (também abordada por Schapira [2000]);
2. a má qualidade de suas moradias e dos serviços urbanos à sua disposição e
3. o grau de segregação residencial a eles imposto, o que é associável à leitura de Abramo (2007).

As dinâmicas de desindustrialização, inovação tecnológica e enxugamento das funções estatais inauguradas no final do século XX acarretaram a diminuição da proporção de ofertas de emprego estáveis e ampliaram as disparidades de ingresso no mercado de trabalho conforme o grau de especialização/qualificação (KAZTMAN, 2001). Por conseguinte, houve insuflamento do mercado de trabalho informal, “setor-refúgio” (SCHAPIRA, 2000, p. 173) que emergiu por meio de contratos precários e subempregos que não garantem proteção social e que são ocupados predominantemente pelas classes populares em decorrência da baixa qualificação da população subalterna.

De acordo com Santos (1979), a distância imposta aos pobres urbanos em se tratando dos seus locais de habitação e os sítios de oferta de emprego do ponto de vista

econômico intensifica as agruras impostas à população carente. O espaço urbano constitui-se, dentre outros, a partir da aglutinação de fluxos simples (mais curtos, com menos baldeações e/ou mais baratos) ou árduos (mais longos, com mais baldeações e/ou mais caros) de pessoas desde seu local de moradia até o seu local de trabalho (VILLAÇA, 2006); dependendo, via de regra, do poder aquisitivo do trabalhador.

A fragilidade das relações profissionais dos pobres urbanos tende a reduzir a probabilidade de formação de redes de contato e informação que facilitam a busca por empregos formais (KAZTMAN, 2001). Atréadas às experiências recentes de desindustrialização e retração estatal, com a diminuição na oferta de oportunidades laborais não qualificadas (ou seja, retração do circuito socioeconômico inferior, como disposto por Santos [1979]), em uma fragilidade que acarreta, por um lado a imposição de uma mobilidade social inevitável no sentido descendente e por outro a estagnação de mobilidade e impossibilidade de progressão no que diz respeito à ascensão social (KAZTMAN, 2001).

Conforme estabelecido por Kaztman (2001), a única alternativa para a quebra dos mecanismos de reprodução da pobreza e da estratificação social seria a incidência de recursos relacionados ao sistema educacional nos locais de baixos índices no que diz respeito ao desenvolvimento sociocultural. No entanto, isso raramente é aplicado. A manutenção dos baixos níveis de escolaridade e desenvolvimento humano, portanto, podem ser compreendidos como meios de eternização das mazelas impostas às classes sociais subalternas e de intensificação dos efeitos de rejeição dos pobres urbanos, em se tratando do mercado formal de trabalho, em função da manutenção da baixa qualificação.

Conforme expressa Santos (1996, p. 163), dada a implementação do meio técnico-científico-informacional, “uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território. Em primeiro lugar, distinguem-se zonas servidas pelos meios de conhecimento e áreas desprovidas dessa vantagem”.

[...] conforme aumenta a segmentação entre os estabelecimentos educacionais, aumenta também a probabilidade de que os membros de um estrato social só se encontrem em uma relação face à face com membros de outros estratos sociais no mercado de trabalho; onde as relações já estarão marcadas pelos padrões hierárquicos próprios da organização do mundo laboral.

(KAZTMAN, 2001, p. 177 [tradução livre])

Gráfico 2. Mazelas impostas aos que residem nos espaços periféricos/carentes



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Bourdieu (2008[1993]), Abramo (2007), Kaztman (2001), Santos (1993 e 1996), Schapira (2000) e Villaça (2009);

De acordo com o conceito de unidades de vizinhança (UV's) que, conforme Clarence Perry, consiste em espaço próximo às habitações no qual incidem benfeitorias que promovem qualidade de vida aos moradores (CASTELLO, 2008), há uma distância ideal máxima passível de ser cumprida a pé por parte da população a fim de ter acesso a equipamentos públicos no cotidiano. A localização de equipamentos urbanos é um elemento de composição e estruturação das cidades e pode qualificar a vida no espaço urbano, de acordo com o autor (CASTELLO, *ibid.*). Com a expansão do uso do automóvel como principal meio de locomoção nas cidades e a ausência da premissa disposta pelo conceito de UV's no planejamento do espaço urbano, essa distância frequentemente não é atendida nos espaços de ablegação dos pobres das cidades latinoamericanas e brasileiras. Assim, dado o menor poder aquisitivo e a costumeira incapacidade de locomoção frequente, o acesso ao trabalho, aos equipamentos públicos de educação, saúde, lazer e transporte é comprometido.

Manifesta-se, além disso, nos locais onde a pobreza incide nas cidades, uso do solo associado à informalidade urbana que, por sua vez, relaciona-se à privação de direitos que acarretam as irregularidades urbanística, construtiva e de propriedade de terra (ABRAMO, 2007) nos locais pobres. Nessas áreas tende a haver a privação de benfeitorias que, de acordo com Lefebvre (2001[1968], distinguem o espaço urbano: redes de provisão de infraestrutura básica (água encanada, energia elétrica, coleta de esgoto e de lixo), assim como a garantia de habitação digna (salubre) não são quesitos amplamente sanados nos espaços urbanos de pobreza. A lógica da necessidade (ABRAMO, 2007), elucidada pelo mercado imobiliário informal, não garante o acesso a tais amenidades urbanas e a atenção do Estado (retardada pelo seu enxugamento a partir da implementação de ideologias neoliberais) tarda a sanar os descompassos dos espaços de pobreza em se tratando das áreas consolidadas das cidades. Portanto, o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001[1968] e HARVEY, 2008) não é garantido em sua totalidade.

Cabe, por fim, a elaboração de um apanhado que demonstra o processo de conformação da segregação socioespacial de acordo com os autores abordados, além de suas causas e efeitos.

Quadro 3. Conceituação - Segregação socioespacial - causas e efeitos

Autor	Segregação socioespacial		
	Causas	Conceito	Efeitos
Bourdieu (2008[1993])	*Hierarquização do espaço social;	*Expressão da desigualdade social no espaço urbano; *Expressão do espaço social hierarquizado no espaço físico;	*Distanciamento dos grupos afetados tanto física quanto simbolicamente dos bens socialmente raros e, em adição, são condenados a se situar nas proximidades de bens menos raros ou até indesejáveis;
Santos (1993 e 1996)	*O problema de acesso à terra e à habitação atrelado à especulação imobiliária acarreta a periferização da população pobre; *Intensificação do processo a partir da instauração do meio técnico-científico-informacional; *Superação das condições particulares da maior parte dos estratos sociais no que diz respeito à possibilidade de obtenção de benfeitorias e incapacidade/ desinteresse do Estado em provê-las; *Continuidade de aplicação de recursos por parte do capitalismo monopolista exclusivamente nas áreas consolidadas da cidade;	*Resultado final do exercício combinado da ciência, da técnica, do capital e do poder na reprodução da cidade; *Ciclo vicioso em que a expansão do espaço urbano ocasiona o aumento da especulação que, por sua vez, causa a inserção de populações pobres nas periferias das cidades;	*O acesso à dinâmica urbana atrelada aos fluxos de capital e de força de trabalho tornam-se mais árduos para as populações relegadas ao espaço periférico das cidades brasileiras; *Imposição de distâncias aos pobres urbanos no que tange a localização de suas moradias e de seu trabalho; *Distinção de zonas servidas pelos meios de conhecimento e áreas desprovidas dessa vantagem; *Retração do circuito socioeconômico inferior;
Villaça (2009)	*Espaço urbano enquanto mecanismo de exclusão;	*Amálgama de diferentes classes em diferentes regiões ou conjuntos de bairros de uma metrópole; *Padrão brasileiro de centro versus periferia;	*Centro enquanto local de localização residencial das populações abastadas e periferia enquanto sítio de ablegação de pobres; *Imposição de fluxos árduos às populações pobres e promoção de fluxos simples aos ricos;

Autor	Segregação socioespacial		
	Causas	Conceito	Efeitos
Schapira (2000)	<ul style="list-style-type: none"> *Intensificação por meio da crise urbana do final do século XX; *Advento do neoliberalismo e subsequente retração das políticas estatais; *Quadro nacional de subdesenvolvimento; *Modernização incompleta das cidades; 	-	<ul style="list-style-type: none"> *Insuflamento do mercado de trabalho informal através do surgimento de contratos precários e subempregos que não garantem proteção social e são ocupados pelos pobres; *Manifestações de violência e delinquência; *Crescimento demográfico exacerbado;
Kaztman (2001)	<ul style="list-style-type: none"> *Isolamento social dos pobres; *Desindustrialização e retração estatal; *Má qualidade das moradias dos pobres e dos serviços urbanos à sua disposição *Fragilidade das relações profissionais; 	<ul style="list-style-type: none"> *Disparidade de densidade de privação material nos bairros em que os pobres se encontram, que contrasta fortemente com a concentração espacial de capitais e benfeitorias em lugares ricos em outros bairros; 	<ul style="list-style-type: none"> *Agruras em se tratando da formação de capital social individual e coletivo e capital cívico; *Isolamento social dos pobres; *Desindustrialização e retração estatal; *Má qualidade das moradias dos pobres e dos serviços urbanos à sua disposição *Fragilidade das relações profissionais;

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Bourdieu (2008[1993]), Abramo (2007), Kaztman (2001), Santos (1993 e 1996), Schapira (2000) e Villaça (2009)

As populações abastadas, por sua vez, detentoras dos meios de produção e de capitais, têm o poder de escolha no que diz respeito ao seu local de inserção no espaço urbano: sítios de incidência das amenidades que são usurpadas dos pobres urbanos. A lógica estatal (principalmente a neoliberal), ainda, tende a prover essas áreas de cada vez mais benefícios, em detrimento às periferias. Isso se dá em função da formulação política ocorrer pelos/ em prol dos indivíduos que detêm poder (econômico, político, militar).

Gráfico 3. Conformação da segregação socioespacial



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Bourdieu (2008[1993]), Abramo (2007), Kaztman (2001), Santos (1993 e 1996), Schapira (2000) e Villaça (2009);

2.3. Discursos políticos enquanto manifestações de poder e transformação na sociedade capitalista

As políticas, compreendidas como ações transformadoras do *status quo* (WEBER, 1978 [1922]) e enquanto discursos incidentes sobre a produção e modificação das cidades (SARTORI, 1979), interferem no território (SANTOS, 1979). Esses discursos políticos, por sua vez, são legitimações das verdades de sociedades e grupos hegemônicos específicos que, ao longo da história, exprimem seu poder (FOUCAULT, 1978).

Os discursos referentes à produção do espaço e à punição/prisão refletem essas manifestações de poder no tempo: enquanto o advento das cidades, concomitante à implementação do capitalismo mercantil, facilitou o controle dos indivíduos por meio do trabalho em função da aglomeração humana e da intensificação dos fluxos comerciais e necessidade de acumulação de capital para subsistência, a punição atrelava-se ao corpo (suplício) - o que se deu até o século XVIII. A partir do advento do Iluminismo, no entanto, houve o emparelhamento do castigo à alma e à reclusão (FOUCAULT, 1999[1975]). Assim, as prisões foram estabelecidas como o método punitivo imperante nas sociedades industrializadas ocidentais contemporâneas e a pena foi naturalizada ao passo da definição social do crime (poder punitivo não arbitrário). Essa reforma, portanto, estabeleceu uma

nova economia do poder a fim de impor o castigo e assegurar a ampla distribuição dele (FOUCAULT, *ibid.*).

O poder se manifesta tanto positiva quanto negativamente (FOUCAULT, 1978) e emana nas sociedades de forma descensional: Foucault (1999[1975]) coloca que indivíduos compõem uma estrutura em rede maior e que são eles quem conformam a microfísica do poder. O cidadão, portanto, se conforma às estruturas sociais vigentes estabelecidas por processos institucionais e históricos (FOUCAULT, 1999[1975]) que possibilitam o controle dos corpos. Ocorre, assim, o disciplinamento dos indivíduos perante as normas sociais em vigor a fim de direcionar as vontades individuais - controle positivo - e/ou dominá-las - controle negativo - (FOUCAULT, 1978). Qualifica-se, assim, as condutas individuais e coletivas de forma maniqueísta a fim de determinar tanto os padrões quanto os desvios e reforçar o poder disciplinar da sociedade perante o indivíduo (FOUCAULT, 1999[1975]).

No capitalismo, esse disciplinamento se conforma por meio da transformação dos indivíduos em força de trabalho a fim de lhes garantir uma função econômica, diminuir sua capacidade de revolta, resistência, luta e/ou insurreição no que diz respeito às ordens de poder. Assim, pretende-se aumentar a sua utilidade econômica e diminuir a sua força política, de acordo com Foucault (1978).

Weber (1978[1922]) aponta que em sociedades capitalistas o controle positivo do poder é exercido conforme estruturas particulares ao capitalismo que racionalizam aspectos da vida cotidiana (o trabalho e o próprio espaço urbano, por exemplo), mantêm o status quo estabelecido pelos capitalistas dominantes e subjugam estratos sociais inferiores às práticas de controle das classes detentoras de capital.

Isso é verdade sempre que houver uma distribuição desigual da riqueza, e particularmente dos bens de capital. Isso obriga o grupo não proprietário a cumprir com a autoridade de terceiros, a fim de obter algum retorno pelas utilidades que eles podem oferecer no mercado - seja com a autoridade de um chefe de família rico ou com as decisões orientadas à contabilidade de capital da empresa dos proprietários.
(WEBER, *ibid.*, p. 110)

Em se tratando do controle negativo, por sua vez, Foucault (1999[1975] e 1978) relaciona o papel das instituições e regulamentações delas derivantes na manifestação do poder perante os indivíduos: as escolas, os hospitais, os manicômios, as fábricas, os quartéis, o Estado e as prisões estão imbuídos de normativas que regem o cotidiano e repreendem os equívocos, de modo a assegurar os costumes. Essas convenções são estabelecidas por discursos institucionais redigidos pelos detentores do poder a fim de controlar as ações ocorridas com regularidade na sociedade em questão (WEBER, 1978 [1922]). Os detentores do poder, não obstante, são indissociavelmente detentores de saber (FOUCAULT, 1978). Para Foucault, “todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para se formar tanto o sujeito quanto os domínios do saber” (FOUCAULT, *ibid.* p. 21). Sartori (1979) também expressa a inerência do conhecimento - elucidado pelo conhecimento teórico - à aplicação da ciência política.

Os discursos políticos, portanto, podem ser vistos como institucionalizações das práticas sociais tanto recorrentes quanto inéditas. Expressam os padrões de conduta ideais desejados por uma sociedade e/ou pelos seus gerentes e tem a capacidade de conformar o indivíduo e suas ações aos anseios dos que os produzem.

2.3.1. Os discursos referentes ao espaço

A produção do discurso capitalista ocorre, majoritariamente, nos países hegemônicos do ponto de vista de concentração de capital e, por conseguinte, de poder. O meio técnico-científico-informacional no qual nos inserimos eclode nos países considerados desenvolvidos do ponto de vista econômico e torna-se global posteriormente (SANTOS, 1996), o que corrobora a relação entre detenção de poder e detenção de saber (FOUCAULT, 1978). De acordo com Santos (1996), a expansão das técnicas atuais de produção ocorreu via mercado (globalização) e elas incidem diretamente sobre o espaço na forma de objetos técnicos e de fluxos que conformam, por si só, o sistema capitalista. O espaço, portanto, é (re)qualificado em conformidade com os desejos dos detentores dos meios de produção (ou seja, poder).

Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização.

(SANTOS, 1996, p. 160)

O espaço das cidades, por sua vez, é sede das instituições formuladoras de discursos políticos (WEBER, 1987[1921]) que, via de regra, favorecem as populações abastadas - que detêm poder. Para esse caso, o conflito de classes (LEFEBVRE, 2001[1968]) incide na disputa por melhores condições urbanas; ou seja, pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 2001[1968] e HARVEY, 2008). Assim, os poderosos tendem ao auto favorecimento e à melhoria constante das próprias condições de vida e dos seus espaços de usufruto do solo urbano, o que favorece a formação de abismo social urbano no que diz respeito à localização da atividade humana dos ricos em relação aos espaços do cotidiano dos pobres urbanos.

a) NIMBY

No que diz respeito ao poder de escolha com relação à localização residencial dos indivíduos nas cidades, surgem por vezes ações coletivas refletidas em discursos que relacionam-se ao habitat e refletem o rechaço por parte da população no que tange a inserção de equipamentos indesejados nos arredores de espaços específicos (principalmente espaços de moradia), como residências para pessoas em situação de rua, cemitérios, aterros sanitários, plantas industriais, aeroportos, cadeias (GRAVANO, 2011). Esses equipamentos são caracterizados pelo que é descrito no efeito NIMBY (*Not In My Backyard*, ou 'Não No Meu Quintal'). Este termo foi cunhado na segunda metade da década de 1970 nos Estados Unidos, conforme Abramovay (2007). O termo apresenta variações acronímicas, tais quais LULU (*Locally Undesirable Land Uses*, ou 'Usos do Solo Localmente Indesejados') e as formas extremas como BANANA (*Build Nothing Anywhere Near Anyone*, ou 'Construa Nada em Lugar Algum Próximo de Ninguém') e NOPE (*Not on Planet Earth*, ou 'Não No Planeta Terra') (GERRARD, 1994 e ABRAMOVAY, 2007), que dizem respeito ao impedimento de inserção de determinados equipamentos em qualquer lugar, dados as possíveis prejuízos ou inconvenientes derivados de suas implantações. Ou seja, a inserção desses equipamentos em determinadas localidades é criticada, principalmente devido ao uso do solo específico a cada equipamento e/ou implicações derivadas deste uso. Lanzetta (1998, p.12), define as situações de recusa de inserção de equipamentos em uma

localidade como “a rejeição da localização de uma atividade funcional para a sociedade global por uma sociedade local, que se sente afetada negativamente por sua proximidade”.

Na prática, movimentos locais de estratos sociais variados apresentam objeções perante políticas públicas e/ou investimentos privados no que diz respeito à construção de objetos técnicos nas proximidades de onde se manifesta o seu cotidiano. O sucesso ou fracasso desses movimentos variam, via de regra, de acordo com o poder por parte dos proponentes da inserção do objeto técnico e do poder daqueles que apresentam a objeção à sua implementação; e conforme o grau de democracia participativa envolvida no planejamento do espaço urbano em questão. Em função da maior detenção de poder, portanto, as classes alta e média geralmente sucedem no quesito de se situar a relativa distância desses objetos indesejados. Os grupos mais vulneráveis, por sua vez, tendem a ser as vítimas do efeito NIMBY (BULLARD, 1990), dada a pequena possibilidade de intervenção nos processos decisórios referentes ao planejamento do espaço das cidades.

No que diz respeito à inserção de cadeias no Brasil, os discursos NIMBY derivam da preocupação exacerbada dos cidadãos urbanos no que diz respeito à segurança (LEFEBVRE, 2001[1968]), do estigma relacionado à violência que paira sobre estes espaços de confinamento e da situação de precariedade que envolve as infra estruturas carcerárias do país que, segundo Brasil (2017), necessitam de atenção urgente por parte do Estado. Além disso, a partir desses fatores emergem motivos econômicos, como a possível desvalorização fundiária dos empreendimentos imobiliários do entorno, por exemplo.

O fenômeno NIMBY relacionado às unidades prisionais no Brasil, portanto, relaciona-se diretamente ao impedimento da promoção de espaços justos no país (FAINSTEIN, 2010), por dois aspectos. Primeiramente, exime a aceitação do outro no que diz respeito às políticas públicas por meio da estigmatização dos espaços de confinamento e, conseqüentemente, a não promoção da diversidade (um dos pilares da promoção do conceito, conforme a autora). E, por fim, associa-se à falta de democracia inerente às políticas públicas incidentes no espaço urbano brasileiro (ou seja, a possibilidade de intervenção por parte da população na tomada das decisões referentes ao planejamento das cidades), à medida que garante sucesso exclusivamente às requisições das populações detentoras de poder.

As cadeias, enquanto objetos sociotécnicos inseridos no espaço, correspondem à realidade histórica da sociedade que os produz (SANTOS, 1993); portanto, discursos relativos à pena foram moldados ao longo do tempo de modo a ocasionar a eclosão do confinamento enquanto punição.

2.3.2. Os discursos referentes à pena

A aplicação da pena sofreu alterações ao longo do tempo e seguiu tendências históricas dicotômicas de abrandamento/aceleração ao passo da sua institucionalização. O abrandamento ocorreu na medida em que os discursos pré-Iluminismo atrelavam a pena ao corpo; ou seja, promoviam o suplício a fim de punir o delituoso (FOUCAULT, 1999[1975]). Assim, o poder soberano do Estado suplantava direitos fundamentais atrelados à existência humana à medida que permitia o flagelo, a intervenção física nos corpos humanos (FOUCAULT, *ibid.*). A partir do século XVIII, no entanto, houve inflexão por meio de evolução humanística em se tratando da aplicação do castigo: a partir daí, ele foi atrelado à “alma”. A reclusão, o trabalho forçado tornaram-se métodos punitivos aplicados aos considerados criminosos e, a partir de então, forma-se uma nova economia do castigo e discursos políticos inéditos a respeito do tratamento das ilegalidades - a burocratização do

sistema penal (FOUCAULT, 1999[1975]). O aceleração decorreu por meio do aumento da repressão, da delinquência e dos processos penais (FOUCAULT, *ibid.*).

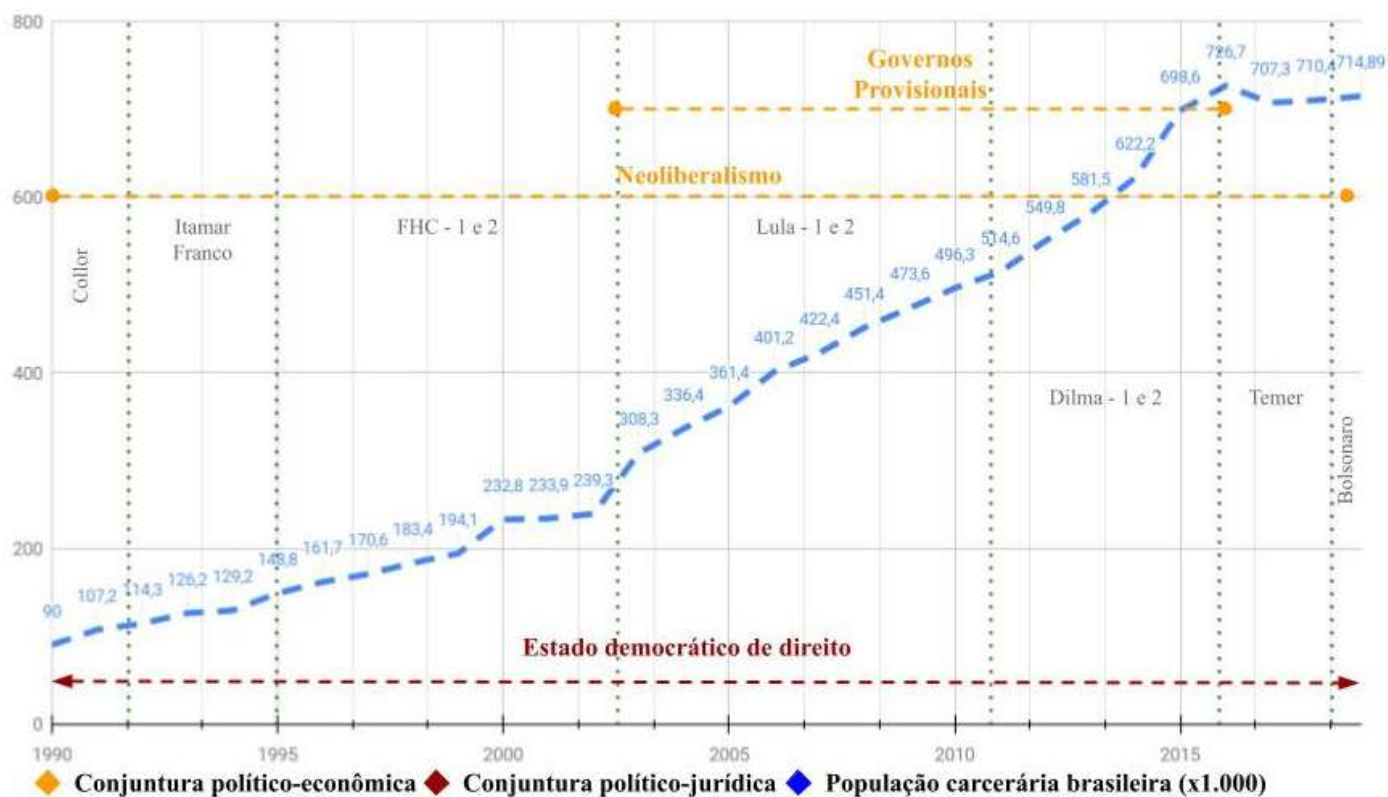
Conseqüentemente, a partir dessa inflexão, instituiu-se a relação crime-punição, assim como houve a naturalização das prisões. Esses estabelecimentos de reclusão, inclusive, passaram a ter utilidades positivas a partir da sociedade industrial: sua similaridade em se tratando de indústrias as aproximaram de uma “máquina para modificar espíritos” (FOUCAULT, *ibid.*, p. 144), utilizando-se de instrumentos de controle como horários, distribuição dos tempos, movimentos obrigatórios, atividades regulares, silêncio, bons modos e, principalmente, a reclusão/isolamento. Recentemente, no entanto - a partir do século XX -, houve nova inflexão no que diz respeito à pena: eclodiram movimentos atrelados à correção/ressocialização de indivíduos cujas ações foram entendidas pelas sociedades nas quais eles se inserem como delitos. Portanto, percebe-se tendência ao abrandamento das manifestações de poder da sociedade perante os indivíduos delituosos e a intenção de reinserção desses aos padrões sociais vigentes mediante correção. E ainda surgiram discursos pautados pela compreensão da obsolescência das prisões enquanto métodos de correção (DAVIS, 2003).

2.4. Coincidências demográficas e espaciais: população e localização de unidades prisionais e aglomerados subnormais

2.4.1. Coincidências demográficas

No Brasil, entretanto, a pauta de obsolescência das unidades prisionais tais quais se apresentam atualmente ainda não acarretou movimentos de reforma. Os discursos referentes à pena, atrelados a discursos pautados pela hegemonia capitalista no que tange a exclusão de estratos sociais subalternos, representaram o aumento exponencial da população carcerária brasileira, cujo perfil demográfico apresenta semelhanças no que diz respeito à população pobre brasileira.

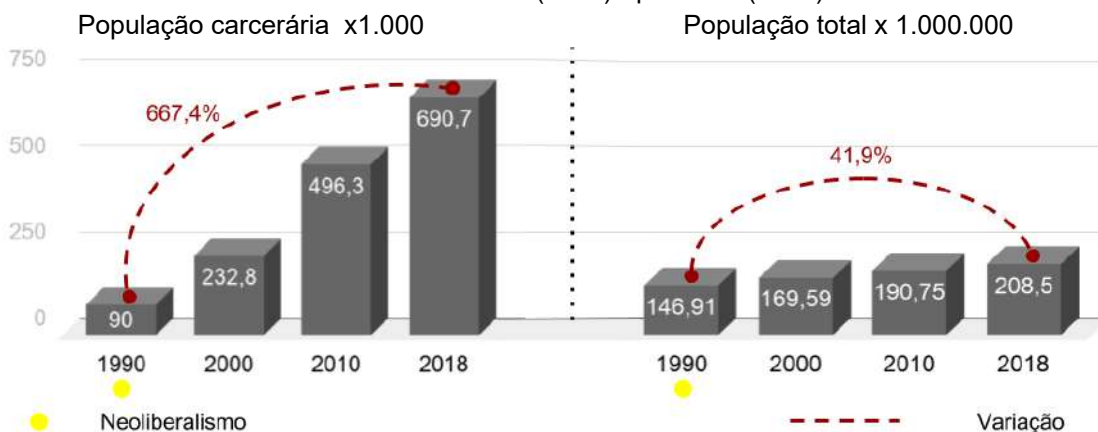
Gráfico 4. Brasil - Crescimento da população carcerária brasileira x conjuntura política - 1990 a 2019



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2017);

No país, o estabelecimento do modelo neoliberal nos governos do decênio de 1990 significou um avanço 15 vezes maior da população carcerária em relação ao incremento populacional do país na década final do século XX. Não obstante, a manutenção do acréscimo de presos pôde ser observada no país mesmo após o retorno de governos de caráter provisional (CORDEIRO, 2014): os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2016.

Gráfico 5. Brasil - Crescimento e percentual de crescimento - população carcerária x população total neoliberalismo (1990) - presente (2018)

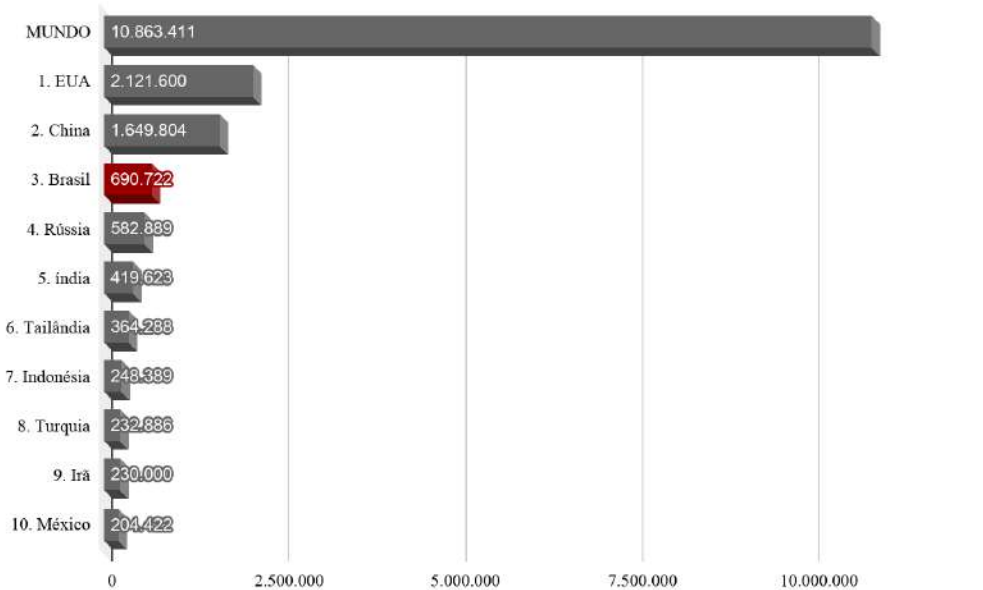


Fonte: Silbermann (2020), a partir de Brasil (2010 e 2014);

Enquanto 90 mil brasileiros viviam no cárcere em 1990, atualmente (2018) são 690 mil aprisionados; ou seja, aumento de 667% em menos de três décadas, o que faz com que o

Brasil conta com a terceira maior população carcerária do mundo (BRASIL, 2017[2009]) e a 10ª taxa de encarceramento - 193 presos para cada 100 mil brasileiros (BRASIL, 2017[2009]).

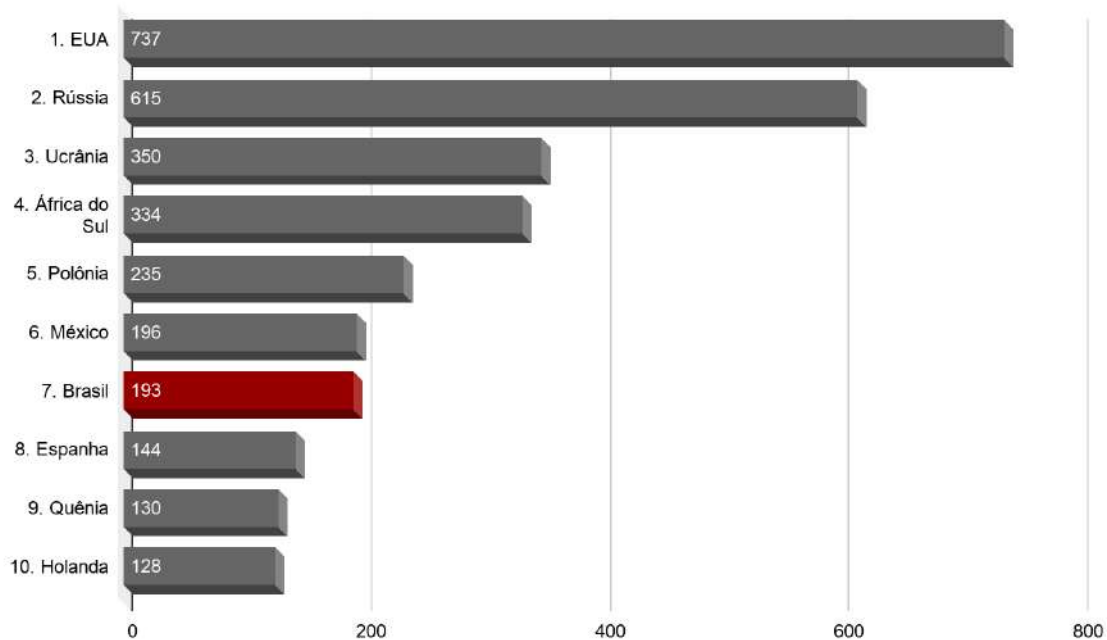
Gráfico 6. Mundo - Ranking população carcerária (população absoluta) - 2009



Fonte: Silbermann (2020), a partir de Brasil (2017[2009]);

No Rio Grande do Sul, especificamente, existem 33.868 aprisionados: o estado, portanto, compreende a 7ª maior população carcerária por Unidade da Federação (UF), de acordo com Brasil (2016). Ou seja, o estado, que contém 5,4% da população absoluta do país, compreende 4,9% de sua população carcerária. No que diz respeito à taxa de encarceramento, o estado rio grandense é a 16ª UF com maior índice: 300,1 presos para cada 100 mil habitantes (BRASIL, 2016), similar às taxas de países como África do Sul e Ucrânia.

Gráfico 7. Mundo - Ranking taxa de encarceramento (detentos/ 100.000 pessoas) - 2009



Fonte: Silbermann (2020), a partir de Brasil (2017[2009]);

Conforme Wacquant (2001), o incremento de detentos paralelamente à instauração da hegemonia do pensamento neoliberal no Brasil ocorreu por meio do enxugamento das funções provisionais do Estado através do desmantelamento de instrumentos oriundos do *welfare state*; ou seja, o estabelecimento do Estado mínimo. Ou, ainda, de seu (des)uso como mecanismo de monitoramento do habitat do subproletariado na cidade; da guerra às drogas; do emprego do complexo prisional como meio de manutenção das discriminações racial e socioeconômica incidentes sobre os espaços de aglutinação de pobres. As elites estatais, portanto, a partir da adoção da ideologia do mercado total oriunda dos Estados Unidos, enxugaram as pautas socioeconômicas governamentais e intensificaram os discursos políticos em prol do reforço da segurança.

O processo de segregação socioespacial dos pobres urbanos, por sua vez, produziu espaços de reclusão de populações subalternas nas cidades. Ainda, esta produção vem apresentando crescimento: o aumento de população residente em aglomerados subnormais (conceito produzido pelo IBGE para a caracterização de locais de concentração de pobres) entre 2000 e 2010 foi de 75%. Apesar disso, estudos produzidos pelo IPEA (BRASIL, 2013) demonstram que a diferença em termos da definição do conceito entre os anos de 2000 e 2010 apresentam falhas no que diz respeito ao apontamento dessa taxa de crescimento; entretanto, ainda apontam a expansão da produção de aglomerados subnormais. Assim, a partir da aproximação do conceito produzido pelo IBGE, aproximadamente 11,4 milhões de brasileiros (6% da população do país) residem em locais irregulares que apresentam carências no que tange a infraestrutura urbana básica (BRASIL, 2010).

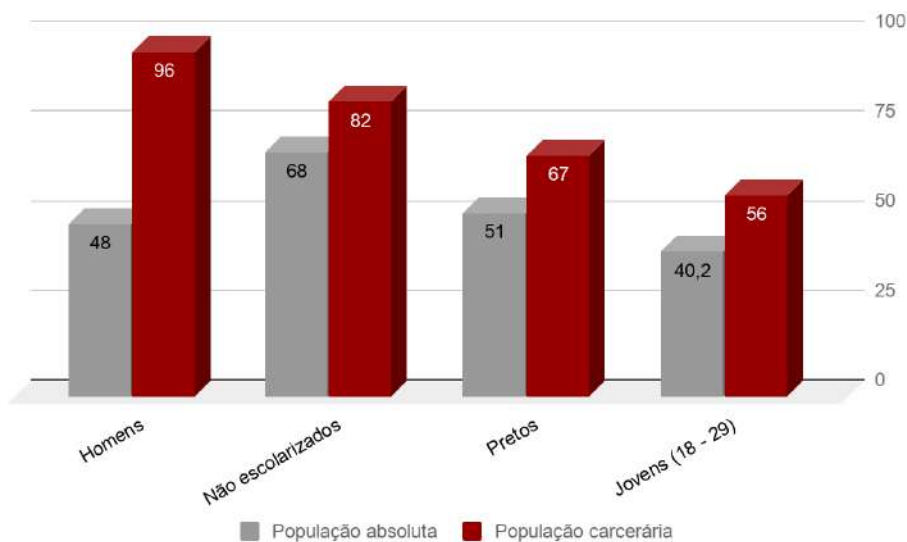
Há uma aproximação do perfil majoritário da população prisional brasileira ao da população residente em espaços de pobreza, o que atrela estes espaços uns aos outros, conforme disserta Wacquant (2001).

A difusão das armas de fogo e o desenvolvimento fulminante de uma economia estruturada da droga ligada ao tráfico internacional,[...] acabaram por propagar o crime e o medo do crime por toda a parte no espaço público. Na ausência de qualquer rede de proteção social, é certo que a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no "capitalismo de pilhagem" da rua (como diria Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano.

(WACQUANT, 1999, p. 5)

O perfil do encarcerado no Brasil condiz com a realidade segregadora do país: 67% dos encarcerados são pretos, enquanto 51% da população total do país são pretos; 92% dos presos não possuem ensino formal completo, enquanto 68% dos brasileiros não completou o ensino médio (BRASIL, 2010 e 2014). Não obstante, 56% dos indivíduos privados de liberdade têm entre 18 e 29 anos, e 96% são homens. Em relação ao contexto de liberdade, os jovens somam 40,2% da população total, e pessoas do gênero masculino compõem somente 48% do contingente populacional total brasileiro (BRASIL, 2010 e 2014).

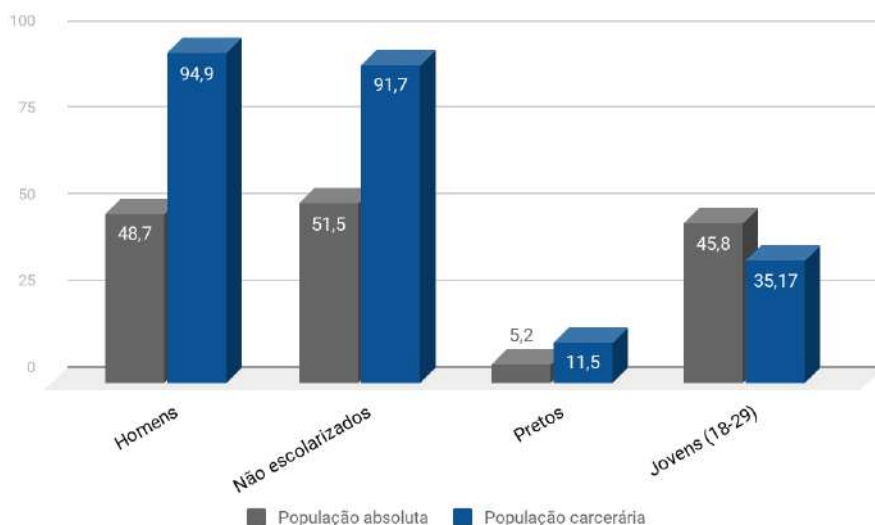
Gráfico 8. Brasil - Panorama demográfico - população absoluta x população carcerária - 2010 e 2016



Fonte: Silbermann (2020), a partir de Brasil (2010 e 2016);

Já no Rio Grande do Sul, 94,9% dos encarcerados são homens (RIO GRANDE DO SUL, 2020), à medida que 48,7% do contingente populacional total do estado são homens (BRASIL, 2016). No que diz respeito à cor, enquanto 5,2% da população absoluta são pretos (BRASIL, ibid.), cerca de 11,5% dos presos são pretos (RIO GRANDE DO SUL, ibid.). Em se tratando do grau de instrução, 91,7% dos presos não possuem ensino formal completo (RIO GRANDE DO SUL, ibid.), enquanto 51,5% da população rio-grandense não completou o ensino médio (BRASIL, 2016). Em relação ao contexto de liberdade, os jovens somam 45,8% da população total do estado (RIO GRANDE DO SUL, ibid.), à medida que pessoas entre 18 e 29 anos compõem 35,17% do contingente populacional carcerário rio-grandense (BRASIL, ibid.).

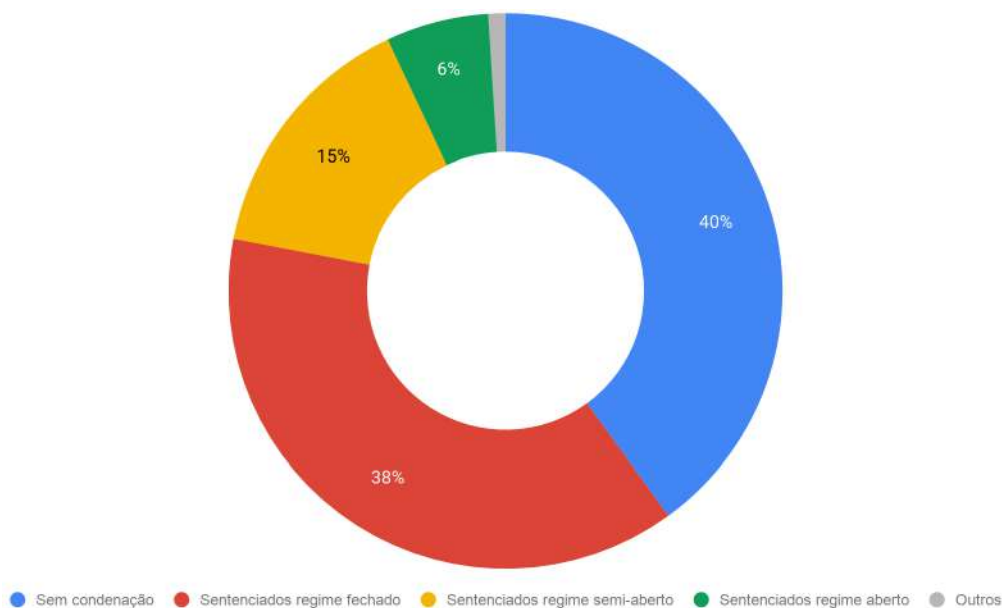
Gráfico 9. Rio Grande do Sul - Panorama demográfico - população absoluta riograndense x população carcerária riograndense - 2016 e 2020



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2016) e Rio Grande do Sul (2020);

Enquanto natureza da prisão e tipo de regime imposto ao indivíduo, 41% do contingente encarcerado brasileiro não possuem condenação. Outros 41% são sentenciados ao regime fechado, 15% ao regime semiaberto, e 3% a outras formas de clausura.

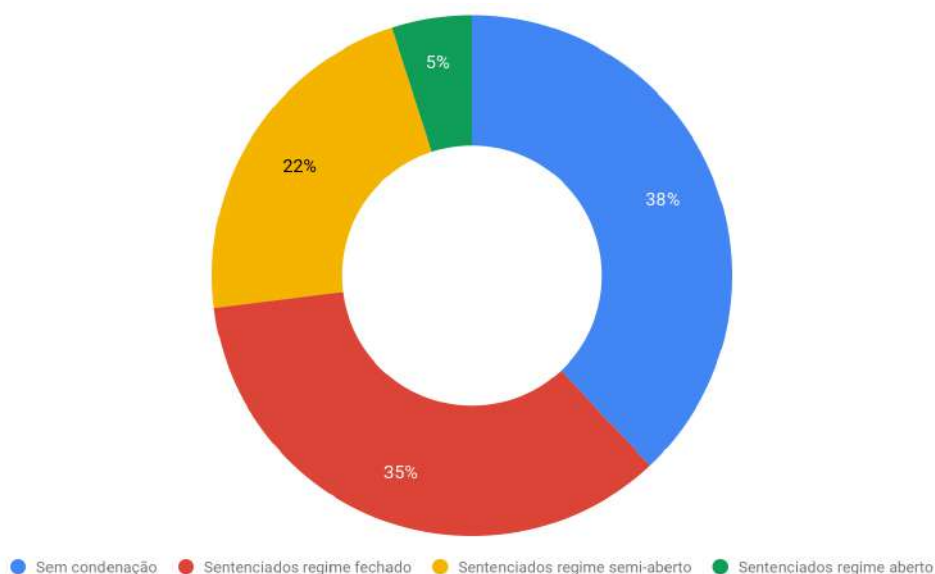
Gráfico 10. Brasil - Pessoas privadas da liberdade por natureza de prisão e tipo de regime - 2016



Fonte: Silbermann (2020), a partir de Brasil (2016);

No Rio Grande do Sul, 38% dos presos não possuem condenação; 35% são sentenciados ao regime fechado, 22% ao semiaberto e 5% ao aberto (BRASIL, 2016).

Gráfico 11. Rio Grande do Sul - Pessoas privadas da liberdade por natureza de prisão e tipo de regime - 2016



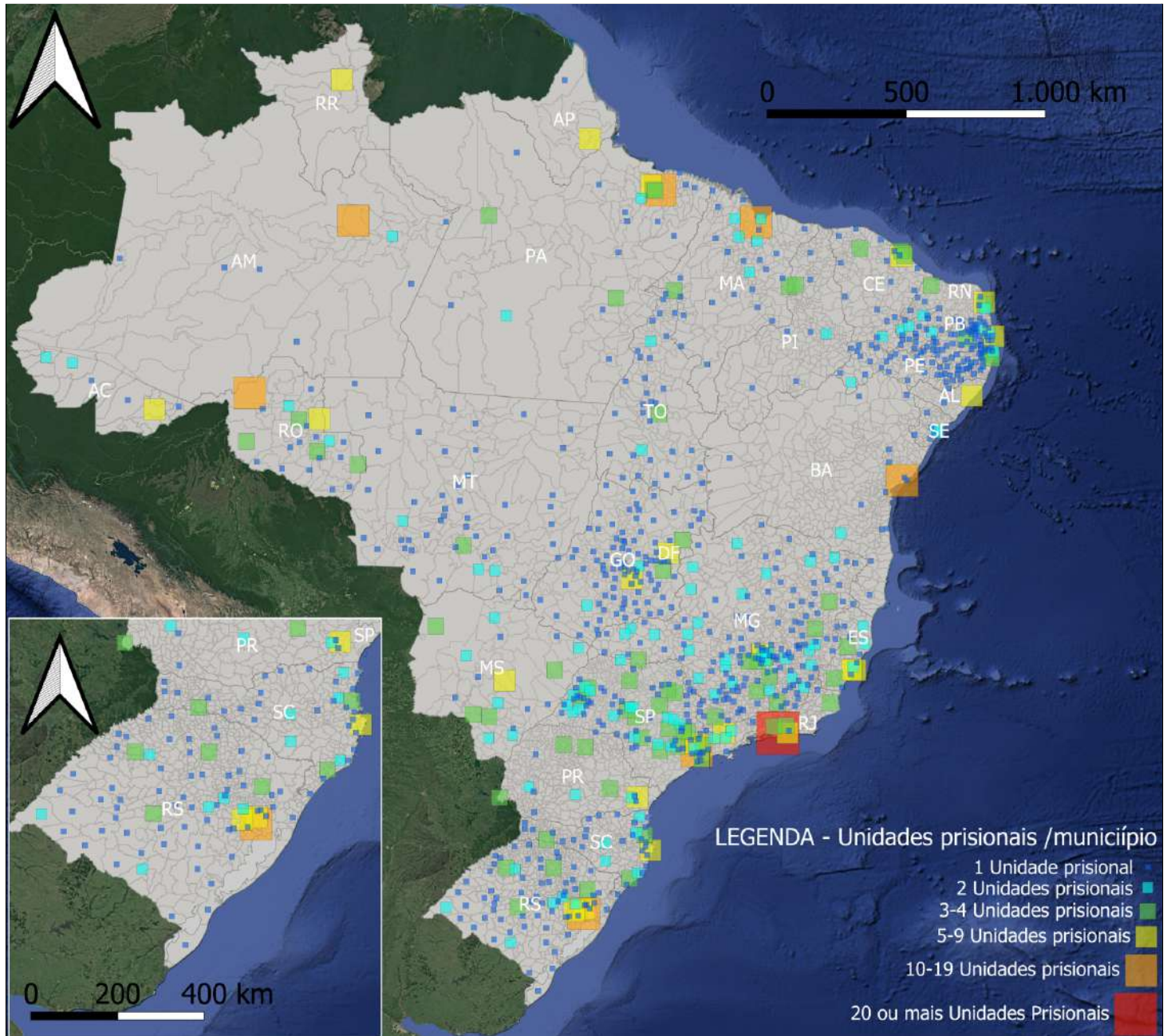
Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2016);

Concluindo, homens, jovens e negros com baixos índices de escolarização, em prisão preventiva ou sentenciados ao regime fechado são maioria nas prisões brasileiras e tendem a proporções expressivas nas unidades prisionais riograndenses. Ou seja, as classes sociais vulneráveis, frequentemente sem desfecho jurídico no que diz respeito à sua culpabilidade, ocupam majoritariamente as infra estruturas prisionais. Enquanto isso, o Estado neoliberal se abstém de prover outros instrumentos de sobrevivência e desenvolvimento humano aos estratos inferiores por meio da distribuição de benfeitorias ao longo do espaço de forma igualitária, de modo a fomentar o acesso dos pobres às qualidades do espaço urbano. E, ainda, esse regime político tende à reprodução da delinquência ao passo da não-provisão de medidas reintegrativas aos apenados e da péssima qualidade das infra estruturas de encarceramento.

2.4.2. Coincidências espaciais: localização e precarização

Há, no país, 1.449 unidades prisionais e um déficit de 314 mil vagas e uma taxa de ocupação média dos presídios de 161% (BRASIL, 2016). Dentre essas, 707 unidades (49%) são destinadas à restrição de presos provisórios (como cadeias públicas). Os complexos de clausura, ademais, tendem a ter infraestrutura comprometida: apenas 39% deles têm menos de 10 anos de uso e 36% foram adaptados ao estabelecimento penal, conforme Brasil (ibid.). Ainda, 15% do contingente populacional carcerário brasileiro não contam com módulos de saúde internos ao estabelecimento; somente 12% do total de pessoas presas encontra-se em atividades educacionais e apenas 15% envolvem-se em atividades laborais.

Mapa 4. Brasil e Rio Grande do Sul - Distribuição territorial das unidades prisionais por município - 2014



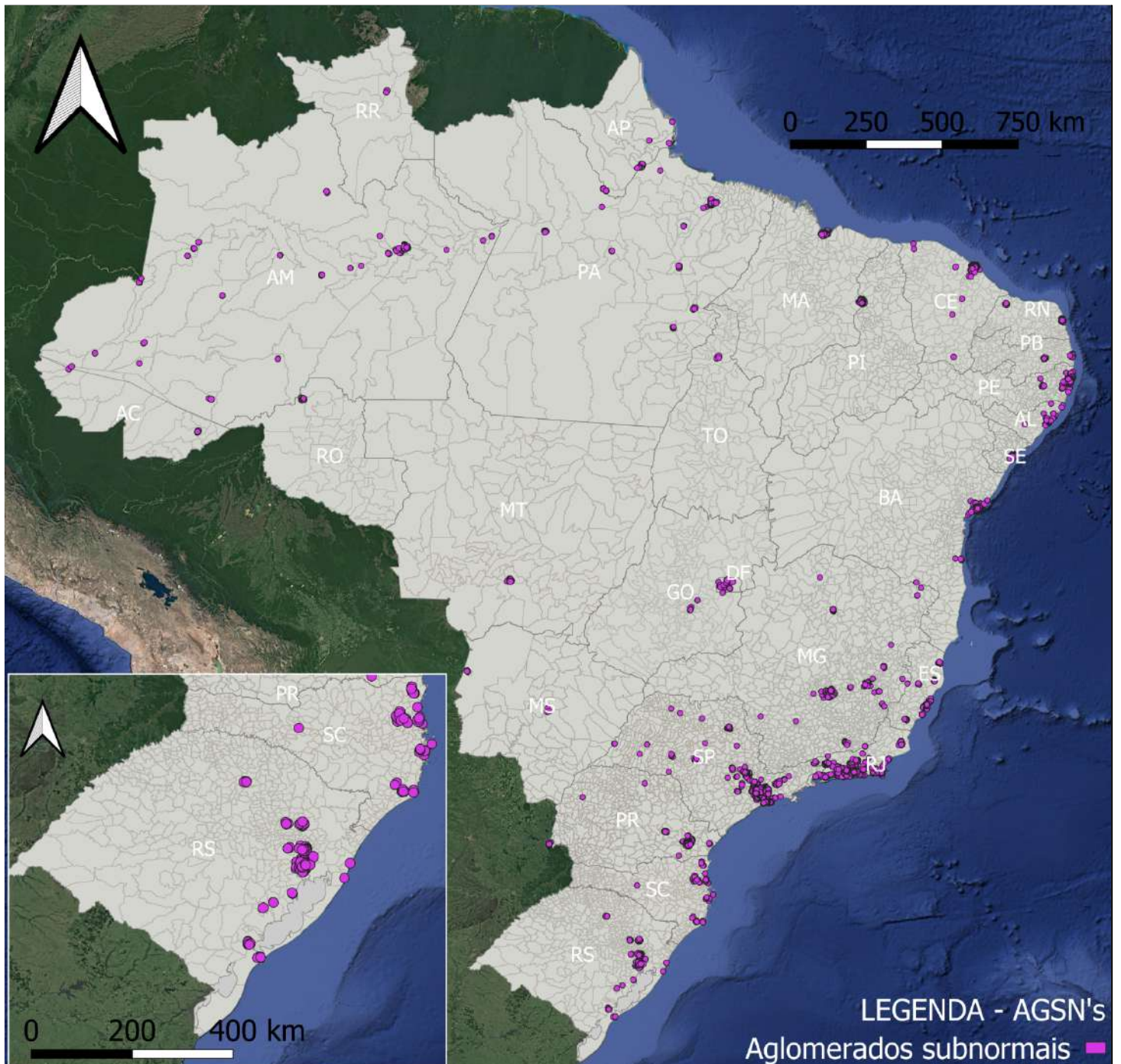
Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2014);

No Rio Grande do Sul, especificamente, há 99 unidades prisionais e 21.642 vagas (déficit de 12.226), com taxa de ocupação de 156,5% (BRASIL, 2016). Ainda, na UF, há 15 unidades destinadas à retenção de presos provisórios. Um contingente de 84% dos aprisionados do estado se situam em estabelecimentos com módulos de saúde interno; 7% participam de atividades educacionais e 24% trabalham.

Enquanto isso, há 6.329 aglomerados subnormais (AGSN's) - territorializações dos espaços de pobreza por parte de Brasil (2010) - distribuídos ao longo do território brasileiro em 323 municípios, e 226 no Rio Grande do Sul (3,57% do total), em 23 municípios. Com

3,2 milhões de domicílios presentes nos AGSN's, essas territorializações (BRASIL, 2010) discriminam do contexto urbano ocupações irregulares de um conjunto determinado de unidades domiciliares que incluem um ou mais aspectos de falta no que diz respeito às infraestruturas urbanas básicas (BRASIL, 2010), as moradias inadequadas. Essas territorializações frequentemente também demonstram índices baixos no que diz respeito à educação, saúde e trabalho.

Mapa 5. Brasil e Rio Grande do Sul: Distribuição territorial dos aglomerados subnormais - 2010



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil(2010);

A partir dos Mapas 4 e 5, percebe-se que as unidades prisionais e os AGSN's não seguem necessariamente o mesmo padrão de localização territorial e, por isso, nem sempre convergem no espaço urbano. Enquanto os AGSN's tendem à concentração em regiões metropolitanas (BRASIL, 2010), as prisões são mais dispersas ao longo do território, apesar de também haver concentração relativa nas regiões metropolitanas. No entanto, há um tipo específico de unidade prisional (aquela destinada à reclusão de presos provisórios), que situa-se em e/ou nas proximidades de centros urbanos (BRASIL, 1984), que tende a aproximar-se mais dos AGSN's. Dentre elas, se destaca a cadeia pública, objeto da presente pesquisa, que converge à localização espacial dos AGSN's em estados específicos.

Quadro 4. Tipos de Estabelecimentos Penais - Lei de Execução Penal
(LC 7210/1984)

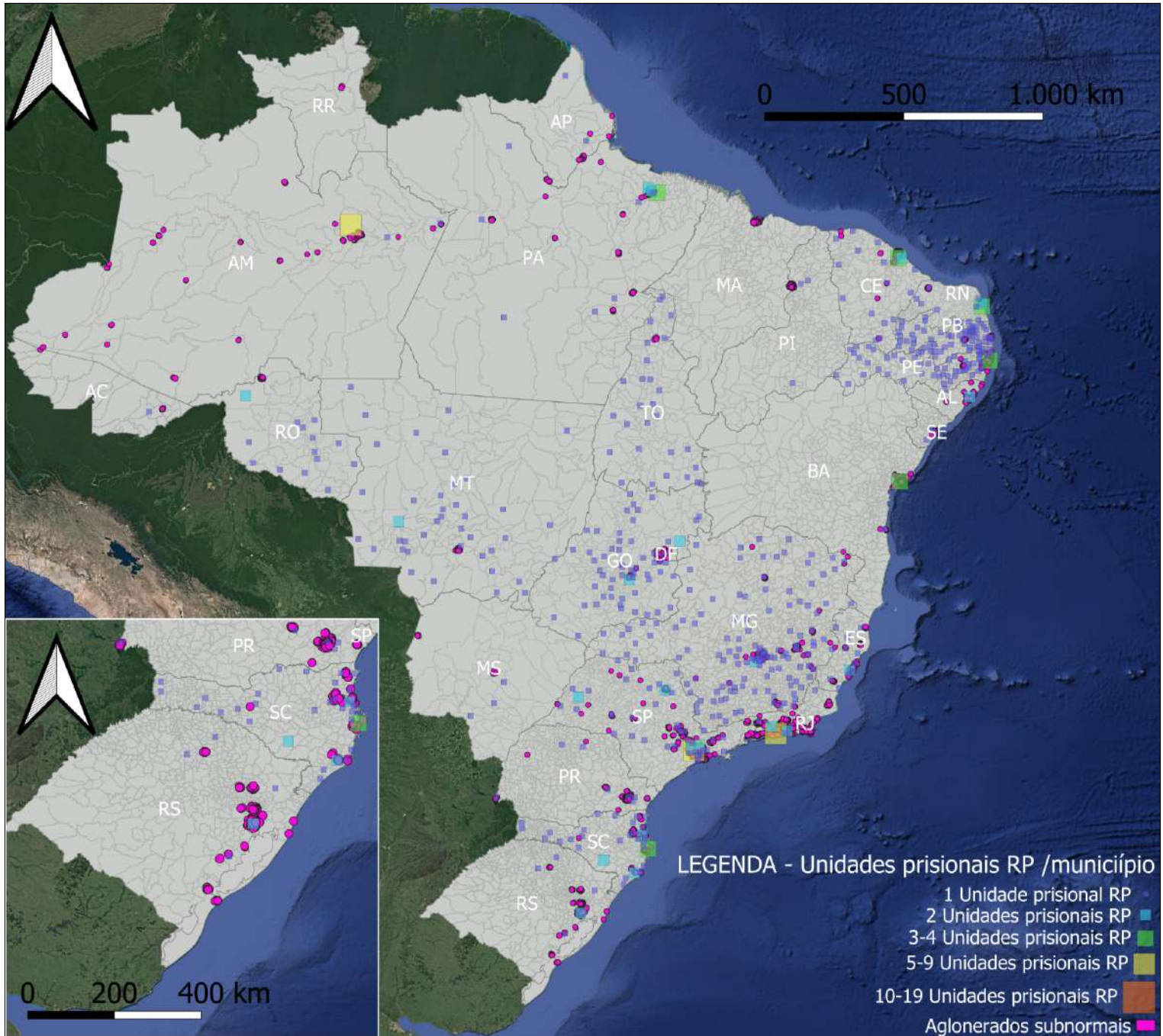
Estabelecimento	Regime	Localização
Penitenciária	Fechado	Afastado do centro urbano
Colônia Agrícola/Industrial	Semi-aberto	-
Casa do Albergado	Aberto	Em centro urbano
<i><u>Cadeia Pública</u></i>	<i><u>Prisão Provisória (sem condenação)</u></i>	<i><u>Em centro urbano</u></i>

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2021[1984]);

Esses estabelecimentos penais são regulamentados pela Lei de Execução Penal (L7210/1984), que atesta que as cadeias públicas destinam-se ao confinamento de presos provisórios em locais próximos aos seu meios social e familiar (BRASIL, 1984); ou seja, nas proximidades dos centros urbanos, dada a aglomeração humana neste âmbito do espaço.

No Rio Grande do Sul, especificamente, percebe-se a incidência de prisões destinadas a presos provisórios nas cidades de Porto Alegre (2 unidades), Carazinho, Getúlio Vargas, Camaquã e São Francisco de Paula, que aproximam-se espacialmente dos AGSN's compreendidos na: Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA); em Passo Fundo; também em Passo Fundo; em Cristal, Camaquã e Tapes; em Caxias do Sul e Bento Gonçalves, respectivamente.

Mapa 6. Brasil e Rio Grande do Sul - Distribuição territorial das unidades prisionais destinadas ao recolhimento de presos provisórios e AGSN's - 2010 e 2014



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010 e 2014);

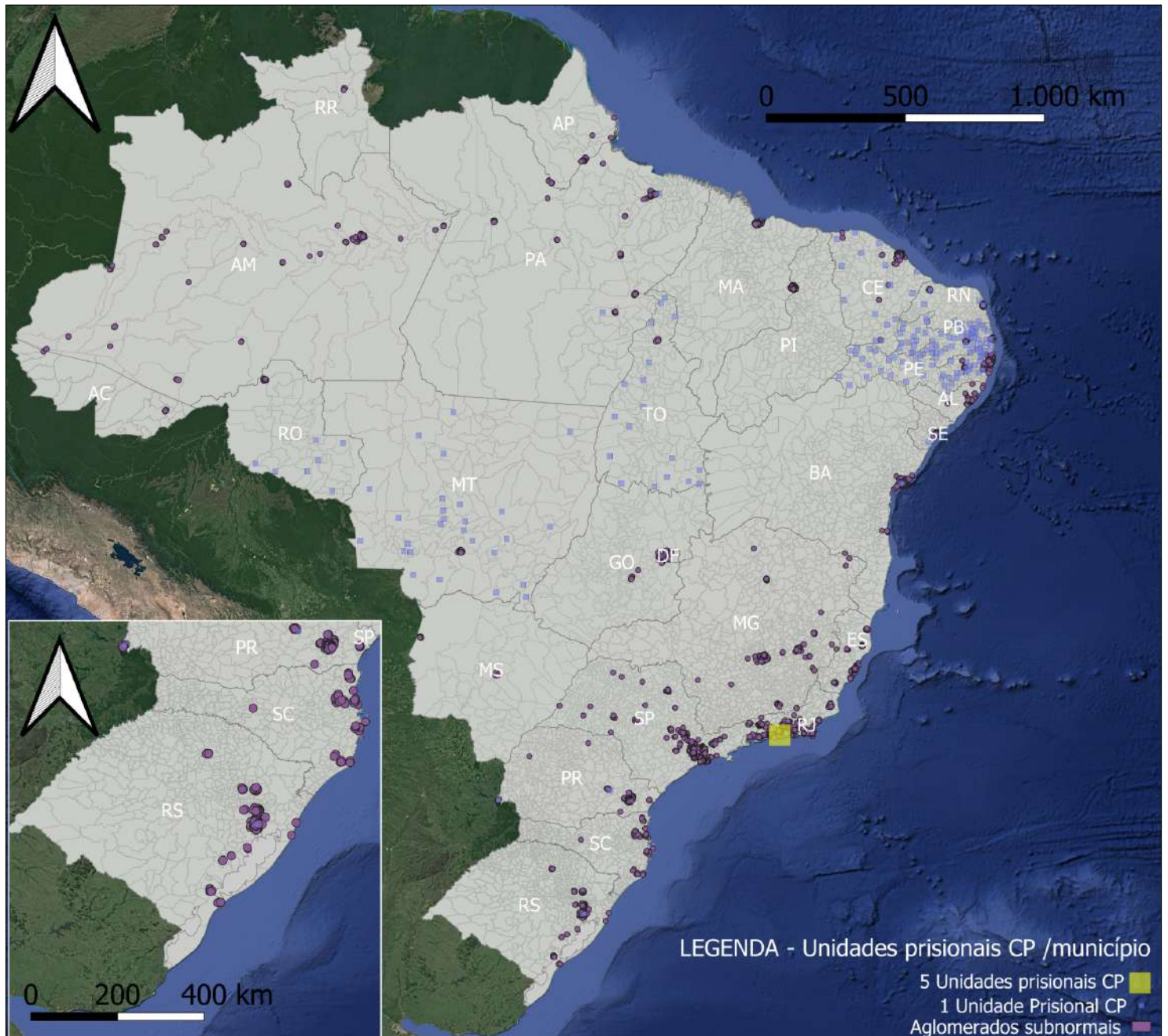
O amálgama entre unidades prisionais destinadas ao recolhimento de presos provisórios e AGSN's brasileiros ocorre principalmente nas regiões metropolitanas de cada estado; ou seja, áreas dinâmicas em que a atividade urbana pautada pela luta de classes e pela globalização é mais intensa. E, ainda, em alguns estados, há dispersão dessas unidades além das coincidências espaciais apontadas. São eles Minas Gerais, Goiás, Mato

Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Paraíba, Tocantins e Pernambuco, que contam com políticas públicas diferenciadas que acarretam a fragmentação do sistema carcerário em unidades com quantidade diminuta de vagas e a sua interiorização. Alguns, inclusive, não possuem cadeias públicas, mas sim outros tipos de unidades prisionais destinadas à reclusão dos presos sem condenação.

As cadeias públicas, por sua vez, que correspondem a 196 unidades e abrangem 13,5% do total de empreendimentos ligados ao sistema carcerário, ilustram a concomitância no espaço entre AGSN's e esse tipo de unidade prisional nos estados do Pará, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul. Percebe-se que isso ocorre em função do emprego das cadeias públicas nesses estados enquanto infra estruturas voltadas à reclusão provisória de presos oriundos das cidades das regiões metropolitanas em função da sua implantação no contexto intrametropolitano ou no entorno imediato; enquanto que, em estados como Mato Grosso, Rondônia, Tocantins, Pernambuco, Paraíba e Ceará, são utilizadas como forma de pulverização de unidades prisionais ao longo do território estadual.

No Rio Grande do Sul, a única cadeia pública incidente é a Cadeia Pública de Porto Alegre, que apresenta a função principal de enclausurar presos provisórios oriundos da RMPA. Na prática, no entanto, na unidade em questão, ocorrem tanto presos sem condenação quanto presos já condenados.

Mapa 7. Brasil e Rio Grande do Sul - Distribuição territorial das cadeias públicas e AGSN's - 2010 e 2014



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010 e 2014);

A importação de modelos neoliberais vigentes no âmbito internacional ocidental (o modelo estadunidense, em especial), em que ocorre a promoção do enxugamento de responsabilidades estatais advindas do Estado de Bem-Estar Social - dentre elas, as provisionais, pautadas na função social do Estado e as que dizem respeito à regulação da economia, conforme Wacquant (2003) -, associada à perpetuação da disparidade de renda, decorrente do acúmulo de riquezas e das insuficientes medidas redistributivas, no Brasil, acarretou a fragilização dos estratos sociais vulneráveis brasileiros com o “crescimento inexorável da violência criminal” nas cidades do país por meio da difusão de armamentos e

da instauração de economia voltada ao tráfico de drogas (WACQUANT, 1999) e, por conseguinte, a associação dos pobres à criminalidade - a criminalização da miséria (WACQUANT, 2003).

[...]a penalidade neoliberal ainda é mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século.

(WACQUANT, 1999, p. 4)

O encolhimento da dimensão provisional estatal, a manutenção da prevalência de medidas autoritárias em termos de repressão penal em detrimento àquelas que promovem a ressocialização, assim como a preservação da situação macroeconômica brasileira de instabilidade aparentam ser o prospecto imediato do país. Dada essa conjuntura, o sistema carcerário brasileiro, assim como os espaços de pobreza, tendem a se expandir cada vez mais e a preservar seus aspectos de precariedade e de reprodução e intensificação de desigualdades inerentes à sociedade brasileira.

Dada a coincidência em termos da continuidade do crescimento da população carcerária brasileira e do crescimento dos espaços de confluência de pobres no Brasil (BRASIL, 2013 e 2017) e das demais relações coincidentes em torno dos pobres e do contingente carcerário, a análise dos espaços nos quais eles se situam é relevante para que justamente essas simetrias possam ser problematizadas no estudo de caso. Para isso, no subcapítulo seguinte, foram analisados os espaços de aglutinação das populações subalternas a partir do conceito de AGSN's (BRASIL, 2010), produzido pelo IBGE, assim como as territorializações decorrentes a partir das delimitações do conceito.

2.5. Aglomerados subnormais: definição e espacialização

O aglomerado subnormal (BRASIL, 2011) é definido enquanto um conjunto de habitações carentes no que diz respeito à provisão de infraestruturas básicas que ocupa ou ocupou sítio irregular do ponto de vista fundiário (ausência de posse) e urbanístico (irregularidade no arruamento, nos lotes e nas construções e/ou precariedade no que tange a provisão de serviços públicos essenciais). Por conseguinte, o conceito abarca a localização residencial dos pobres no Brasil desde que residam com algum grau de aglomeração. E, ainda, demonstra os efeitos que atingem as classes baixas oriundos da segregação socioespacial no espaço urbano brasileiro.

A definição conforma-se espacialmente à medida que 51 domicílios deficitários são agrupáveis. O país possui 3.224.529 habitações em setores censitários de aglomerados subnormais (que, a partir daqui, serão denominados domicílios subnormais), com um total de 11.425.644 habitantes, que se encontram em 15.868 setores censitários; ou seja, unidades territoriais mínimas relativas ao censo demográfico brasileiro que se enquadram no conceito de subnormalidade (a partir daqui denominados setores subnormais) que, por sua vez são agrupados em quantidades variáveis de modo a formar um aglomerado subnormal (BRASIL, 2010).

Tabela 1. Brasil - Montante de aglomerados subnormais, setores subnormais, domicílios subnormais e habitantes em domicílios subnormais - 2010

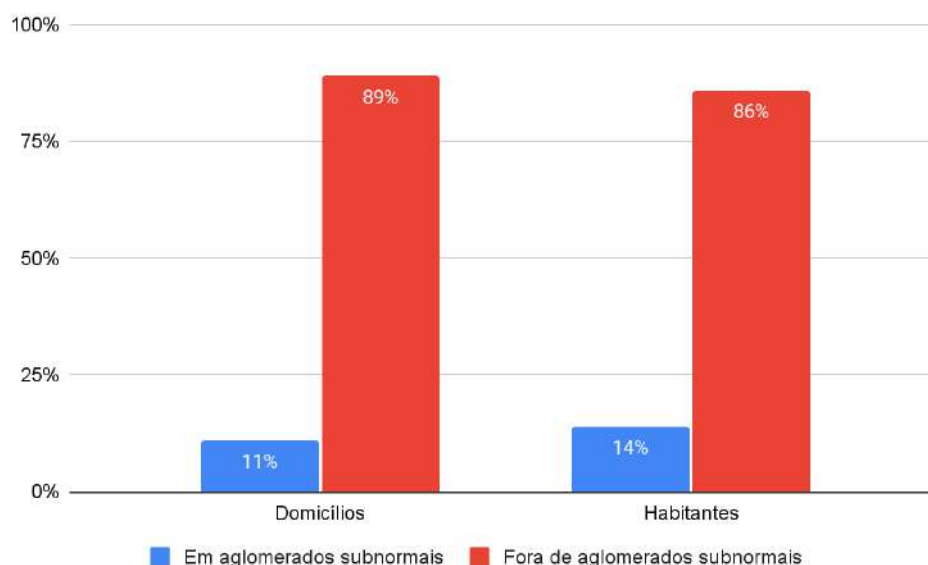
Brasil - 2010	
Tipo	Quantidade
Aglomerados subnormais	6.329
Setores subnormais	15.868
Domicílios subnormais	3.224.529
Habitantes em domicílios subnormais	11.425.644

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010);

Brasil (2010) aponta a prevalência de AGSN's localizados em regiões metropolitanas com mais de 2.000.000 de habitantes (77% dos AGSN's). Fato esse que demonstra a intensificação da desigualdade social ao passo do direcionamento do olhar ao espaço urbanizado brasileiro.

A RMPA, sítio em que está compreendido o estudo de caso da presente pesquisa, concentra 2,08% da população absoluta do país e 2,1% da população residente em AGSN's no Brasil. Enquanto isso, a cidade de Porto Alegre concentra 267 setores subnormais e um total de 108 AGSN's que, por sua vez, contêm 56.024 domicílios particulares ocupados com um total de 196.843 habitantes; ou seja, 11% do total de domicílios na cidade (508.813) e 14,1% do total de habitantes de Porto Alegre (1.398.109), de acordo com Brasil (2010).

Gráfico 12. Porto Alegre - Domicílios e habitantes - inserção em aglomerados subnormais em relação ao contingente total da cidade - 2010



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010);

Tabela 2. Porto Alegre - Situação de domicílios e habitantes em aglomerados subnormais - 2010

Porto Alegre			
Tipo	Total	Em AGSN's	Percentual em AGSN's
Domicílios	508.813	56.024	11%
Habitantes	1.398.109	196.843	14,1%

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010);

2.5.1. Densidade populacional

Enquanto a média de densidade habitacional que corresponde à cidade de Porto Alegre como um todo é de 2,75 hab./domicílio, o índice relativo aos AGSN's ascende a 3,44 hab./domicílio. Fato esse que demonstra o menor poder aquisitivo das populações residentes em AGSN's na cidade em relação aos demais locais já consolidados e, conseqüentemente, o menor acesso ao solo urbano. A aglutinação de maior quantidade de indivíduos e famílias em uma única habitação torna-se a alternativa viável à sua manutenção no espaço urbano, competido por todos os estratos sociais em função do acesso ao trabalho e outros serviços. No entanto, outros quesitos (tais como privacidade, salubridade, áreas verdes) ficam prejudicados pela aglutinação de indivíduos em uma única habitação.

Tabela 3. Porto Alegre - Densidade habitacional na cidade e nos aglomerados subnormais da cidade - 2010

Porto Alegre - 2010			
Tipo	Total (cidade)	Em AGSN's	Varição
Habitantes/domicílio	2,75	3,44	+0,69

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010);

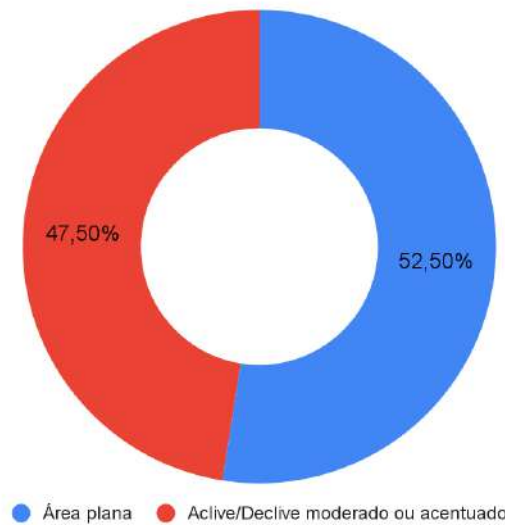
A concentração de moradores em um domicílio deficitário acarreta o estreitamento da dependência das relações familiares em prol da subsistência do conjunto de indivíduos. No entanto, geralmente a união desses esforços não é suficiente para a implementação de melhorias no que diz respeito à qualidade das habitações. Essa aglomeração, portanto, aliada a demais fatores a serem elucidados a seguir, acarreta a diminuição da qualidade de vida dos habitantes desses domicílios densos no que tange quesitos de insalubridade, enaltecidos pela pandemia de COVID-19 por meio da maior incidência de casos nesses sítios.

2.5.2. Topografia

No que diz respeito à topografia em que os AGSN's incidem, a nível nacional, 52,5% encontram-se em áreas predominantemente planas, enquanto 47,5% se situam em áreas de aclave moderado ou acentuado (BRASIL, 2011).

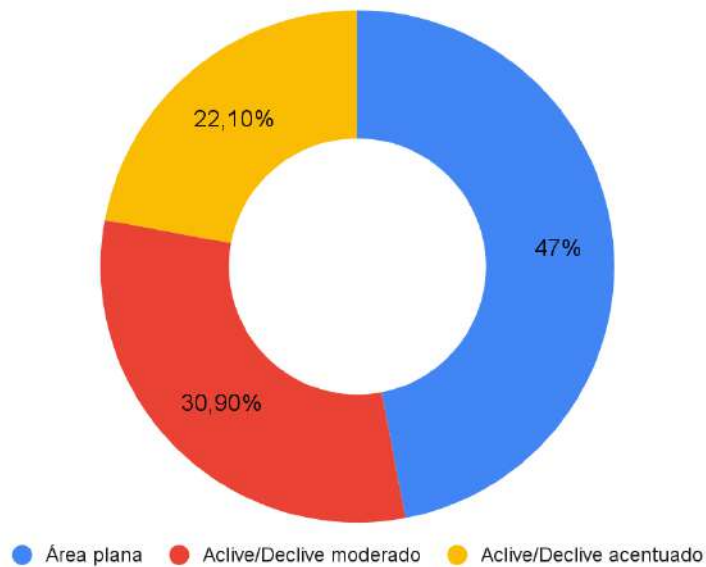
Já na cidade de Porto Alegre, 47% dos domicílios subnormais ficam em local plano; 30,9% em aclave/declive moderado e 22,1% em aclave/declive acentuado. Este fator contribui para elucidar a acessibilidade dos locais, assim como sua possível inserção em áreas de risco e, conseqüentemente, de vulnerabilidade do ponto de vista socioambiental por serem suscetíveis a deslizamentos.

Gráfico 13. Brasil - Topografia de incidência de aglomerados subnormais - 2010



Fonte: Silbermann(2021), a partir de Brasil (2010);

Gráfico 14. Porto Alegre - Topografia de incidência de domicílios subnormais - 2010



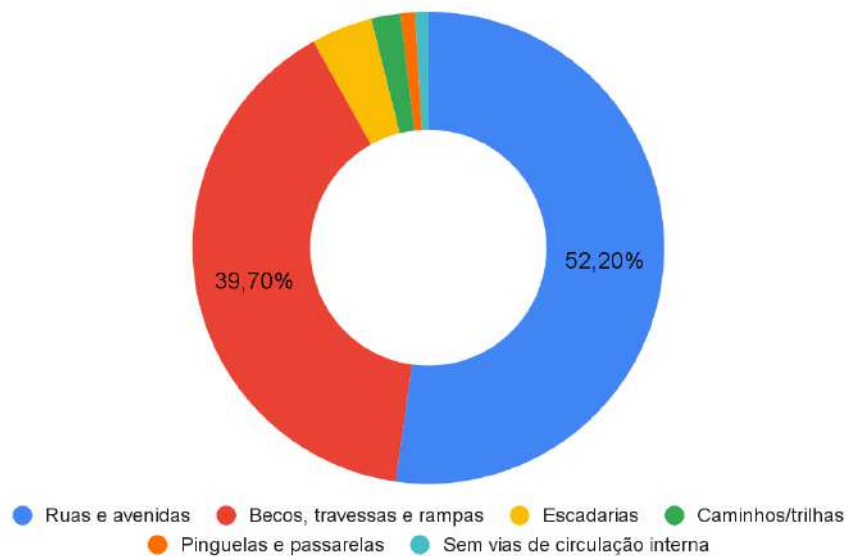
Fonte: Silbermann(2021), a partir de Brasil(2010);

Percebe-se uma maior proporção de domicílios subnormais em áreas íngremes no município de Porto Alegre em relação à média nacional. Conforme disposto no capítulo 4 do presente trabalho, pode-se notar que o arco pericentral onde incide a maior parte dos AGSN's porto-alegrenses, em sua parcela sul, coincide com uma cadeia de morros graníticos que atravessa a cidade. Nessa área concentram-se os domicílios subnormais que se situam em active/declive e é nessa área que se encontra o local de estudo.

2.5.3. Vias de circulação interna e acessibilidade

Em se tratando das suas vias de circulação interna, fator que reflete na acessibilidade dos domicílios e possibilidade de implementação de transporte público na via de acesso a eles, conforme Brasil (2010) 52,2% dos domicílios subnormais no Brasil têm como logradouro ruas e avenidas (com possibilidade de acesso constante de carros, ônibus e caminhões). Enquanto isso, 39,7% encontram-se em becos, travessas ou rampas (vias de largura reduzida que comportam a circulação de motocicletas, bicicletas e pedestres); 4,2% em escadarias (cujo único meio de acesso é a circulação peatonal); 2% em caminhos ou trilhas; 1% em pinguelas e passarelas e 0,9% sem vias de circulação interna. Na região Sul, especificamente, mais de ¼ das vias de acesso a domicílios subnormais são ruas ou avenidas que garantem a plena circulação de automóveis.

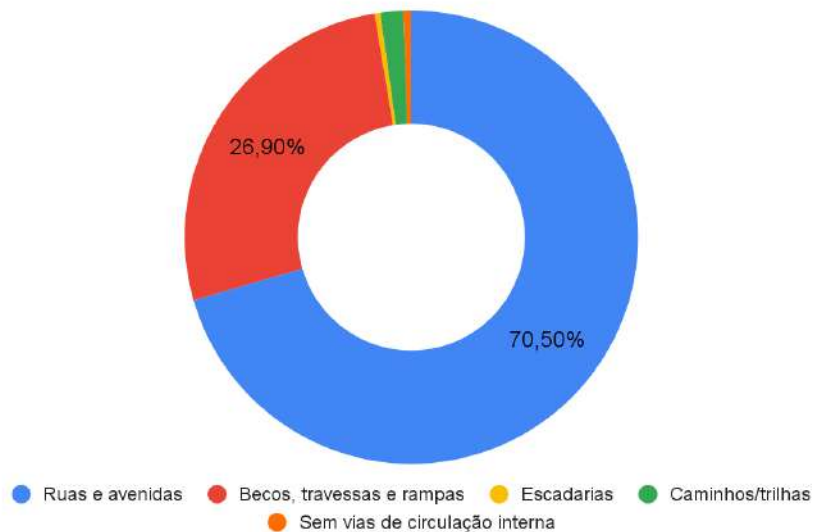
Gráfico 15. Brasil - Circulação interna nos aglomerados subnormais - 2010



Fonte: Silbermann(2021), a partir de Brasil (2010);

Já em Porto Alegre, 70,5% dos domicílios subnormais da cidade possuem as ruas e avenidas como vias de circulação interna predominantes, enquanto 26,9% possuem as travessas como principal meio de circulação; 1,63% possuem os caminhos e/ou trilhas; 0,4% possuem as escadarias como forma primordial de circulação; e 0,57% não possuem vias de circulação interna.

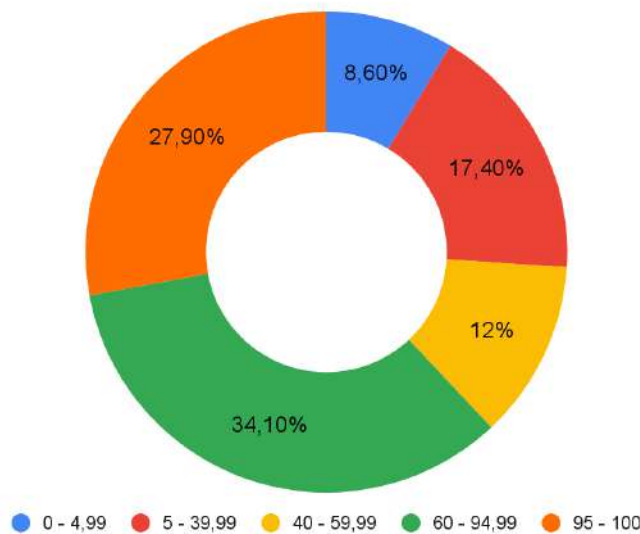
Gráfico 16. Porto Alegre - Circulação interna nos aglomerados subnormais - 2010



Fonte: Silbermann(2021), a partir de Brasil (2010);

Não obstante, 27,9% dos domicílios subnormais se situam em setores que apresentam mais de 95% de suas vias com arruamento regular; 34,1% em setores que apresentam arruamento regular entre 60% e 94,9% de suas vias; 12% em setores que apresentam arruamento regular entre 40% e 59,9% de suas vias; 17,4% em setores que apresentam arruamento regular entre 5% e 39,99% de suas vias; e 8,6% em setores que apresentam arruamento regular entre 0% e 4,99% de suas vias.

Gráfico 17. Porto Alegre - Arruamento regular nos aglomerados subnormais - 2010

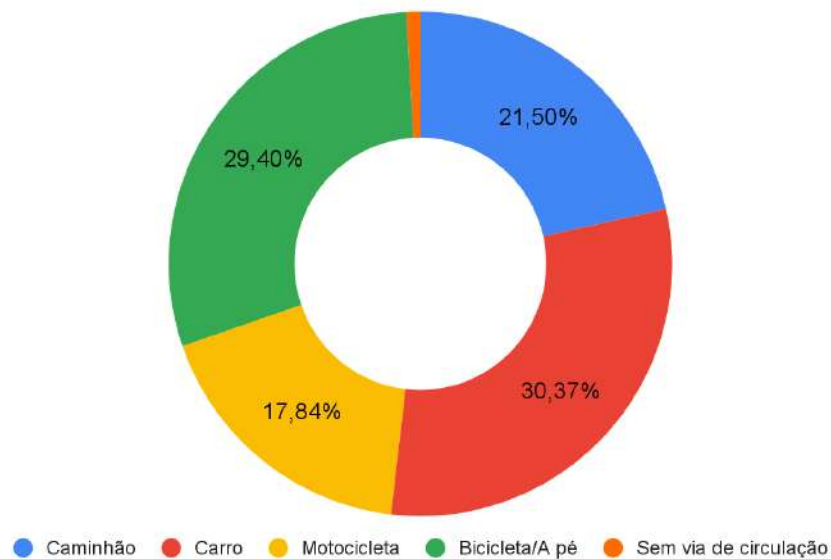


Fonte: Silbermann(2021), a partir de Brasil (2010);

No que diz respeito à possibilidade de acesso às vias por diferentes meios de locomoção, no Brasil, apenas 21,5% dos domicílios subnormais têm como logradouro vias nas quais inclusive um caminhão tem acesso (logo, os demais meios de locomoção também); 30,37% se situam em vias que garantem acesso a carros; 17,84% em vias que

permitem o acesso por meio de motocicletas; 29,4% em vias que permitem o acesso exclusivamente a bicicletas ou a pedestres; e 0,89% que não possuem logradouro.

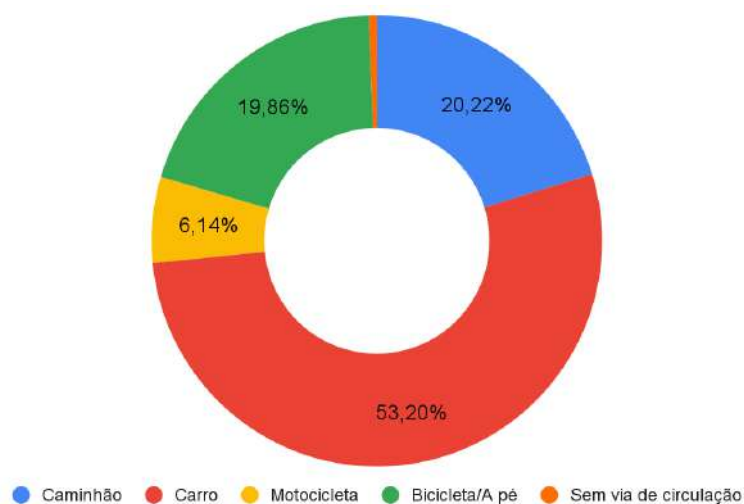
Gráfico 18. Brasil - Acesso às vias de domicílios subnormais conforme meios de locomoção - 2010



Fonte: Silbermann(2021), a partir de Brasil (2010);

Nesse quesito, Porto Alegre conta com 20,22% de seus domicílios subnormais situados em vias nas quais um caminhão tem acesso; 53,2% em vias com acesso a carros; 6,14% em vias com acesso a motocicletas; 19,86% em vias com acesso exclusivo a bicicletas e pedestres; e 0,57% sem vias internas.

Gráfico 19. Porto Alegre - Acesso às vias de domicílios subnormais conforme meios de locomoção - 2010



Fonte: Silbermann(2021), a partir de Brasil (2010);

Os AGSN's de Porto Alegre, portanto, possuem via de regra melhor possibilidade de acessibilidade em relação à média disposta pela totalidade dos AGSN's brasileiros. Quase $\frac{3}{4}$ dos aglomerados possuem as ruas e/ou avenidas como principais meios de circulação, que garantem acesso de qualquer tipo de veículo/meio de locomoção (BRASIL, 2010).

Ainda, mais de 60% deles contam com mais da metade de suas vias com arruamento regular (BRASIL, 2010). Entretanto, somente esses fatores não significam uma maior capacidade de circulação por parte dos cidadãos porto-alegrenses que residem nos AGSN's ao longo do espaço urbano; o que, conseqüentemente, não significa que eles possuem um maior acesso às amenidades urbanas em relação à média nacional correspondente à totalidade dos AGSN's.

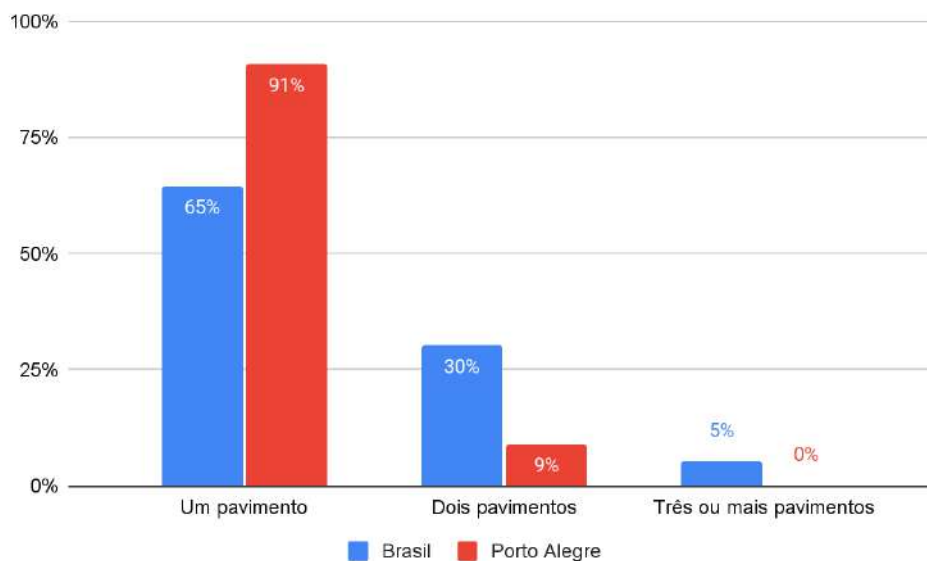
2.5.4. Verticalização e espaçamento entre construções

A respeito da verticalização e do espaçamento entre construções: Brasil(2010) atesta que há relação direta com a escassez e o preço do solo urbano e que, à medida que os AGSN's se situam em locais mais centrais das cidades brasileiras, há maior tendência à verticalização dos domicílios e à diminuição do espaçamento entre construções. Ao passo de sua periferação, há, via de regra, menor altura dos prédios e maior espaço entre edificações. Esses fatores influenciam em aspectos de insalubridade conferidos em maior ou menor grau aos AGSN's: o aumento no número de pavimentos e a aproximação entre edificações significa menor insolação e circulação de ar, o que pode comprometer a saúde da população residente e promover a propagação de doenças transmitidas por vias aéreas (BRASIL, 2010).

No contexto nacional, 72,6% das edificações não possuem espaçamento algum entre si; 26,6% possuem espaçamento médio e 0,8% espaçamento grande (BRASIL, 2010). Ainda, 64,6% apresentam verticalização de um pavimento, 30,2% de dois pavimentos e 5,2% de três ou mais pavimentos(BRASIL, 2010). Em se tratando dos domicílios subnormais da região Sul, cerca de 34% deles não possuem espaçamento entre edificações, 64% possuem espaçamento médio e 2% possuem espaçamento grande; 91% são construções de um pavimento, 8% têm dois pavimentos e 1% têm três ou mais pavimentos (BRASIL, 2010).

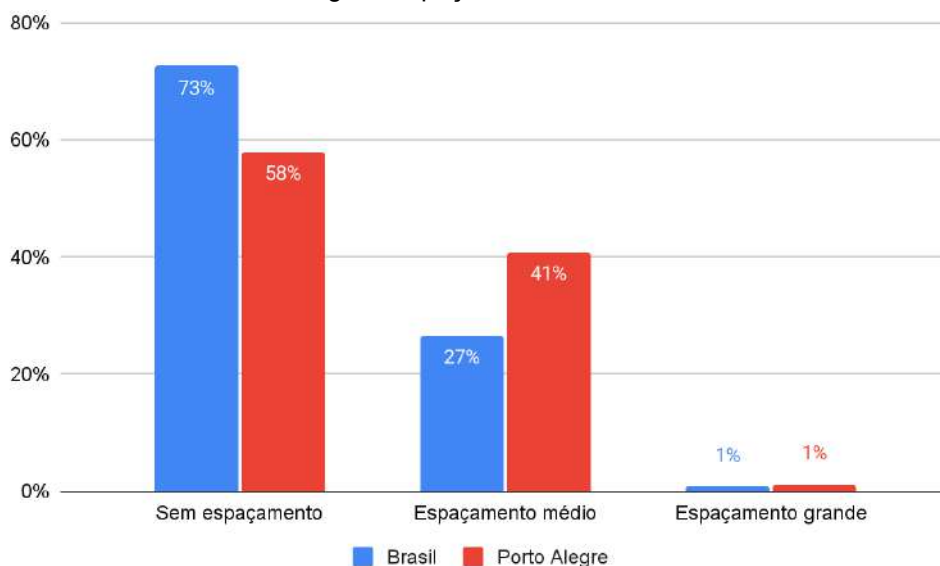
Em Porto Alegre, 90,9% dos domicílios subnormais tem um pavimento e 9,1% possuem dois pavimentos (Brasil, 2010). Ainda, 58% deles não possuem espaçamento entre si; enquanto, 40,9% possuem espaçamento médio e 1,1% espaçamento grande entre habitações.

Gráfico 20. Brasil e Porto Alegre - Pavimentos dos domicílios subnormais - 2010



Fonte: Silbermann(2021), a partir de Brasil (2010);

Gráfico 21. Brasil e Porto Alegre - Espaçamento entre domicílios subnormais - 2010



Fonte: Silbermann(2021), a partir de Brasil (2010);

Os AGSN's porto-alegrenses tendem a apresentar padrões urbanísticos que promovem maior salubridade do espaço em relação ao restante do país: grande parte das habitações possui apenas um pavimento, há um menor montante de edificações sem espaçamento e, assim, maior quantidade de domicílios com suficiente espaçamento entre si. Ainda, há maior proporção de vias de circulação com caixa larga. Esses fatores promovem uma maior circulação de ar e maior insolação nos espaços dos AGSN's da cidade de Porto Alegre em detrimento à média nacional. No entanto, esses locais ainda apresentam diferenças gritantes no que diz respeito à promoção da qualidade de vida de seus habitantes se comparados às áreas consolidadas do município (ou seja, as áreas formais que respeitam as regras da legislação urbanística, traduzida em códigos e planos).

2.5.5. Localização predominante

No que tange a localização predominante dos AGSN's, Brasil (2010) aponta a incidência de domicílios às margens de córregos, rios e/ou lagos, em palafitas, praias/dunas, manguezais, unidades de conservação, aterros sanitários, lixões ou áreas contaminadas; em faixa de domínio de rodovias, ferrovias, gasodutos ou oleodutos e linhas de transmissão de alta tensão. Tais informações evidenciam problemas socioambientais graves nos quais os pobres porto-alegrenses estão infligidos: a sujeição a inundações, erosão, deslizamentos, contaminações, atropelamentos, poluição. E, além disso, elucidam o dano ambiental causado pela falta de provisão de moradia digna aos pobres urbanos à medida que a sua localização se dá nas proximidades de ecossistemas frágeis.

Em Porto Alegre, 6 setores subnormais (4,7%) encontram-se sobre margens de rios, córregos, lagoas ou lagos, com um total de 945 domicílios particulares nessas condições; 3 sobre aterros sanitários, lixões ou outras áreas contaminadas (2,3%), com 826 domicílios particulares nessas condições; e 2 em unidades de conservação (1,5%) (BRASIL, 2010), com 290 domicílios particulares nessas condições.

Tabela 4. Porto Alegre - Localização predominante de setores subnormais - 2010

Porto Alegre - 2010				
Tipo	Setores subnormais		Domicílios subnormais	
	Total	Percentual sobre total de setores subnormais	Total	Percentual sobre total de domicílios subnormais
Em margens de rios, córregos, lagoas ou lagos	6	4,7%	945	1,6%
Sobre aterros sanitários, lixões ou outras áreas contaminadas	3	2,3%	826	1,5%
Em unidades de conservação	2	1,5%	290	0,5%

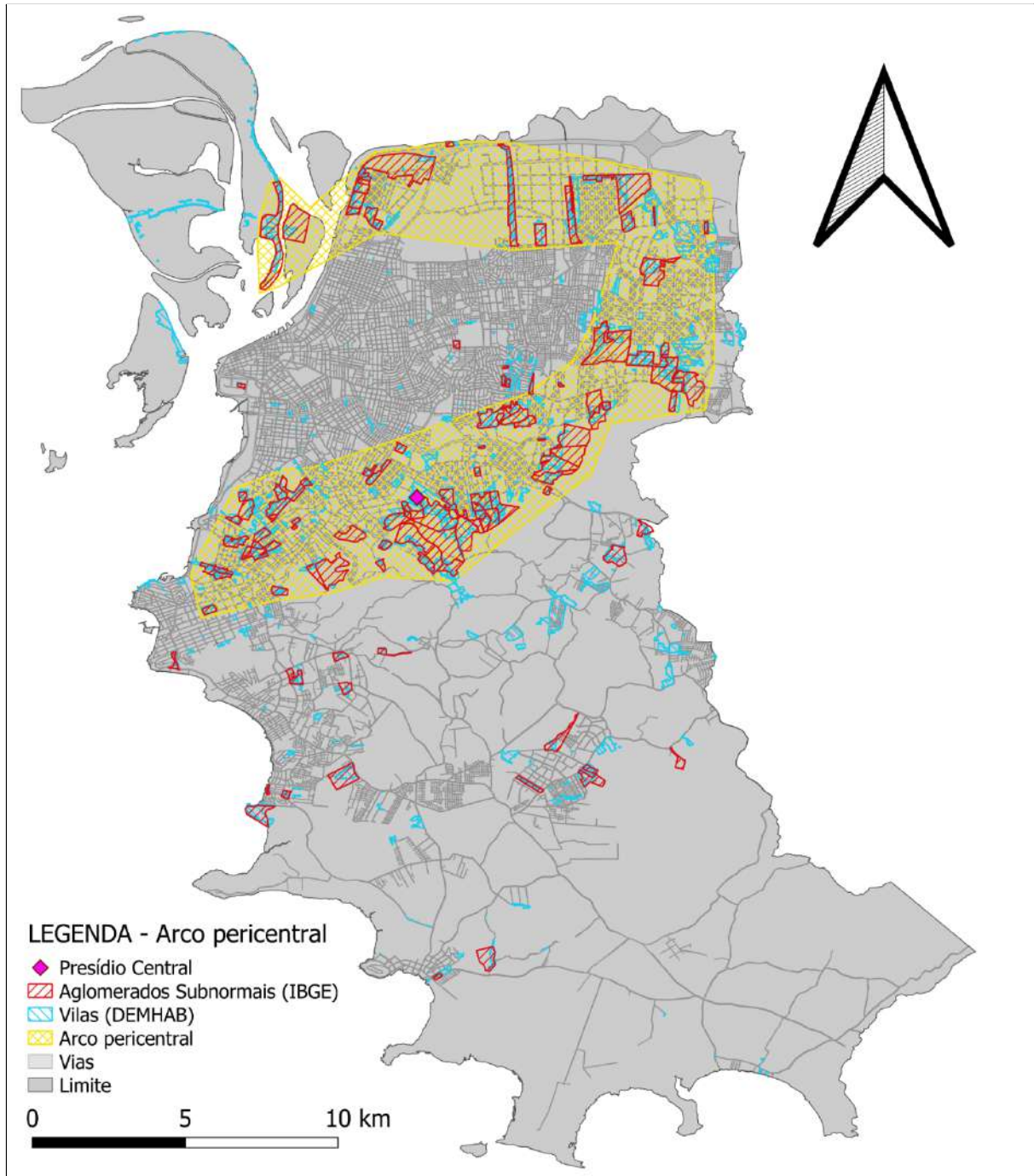
Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010);

Essas localizações residenciais, somadas às condições urbanísticas elucidadas na seção anterior, fomentam a deterioração da saúde, da expectativa e da qualidade de vida dos seus moradores e vão na contramão da garantia do direito à cidade (LEFEBVRE, 2001[1968] e HARVEY, 2008) às populações pobres.

2.5.6. Espacialização do conceito

Existem 108 AGSN's em Porto Alegre (BRASIL, 2010). Eles se distribuem, majoritariamente, na periferia do espaço urbano, em áreas do município indesejadas pelos estratos superiores de maior poder aquisitivo: o arco pericentral da aglomeração urbana do município (ANDRADE, 2019). As vilas, conceito de espaços periféricos/carentes elaborado por Porto Alegre (2009) e condicionado pela ocupação irregular de área urbana também incidem principalmente no arco pericentral.

Mapa 8. Porto Alegre - distribuição dos aglomerados subnormais e vilas - 2009 e 2010



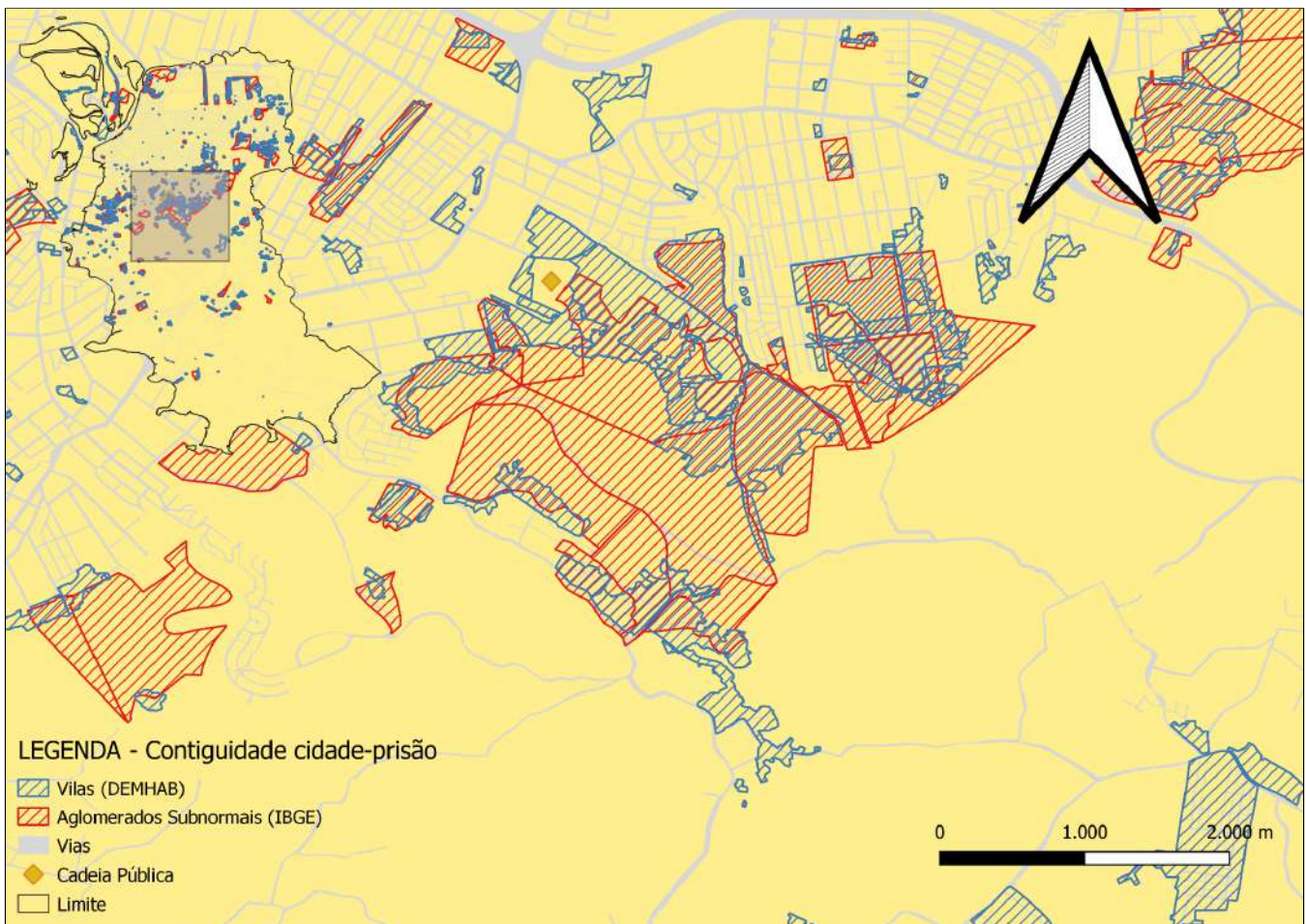
Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2009), Brasil (2010) e Andrade(2019);

Pode-se concluir que o desenvolvimento da cidade a partir de um misto de círculos concêntricos e de setores de círculo foi condicionado por barreiras geográficas impostas a sudoeste pelo lago Guaíba e a noroeste pelo delta do rio Jacuí (VILLAÇA, 2009). Isso promoveu a expansão urbana de Porto Alegre no sentido leste e acarretou a formação desse arco pericentral de incidência dos pobres urbanos na capital gaúcha.

A área de estudo (a contiguidade cidade-prisão) está situada justamente na parcela sudeste do arco pericentral de localização dos pobres urbanos de Porto Alegre. Especificamente, encontra-se em sítio onde está localizado o maior amálgama de AGSN's

da capital gaúcha: são 16 aglomerados subnormais (Alto Embratel, Batillanas, Cacimba, Campo da Tuca, Chácara do Primeiro, Chácara dos Bombeiros, Colina Verde, Glorinha, Graciliano Ramos, Morro da Cruz, Primeiro de Maio, São Guilherme, São José Comunitária, São Miguel, Vale dos Canudos e Vargas), o que corresponde a 14,8% do total de AGSN's de Porto Alegre, em área ininterrupta, compostos por 48 setores subnormais (18% do total de setores subnormais da cidade). A área do amálgama, de 5,64Km², corresponde a 20,9% da área total de AGSN's da cidade (26,98Km²) e compreende 19% de seus domicílios subnormais (10.639 domicílios subnormais). E, ainda, compreende 38 vilas (PORTO ALEGRE, 2009), que correspondem a territorializações elaboradas pela PMPA de assentamentos informais cuja população residente não possui qualquer tipo de vínculo de posse à terra que ocupa: Alto Embratel, Batillanas, Borborema, Cacimba, Campo da Tuca, Carneiro da Fontoura, Chácara das Bananeiras, Chácara do Primeiro, Chácara dos Bombeiros, Clarel, Colina Verde, Condor, Dona Ana, Dona Firmina, Dona Iris, Dona Veva, Guarani, Jardim Morada do Sol, Linha de Tiro I, Martins de Lima, Menina Alvira II, Morro da Cruz, Nossa Senhora da Glória, Nove de Junho I, Nove de Junho II, Oscar Pereira, Pantanal, Parque Belém, Primeiro de Maio, Saibreira, Santa Teresa, Santana do Agreste, São Guilherme, São José, São José Comunitária, São Miguel, Vale dos Canudos e Vargas. As áreas dessas vilas, de 3,59Km², correspondem a 19,71% do total das áreas das vilas porto alegrenses (18,21Km²).

Mapa 9. Contiguidade cidade-prisão - amálgama de aglomerados subnormais e vilas - 2009 e 2010



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010) e Porto Alegre (2019);

Tabela 5. Porto Alegre e contiguidade cidade-prisão - dados relativos a aglomerados subnormais e vilas - 2009 e 2010

Tipo	Porto Alegre	Contiguidade cidade-prisão	Percentual
Vilas	484	38	7,85%
Área de vilas	18,21Km ²	3,59Km ²	19,71%
Aglomerados subnormais	108	16	14,8%
Setores subnormais	267	48	18%
Área de aglomerados subnormais	26,98Km ²	5,64Km ²	20,9%
Domicílios subnormais	56.024	10.639	19%

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010) e Porto Alegre (2009);

Cabe, portanto, a sua análise, a fim de compreender o seu processo de conformação.

No capítulo seguinte, foram desenvolvidos os procedimentos metodológicos adotados a fim de aplicar a esse estudo de caso os aportes teóricos tratados até então nesta parcela do trabalho.

CAPÍTULO 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente capítulo tratou das metodologias adotadas para coleta, interpretação e avaliação dos dados empregados para atingir os objetivos do trabalho. A pesquisa utilizou como método primordial o estudo de caso, o que possibilitou análise em profundidade de unidade social (MARTINS e THEÓPHILO, 2007) em função da delimitação concisa da amplitude da pesquisa e a possibilidade de extrair-se generalizações para além do local de enfoque do trabalho (BECKER, 1999), além da análise crítica. Esse método significa análise minuciosa e exaustiva que acarretou um amplo detalhamento do objeto por meio de abordagem que apreende a totalidade da situação (MARTINS e THEÓPHILO, 2007; GIL, 2010). Possibilitou, ainda, a compreensão de situações complexas que exigem análise tanto de fatores quantificáveis quanto de outros não mensuráveis; ou seja, permitiu estudos quantitativos e qualitativos (MARTINS E THEÓPHILO, 2007).

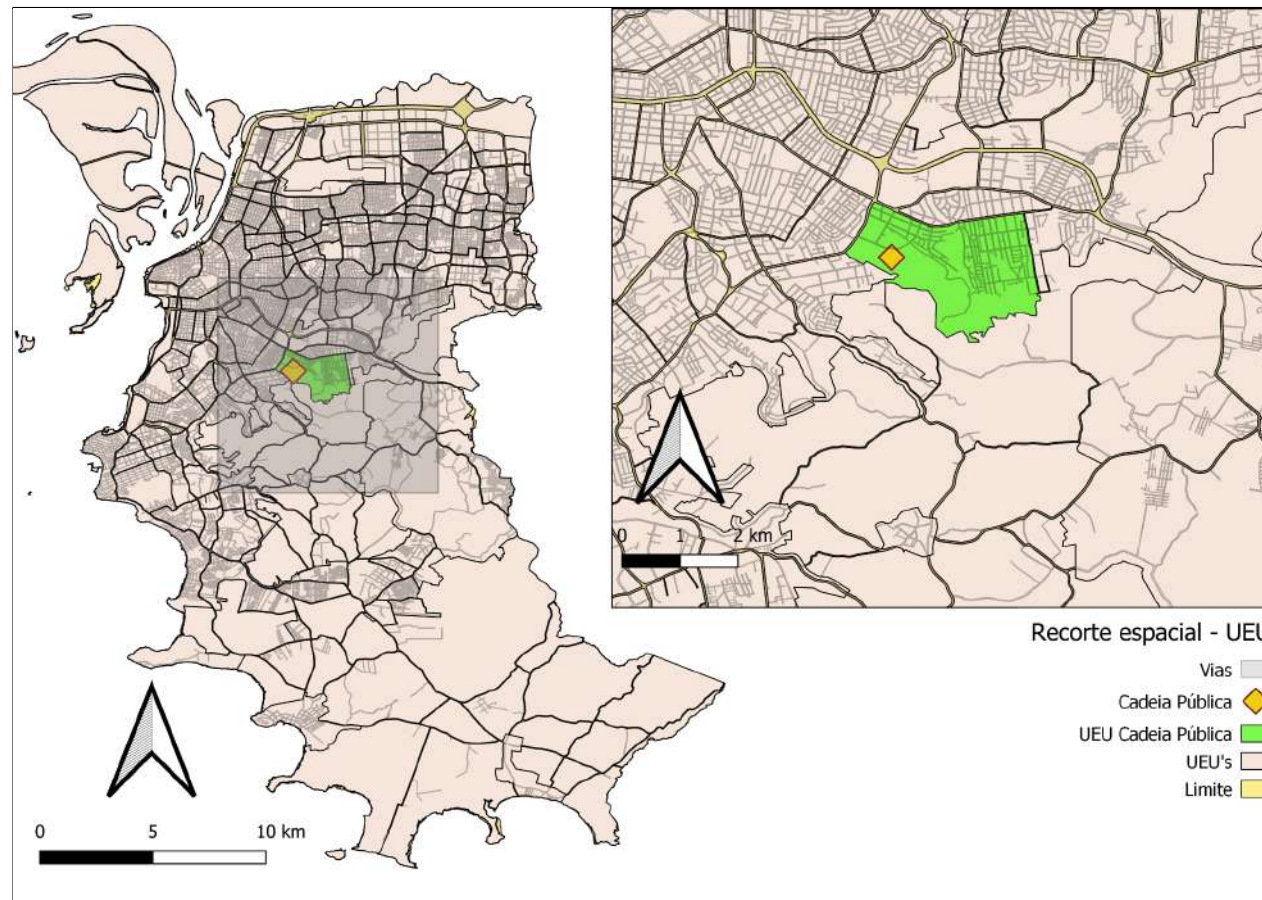
Em se tratando dos métodos de procedimento - ou seja, técnicas de análise ou etapas mais concretas da investigação, conforme Marconi e Lakatos (2000) -, foram empregados os métodos descritivo, explicativo, exploratório, histórico e comparativo, com enfoque nos dois últimos. Enquanto o penúltimo elucidou as raízes da vida social atual no seu passado, o último tratou do estudo de semelhanças e/ou diferenças de grupos analíticos de modo a verificar as relações entre si (MARCONI e LAKATOS, 2000).

Assim, aplicou-se o método de análise histórico por meio da leitura da evolução urbana do local de estudo por meio de pesquisa bibliográfica (PORTO ALEGRE, 2015; SOUZA e MÜLLER, 1997; PESAVENTO, 1999, 2004) de produções que dizem respeito ao passado do sítio e à sua conformação atual. Conforme Santos (1994), a compreensão das cidades depende do entendimento do seu processo de urbanização, o que justifica a opção por esse método de procedimento. O método comparativo, por sua vez, foi empregado para demonstrar os efeitos da segregação socioespacial nos locais de pobreza de Porto Alegre (especificamente nos AGSN's) à medida que dados correspondentes a eles foram comparados entre si e com as áreas formais da cidade por meio da interpretação de dados secundários oriundos de Brasil (2010, 2011, 2017) e Porto Alegre (2020).

A pesquisa adotou como recorte espacial amplo (ou seja, a macroescala) o município de Porto Alegre e como recortes espaciais específicos (a meso e microescala) as área que contemplam o arco pericentral de incidência de pobres e a contiguidade cidade-prisão, respectivamente. Esta, por sua vez foi delimitada pela UEU (Unidade de Estruturação Urbana) 10, territorialização por parte da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) disposta no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA), limitada pela malha viária básica circundante e que define um regimento urbanístico específico (PORTO ALEGRE, 2010) para o entorno da Cadeia Pública de Porto Alegre; enquanto aquela foi delimitada por Andrade (2019). A UEU 10 e suas desagregações, juntamente com os aglomerados subnormais (BRASIL, 2010) incidentes na contiguidade cidade-prisão; as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH's), propostas pelo IPEA (BRASIL, 2021); e as vilas, propostas pela PMPA (1952, 1973, 1999 e 2009), foram as unidades espaciais empregadas para desenvolvimento dos métodos descritivo, explicativo, comparativo e explicativo deste trabalho. Em se tratando do método histórico, foi utilizado o recorte espacial correspondente às vilas (MEDEIROS, 1947; PORTO ALEGRE, 1952, 1973 e 2013). A definição dessas territorializações justificou-se pelos seguintes quesitos:

- Unidade de Estruturação Urbana (UEU): diz respeito ao regime urbanístico imposto pelo PDDUA (PORTO ALEGRE, 2010) às áreas de análise, o que elucidou as políticas estatais em termos do controle da produção do espaço no entorno da Cadeia Pública e da distribuição de equipamentos públicos na cidade;

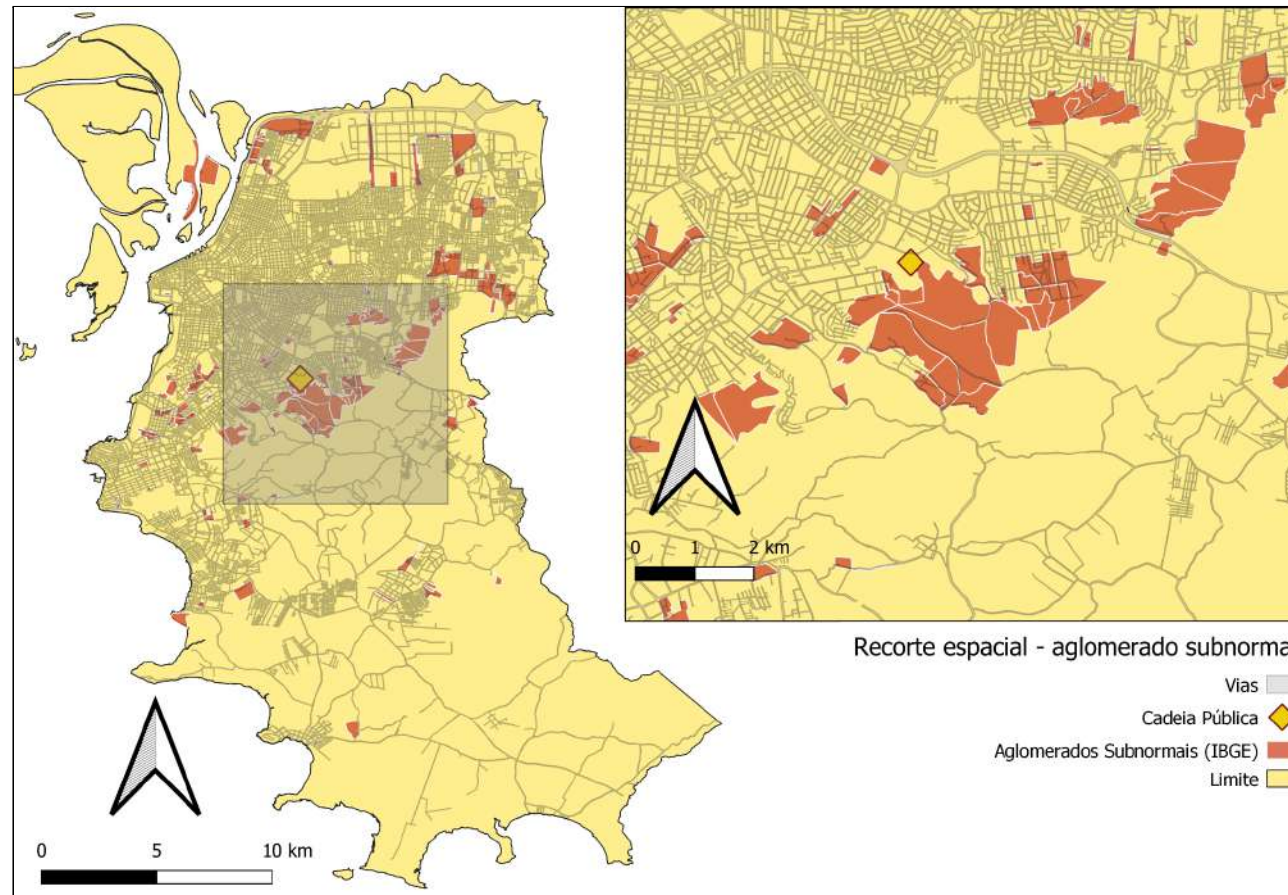
Mapa 10. Porto Alegre, UEU 10 e desagregações - Recortes espaciais da pesquisa



Fonte: Silbermann(2021), a partir de Porto Alegre (2010);

- Aglomerados subnormais (AGSN): conjunto de unidades territoriais mínimas empregadas pelo IBGE para a realização dos censos demográficos, que se conforma em AGSN's ao passo do enquadramento do espaço nos quesitos que envolvem a definição (vide capítulo 2, subcapítulo 5), que disponibilizaram dados acerca das condições do espaço e da população residente nos domicílios dos setores censitários;

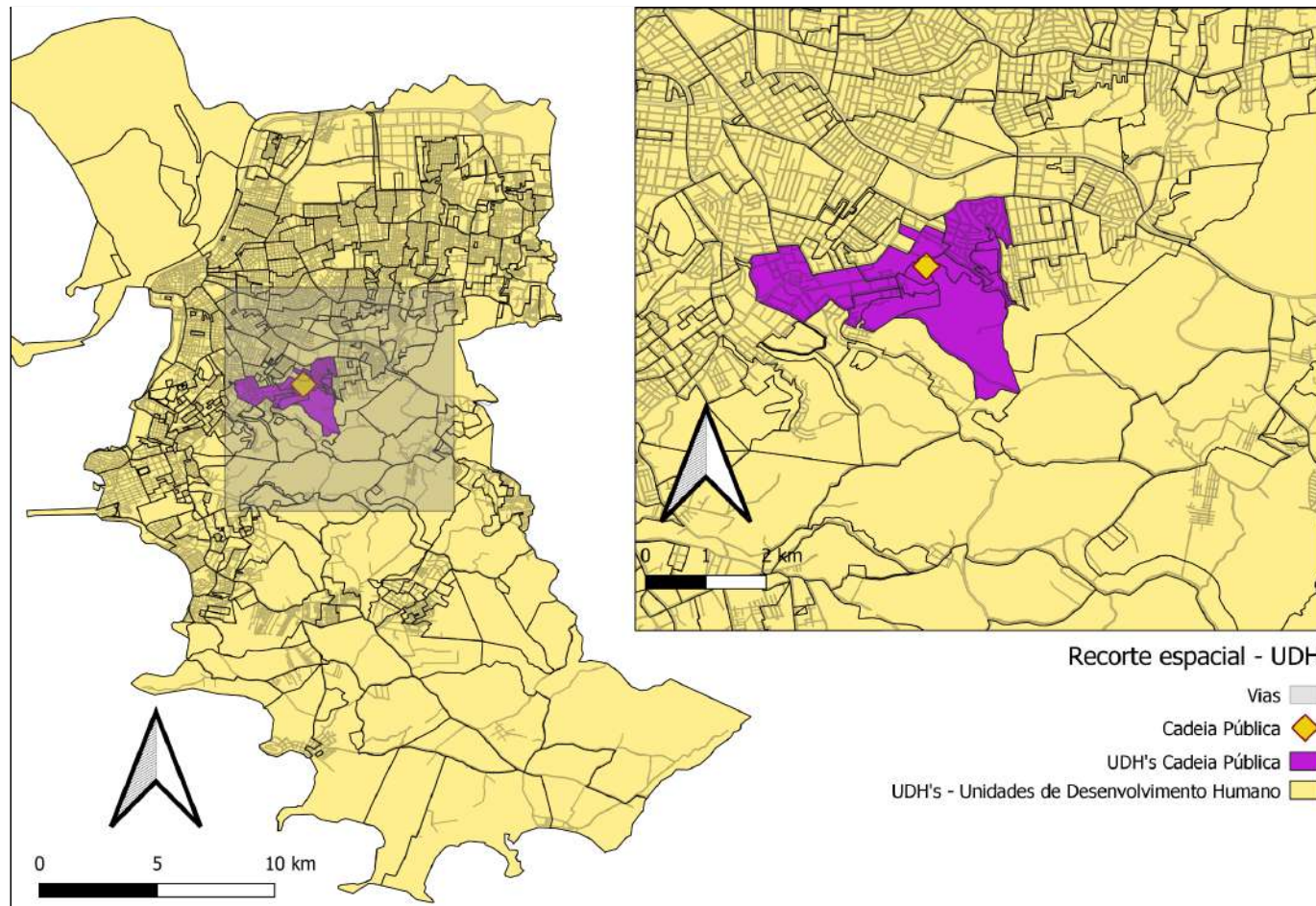
Mapa 11. Porto Alegre e aglomerados subnormais do entorno da contiguidade cidade-prisão - Recortes espaciais de pesquisa



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010);

- Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH's): o emprego dessas territorializações se justificou por meio da disponibilização de dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), índices econômicos e demográficos para o território de Porto Alegre como um todo e a nível intramunicipal nas proximidades da Cadeia Pública de Porto Alegre;

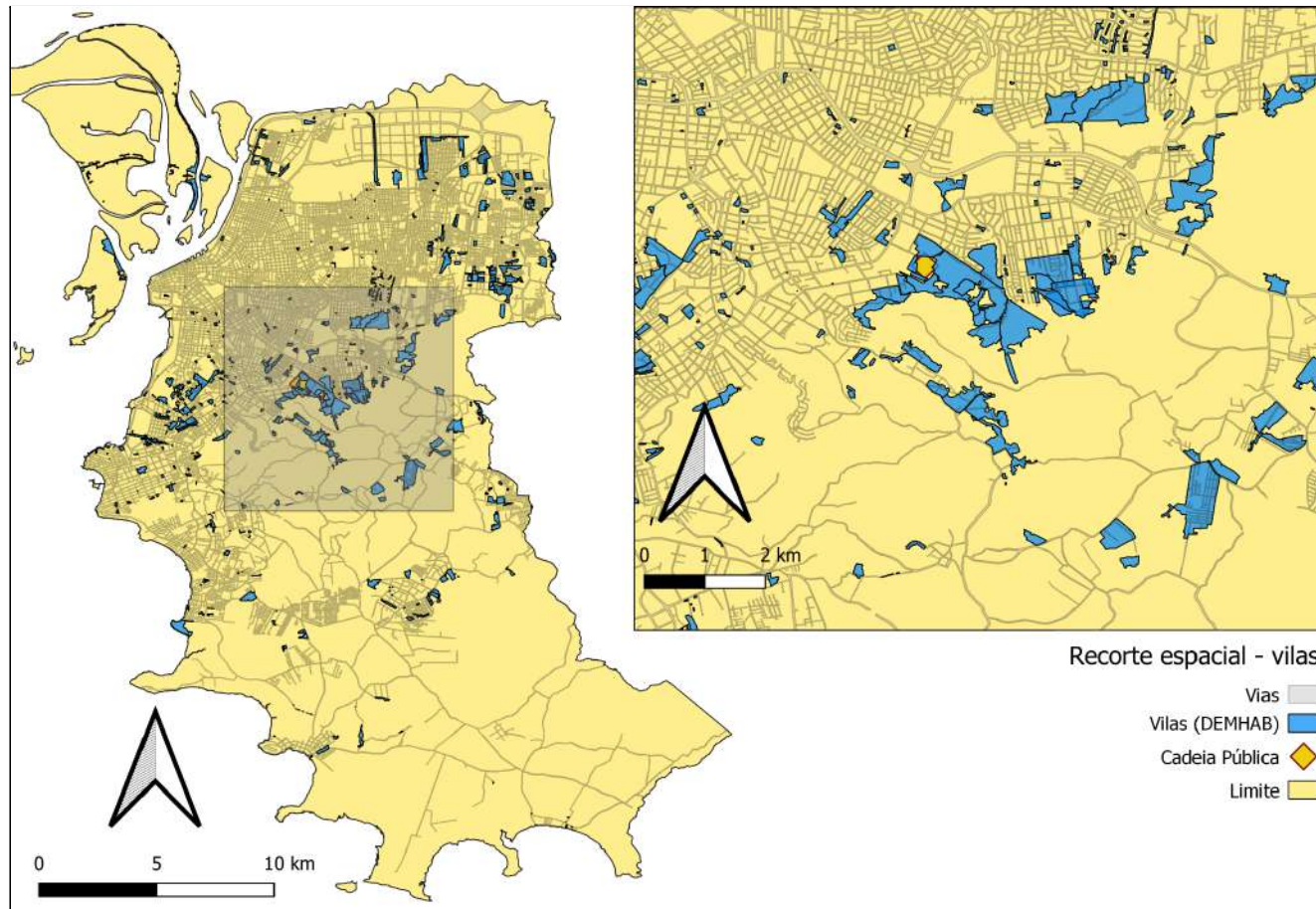
Mapa 12. Porto Alegre e UDH's do entorno da contiguidade cidade-prisão - Recortes espaciais da pesquisa



Fonte: Silbermann, a partir de Brasil (2021);

- Vilas: empregou-se esse recorte espacial, delimitado pela PMPA (PORTO ALEGRE, 1999) como assentamentos informais cuja população não possui nenhum vínculo formal de posse ou propriedade da terra, em função da disponibilização de dados relacionados à quantidade de habitações precárias (malocas) incidentes e à sua espacialização em Porto Alegre desde a metade do século XX;

Mapa 13. Porto Alegre e vilas do entorno da contiguidade cidade-prisão - Recortes espaciais da pesquisa



Fonte: Silbermann, a partir de Porto Alegre (2021)

Enquanto recorte temporal, o método histórico foi avaliado desde a instauração do assentamento primordial de Porto Alegre (século XVIII) até o presente (segundo decênio do século XXI). O método comparativo, por sua vez, foi tratado desde a localização temporal inicial de regimes neoliberais no Brasil (década final do século XX) até o presente.

Gráfico 22. Recortes temporais da pesquisa



Fonte: Silbermann (2021);

O trabalho teve como pressuposto o estabelecimento do espaço urbano em conformidade com as condições de estratificação social impostas pelas atuais condições do capitalismo identificadas como neoliberais e a consequente segregação espacial das classes ao longo da cidade. Ainda, teve como pauta a relegação dos pobres a sítios urbanos precários; e a coincidência espacial entre a incidência de objetos sociotécnicos indesejados (especificamente, cadeias) e esses espaços periféricos e/ou carentes em função do sucesso das populações abastadas no que tange o afastamento da inserção dessas infraestruturas das proximidades de seus locais de moradia (o efeito NIMBY), dada a sua detenção de poder. Para tal, a pesquisa teve como aporte teórico-conceitual os seguintes temas, autores e conceitos:

Quadro 5. Fundamentação Teórica

Tema	Autor	Conceito
Espaço/Espaço urbano	Lefebvre	*Espaço social; *Sistemas de objetos e sistemas de valores;
	Harvey	*Espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional;
	Santos	*Fixos, fluxos; *Sistemas de objetos e sistemas de fluxos; *Objetos técnicos; *Meio técnico-científico-informacional;

Tema	Autor	Conceito
Cidade	Lefebvre	*Direito à cidade;
	Harvey	*Direito à cidade;
Segregação socioespacial	Santos	*Circuitos superior e inferior;
	Bourdieu	*Espaço social hierarquizado;
Espaços periféricos/carentes	Abramo	*Lógica da necessidade;
	Kaztman	*Capital individual e coletivo;
	IBGE	*Aglomerado subnormal;
Encarceramento	Wacquant	*Encarceramento em massa;
NIMBY	Gerrard	*LULU; *BANANA;
	Abramovay	*NOPE;

Fonte: Silbermann (2021)

Weber, Lefebvre, Santos, Harvey e Villaça auxiliaram na pesquisa por meio da contextualização da produção intelectual acerca do espaço, espaço urbano e as cidades, assim como suas relações com os processos técnicos, históricos e socioeconômicos.

Já Santos, Bourdieu, Abramo, Kaztman, Villaça, Schapira, Maricato e Wacquant elucidaram aspectos de desigualdade social inerentes ao espaço urbano e expressos ao longo do território por meio da segregação no que diz respeito à localização residencial das classes. Ainda, colaboraram para demonstrar as diferenças de acesso no que tange às benfeitorias dispostas na cidade: enquanto os ricos usufruem dos equipamentos públicos, as populações relegadas às periferias e/ou espaços carentes tendem a ser afastadas física e simbolicamente das infra estruturas básicas de promoção de qualidade de vida no meio urbano. Enquanto isso, o IBGE demonstrou a espacialização do local de incidência dos pobres nas cidades brasileiras e em Porto Alegre por meio do conceito de aglomerado subnormal.

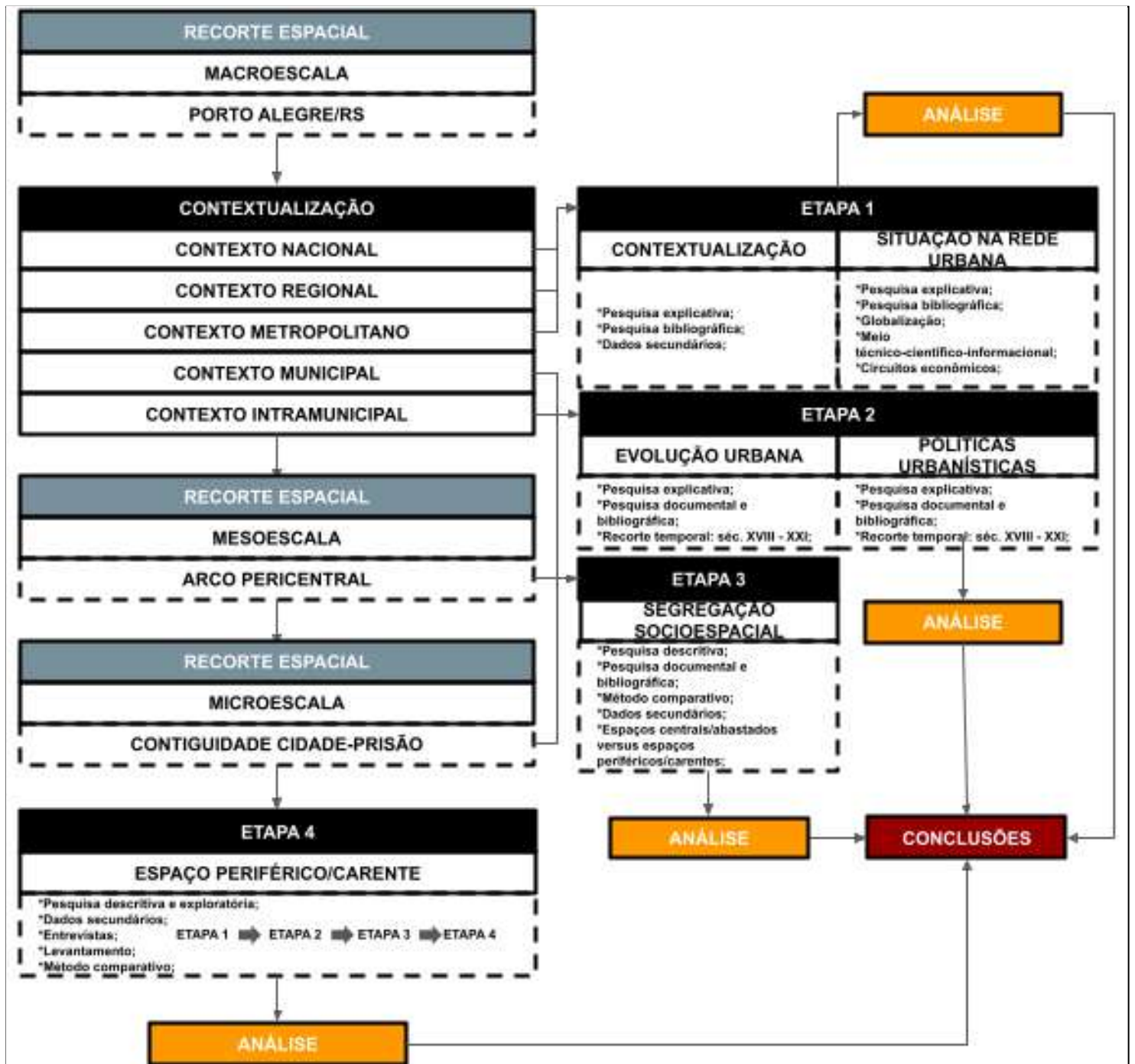
Wacquant contribuiu, ainda, para a demonstração do atrelamento entre os espaços periféricos e as unidades prisionais por meio da coincidência entre o perfil populacional majoritário desses locais e entre os processos que acarretaram a sua eclosão e expansão.

Por fim, Gerrard, Abramovay, Bullard, Lanzetta e Gravano contribuíram para a especulação acerca do efeito NIMBY fazer com que houvesse a aproximação espacial entre cadeias públicas e espaços de incidência de pobres na cidade de Porto Alegre em função da capacidade das populações abastadas em relação à proibição da inclusão desses equipamentos nas proximidades de suas moradias e da falta de poder dos pobres em se tratando da concretização do seu rechaço à contiguidade a tais equipamentos e seus sítios de habitação.

A discussão a partir desses autores e seus conceitos embasou e conduziu a pesquisa em questão. Enquanto estrutura, este trabalho teve também como embasamento principal a produção de Gallina (2019); e, enquanto método, garantiu aporte a partir de produções de Becker, Gil, Marconi e Lakatos e Martins e Teóphilo.

O Gráfico 23 dispõe dos passos metodológicos empregados que conduziram a pesquisa aos seus resultados.

Gráfico 23. Procedimentos metodológicos de pesquisa



Fonte: Silbermann (2021);

A fim de alcançar os objetivos estipulados à pesquisa, a mesma foi subdividida em seis diferentes unidades de análise: 1) contextualização; 2) situação na rede urbana; 3) evolução urbana; 4) políticas urbanísticas; 5) segregação socioespacial; 6) espaço periférico/carente. Essas unidades, por sua vez, foram distribuídas em 4 etapas de trabalho, que foram elucidadas a seguir, a partir das suas relações com as análises em macro, meso

e microescala. Os produtos oriundos dessa parcela do trabalho foram compreendidos como o elo entre as suas partes dada a interdependência entre etapas. E, ainda, foram entendidos como elementos cruciais para a condução das conclusões da pesquisa.

3.1. Macroescala: a cidade de Porto Alegre/RS

Os estudos referentes à macroescala condisseram com a 1ª, 2ª e 3ª etapas da pesquisa. A obtenção de dados para a primeira etapa ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica; enquanto que, para as etapas 2 e 3, houve pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Nas primeiras duas etapas, a pesquisa foi explicativa, enquanto a terceira foi descritiva. Ou seja, em conjunto, as três etapas contribuíram para explicar e descrever o fenômeno da segregação socioespacial na cidade de Porto Alegre, assim como para justificar a escolha do local de análise da etapa 4. Isso se deu por meio de textos, tabelas e mapas; estes elaborados por meio de ferramentas de Sistema de Informação Geográfica (SIG) QuantumGIS 3.18 Zürich™ e QuantumGIS 3.4 Madeira™.

3.2. Mesoescala: o arco pericentral de localização dos pobres

Todas as etapas do estudo de caso elucidaram, em maior ou menor grau, a mesoescala: a geometria de amálgama de territorializações que elucidam os espaços de confluência dos pobres urbanos, como AGSN's e vilas (vide Mapa 8). Porém, a 3ª etapa conferiu especial atenção a esta parcela do território porto alegreense a fim de compará-la aos locais de confluência de populações afluentes para apresentar as mazelas impostas às populações subalternas oriundas da segregação socioespacial.

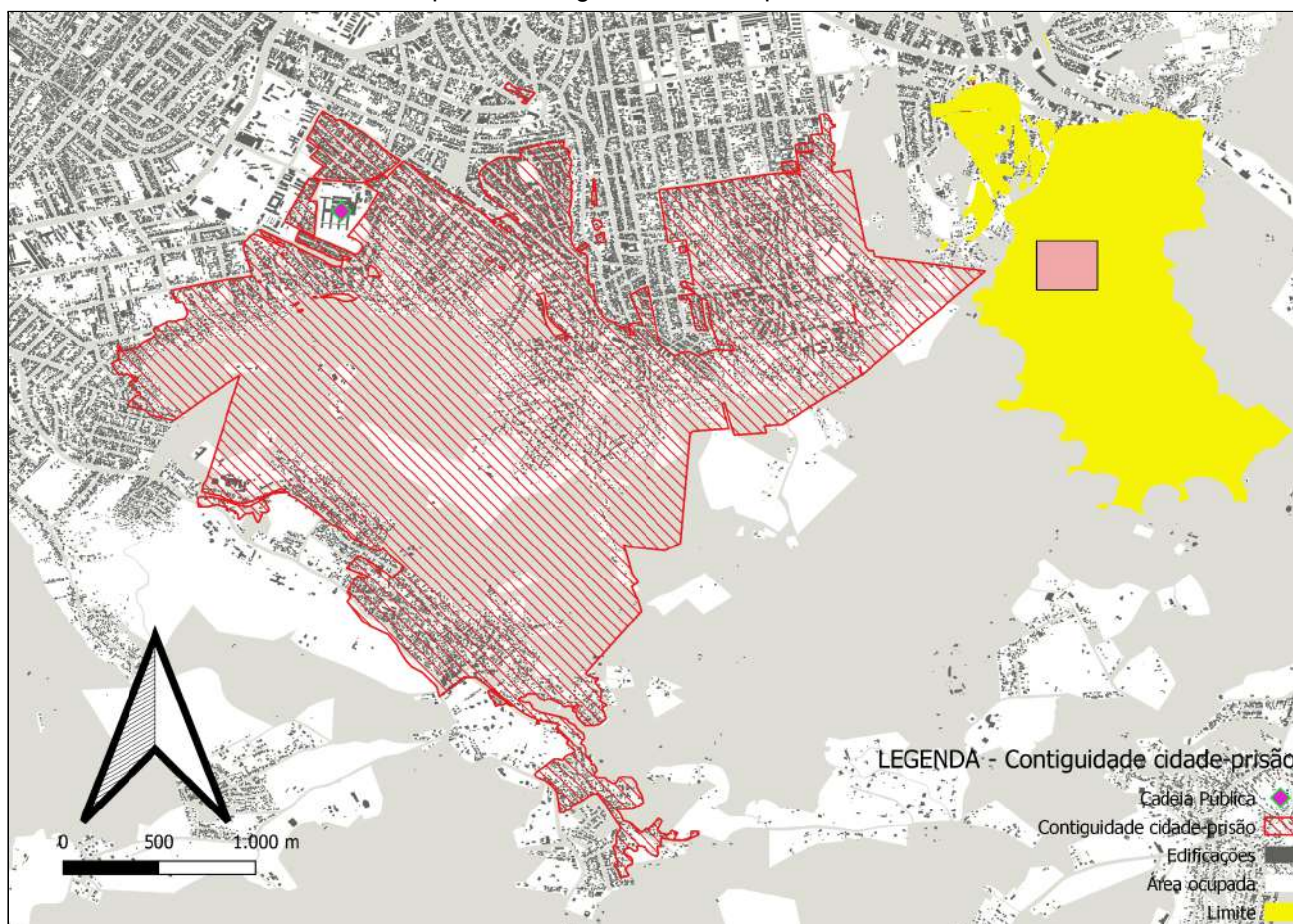
3.3. Microescala: a contiguidade cidade-prisão

As etapas 2, 3 e 4 foram condizentes à análise da microescala, que corresponde ao amálgama ininterrupto de vilas e AGSN's do entorno da unidade prisional, assim delimitado por decorrência da possibilidade de agregação de dados secundários. Sendo que as etapas 2 e 3 também correspondem à macroescala e, por conta disso, já tiveram os métodos de pesquisa elucidados no subcapítulo 3.1, a etapa 4, por fim, consistiu em pesquisa descritiva e exploratória, pois descreveu características específicas tanto à população da contiguidade cidade-prisão, quanto ao local em si por meio de:

- levantamentos e interpretações de dados secundários;
- levantamentos de autoria do realizador desta pesquisa através de ferramentas digitais (Google Maps, Google Street View, dada a impossibilidade de fazê-los in situ em função da pandemia de coronavírus) com produção de cartografias anexadas ao trabalho;

Os dados coletados a partir dos métodos acima descritos resultaram na produção de conteúdo textual, tabelas e mapas a partir do SIG.

Mapa 14. Contiguidade cidade-prisão - microescala



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2009 e 2010) e Brasil (2010);

3.4. Estudo de caso

3.4.1. Etapa 1: Contextualização e situação na rede urbana

Esta etapa consistiu na contextualização de Porto Alegre no que diz respeito às suas características políticas, geomorfológicas e ambientais; de acessibilidade e mobilidade; econômicas; de desenvolvimento humano, demográficas, laborais, educacionais; de saúde e de segurança; de seus domicílios. E, além disso, consistiu na caracterização da situação da cidade na rede urbana de acordo com os contextos nacional, regional e metropolitano, a fim de compreender a posição da cidade nos circuitos econômicos (superior e inferior) propostos por Santos (1979). A hierarquia urbana elucida o grau de inserção de cidades nos circuitos político-econômicos globais e, conseqüentemente, a posição da cidade no que diz respeito à capacidade de produção de técnicas e discursos políticos hegemônicos.

Esta parcela da análise foi conduzida de modo explicativo; ou seja, foi elaborada para a delimitação de fatores que determinam a conformação e/ou contribuem para a intensificação do fenômeno da segregação socioespacial na cidade de Porto Alegre (GIL, 2010) e decorreu por meio de pesquisa bibliográfica. Foi parcela crucial relativa ao processo metodológico adotado à medida que explicou o local de estudo e suas principais características, mesmo não contendo a solução de objetivo específico.

Quadro 6. Procedimento metodológico da etapa 1

Procedimento metodológico	*Descrição da cidade de Porto Alegre a partir de suas características políticas, geomorfológicas e ambientais; de acessibilidade e mobilidade; econômicas; de desenvolvimento humano, demográficas, laborais, educacionais; de saúde e de segurança; de seus domicílios e verificação da sua posição em relação à rede urbana;
Unidade de análise	*Contextualização; *Situação na rede urbana/ hierarquia urbana;
Recortes espaciais	*Brasil; *Rio Grande do Sul; *RMPA; *Porto Alegre; *Bairros; *UDH's; *Setores censitários; *Quarteirões; *Lotes;
Métodos	*Pesquisa explicativa; *Pesquisa bibliográfica;
Produtos	*Produção textual; *Produção de tabelas; *Produção de mapas por meio de ferramentas de SIG;

Fonte: Silbermann (2021);

3.4.2. Etapa 2: Evolução urbana e políticas urbanísticas

Esta parcela da pesquisa foi constituída na busca de dois objetivos específicos do trabalho: a análise da evolução urbana e das políticas urbanísticas da cidade de Porto Alegre desde a implantação do assentamento inicial do município até o presente (final do século XVIII - 2021), com especificidade para a contiguidade cidade-prisão, para os espaços de ablegação dos pobres urbanos e para o fenômeno de segregação espacial. O amálgama desses dois objetivos em uma única etapa da pesquisa ocorreu em função da indissociabilidade entre os discursos que pautam a produção do espaço e a sua concretização ao longo do território. Ocorreu de forma explicativa e envolveu a coleta de dados por meio de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica;

Quadro 7. Procedimento metodológico da etapa 2 - Objetivos específicos “a” e “b”

Objetivo Específico “a” e “b”	*Explorar a evolução urbana da capital gaúcha e do espaço vizinho à Cadeia Pública de Porto Alegre com enfoque destinado aos espaços periféricos/carentes e locais de aprisionamento da cidade desde a implementação do assentamento (final do século XVIII) até o presente (segundo decênio do séc. XXI); *Examinar e avaliar a formulação legal que condiciona a urbanização de Porto Alegre e do entorno da unidade prisional porto alegreense destinada a contraventores masculinos desde o começo do século XX até o presente (2021), assim como a sua aplicação;
Unidade de análise	*Evolução urbana; *Políticas urbanísticas;

Recortes espaciais	*Porto Alegre; *Vilas; *Macrozonas; *UEU's; *Sub-UEU's;
Métodos	*Pesquisa explicativa; *Pesquisa documental e pesquisa bibliográfica;
Produtos	*Produção textual; *Produção de tabelas; *Produção de mapas por meio de ferramentas de SIG;

Fonte: Silbermann (2021);

3.4.3. Etapa 3: Segregação socioespacial em Porto Alegre

A etapa 3 constituiu-se pela análise do estado da arte da segregação socioespacial em Porto Alegre, com enfoque para a suposição de que esse processo intensifica-se na contiguidade cidade-prisão por meio da aglutinação de pobres no local. Para isso, empregou-se a pesquisa descritiva e o método comparativo, em que espaços carentes/informais/periféricos de Porto Alegre foram descritos e comparados com espaços abastados/consolidados/centrais por meio de dados secundários oriundos de Brasil e Porto Alegre.

Quadro 8. Procedimento metodológico da etapa 3 - Objetivo específico "c"

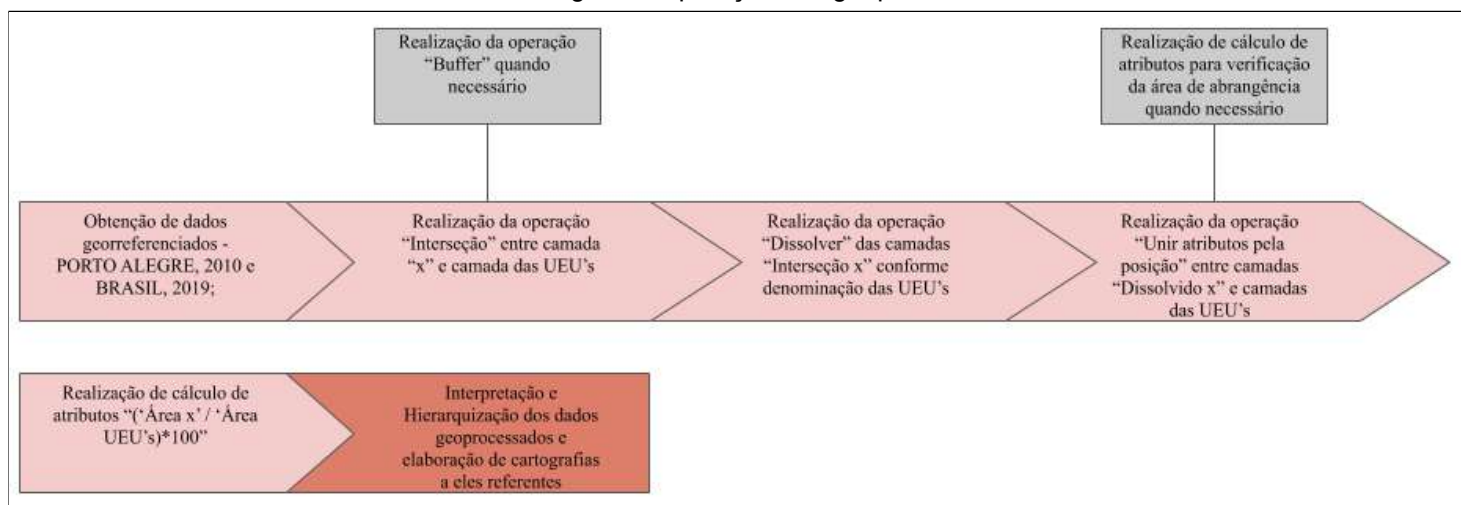
Objetivo Específico "c"	*Analisar e documentar a conformação da segregação socioespacial no espaço da cidade e no espaço vizinho à Cadeia Pública de Porto Alegre por meio da disposição de grupos humanos e de infraestruturas urbanas ao longo do território;
Unidade de análise	*Segregação socioespacial;
Recortes espaciais	*UDH's; *UEU's; *Setores censitários; *Quarteirões; *Lotes;
Métodos	*Pesquisa descritiva; *Levantamento e análise de dados secundários; *Método comparativo;
Produtos	*Produção textual; *Produção de tabelas; *Produção de mapas por meio de ferramentas de SIG;

Fonte: Silbermann (2021);

Nesta parcela do trabalho, também empregou-se o SIG para a realização de operações de geoprocessamento, relacionadas à verificação das áreas de abrangência de equipamentos públicos na capital gaúcha de acordo com Castello (2008) e Gobbato (2016), conforme a disposição das UEU's (PORTO ALEGRE, 2010) e da contiguidade cidade-prisão. Esse processo ocorreu a fim de comparar a provisão de amenidades urbanas tanto nas áreas abastadas, quanto nas periféricas. O gráfico abaixo demonstra os passos

realizados a fim de obter os dados referentes às proporções de áreas abrangidas por equipamentos em relação às áreas totais das UEU's porto alegrenses.

Gráfico 24. Metodologia das operações de geoprocessamento



Fonte: Silbermann (2021);

3.4.4. Etapa 4: Espaço periférico/carente

A parcela final de análise foi constituída pela produção acerca do alcance dos dois objetivos específicos finais da pesquisa: a descrição do espaço urbano vizinho à Cadeia Pública de Porto Alegre e a exploração da suposição que envolve o efeito NIMBY na produção do espaço da contiguidade cidade-prisão. Essa etapa foi elaborada a partir de pesquisa documental, levantamento e análise de dados secundários e de dados coletados pelo próprio autor.

Quadro 9. Procedimento metodológico da etapa 4 - Objetivos específicos “d” e “e”

Objetivos Específicos “d” e “e”	<p>*Identificar, a partir de dados secundários oriundos do IBGE, do IPEA e de Porto Alegre e a partir de dados de levantamentos, aspectos demográficos diversos (renda, cor/raça, educação, trabalho) da população localizada no entorno da cadeia pública e da urbanização em que residem (incidência de equipamentos públicos, infra estruturas básicas, características da urbanização), com o objetivo de compreender, interpretar e responder a pergunta da pesquisa;</p> <p>* Explorar, a partir de pesquisa documental, a incidência do efeito NIMBY no que diz respeito à inserção da Cadeia Pública de Porto Alegre no local onde incide;</p>
Unidade de análise	*Espaço periférico/carente;
Recortes espaciais	<p>*UDH's;</p> <p>*UEU's;</p> <p>*Setores censitários;</p> <p>*Quarteirões;</p> <p>*Lotes;</p> <p>*Domicílios;</p>
Métodos	<p>*Pesquisa descritiva e exploratória;</p> <p>*Pesquisa documental;</p> <p>*Levantamento de dados secundários e de dados coletados pelo autor;</p>

Produtos	<ul style="list-style-type: none"> *Produção textual; *Produção de tabelas;; *Produção de mapas por meio de ferramentas de SIG;
-----------------	--

Fonte: Silbermann (2021);

Enquanto síntese das metodologias empregadas para a elaboração do presente trabalho, propôs-se a elaboração do Quadro 10.

Quadro 10. Síntese dos procedimentos metodológicos conforme etapas de análise

Etapa	1	2	3	4
Escala	*Macro e mesoescala;	*Macro, meso e microescala;	*Macro, meso e microescala;	*Meso e microescala;
Unidade de análise	*Contextualização; *Situação na rede urbana/ hierarquia urbana;	*Evolução urbana; *Políticas urbanísticas;	*Segregação socioespacial;	*Espaço periférico/carente;
Recortes espaciais	*Brasil; *Rio Grande do Sul; *RMPA; *Porto Alegre; *Bairros; *UDH's; *Setores Censitários; *Quarteirões; *Lotes;	*Porto Alegre; *Vilas; *Macrozonas; *UEU's; *Sub-UEU's;	*UDH's; *UEU's; *Setores censitários; *Quarteirões; *Lotes;	*UDH's; *UEU's; *Setores censitários; *Quarteirões; *Lotes; *Domicílios;
Métodos	*Pesquisa explicativa; *Pesquisa bibliográfica;	*Pesquisa explicativa; *Pesquisa documental e pesquisa bibliográfica;	*Pesquisa descritiva; *Levantamento e análise de dados secundários; *Método comparativo;	*Pesquisa descritiva e exploratória; *Pesquisa documental; *Levantamento de dados secundários e de dados coletados pelo autor;
Produtos	*Produção textual; *Produção de tabelas; *Produção de mapas por meio de ferramentas de SIG	*Produção textual; *Produção de tabelas; *Produção de mapas por meio de ferramentas de SIG;	*Produção textual; *Produção de tabelas; *Produção de mapas por meio de ferramentas de SIG;	*Produção textual; *Produção de tabelas; *Produção de mapas por meio de ferramentas de SIG;

Fonte: Silbermann (2021);

CAPÍTULO 4 | ESTUDO DE CASO E ANÁLISE

O presente capítulo apresenta o estudo de caso e está dividido em 4 subcapítulos, de acordo com as etapas descritas no capítulo anterior. O primeiro subcapítulo abordou a descrição de Porto Alegre e a sua situação perante a rede urbana a fim de contextualizá-la na hierarquização imposta pela globalização e verificar a incidência dos circuitos econômicos e a capacidade de formação de técnicas e discursos de poder. O segundo tratou da conformação do espaço urbano ao longo do tempo desde o final do século XVIII, com enfoque aos espaços periféricos/carentes, e das regulamentações urbanísticas da capital gaúcha desde o século XIX até os dias atuais; ou seja, da evolução urbana de Porto Alegre. Após, foi descrita a segregação socioespacial no município, com especial atenção para a contiguidade cidade-prisão. Por fim, foi descrito esse local, que define a microescala, a fim de enquadrá-lo enquanto espaço periférico/carente devido à intensificação da segregação socioespacial identificada através do efeito NIMBY.

4.1. Etapa 1: Contextualização e situação na rede urbana

Na presente etapa da pesquisa, foi descrita a cidade de Porto Alegre mediante suas características de localização no território, além de características políticas, geomorfológicas, climáticas e ambientais; de acessibilidade e mobilidade; econômicas; de desenvolvimento humano, demográficas, laborais, educacionais; de saúde e de segurança e de seus domicílios. A apresentação da capital gaúcha em diversos aspectos se deu a fim de relacioná-los, posteriormente (etapas 3 e 4 e, possivelmente, futuras produções científicas), ao fenômeno da segregação socioespacial na cidade, em anuência ao objetivo principal desta pesquisa. Para a realização desse detalhamento, houve a obtenção e interpretação de dados secundários oriundos de Brasil, Rio Grande do Sul e Porto Alegre. Em seguida, buscou-se situar a cidade de Porto Alegre perante a rede urbana brasileira a partir da produção de Santos (1996) que diz respeito ao conceito de redes e de Brasil (2018), que descreve a hierarquia urbana por meio das zonas de influências das cidades brasileiras.

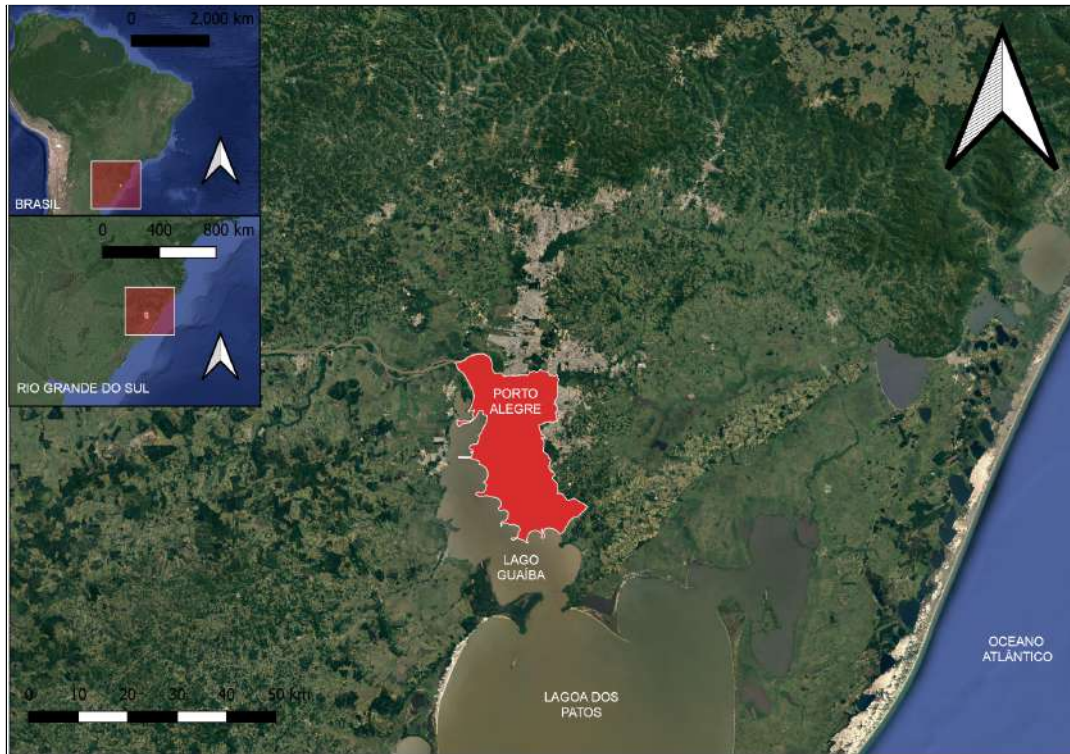
Entende-se que, para cada item elucidado pela presente etapa da pesquisa, poderia haver um farto trabalho de pesquisa à parte. No entanto, a fim de elucidar a segregação socioespacial e a amplitude de seus efeitos na cidade, houve a explicação resumida dessas diversas características da urbanização porto alegreense a partir de Brasil (2010 e 2018), Rio Grande do Sul (2010, 2017, 2018 e 2021), Porto Alegre (1998, 2010 e 2015 e 2021), Sebrae (2019) e Fedozzi e Soares (2015).

4.1.1. Contextualização

a) Localização

Porto Alegre é um município brasileiro localizado no sul do país, situado no paralelo 30° Sul e no meridiano 51° Oeste, no estado do Rio Grande do Sul. A cidade é capital administrativa estadual, 4º maior centro de gestão empresarial do país, importante centro cultural, esportivo e financeiro (BRASIL, 2018) e metrópole do estado.

Mapa 15. Porto Alegre - Localização - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

O município, conforme Brasil (2010), ocupa área de 496,8 km², é limítrofe a Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Triunfo e Viamão e compreende 82 bairros no total, podendo ser subdividido ainda em uma área central e as zonas norte e sul.

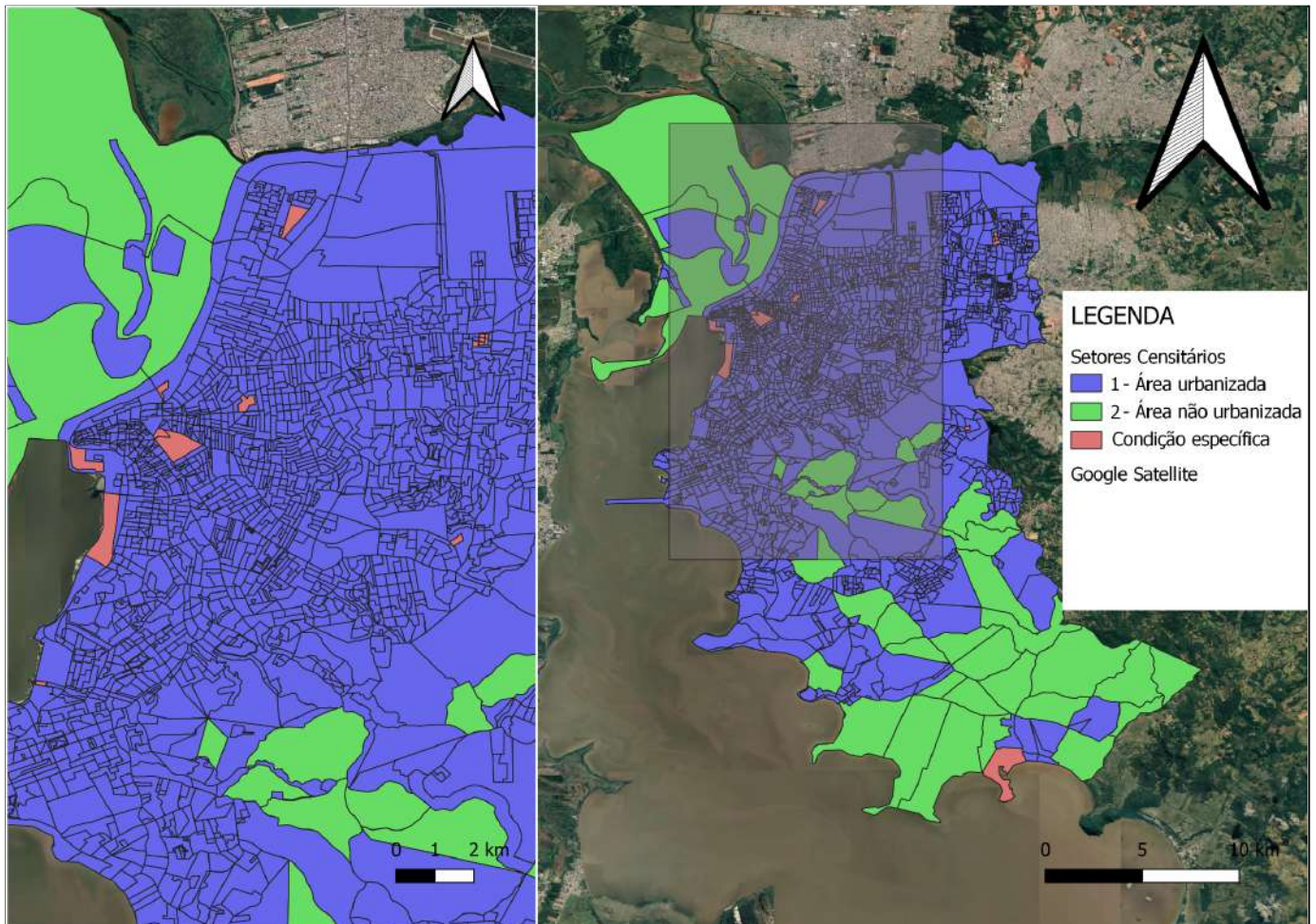
Mapa 16. Porto Alegre - municípios limítrofes e divisão de bairros - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

Assim, enquanto a zona norte possui urbanização mais densificada em função do seu estabelecimento prévio dadas as melhores condições para ocupação, a zona sul, ainda em processo de conformação, apresenta grandes vazios urbanos. Inclusive, a parcela meridional da cidade concentra a maior parcela de áreas não urbanizadas (BRASIL, 2010) e, ainda, de áreas rurais: a capital compreende 30% de áreas rurais em seu território, de acordo com Porto Alegre (2021).

Mapa 18. Porto Alegre - Urbanização conforme setores censitários - 2010



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

b) Região Metropolitana de Porto Alegre

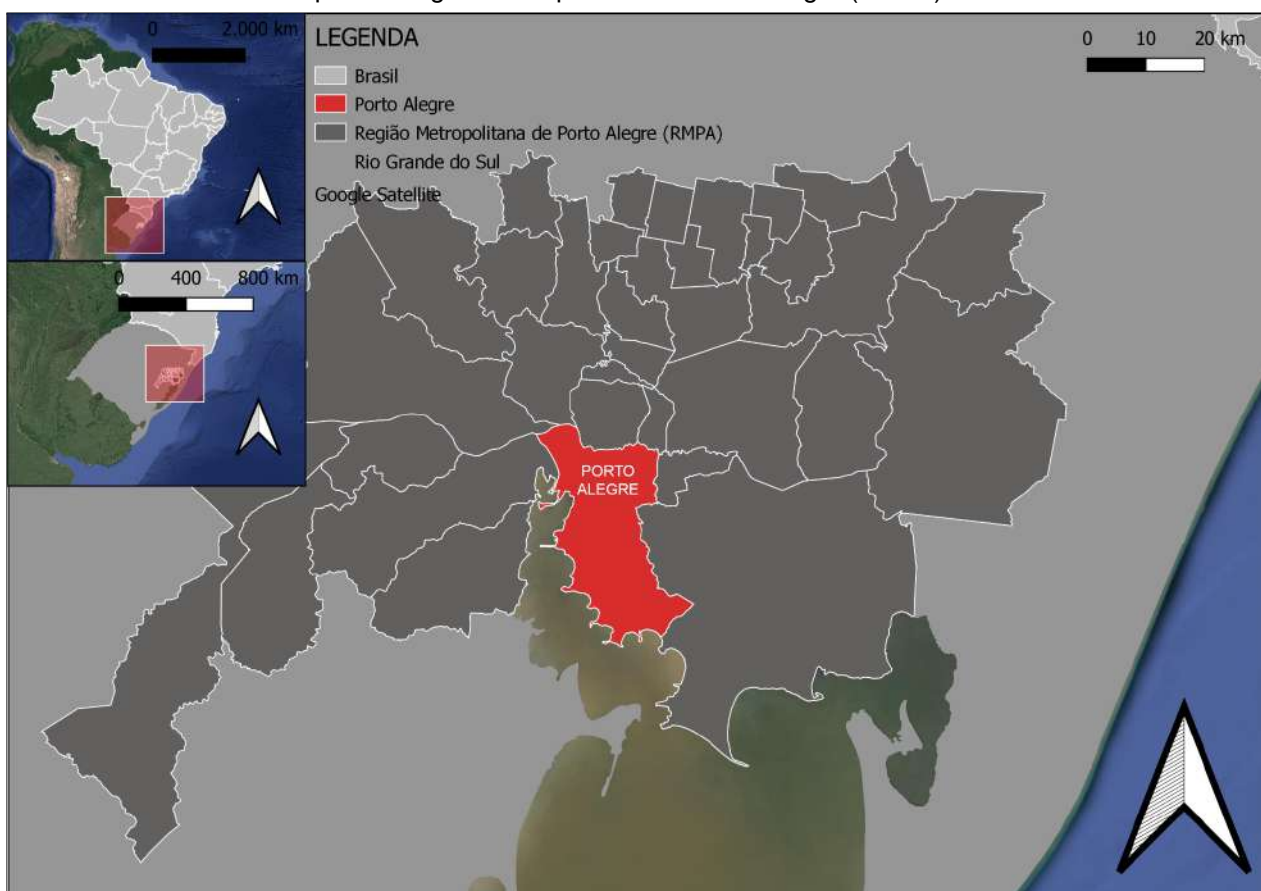
Dadas as dinâmicas de aglomeração humana e de concentração de fluxos econômicos, a cidade ocasionou a formação de região metropolitana em seu entorno. Isso ocorreu a partir do final do século XVIII e início do século XIX através dos seguintes fatos, de acordo com Fedozzi e Soares (2015):

- estabelecimento de Porto Alegre como centro de escoamento dos excedentes agrícolas produzidos pelos colonos açorianos no entorno do município;
- formação de novos assentamentos por parte dos imigrantes alemães em São Leopoldo e arredores a partir de 1824;
- comércio intenso estabelecido entre a cidade e as colônias;
- intenso processo de industrialização;

- criação de vetores de acesso a partir da capital em direção ao norte do estado;
- forte processo de ocupação urbana.

A RMPA, formalizada em 1973, compreende atualmente 34 municípios: Alvorada, Araricá, Arroio dos Ratos, Cachoeirinha, Campo Bom, Canoas, Capela de Santana, Charqueadas, Dois Irmãos, Eldorado do Sul, Estância Velha, Esteio, Glorinha, Gravataí, Guaíba, Igrejinha, Ivoti, Montenegro, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Porto Alegre, Rolante, Santo Antônio da Patrulha, São Jerônimo, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Sapiranga, Sapucaia do Sul, Taquara, Triunfo e Viamão (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Muitos deles foram englobados à RMPA ao longo dos anos e possuem graus diferenciados de dinamismo se comparados entre si.

Mapa 19. Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) - 2021



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Em termos demográficos, a RMPA possui 4,4 milhões de habitantes; 38,2% da população total do estado, que é de 10.693.929 (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Os municípios mais populosos são Porto Alegre (1.409.351), Canoas (348.208), Gravataí (283.620), Viamão (256.302), Novo Hamburgo (247.032), São Leopoldo (238.648) e Alvorada (211.352). Ainda, conta com densidade demográfica de 394 habitantes/km² e grau de urbanização de 97% (BRASIL, 2010).

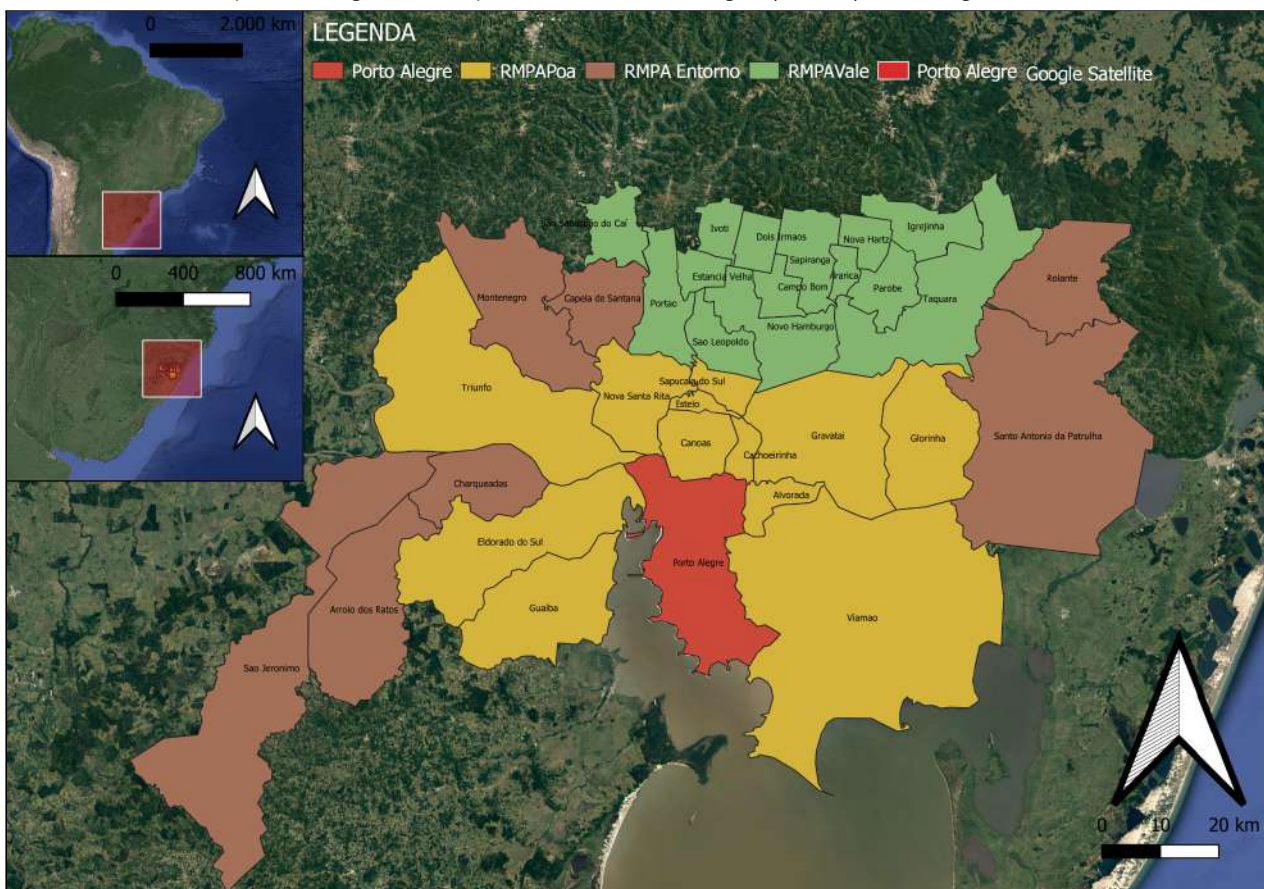
Desde a sua formação, a RMPA apresentou alto nível de heterogeneidade ao longo de seu território em termos populacionais, sociais e econômicos, de acordo com Fedozzi e Soares (2015). Ainda, expôs dois centros culturais e econômicos distintos: o município de

Porto Alegre, de maior importância, e a centralidade a norte composta pelos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, que abarca a totalidade do Vale do Rio dos Sinos.

A RMPA tinha, em 2010, Produto Interno Bruto (PIB) correspondente a R\$ 179,7 bilhões; ou seja, 37,95% do PIB estadual e o 6º maior PIB dentre as regiões metropolitanas brasileiras (BRASIL, 2010). Ainda, dispõe de subdivisão de acordo com sub regiões que discriminam diversificações econômicas específicas (FEDOZZI e SOARES, 2015):

- Porto Alegre: compreende o município da capital gaúcha, que concentra as atividades do setor terciário moderno e avançado;
- RMPAPoa: compreende o entorno imediato de Porto Alegre, é composta por 12 municípios que contêm 38,6% da população total da RMPA. Compreende, ainda, setor industrial diversificado e moderno (a exemplo do município de Gravataí) e setor terciário em desenvolvimento;
- RMPAVale: correspondente à parcela norte da RMPA, que é condicionada pela centralidade São Leopoldo-Novo Hamburgo e contém um total de 11 municípios que, por sua vez, contêm 19,8% da população metropolitana. Além disso, o enfoque da produção econômica da sub região concentra-se no setor secundário por meio da indústria coureiro-calçadista;
- RMPA Entorno: composta por 7 municípios limítrofes da RMPA, que compreendem 6% da população total da região;

Mapa 20. Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) - sub regiões - 2010



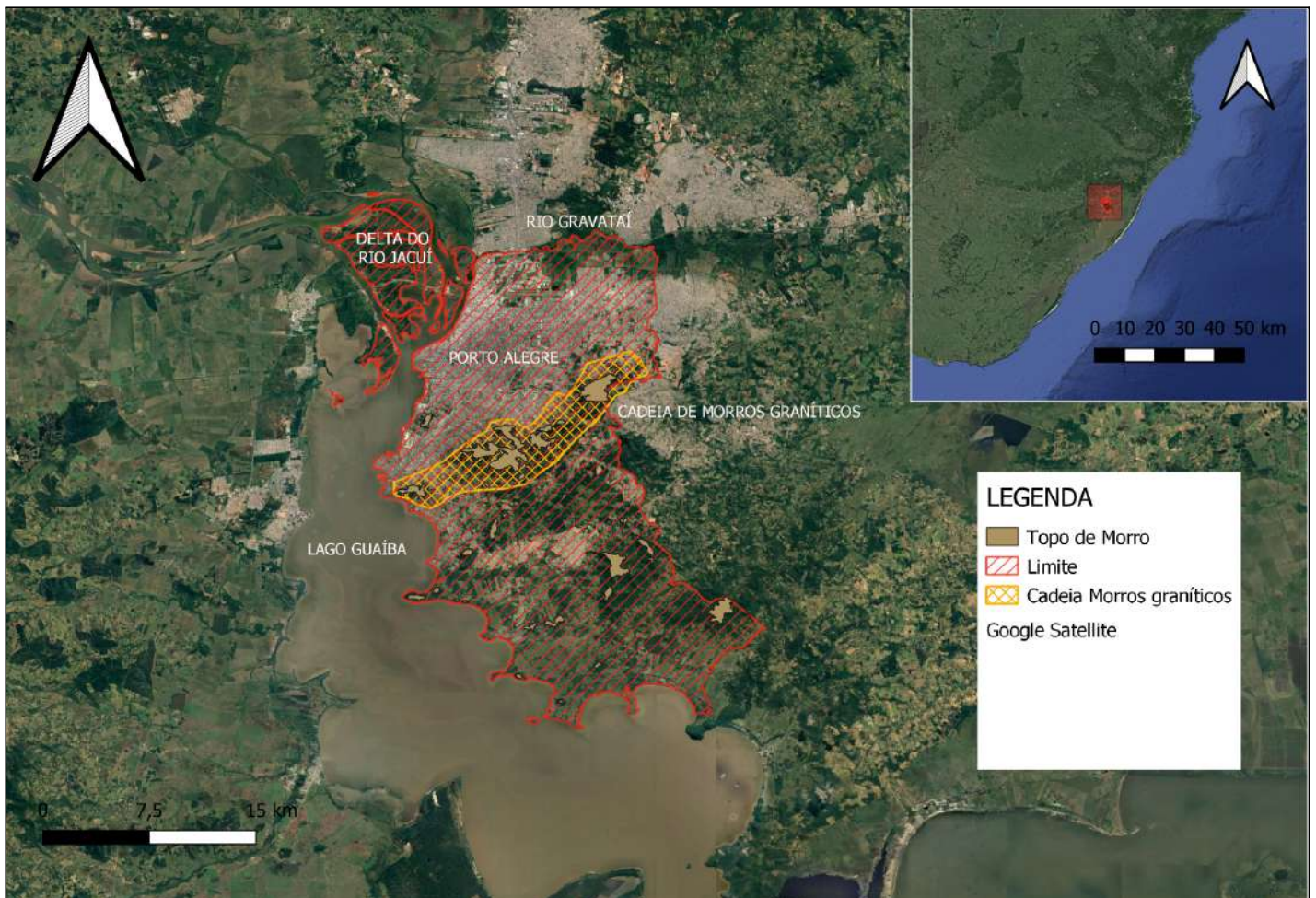
Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

c) Geomorfologia, meteorologia e meio ambiente

O clima na cidade de Porto Alegre é tropical úmido; ou seja, temperado, de acordo com Porto Alegre (1998). O vento predominante na cidade é o sudeste e as temperaturas anuais variam entre uma média de 25°C para janeiro (pico do verão), e 14°C para julho (pico do inverno), com a média absoluta de 19,7°C. Em se tratando da precipitação na capital gaúcha, o índice pluviométrico anual corresponde a 1580 mm, com maior quantidade de precipitação no final do inverno e início da primavera; ou seja, nos meses de setembro e outubro (PORTO ALEGRE, 1998).

O sítio no qual a cidade se localiza é formado por uma depressão relativa, interrompida por barreiras geográficas como o delta do rio Jacuí, a noroeste, o lago Guaíba, a sudoeste, o rio Gravataí, a norte e a cadeia de morros graníticos que compreende a parcela final da Serra do Mar, a sul; esta que, apesar de impor-se como final da depressão em que a maior parte da cidade se situa, não interrompeu o crescimento da malha urbana nessa direção, apesar de sua dispersão a partir daí.

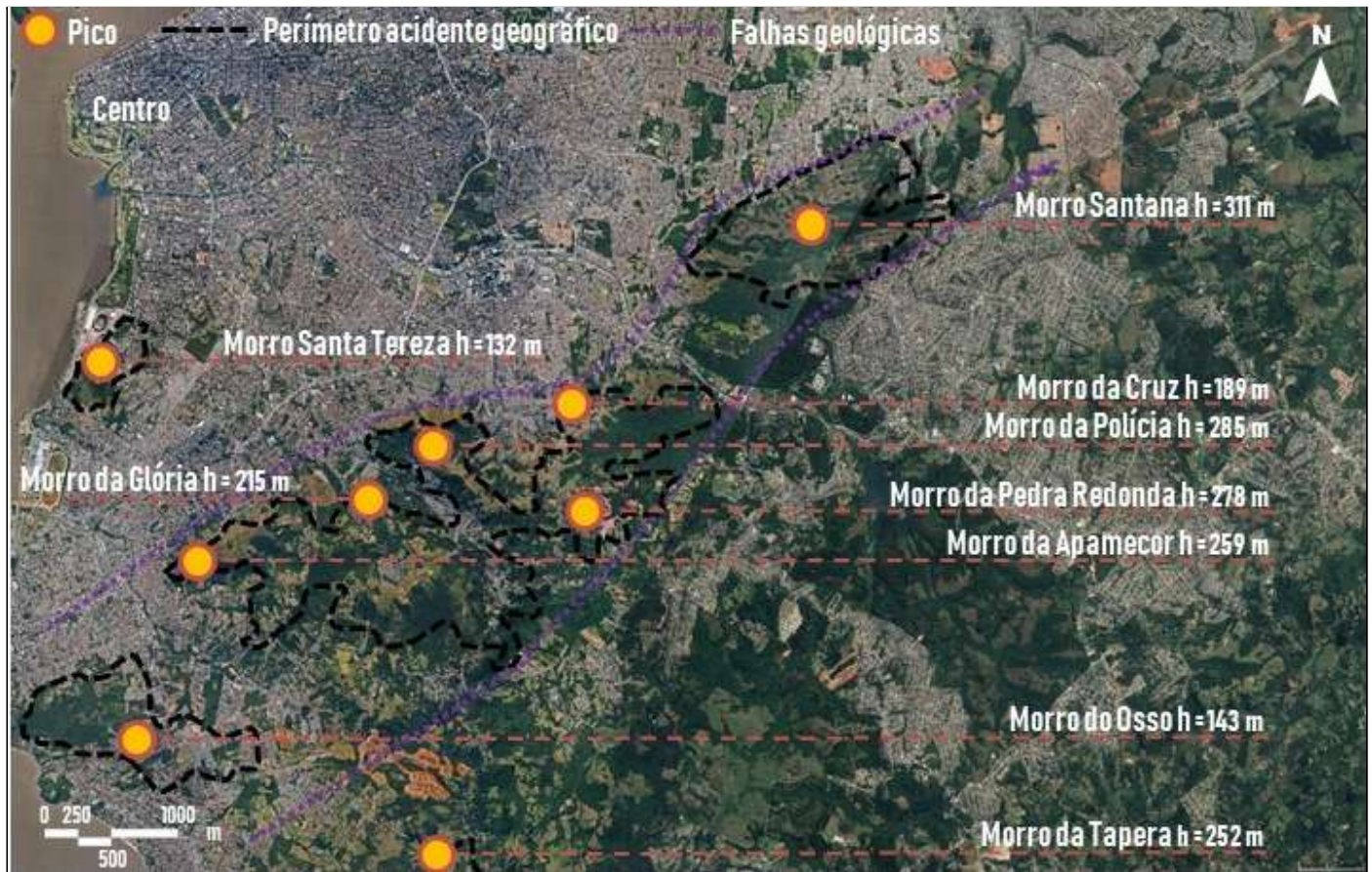
Mapa 21. Porto Alegre - Limite municipal e barreiras geográficas - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Google (2021);

A altitude da cidade varia entre 3m (na beira do lago Guaíba) e 311m acima do nível do mar (no topo do morro Santana), com média de 10m, de acordo com Porto Alegre (2021).

Mapa 22. Porto Alegre - Morros graníticos - 2021

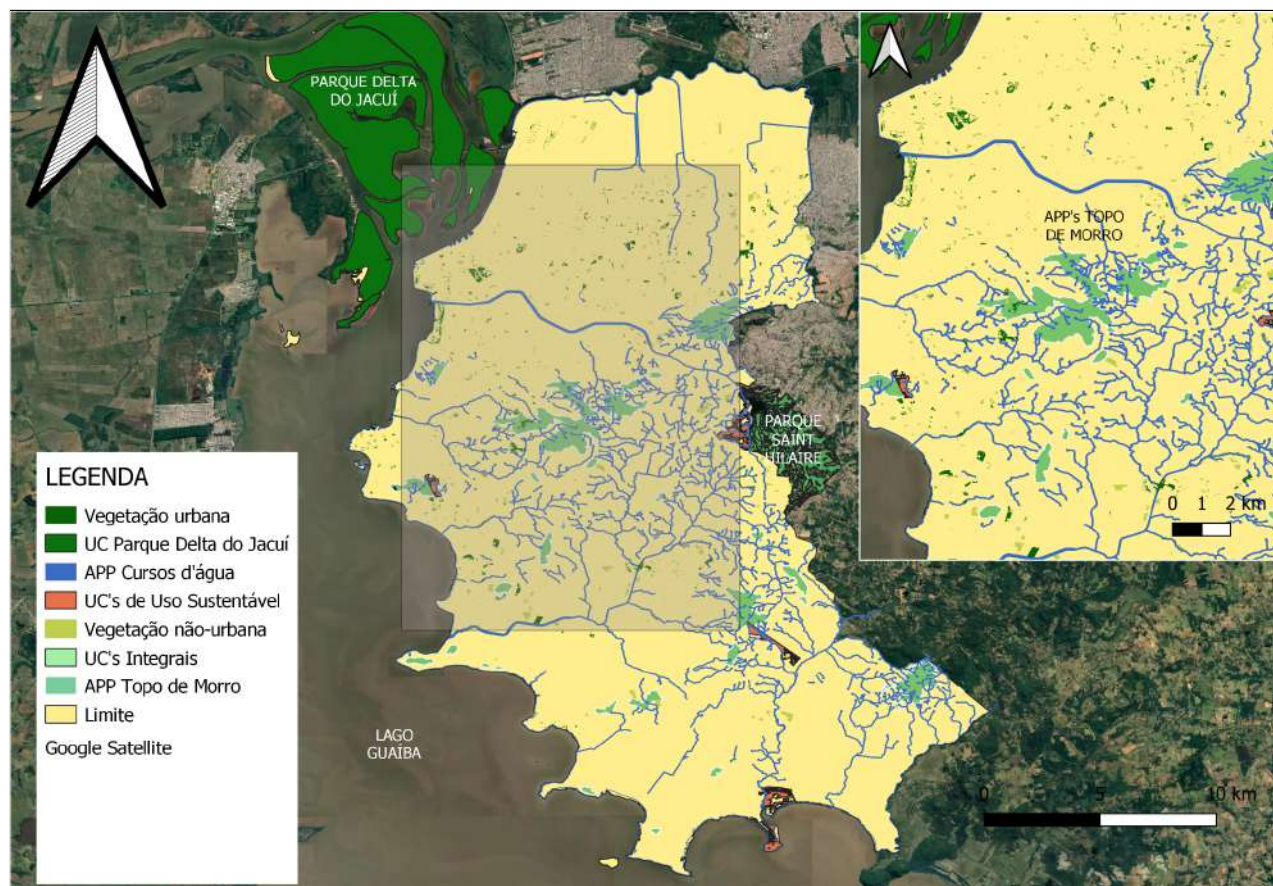


Fonte: Silbermann (2018);

A cidade está compreendida no bioma Pampa e na bacia hidrográfica do Guaíba, que, por sua vez, a nível de Porto Alegre, contém a vazão correspondente a seis rios a montante: os rios Jacuí, Caí, Gravataí, Taquari e dos Sinos desembocam no lago Guaíba (Rio Grande do Sul, 2010 e 2021), que tangencia a cidade. Não obstante, a capital é subdividida em outras 21 microbacias hidrográficas e é banhada por 27 arroios (PORTO ALEGRE, 1998). Percebe-se que, na zona norte, em decorrência do acentuado grau de urbanização regularizada, há tendência à retificação e aglutinação de cursos d'água; enquanto isso, no sul, os córregos, mananciais e arroios tendem a seguir os percursos de escoamento originais.

No que diz respeito à arborização, as principais massas vegetais da cidade encontram-se nas ilhas do delta do Jacuí, nos morros graníticos, na zona sul da cidade (com grande incidência de vazios urbanos) e no limite municipal entre Porto Alegre e Viamão, a leste. Ainda, a capital gaúcha possuía, em 2010, índice de arborização de vias públicas de 82,7% (BRASIL, 2010).

Mapa 23. Porto Alegre - Hidrografia e vegetação - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

d) Demografia

Porto Alegre possuía, em 2010, 1.409.351 habitantes (BRASIL, 2010); ou seja, 32,3% dos habitantes da RMPA, 13,2% dos rio grandenses e 0,74% da população absoluta brasileira.

Tabela 6. Porto Alegre e comparações - dados demográficos relativos à densidade - 2010

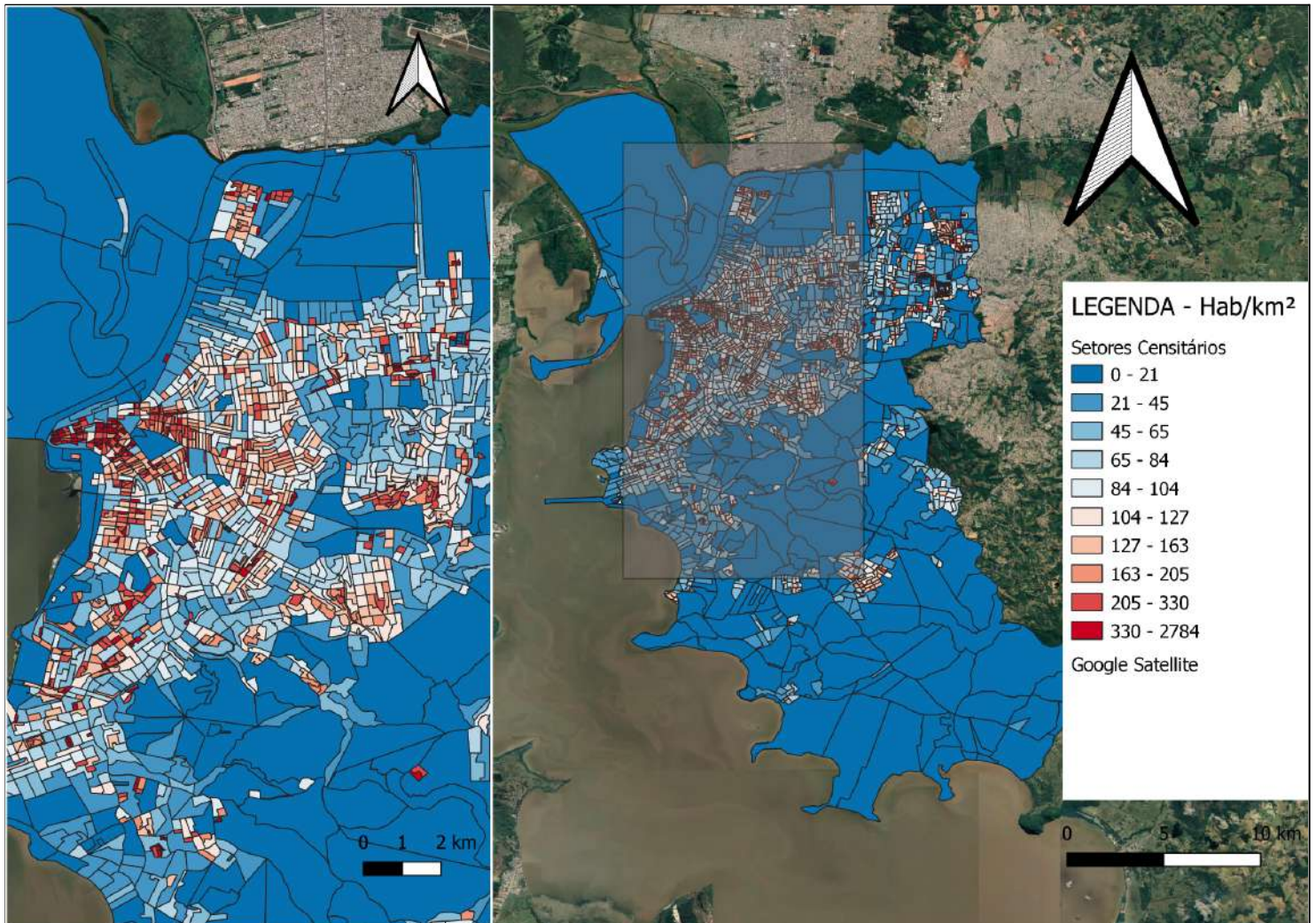
Tema	Porto Alegre	RMPA		Rio Grande do Sul		Brasil	
	Total	Total	Proporção POA	Total	Proporção POA	Total	Proporção POA
População (habitantes)	1.409.351	4,4 mi	32,3%	10 mi	13,2%	190,7 mi	0,74%
Área (Km ²)	496,8	10.346	4,8%	281.748	0,17%	8,516 mi	0,005%
Densidade demográfica (hab./Km ²)	2.837	417,3	-	39,8	-	23,8	-

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010);

Ainda, dada a área do município, contava com densidade demográfica de 2.837 habitantes/km², significativamente superior aos montantes da região metropolitana, do

estado e do país. Em Porto Alegre, em 2010, o maior contingente populacional se aglomerava na área central, em função da disputa pelo acesso ao espaço urbano e suas amenidades. Nas demais áreas do município, há tendência à pulverização da população ao longo do território. Percebe-se que os bairros Centro Histórico, Bom Fim, Cidade Baixa e Menino Deus concentram uma alta densidade demográfica (assim como alguns bairros a leste, como o Rubem Berta, e a norte, como o Farrapos, que são exceções à regra).

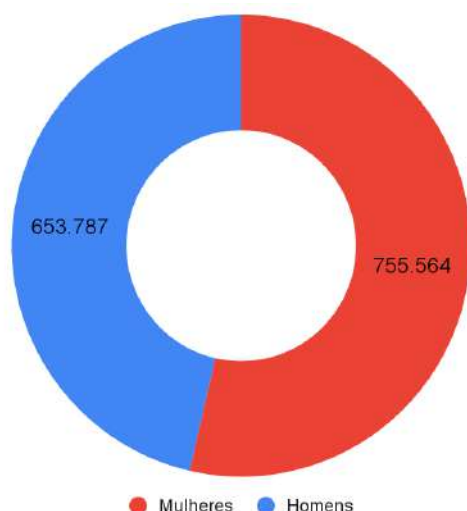
Mapa 24. Porto Alegre - Densidade demográfica - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

No que diz respeito ao sexo, em 2010, 46,4% da população porto alegrense eram homens, enquanto 53,6% eram mulheres (BRASIL, 2010). Ou seja, a razão de sexo na cidade foi de 86,5, a menor do estado.

Gráfico 25. Porto Alegre - População conforme sexo - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010);

Ao passo da comparação dos dados referentes ao sexo da população porto alegreense com o contingente populacional correspondente a instâncias territoriais superiores nas quais a cidade está compreendida, percebe-se uma discrepância maior em Porto Alegre em termos da maior incidência de população feminina: a variação de 2 pontos percentuais entre a porcentagem de população feminina na capital gaúcha e na RMPA, no Rio Grande do Sul e no Brasil, acarreta variação significativa na razão de sexo. O valor correspondente ao território porto alegreense foi consideravelmente mais baixo dos demais ao ano do último censo demográfico.

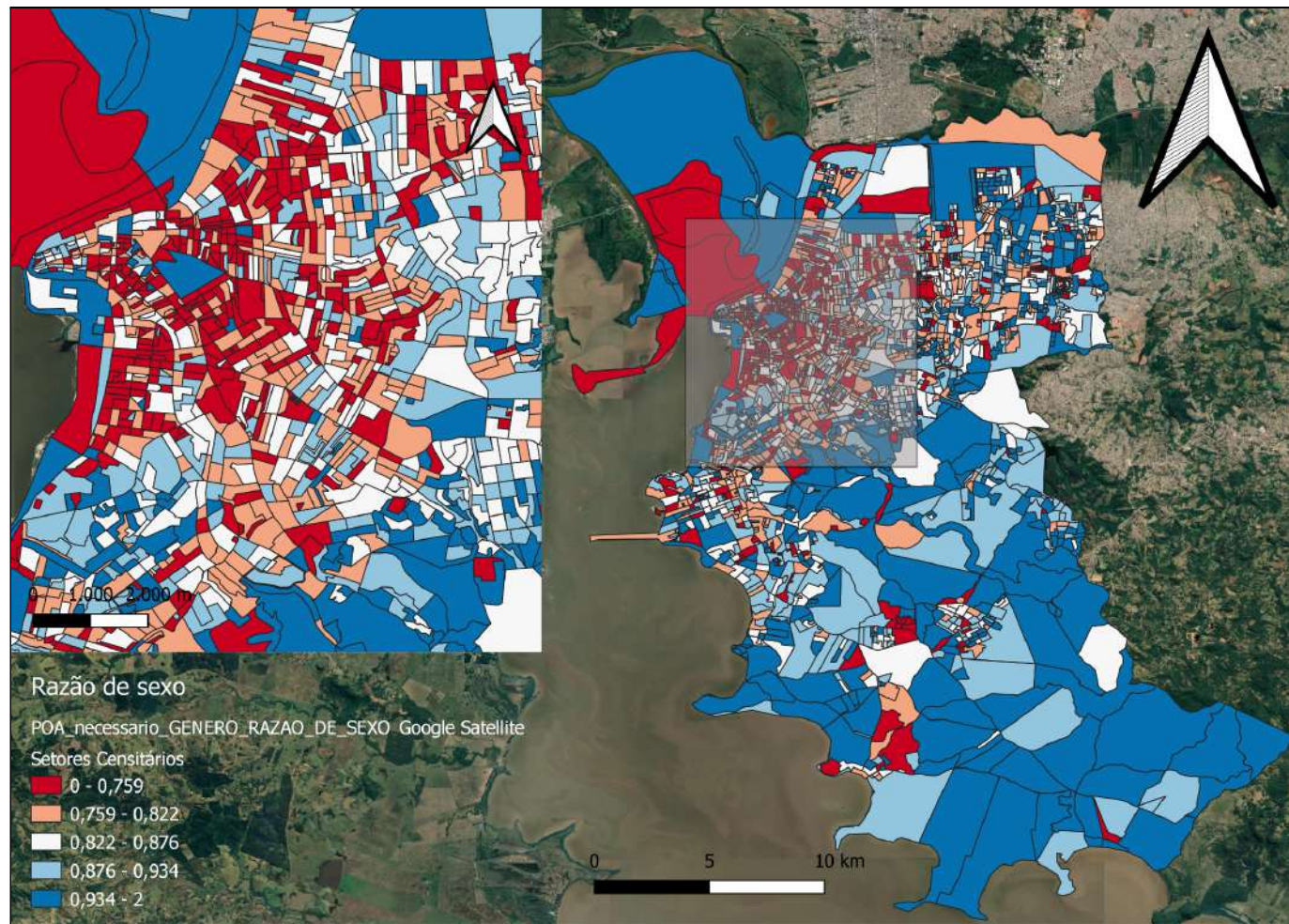
Tabela 7. Porto Alegre e comparações - População conforme sexo - 2010

Porto Alegre			RMPA			Rio Grande do Sul			Brasil		
% masc.	% fem.	Razão de sexo	% masc.	% fem.	Razão de sexo	% masc.	% fem.	Razão de sexo	% masc.	% fem.	Razão de sexo
46,4	53,6	86,5	48,4	51,6	93,6	48,6	51,4	94,8	48,2	51,8	95,7

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010);

Percebe-se, em Porto Alegre, que houve uma maior incidência proporcional da população feminina nas áreas centrais da cidade a partir do mapa 24: a razão de sexo era relativamente baixa no centro e tendia ao aumento ao passo do distanciamento das áreas abastadas da cidade. Ou seja, houve uma proporção maior de homens na periferia de Porto Alegre em relação às áreas consolidadas. Inclusive, a razão de sexo nessas áreas ascendeu via de regra a valor superior à média de Porto Alegre. Ainda, isso significa que as mulheres tendem a se situar nas áreas mais densamente povoadas da capital gaúcha, tais quais o bairro Centro Histórico, Bom Fim, Cidade Baixa, Floresta, Santana e Independência. Enquanto isso, proporcionalmente, os homens residem nas regiões de urbanização mais dispersa.

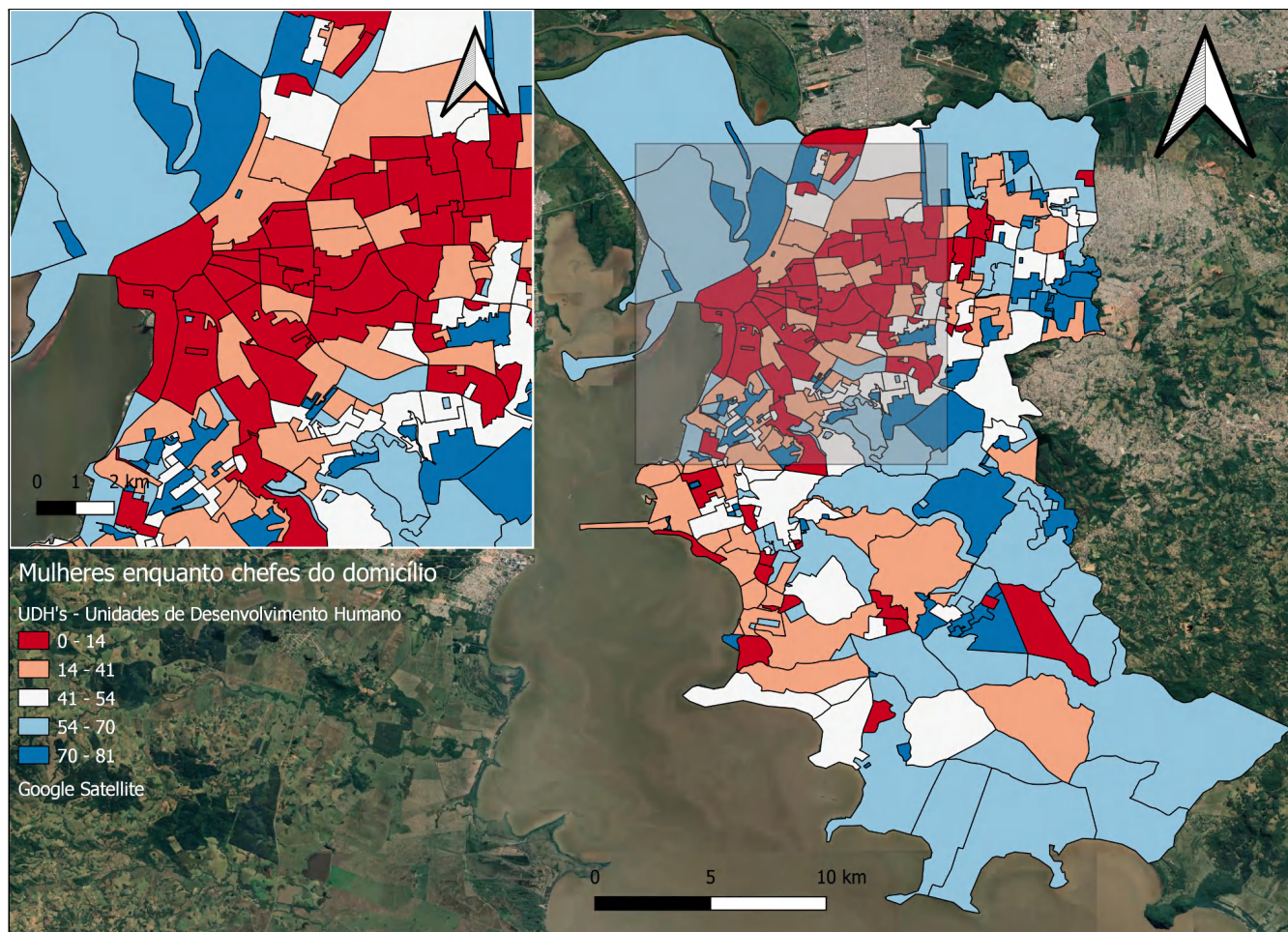
Mapa 25. Porto Alegre - Razão de sexo - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Em contrapartida, as mulheres tornaram-se a maior parte das chefes de domicílio nas periferias da cidade em 2010, de acordo com o Mapa 25 e conforme Brasil (2010).

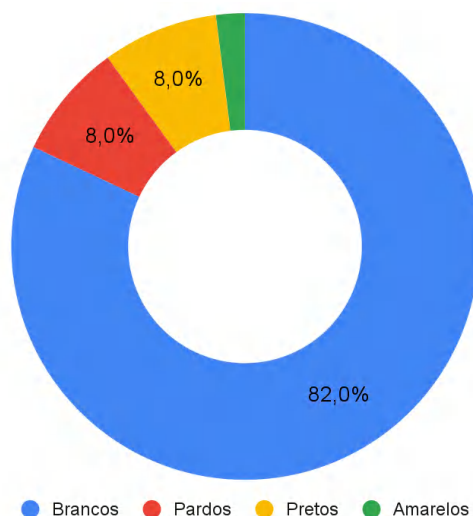
Mapa 26. Porto Alegre - Proporção de chefes de domicílio mulheres - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Em se tratando da cor autodeclarada, Porto Alegre contava com 82% de indivíduos autodeclarados brancos, 8% de pardos, 8% de pretos e menos de 2% de amarelos (BRASIL, 2010). Apesar da maioria absoluta ser composta por indivíduos autodeclarados brancos, as proporções relativas aos pardos e pretos vêm crescendo desde o início do século (BRASIL, 2010).

Gráfico 26. Porto Alegre - População conforme cor (autodeclarado) - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010);

Em se tratando de comparação à distribuição da população de acordo com a cor autodeclarada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e no Brasil, percebe-se que as populações municipais e estaduais diferem do padrão brasileiro à medida que a maioria absoluta é branca e não parda e que há uma diminuição na quantidade de população preta em relação ao montante nacional.

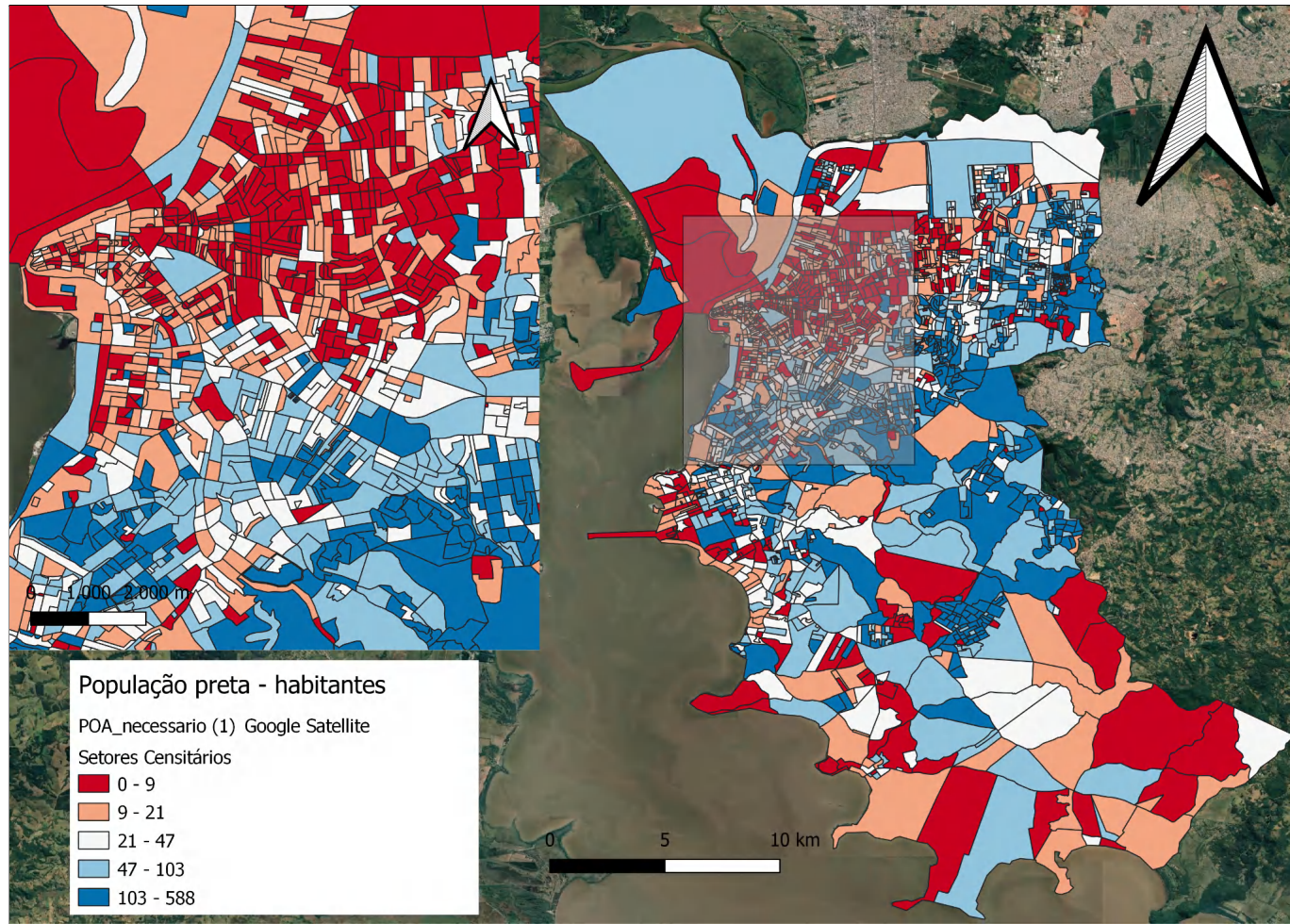
Tabela 8. Porto Alegre e comparações - População conforme cor autodeclarada - 2010

População	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Brasil
Branca	82%	82%	42%
Parda	8%	11%	47%
Preta	8%	6%	9,5%
Amarela	2%	0,4%	1,1%

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010)

A distribuição das populações conforme a cor ao longo do território municipal também foi heterogênea: os pretos e pardos concentravam-se nas regiões periféricas ao ano da realização do censo demográfico, à medida que os brancos, enquanto maioria absoluta, e os amarelos indígenas, perfis minoritários, localizavam-se ao longo da totalidade do território.

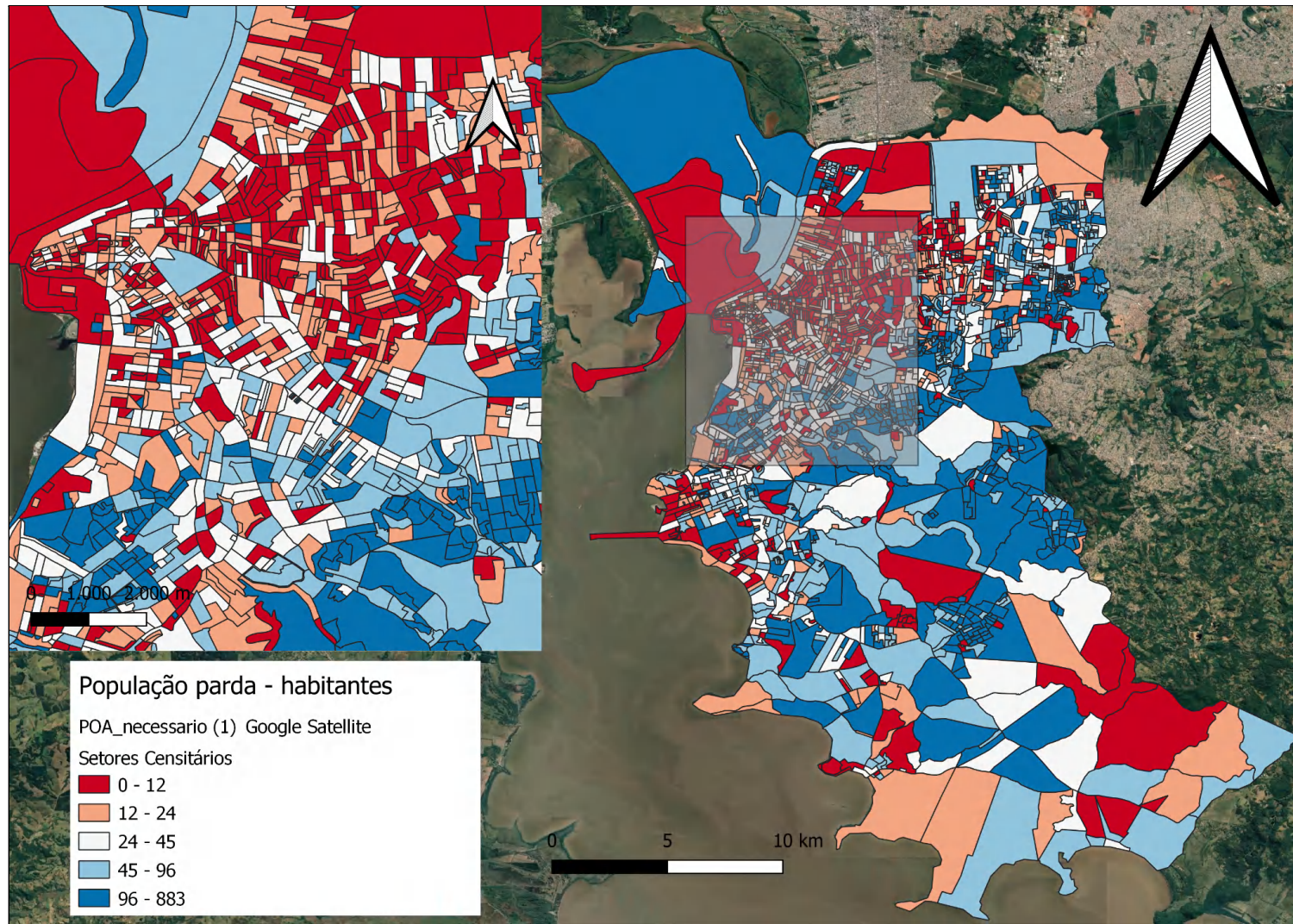
Mapa 27. Porto Alegre - População preta - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Percebe-se, ainda, a baixa incidência das populações autodeclaradas pretas e pardas na zona norte da cidade, que corresponde à área mais antiga logo após o centro e que possui maior integração com as dinâmicas metropolitanas.

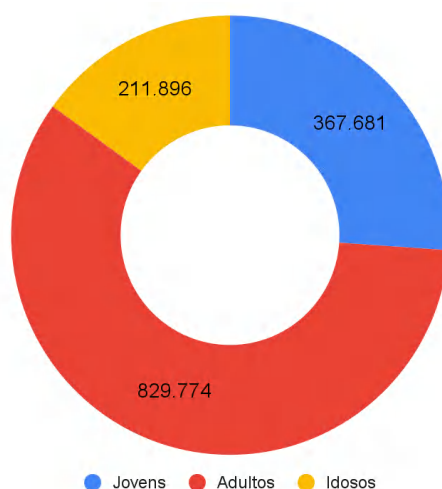
Mapa 28. Porto Alegre - População parda - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Em relação à faixa etária, a população porto alegreense tem envelhecido, com uma proporção cada vez maior de idosos em comparação ao ano de 2000 (PORTO ALEGRE, 2021). Em 2010, conforme Brasil (2010), 15% da população eram idosos (60 anos ou mais), enquanto 58,9% eram adultos (entre 20 e 59 anos) e 26,1% eram jovens (0 a 19 anos). E o contingente populacional sessentenário ou ainda mais velho há de aumentar ainda mais, enquanto a proporção de jovens tende a diminuir, dada a taxa média de crescimento populacional de 0,35% ao ano (PORTO ALEGRE, 2021).

Gráfico 27. Porto Alegre - População conforme faixa etária - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010);

A partir da análise comparativa com as proporções de grupos etários incidentes nas populações estadual e nacional, nota-se que Porto Alegre envelhece mais rápido que o Rio Grande do Sul que, por sua vez, também envelhece mais rápido que o restante do Brasil. A capital gaúcha, comparativamente, concentra proporção significativa de sua população entre os 20 e 59 anos de idade e, portanto, em idade de trabalho, e contém em seu contingente populacional praticamente a metade da proporção de jovens que existe da parcela de indivíduos entre 0 e 19 anos da população brasileira.

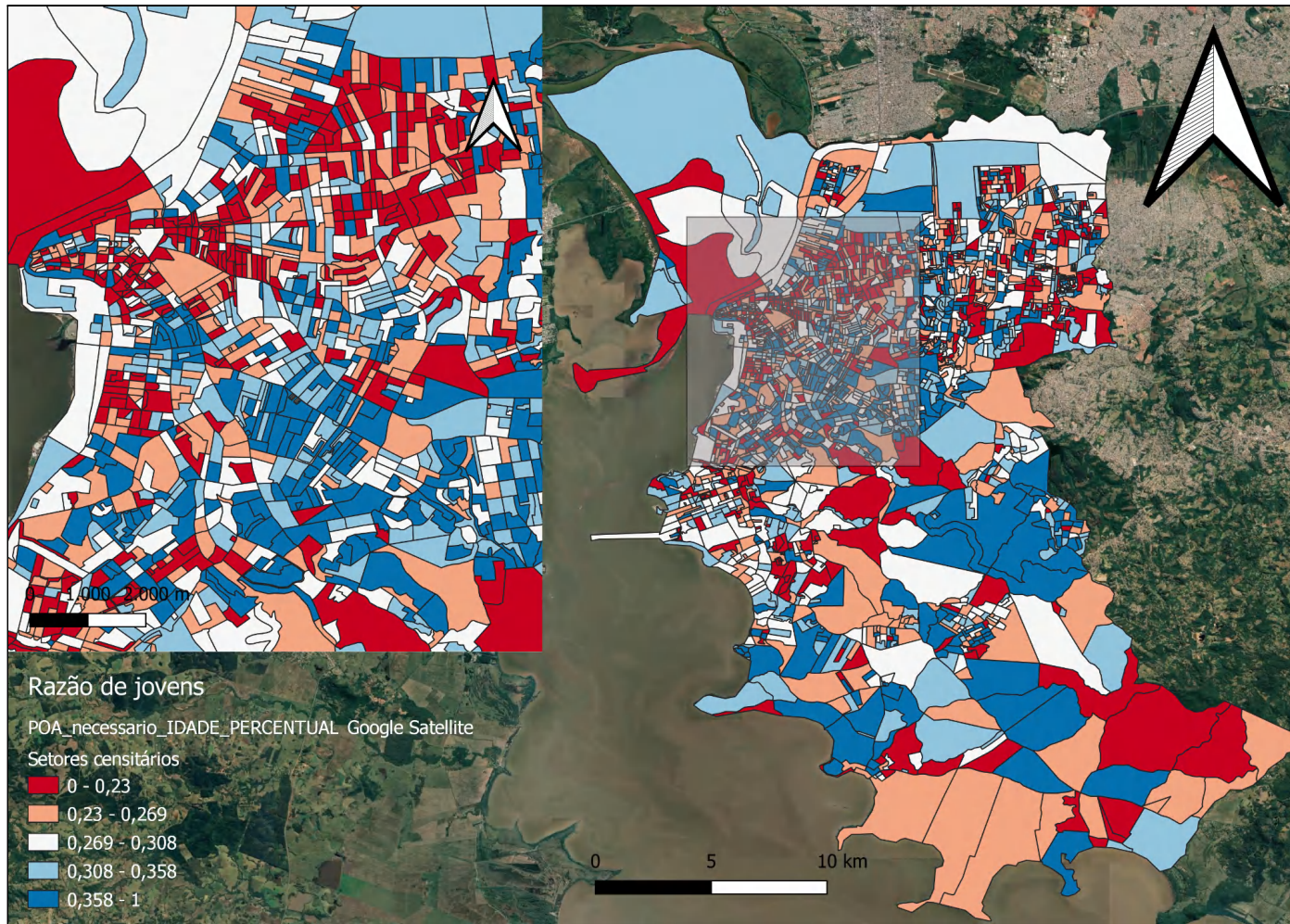
Tabela 9. Porto Alegre e comparações - População conforme grupo etário - 2010

População	Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Brasil
Jovens	26,1%	45,8%	51%
Adultos	58,9%	40,7%	38%
Idosos	15%	13,5%	11%

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010)

A distribuição dos grupos etários ao longo do espaço da cidade via de regra ocorreu de maneira homogênea em 2010. A exceção com relação à concentração de adultos e escassez de jovens ocorre nos bairros do setor centro-leste, de maior poder aquisitivo (CABRAL, 1982; MARASCHIN, CAMPOS e PICCININI, 2012), e no norte, em bairros como Bom Fim, Independência, Moinhos de Vento, Auxiliadora, Mont'serrat e Higienópolis.

Mapa 29. Porto Alegre - Razão de jovens - 2010

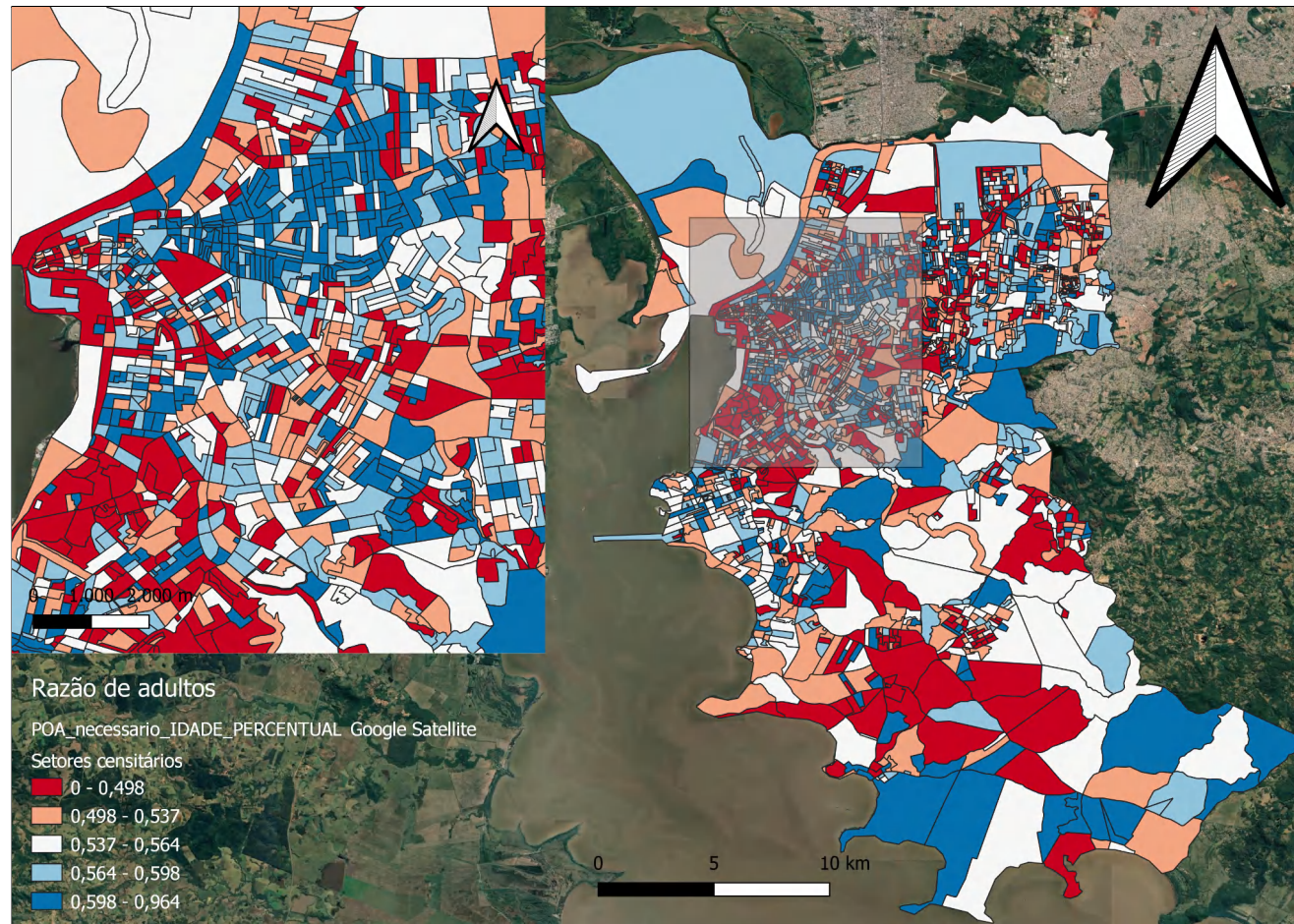


Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

A população jovem da cidade incidiu principalmente nos bairros em que se situam as populações de poder aquisitivo médio e baixo: no arco semiperiférico de incidência das populações de classe média e nas periferias propriamente ditas. Portanto, eles se encontravam

principalmente em bairros aqui intitulados como semiperiféricos e periféricos. Dentre os semiperiféricos, os jovens incidiam principalmente nos bairros Santo Antônio, Partenon, Coronel Aparício Borges, Vila São José e Jardim Carvalho, a sul e sudeste. Dentre os periféricos, incidiam nos bairros Agronomia, Cascata, Glória e Lomba do Pinheiro, a sul, e Anchieta e Sarandi, a norte.

Mapa 30. Porto Alegre - Razão de adultos - 2010

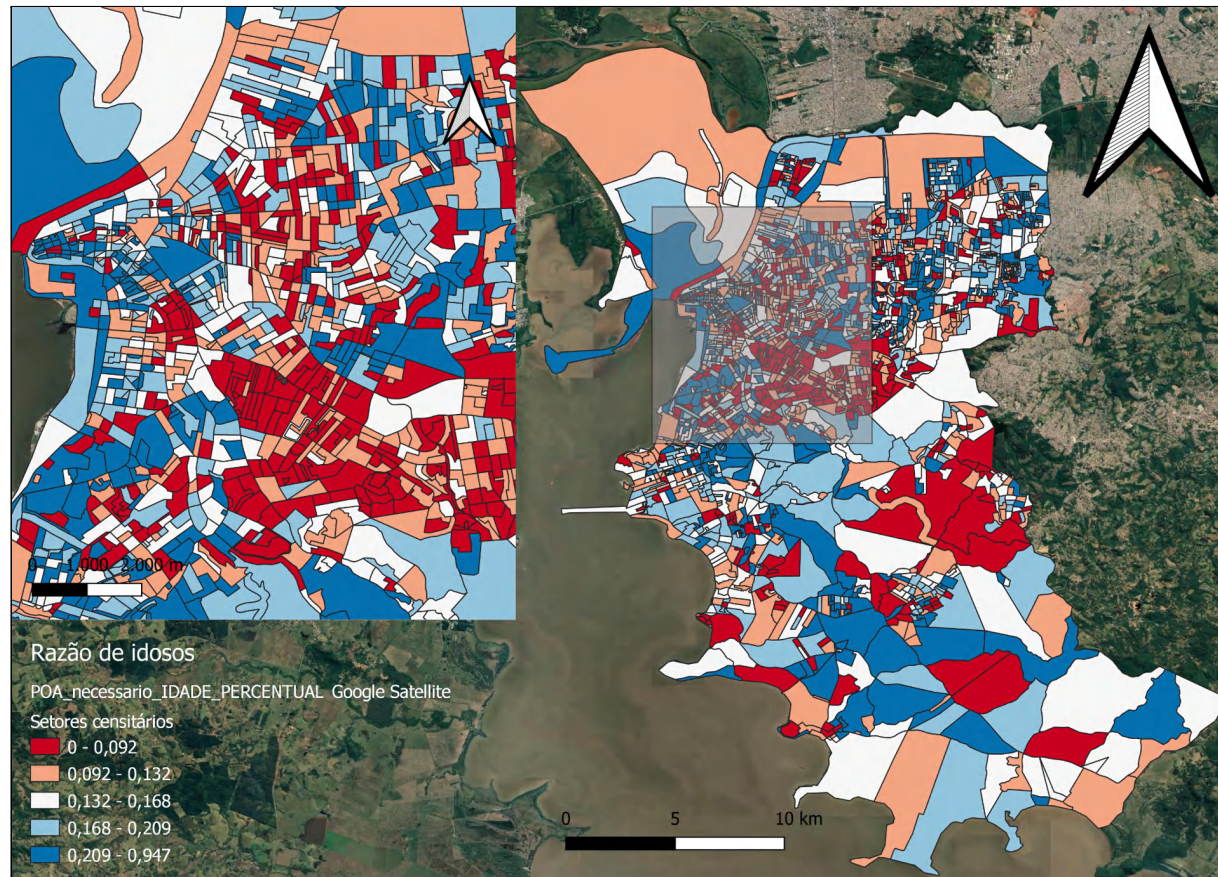


Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Além da concentração de adultos nas áreas abastadas da cidade, percebe-se a sua incidência em maiores proporções nos bairros periféricos a leste, tais quais: Morro Santana, Mário Quintana e Costa e Silva.

Enquanto isso, os idosos encontravam-se dispersos no território, à exceção da sua presença escassa nos bairros semiperiféricos Santo Antônio, Partenon, Coronel Aparício Borges, Vila São José e Jardim Carvalho e nos bairros periféricos Cascata, Glória e Lomba do Pinheiro.

Mapa 31. Porto Alegre - Razão de idosos - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

e) Economia

A cidade contava, em 2010, com PIB de R\$ 77,13 bilhões (o 7º maior do Brasil), o que correspondia a 16,29% do PIB estadual, e PIB per capita de R\$33.882,78 (o 5º maior do país), de acordo com Brasil (2010). Ainda, de acordo com Sebrae (2019), vem demonstrando crescimento econômico anual constante desde a virada do século.

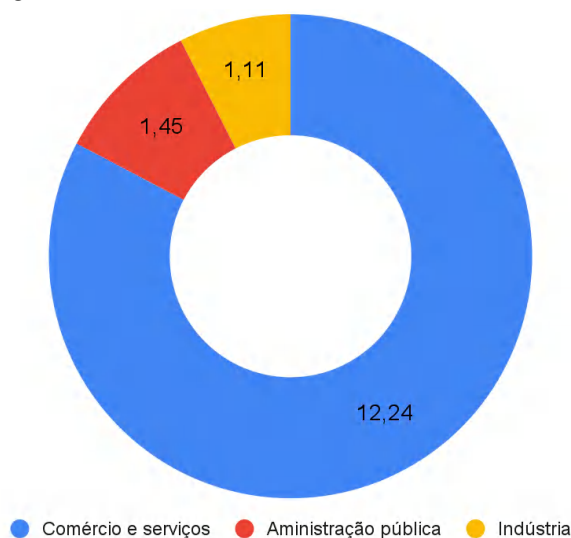
Tabela 10. Porto Alegre e comparações - PIB e PIB per capita - 2010

Tema	Porto Alegre	RMPA		Rio Grande do Sul		Brasil	
	Total	Total	Proporção POA	Total	Proporção POA	Total	Proporção POA
PIB (R\$)	77,13 bi	179,7 bi	42,9%	473,41 bi	16,29%	3,675 tri	2,09%
PIB per capita (R\$)	33.882,78	41.637,57	-	41.449,67	-	19.016	-

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil(2010);

Em se tratando do Valor Adicionado (VA), a capital gaúcha contava com montante correspondente a R\$ 14,8 bilhões, sendo que 82,7% são relacionados ao comércio e serviços, 7,5% à indústria, 9,8% à administração pública e 0% à agropecuária (SEBRAE, 2019).

Gráfico 28. Porto Alegre - Valor Adicionado conforme setores da economia (R\$ bi) - 2010



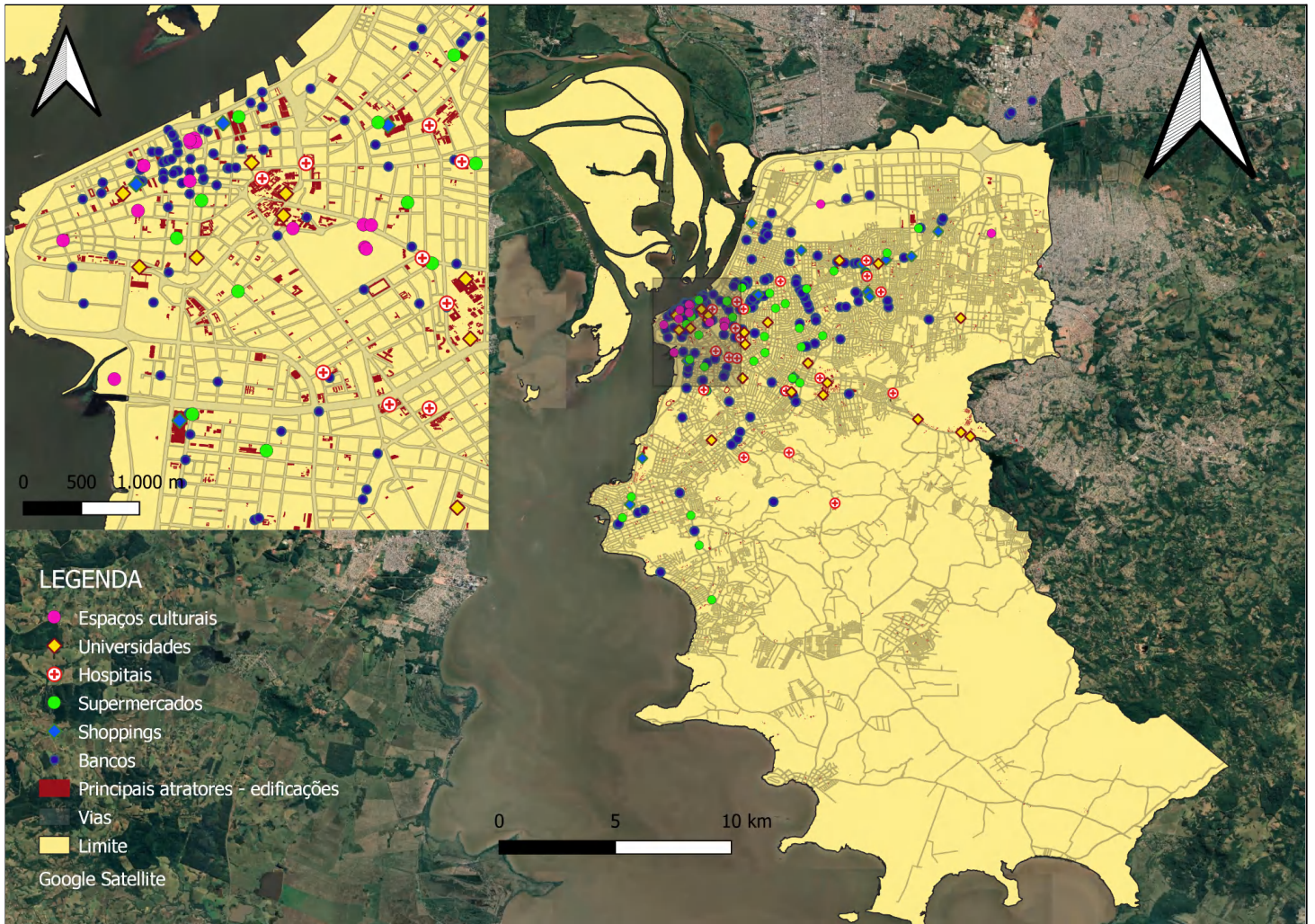
Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

A atividade produtiva portoalegrense distribuiu-se em um total de 115.419 empreendimentos, sendo que 6.307 deles eram indústrias de transformação, 4.701 eram voltados à construção civil, 29.688 destinavam-se ao comércio, 74.121 aos serviços e 602 à agropecuária e/ou extração vegetal (SEBRAE, 2019).

A incidência da atividade produtiva na cidade de Porto Alegre também não ocorre de forma homogênea ao longo do território, já que o comércio e serviços correspondem ao

maior lucro da atividade produtiva porto alegre, ao maior número de empreendimentos e que há uma concentração de objetos técnicos destinados a tais atividades econômicas nas áreas centrais, setores abastados do município e zona norte (a última em conformidade com a formação da região metropolitana e da maior inserção da parcela setentrional nas dinâmicas da rede urbana), como bancos, shoppings, supermercados, universidades, centros culturais e hospitais (vide Mapa 32).

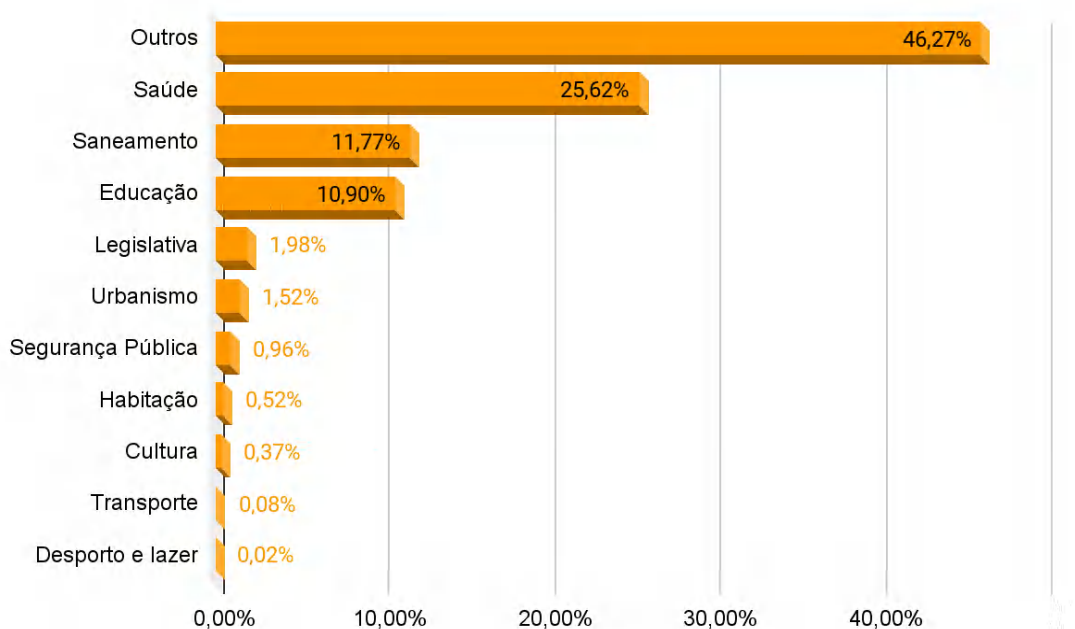
Mapa 32. Porto Alegre - Incidência de objetos técnicos voltados ao setor terciário - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

No que diz respeito ao VA oriundo da administração pública, segunda maior fonte da capital gaúcha, ocorria o investimento de seu montante nas seguintes despesas da cidade, em 2019, conforme Sebrae (2019), de acordo com a função:

Gráfico 29. Porto Alegre - Despesas municipais por função (%) - 2018



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Sebrae (2019);

Por fim, em relação ao Potencial de Consumo Urbano (PUC) municipal, capital monetário disponível para gasto por parte dos habitantes, Porto Alegre contou com R\$ 49,4 bilhões para o ano de 2018, sendo que praticamente $\frac{1}{4}$ destinou-se à habitação (24,2%, especificamente) e 13% à disponibilidade de aquisição de meio de transporte particular, dentre outros (SEBRAE, 2019).

f) Trabalho

Em Porto Alegre, em 2018, havia 1.260.458 pessoas que encontravam-se em idade ativa (PIA) e 803.271 eram economicamente ativas (PEA) (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Ainda, 726.582 eram pessoas ocupadas e 76.689 desocupadas (RIO GRANDE DO SUL, ibid.). Dentre os ocupados, 73,8% possuíam trabalho formal e 26,2% possuíam trabalho informal. A partir da tabela abaixo, percebe-se que a capital gaúcha, assim como a RMPA e o Rio Grande do Sul, possuíam taxa de informalidade inferior à média nacional, o que é positivo.

Tabela 11. Porto Alegre e comparações - População ocupada formal e informal - 2018

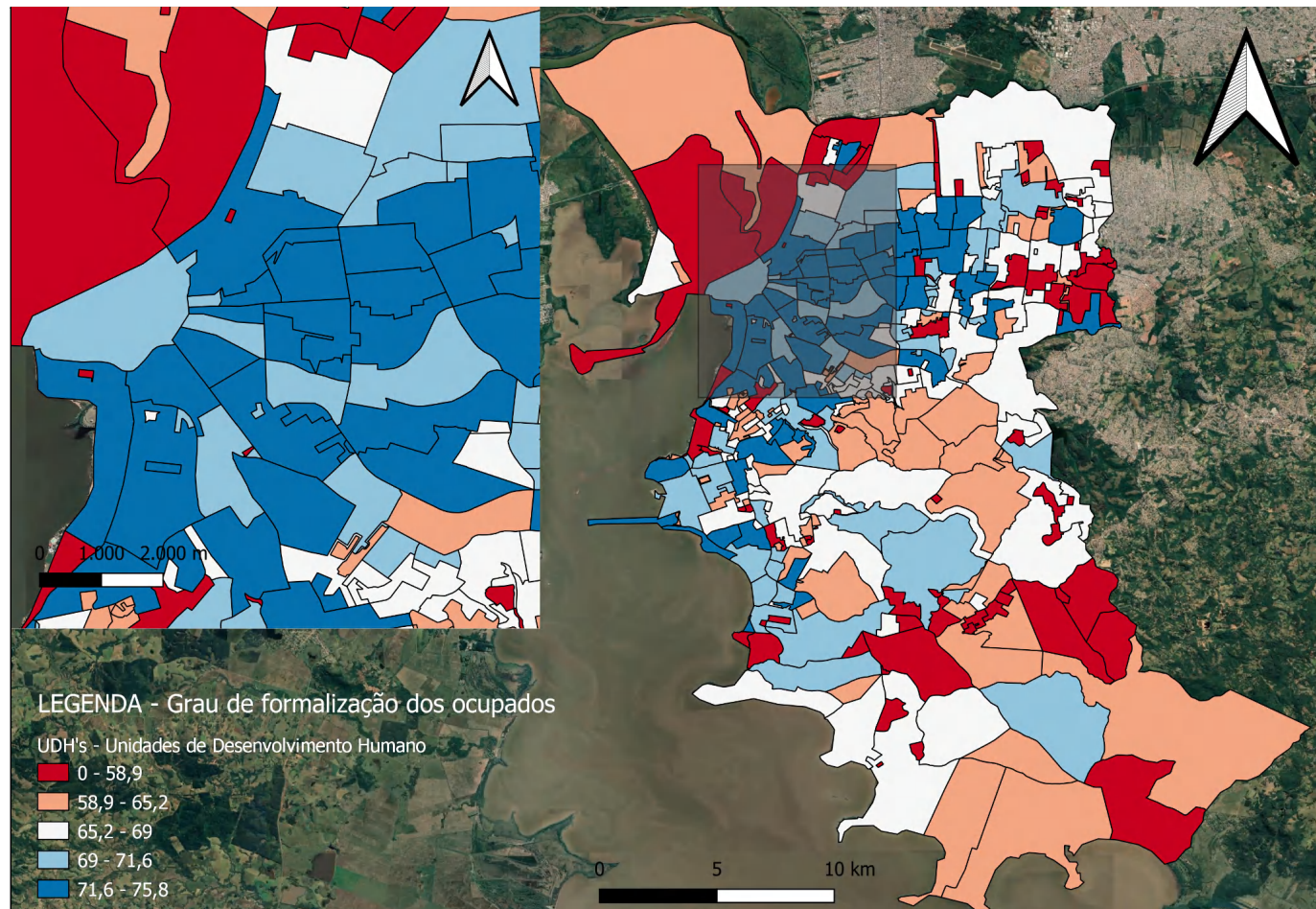
Tema	Porto Alegre	RMPA	Rio Grande do Sul	Brasil
Ocupados formais	73,8%	74,9%	72,4%	62%
Ocupados informais	26,2%	25,1%	27,6%	38%

Fonte: Silbermann (2021) a partir de Rio Grande do Sul (2018);

No entanto, mais de $\frac{1}{4}$ dos ocupados possuíam ou empregadores sem contribuição previdenciária; ou eram empregados sem carteira de trabalho assinada ou trabalhavam como auxiliares familiares ou por conta-própria (sem contribuir com a previdência social) (RIO GRANDE DO SUL, 2018)

Em se tratando da espacialização do grau de formalização dos ocupados ao longo do município, percebe-se que houve a tendência a haver mais moradores cujo trabalho é informal nas áreas periféricas da cidade, enquanto o setor centro-leste concentrou um alto grau de formalização no ano de 2010.

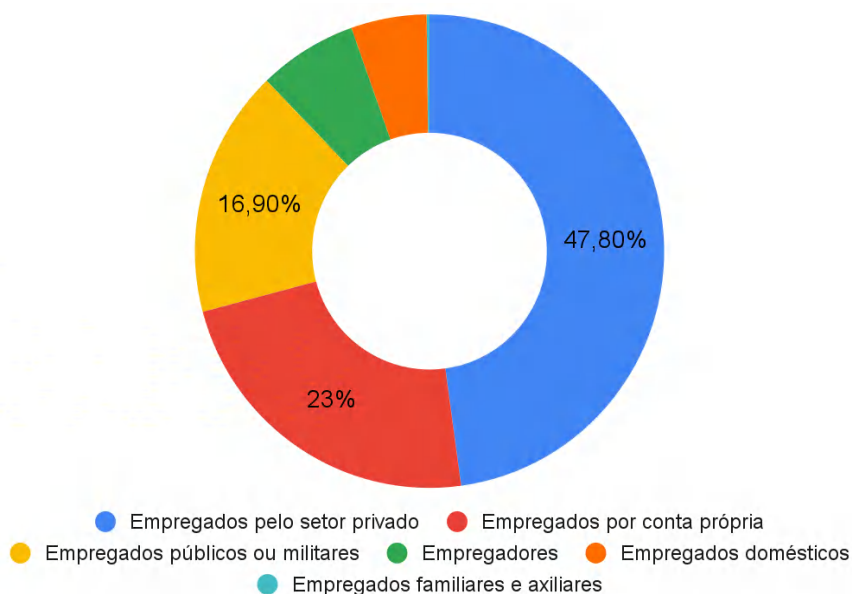
Mapa 33. Porto Alegre - Grau de formalização dos ocupados - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Dentre os ocupados porto alegrensenses, por sua vez, 47,8% eram empregados pelo setor privado; 23% eram empregados por conta própria; 16,9% eram empregados públicos ou militares; 6,8% eram empregadores; 5,2% eram empregados domésticos e 0,2% eram empregados familiares e auxiliares.

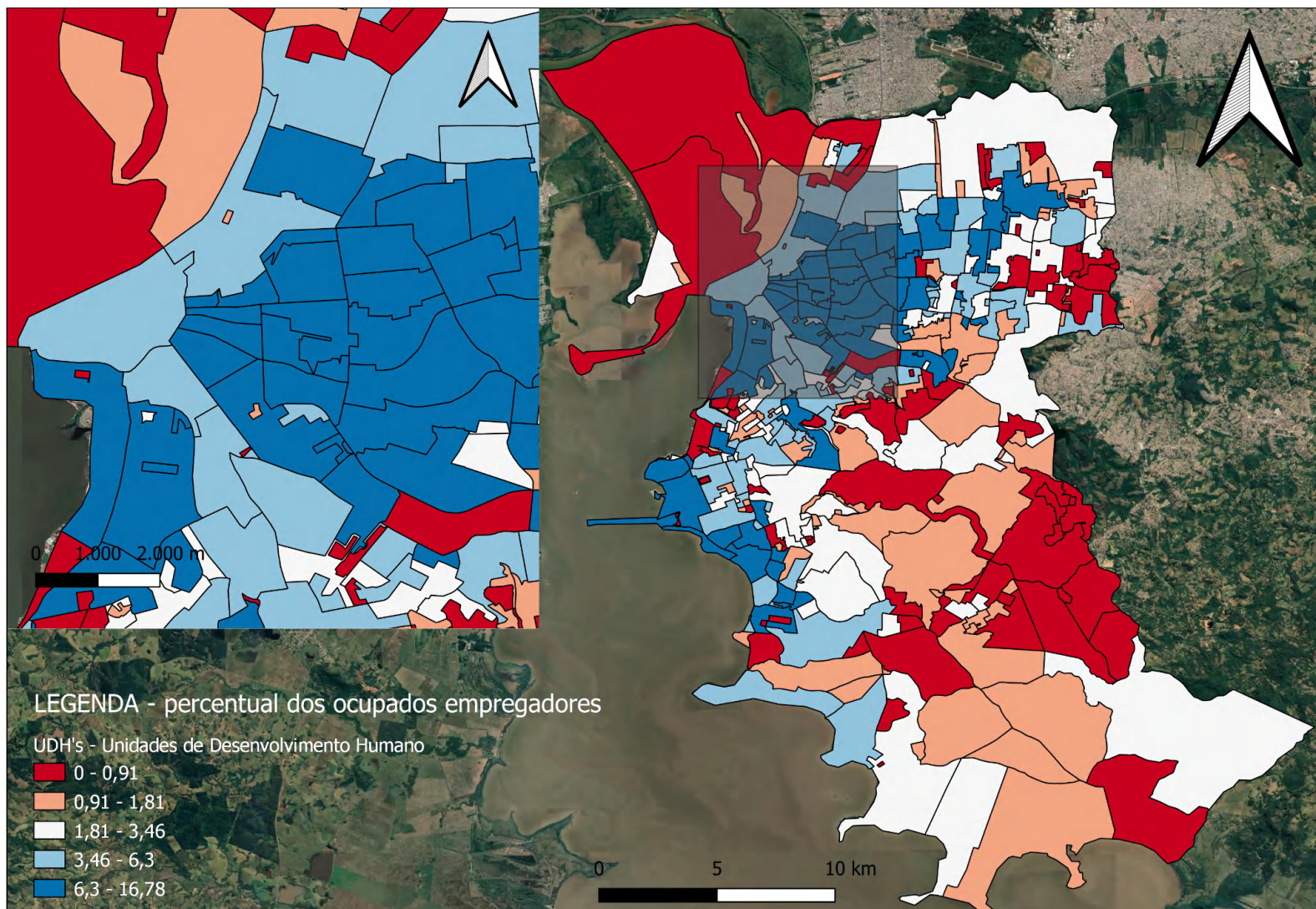
Gráfico 30. Porto Alegre - Ocupados por ocupação (%) - 2018



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Rio Grande do Sul (2018);

A partir da averiguação dos locais de residência dos empregadores, novamente foi aferida a incidência dos detentores dos meios de produção no setor centro-leste da cidade de Porto Alegre e, especificamente, nos bairros de maior renda, como Bela Vista, Boa Vista, Mont'serrat, Petrópolis, Três Figueiras e Jardim Europa. Enquanto isso, as áreas periféricas da cidade não concentraram contingente expressivo de empregadores: o arco pericentral restringiu-se à margem de 1,8% e 3,5% de ocupados empregadores, enquanto o arquipélago de ilhas e o extremo sul da cidade obtiveram índices ainda menores ao ano de 2010 (entre 0 e 1,8%). Os bairros Arquipélago, Navegantes, Lomba do Pinheiro, Mário Quintana e Extremo Sul obtiveram os menores índices de incidência de empregadores proporcional ao total de população ocupada.

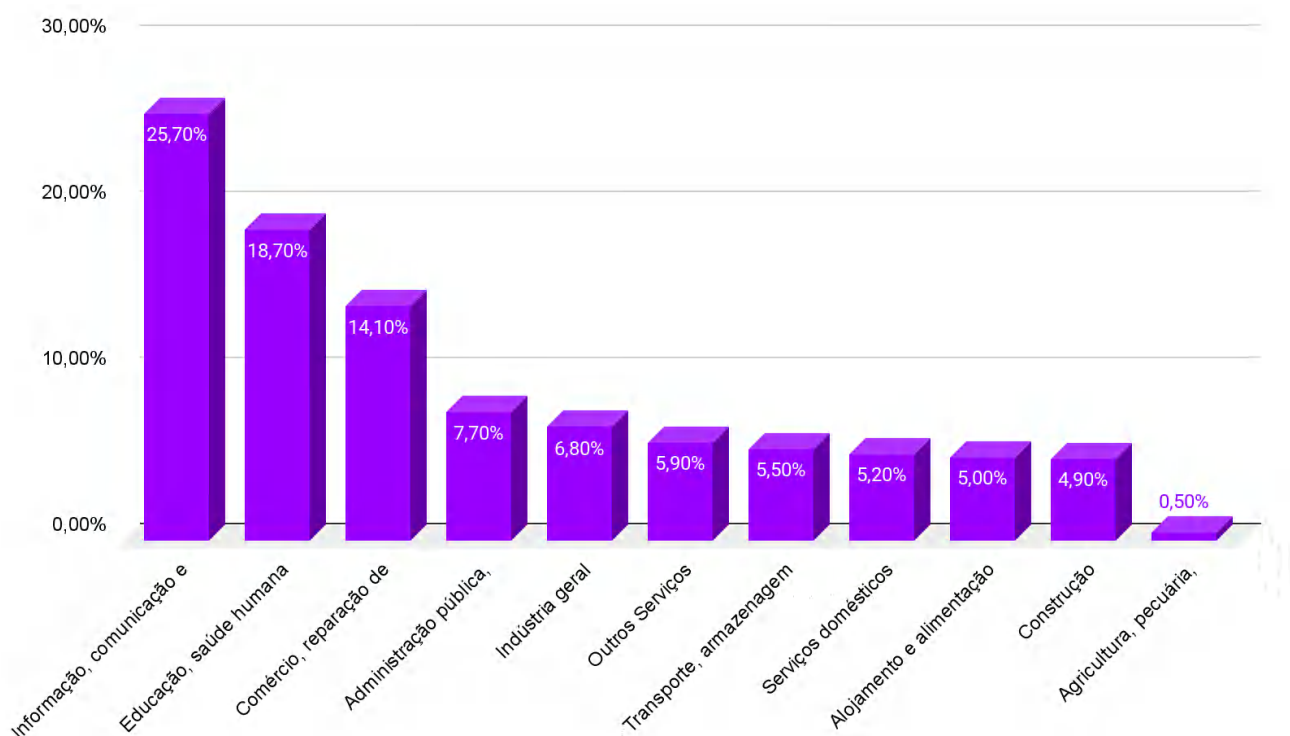
Mapa 34. Porto Alegre - Percentual de ocupados empregadores - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

De acordo com Rio Grande do Sul (ibid.), no que diz respeito à ocupação por setor econômico na capital gaúcha, $\frac{1}{4}$ (25,7%, especificamente) da população ocupada atuava em serviços que envolvem atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; 18,7% atuavam em serviços relacionados à educação, saúde humana e serviços sociais; 14,1% atuavam no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; 7,7% atuavam na administração pública, defesa e seguridade social; 6,8% atuavam na indústria geral; 5,9% atuavam em outros serviços; 5,5% atuavam no transporte, armazenagem e correio; 5,2% atuavam em serviços domésticos; 5% atuavam em serviços de alojamento e alimentação; 4,9% atuavam no setor da construção civil e 0,5% atuava na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

Gráfico 31. Porto Alegre - Ocupação por setor econômico (%) - 2018



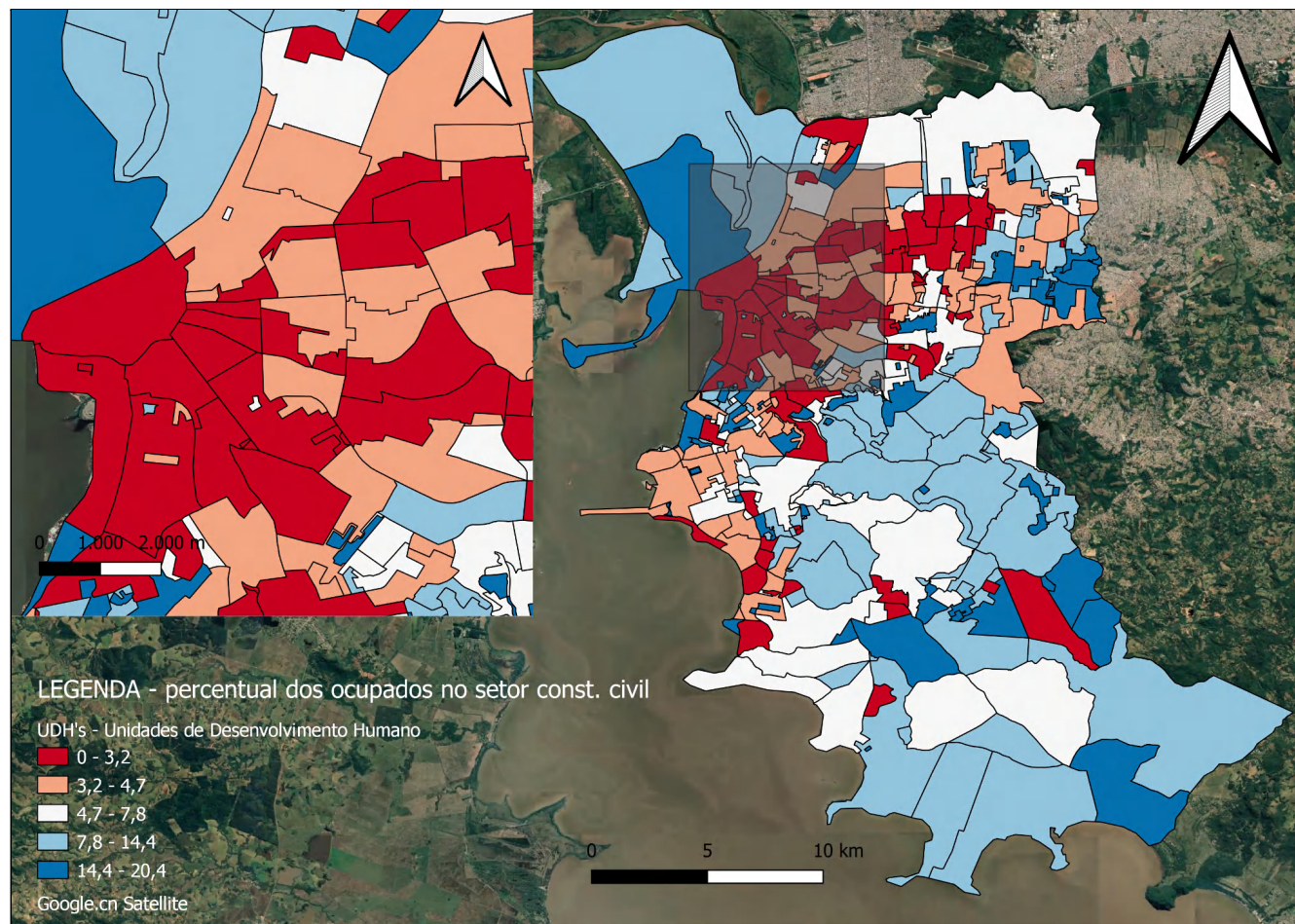
Fonte: Silbermann (2021) a partir de Rio Grande do Sul (2018);

Em suma, 92,7% da população ocupada de Porto Alegre atuava no setor terciário em 2018, enquanto 6,8% atuava no setor secundário e somente 0,5% atuava no setor primário (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

A partir da espacialização do percentual de ocupados de acordo com os setores econômicos, percebe-se que houve incidência majoritária de ocupados no setor de agropecuária na zona sul da cidade: os bairros Belém Velho, Lomba do Pinheiro, Restinga, Lomba do Pinheiro, Lami, Boa Vista do Sul e Belém Novo compreenderam a maior parte do contingente populacional que atua no setor primário em Porto Alegre.

Os locais de moradia dos trabalhadores atuantes no setor da construção civil, por sua vez, ocorriam majoritariamente nas áreas periféricas da cidade. Portanto, eles tendem a ser prejudicados no que diz respeito à imposição de deslocamentos árduos a fim de exercer a sua profissão diariamente.

Mapa 35. Porto Alegre - Percentual de ocupados no setor da construção civil - 2010

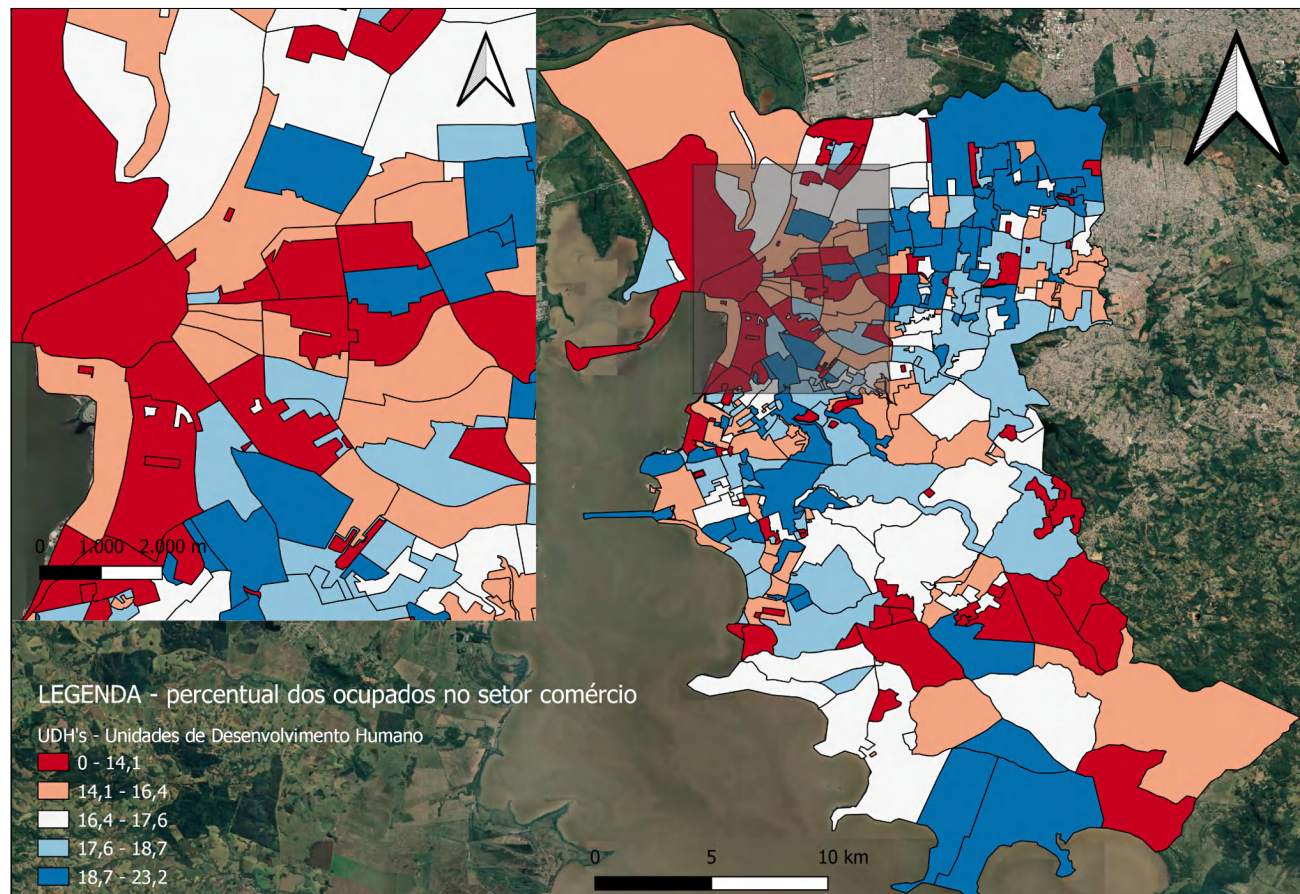


Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Em se tratando dos trabalhadores de indústrias de utilidade pública, percebe-se uma incidência desses indivíduos pulverizada ao longo do território, mas com uma tendência à aglutinação no setor centro-sul, em bairros como Vila Nova, Nonoai e Santa Tereza. E, a respeito dos ocupados que atuavam na indústria de transformação, percebe-se uma aglutinação nos bairros imediatamente vizinhos ao Centro Histórico, como Menino Deus, Cidade Baixa, Farroupilha, Independência e Floresta.

Aos trabalhadores que atuavam no comércio, ao mesmo tempo que eram relegados os espaços periféricos da cidade (principalmente o arco pericentral, em bairros como Sarandi e Santa Rosa de Lima, a norte, e Glória, Cascata e Vila Nova, a sul), também foram disponibilizados bairros que se encontram no setor centro-leste de incidência de amenidades, como Higienópolis, Boa Vista e Jardim Europa. Isso se deve em função da vasta abrangência do setor de comércio e uma grande variação no poder aquisitivo dos empregados nesse setor.

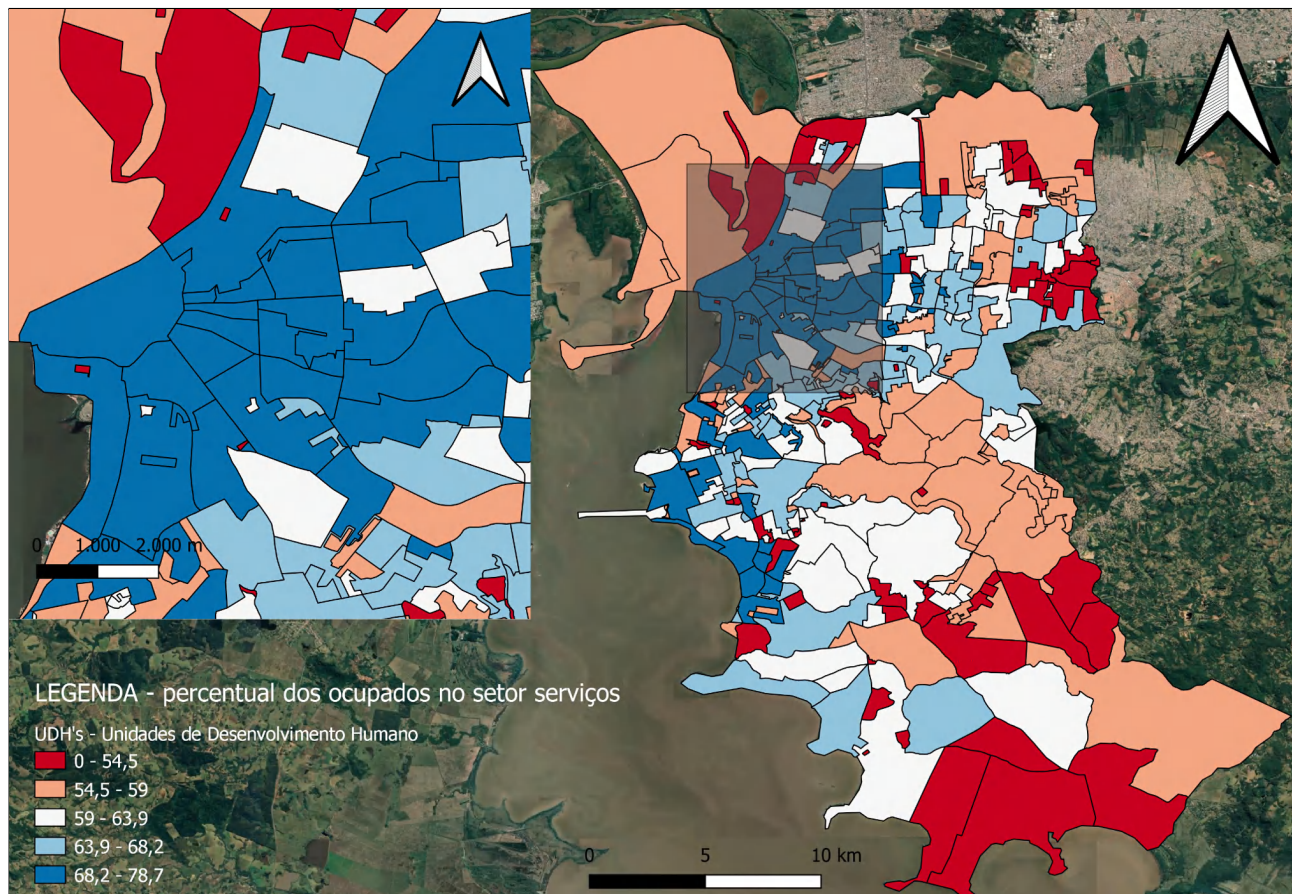
Mapa 36. Porto Alegre - Percentual de ocupados no setor de comércio - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Já aos empregados nos setores de serviços e no funcionalismo público, ocorreu a sua nítida aglutinação nas áreas consolidadas e abastadas de Porto Alegre, em consonância ao local de incidência de objetos técnicos voltados a esses setores econômicos. Portanto, via de regra, os seus deslocamentos da moradia ao local de produção eram facilitados.

Mapa 37. Porto Alegre - Percentual de ocupados no setor de serviços - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

g) Renda

O rendimento do trabalhador habitual na cidade de Porto Alegre, ao ano de 2018, foi de R\$ 3.637 (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Em se tratando dos níveis nacional, estadual e metropolitano, esse fator foi significativamente maior no município: R\$ 2.104 no Brasil, R\$ 2,298 no Rio Grande do Sul e R\$ 2.698 na RMPA, de acordo com Rio Grande do Sul (ibid.).

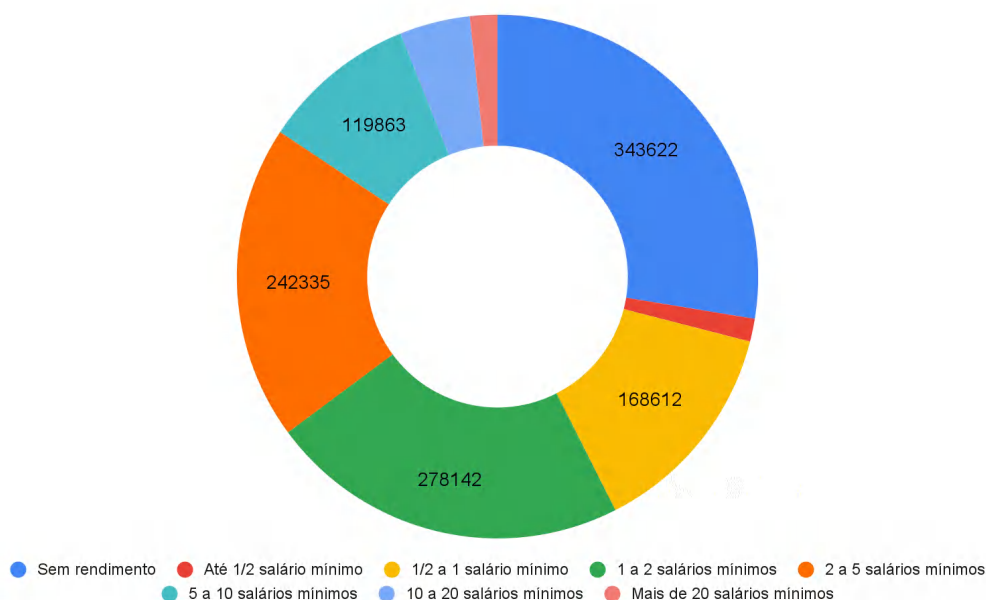
Tabela 12. Porto Alegre e comparações - Rendimento do trabalhador habitual - 2018

Tema	Porto Alegre	RMPA	Rio Grande do Sul	Brasil
Rendimento do trabalhador habitual	R\$ 3.637	R\$ 2.698	R\$ 2,298	R\$ 2.104

Fonte: Silbermann (2021) a partir de Rio Grande do Sul (2018);

Dentre a população municipal com mais de 10 anos de idade (1.245.292 pessoas), 27,58% não possuíam rendimento; 13,53% possuíam rendimento entre ½ e 1 salário mínimo (correspondente a R\$510,00 à época, de acordo com Brasil [2009]); 22,32% possuíam rendimento entre 1 e 2 salários mínimos; 19,45% possuíam rendimento entre 2 e 5 salários mínimos; 9,62% possuíam rendimento entre 5 e 10 salários mínimos; 4,36% possuíam rendimento entre 10 e 20 salários mínimos e, por fim, somente 1,71% possuíam rendimento superior a 20 salários mínimos (BRASIL, 2010).

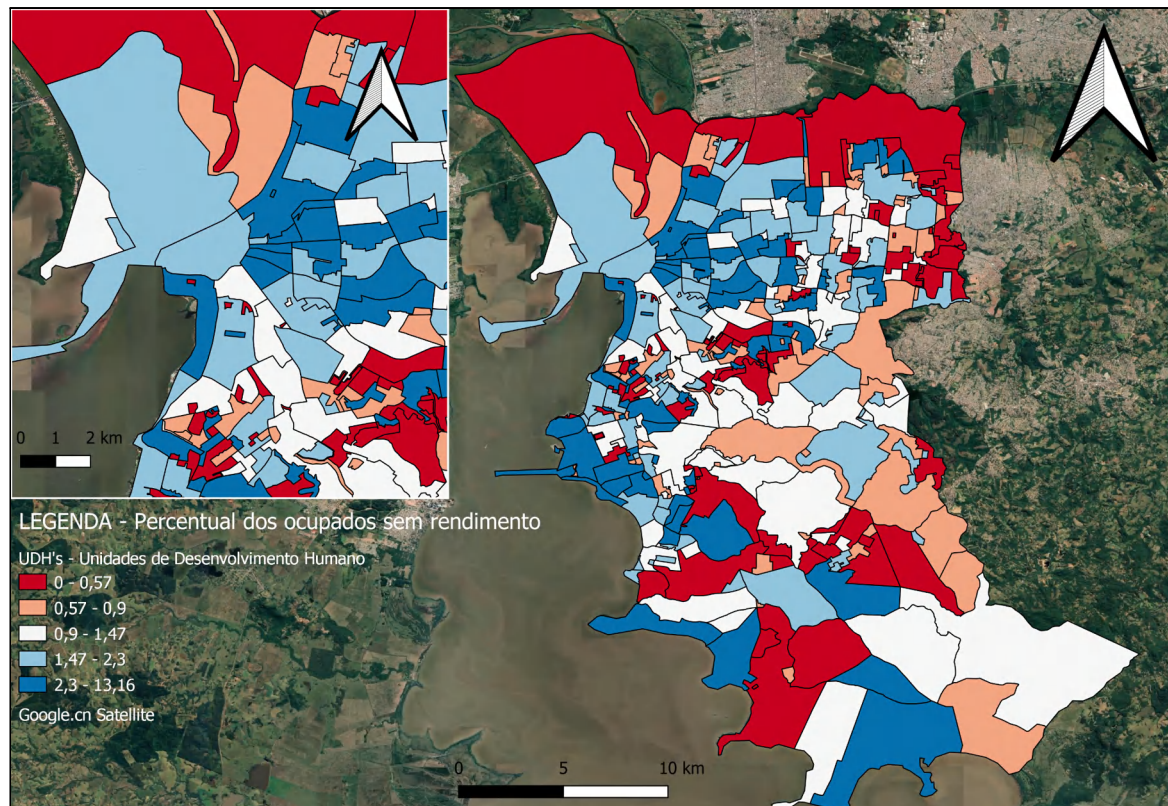
Gráfico 32. Porto Alegre - Distribuição de renda de pessoas com mais de 10 anos de idade - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010);

Em relação à distribuição da população ocupada de acordo com o rendimento ao longo do território, percebe-se, a partir de mapeamentos, os nítidos contornos da segregação socioespacial na cidade: o setor centro-leste, além de deter o maior contingente populacional de ocupados sem rendimento, também concentrava as maiores taxas de população de maior renda.

Mapa 38. Porto Alegre - Percentual de ocupados sem rendimento (R\$) - 2010



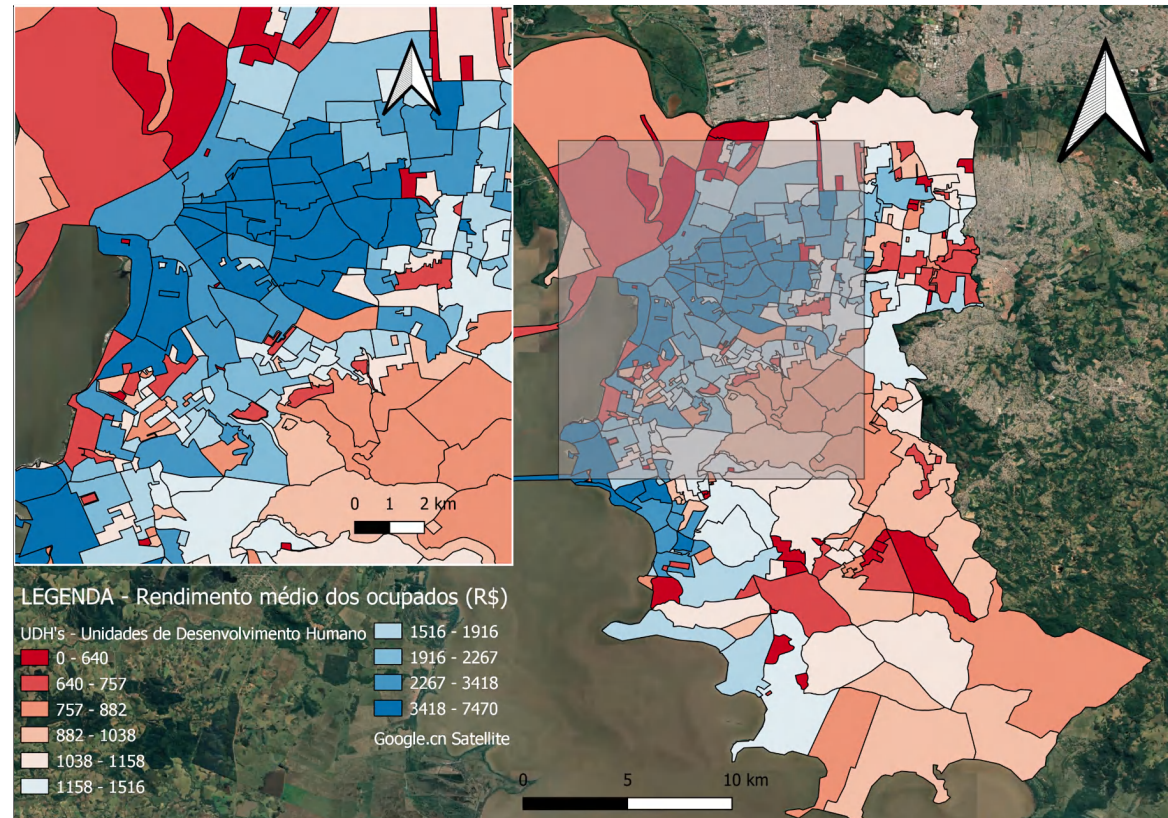
Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Além disso, constata-se a emergência do setor centro-sul de concentração de população abastada. Enquanto isso, as áreas periféricas, distantes desses setores, concentravam populações de baixo poder aquisitivo.

A exemplo disso, no setor centro-leste (desde os bairros Bom Fim, Farroupilha e Independência, a oeste, até Chácara das Pedras, Três Figueiras e Jardim Europa, a leste) e em parcelas do setor centro-sul (Vila Assunção, Tristeza, Vila Conceição e Pedra Redonda), concentrava-se população ocupada cujo rendimento médio gira entre 6 e 14 salários mínimos, montantes superiores ao rendimento do trabalhador habitual da cidade.

Nas periferias, por sua vez, confluíam ocupados cujos rendimentos se restringiam a um máximo de 2 salários mínimos e, em bairros como Arquipélago, Farrapos e Humaitá, a norte, e Serraria, Pitinga e Hípica, trabalhadores cuja renda é limitada a apenas 1 salário mínimo.

Mapa 39. Porto Alegre - Rendimento médio do ocupado (R\$) - 2010



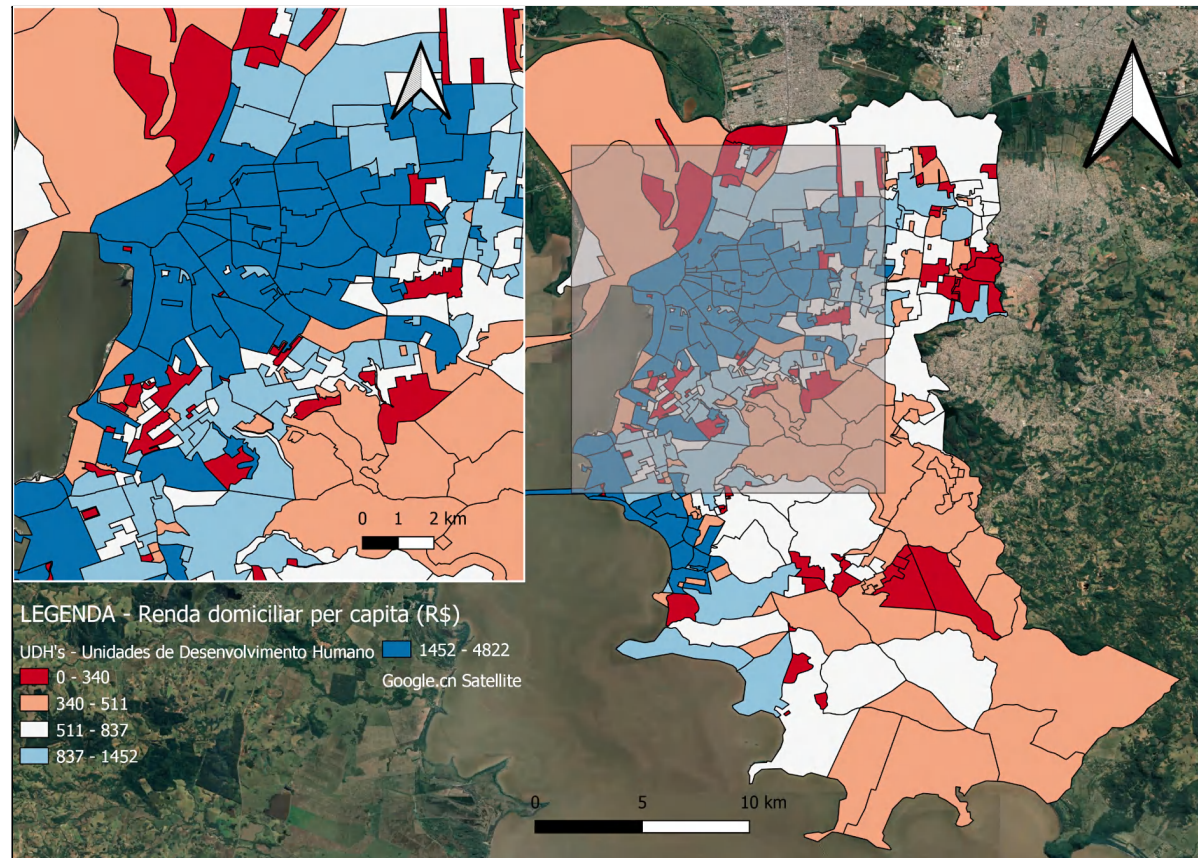
Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Em se tratando da renda domiciliar per capita, houve assentimento das características segregatórias do espaço porto alegreense relacionadas ao poder aquisitivo dos diferentes estratos sociais: ocorreu a manutenção de níveis positivos nos setores centro-leste e centro-sul no que diz respeito a esse índice em função da superioridade do rendimento médio dos ocupados que residem nessa área e da densidade

domiciliar ser inferior às áreas periféricas. Estas que, por sua vez, concentravam mais indivíduos por habitação e menor renda por trabalhador e, assim, tenderam a ter renda domiciliar per capita inferior.

Portanto, a renda domiciliar per capita dos habitantes das regiões centrais correspondia a montantes entre 3 e 9 salários mínimos, enquanto residentes nas áreas de bairros periféricos, como Arquipélago, Farrapos, Humaitá, Mário Quintana, Bom Jesus, Vila São José, Vila João Pessoa, Santa Tereza, Pitinga, Restinga e Serraria possuíam índice correspondente a menos de 1 salário mínimo.

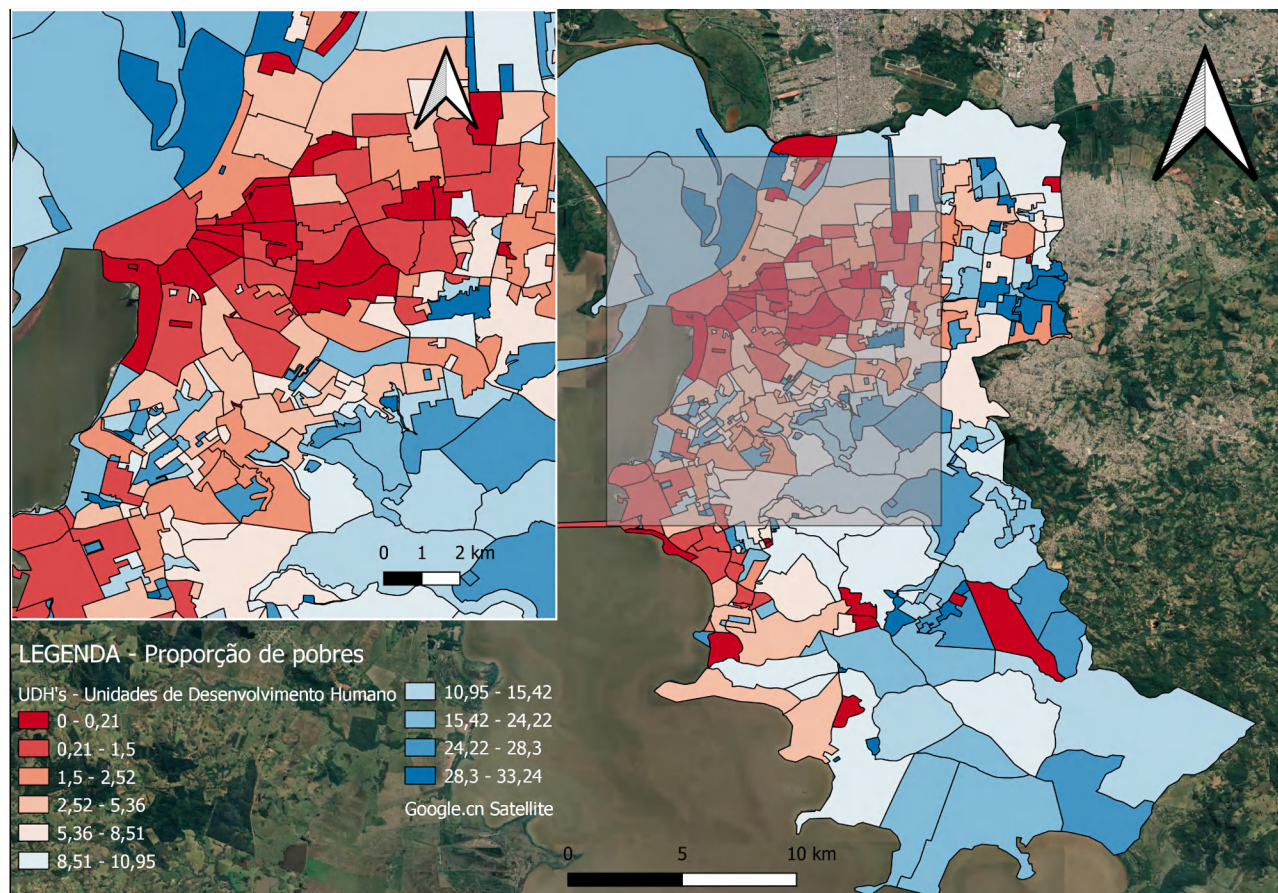
Mapa 40. Porto Alegre - Renda domiciliar per capita - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Assim, a população pobre convergiu à periferia de Porto Alegre: os indivíduos cuja renda domiciliar per capita foi igual ou inferior a R\$ 140 mensais se situam, principalmente, em parcelas dos bairros Arquipélago, Bom Jesus, Vila João Pessoa, Vila São José, Mário Quintana e Restinga, onde a sua proporção perante o contingente populacional total beira $\frac{1}{3}$.

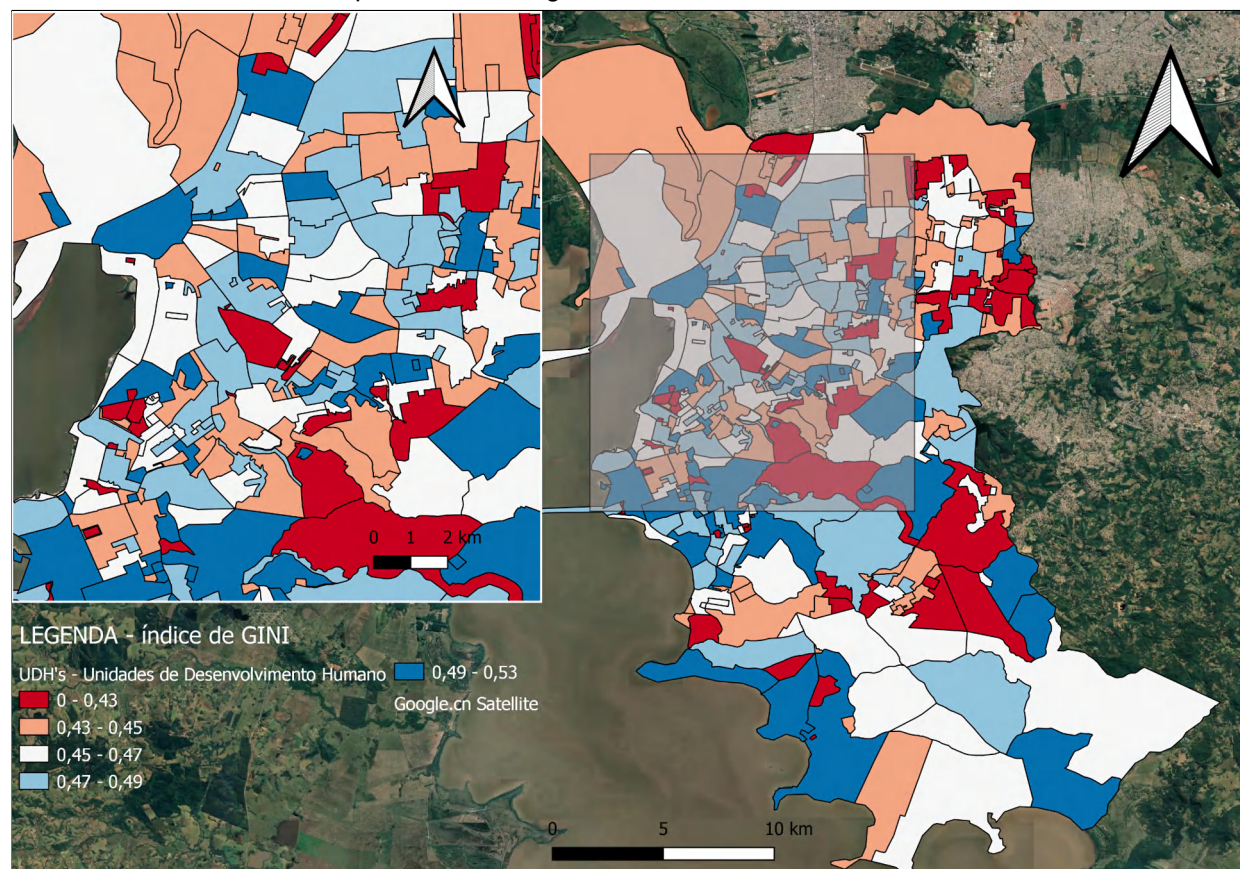
Mapa 41. Porto Alegre - Proporção de pobres - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Por fim, a respeito da desigualdade econômica que incidiu sobre o espaço portoalegrense, o índice de Gini ilustra que há dispersão ao longo do território da cidade dos locais onde há maiores graus de disparidade entre os ganhos dos mais pobres e dos mais ricos. Dentre os de maior discrepância, foram áreas nos bairros São Geraldo, Centro Histórico, Ponta Grossa, Belém Novo, Lomba do Pinheiro, Agronomia. E ainda, os sítios em que essa desigualdade foi atenuada correspondem aos bairros Farrapos, Mário Quintana, Belém Novo, Glória, Cascata, Pitinga, onde houve maior homogeneidade em termos da concentração populacional conforme estrato social.

Mapa 42. Porto Alegre - Índice de Gini - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

h) Urbanização e amenidades urbanas

Porto Alegre possuía uma taxa de urbanização de 82,15% em 2010, enquanto a RMPA dispunha de 97%, o Rio Grande do Sul de 85,1% e o Brasil de 84,4% (BRASIL, 2010).

Tabela 13. Porto Alegre e comparações - Rendimento do trabalhador habitual - 2018

Tema	Porto Alegre	RMPA	Rio Grande do Sul	Brasil
Taxa de urbanização	82,15%	97%	85,1%	84,4%

Fonte: Silbermann (2021) a partir de Rio Grande do Sul (2018);

A capital gaúcha, portanto, apresentou índice próximo às médias brasileira e riograndense, enquanto destoou do valor elevado da urbanização da RMPA.

No que diz respeito ao tecido urbano, Porto Alegre apresenta variedades de malhas que conformam os bairros: desde a cidade radioconcêntrica, na área central, e a cidade xadrez à norte, com maior densidade, à cidade jardim e cidade rururbana a sul, onde ocorre dispersão (PORTO ALEGRE, 2010).

Frequentemente, o grau de ortogonalidade ou sinuosidade das vias e, conseqüentemente, dos bairros e lotes, é condicionado pelo relevo e regularidade urbanística da intervenção antrópica. Assim, a zona norte de Porto Alegre, mais plana que as áreas central e sul e mais consolidada em relação à zona sul, tende a conter maior ortogonalidade de vias e, assim, perpendicularidade e regularidade das dimensões dos bairros e lotes.

Mapa 43. Porto Alegre - Padrão de vias, bairros e lotes imperantes na zona norte



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Porto Alegre (2021);

Há, no entanto, exceções à regra: apesar de maior regularidade urbanística e ausência de acidentes geográficos significativos, a zona norte da cidade apresenta tanto iniciativas urbanísticas regulamentadas com lógicas de vias, quarteirões e lotes sinuosos (bairros Vila Jardim e IAPI, por exemplo, erigidos sob a égide das cidades jardim) em função da ocorrência de relevo acidentado, quanto empreendimentos pautados pela lógica da necessidade (ABRAMO, 2007) na quais não há coerência imperante em função da presença majoritária da autoconstrução, que não leva em conta as normas e regulamentações que dizem respeito à produção do espaço urbano e de seus objetos técnicos (bairro Rubem Berta, por exemplo).

Já na zona sul, que também conta com exceções à regra (vide as áreas centrais consolidadas dos bairros Restinga e Lomba do Pinheiro, por exemplo), há tendência à sinuosidade e irregularidade no que diz respeito às dimensões e formas dos quarteirões e lotes, já que há maior produção de assentamentos informais e maior ocorrência de aclives/declives.

Mapa 44. Porto Alegre - Padrão de vias, quarteirões e lotes imperantes na zona sul



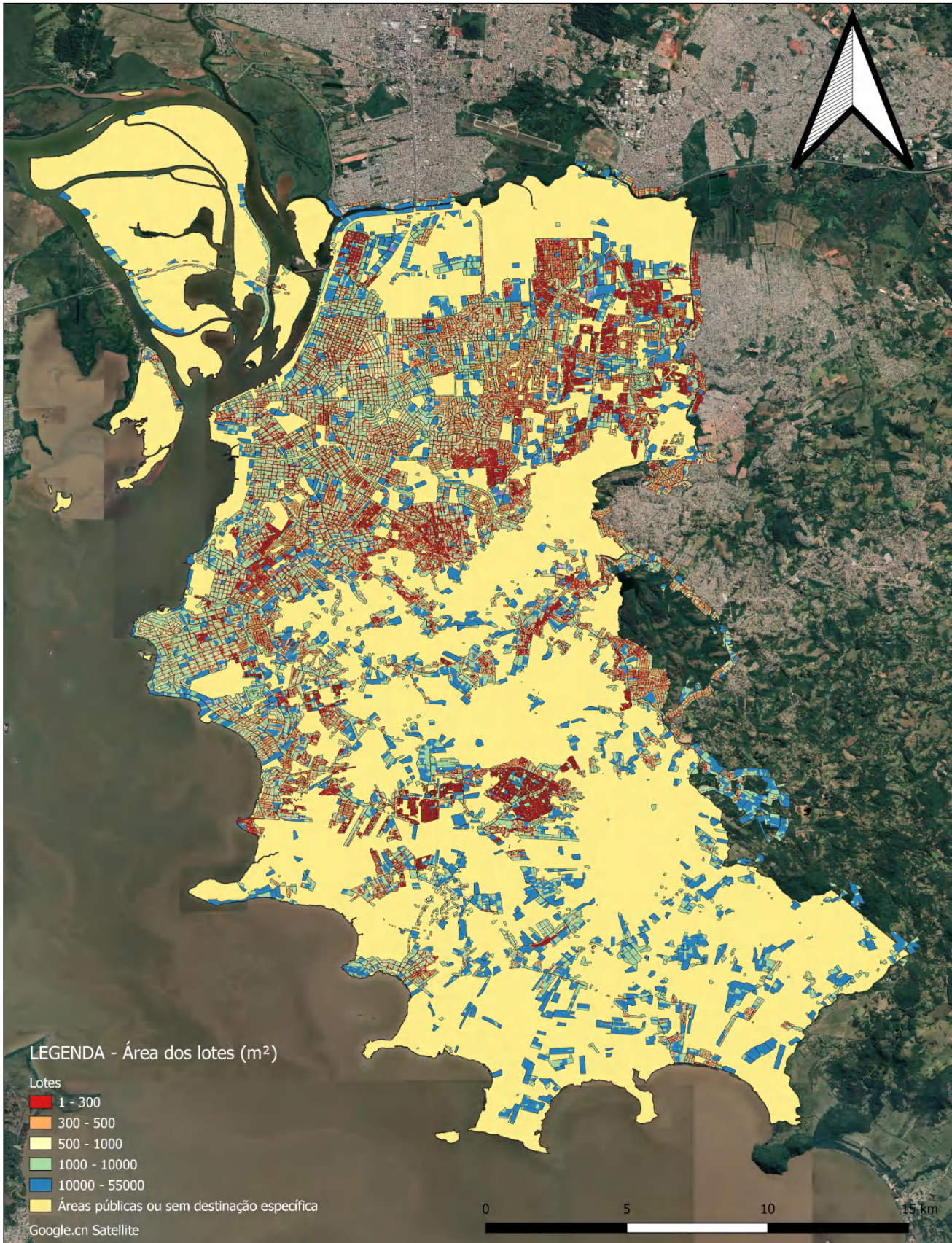
Fonte: Silbermann (2021) a partir de Porto Alegre (2021);

Em se tratando das áreas dos lotes do municípios, há padrões diversos: nos locais consolidados da cidade, como o centro e os setores centro-leste e centro-sul, há uma grande diversificação nas áreas dos terrenos, mas com menor incidência em termos quantitativos de lotes de área superior a 1 hectare.

No que diz respeito às regiões de irregularidade urbanística, localizadas principalmente no arco pericentral do município, ocorrem majoritariamente lotes cujas dimensões são inferiores a 300m².

Já na zona norte, nas proximidades do delta do Jacuí, e no extremo sul da zona sul há maior incidência em relação ao restante da cidade de lotes cuja superfície excede 1 hectare pela presença de lotes industriais na primeira e de glebas destinadas à produção no setor agropecuário na segunda.

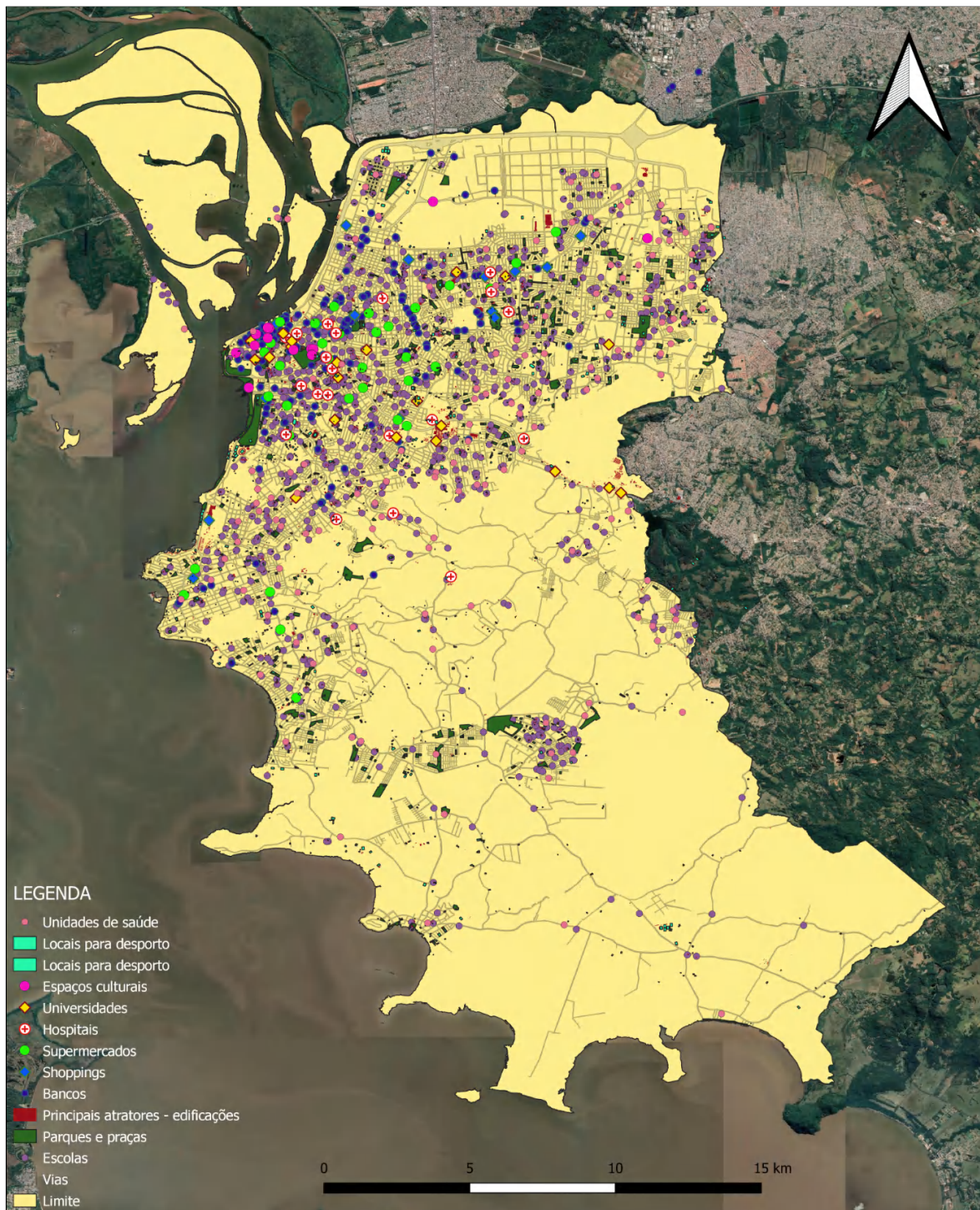
Mapa 45. Porto Alegre - Classificação dos lotes conforme área



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

Em se tratando da localização espacial das amenidades urbanas, assim como a confluência de objetos técnicos voltados ao setor terciário (vide Mapa 32), ocorre na cidade a concentração de equipamentos públicos e privados voltados à provisão das necessidades da população na área central da cidade, sem a sua dispersão ao longo do território. Ou seja, escolas, universidades; hospitais, unidades de saúde; prédios administrativos, bancos; supermercados, shoppings; centros culturais, parques e locais voltados ao desporto e lazer tendem a se situar nas áreas consolidadas de Porto Alegre.

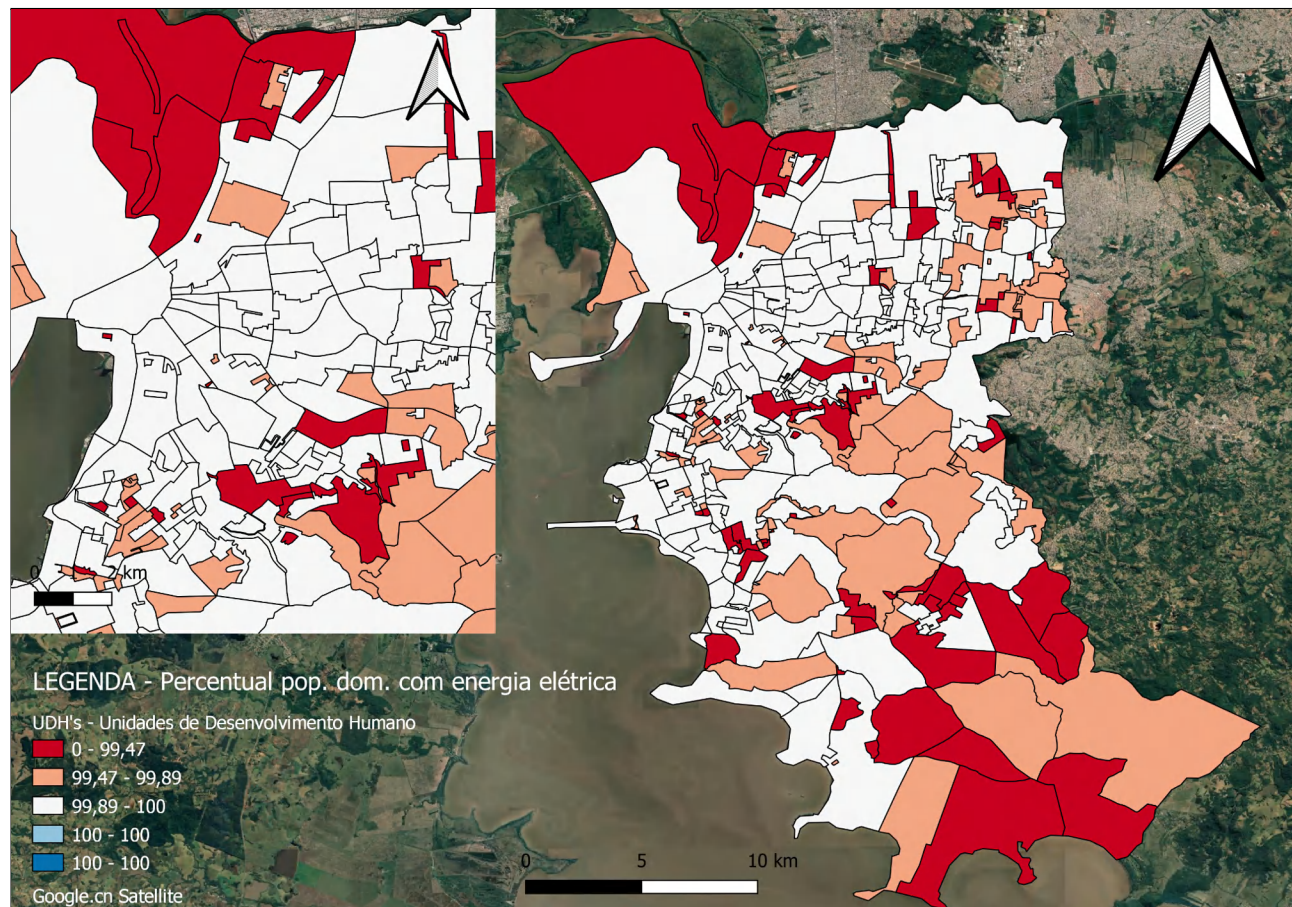
Mapa 46. Porto Alegre - Amenidades urbanas



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

Por fim, em se tratando das redes de provisão de infraestrutura básica, a periferia porto alegreense também foi relegada a ser menos assistida por essas benfeitorias em comparação às áreas centrais. A respeito da provisão de energia elétrica conforme os moradores dos domicílios, por exemplo, apesar do elevado valor de abastecimento ao longo de toda a cidade, bairros afastados do centro, como Cacata, Glória, Arquipélago, Lami e Boa Vista do Sul, tenderam a ter menor fornecimento.

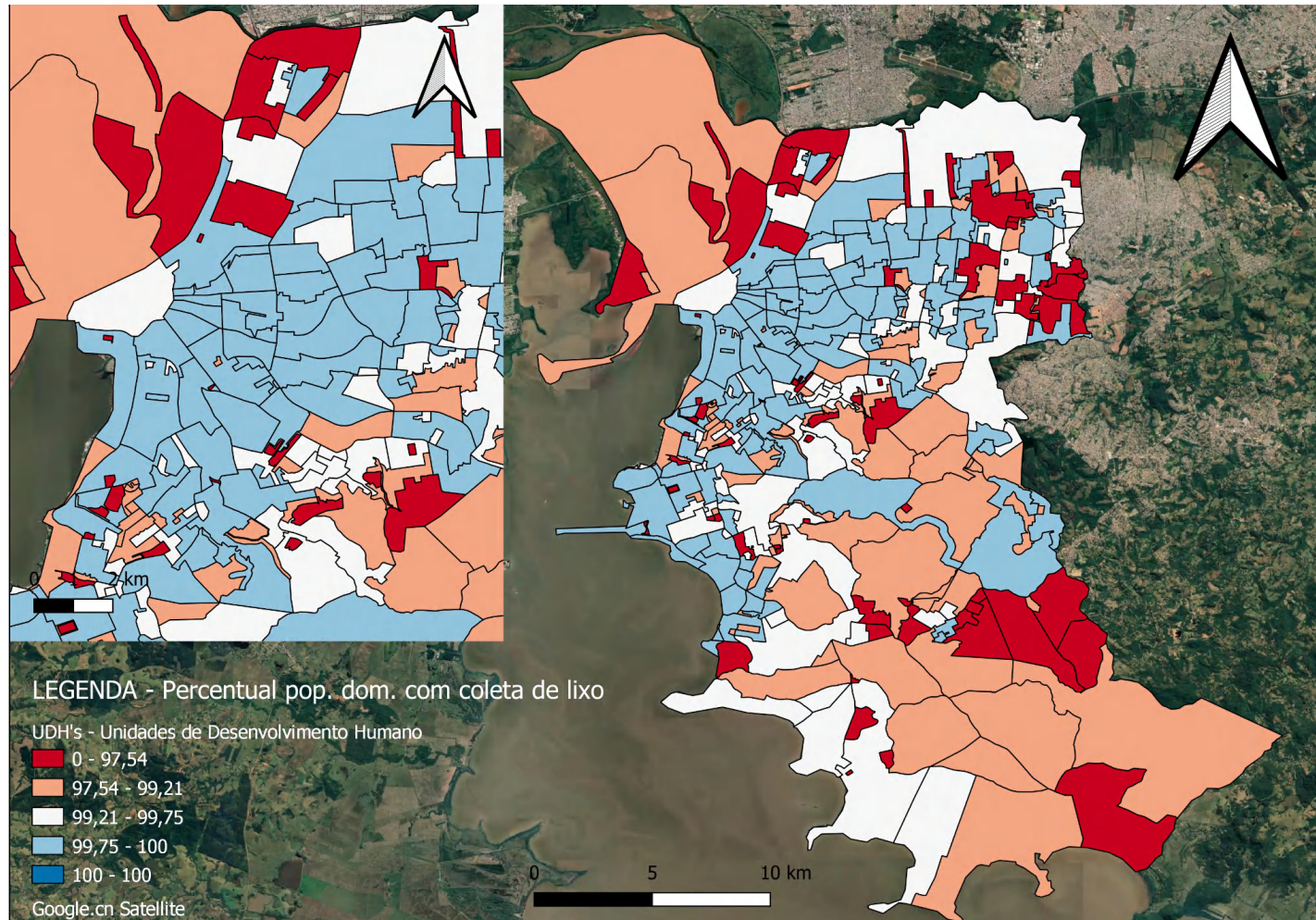
Mapa 47. Porto Alegre - Percentual de residentes em domicílios com energia elétrica



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Além disso, a abrangência da rede de coleta de lixo também foi díspar na cidade: áreas de bairros como Farrapos, Humaitá, Santa Rosa de Lima, Vila São José, Lomba do Pinheiro e Pitinga, periféricos, não foram tão bem servidas quanto os bairros centrais.

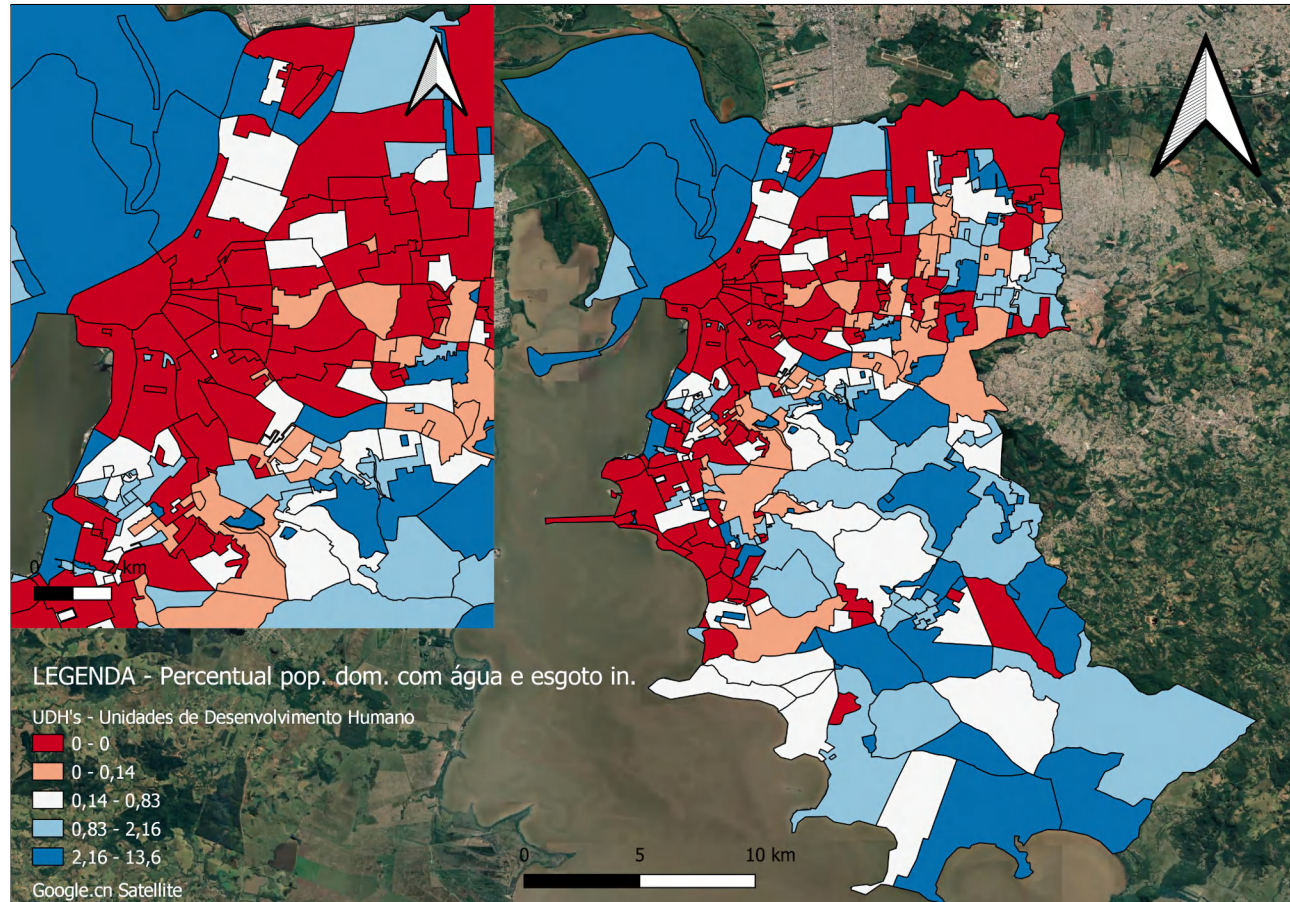
Mapa 48. Porto Alegre - Percentual de residentes em domicílios com coleta de lixo



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

E houve uma proporção maior de população residente em domicílios que dispõem de redes de água e esgoto inadequados nas periferias. Especificamente, em bairros como Arquipélago, Partenon, Vila São José, Agronomia, Lomba do Pinheiro, Restinga, Lami, Boa Vista do Sul.

Mapa 49. Porto Alegre - Percentual de residentes em domicílios com redes de água e esgoto inadequados



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

i) Desenvolvimento humano

Em se tratando do desenvolvimento humano, a capital gaúcha apresentou um índice de 0,805, superior a Brasil, Rio Grande do Sul e RMPA, considerado muito alto (BRASIL, 2010) e comparável ao valor apresentado por países como Montenegro e Kuwait (ONU, 2021).

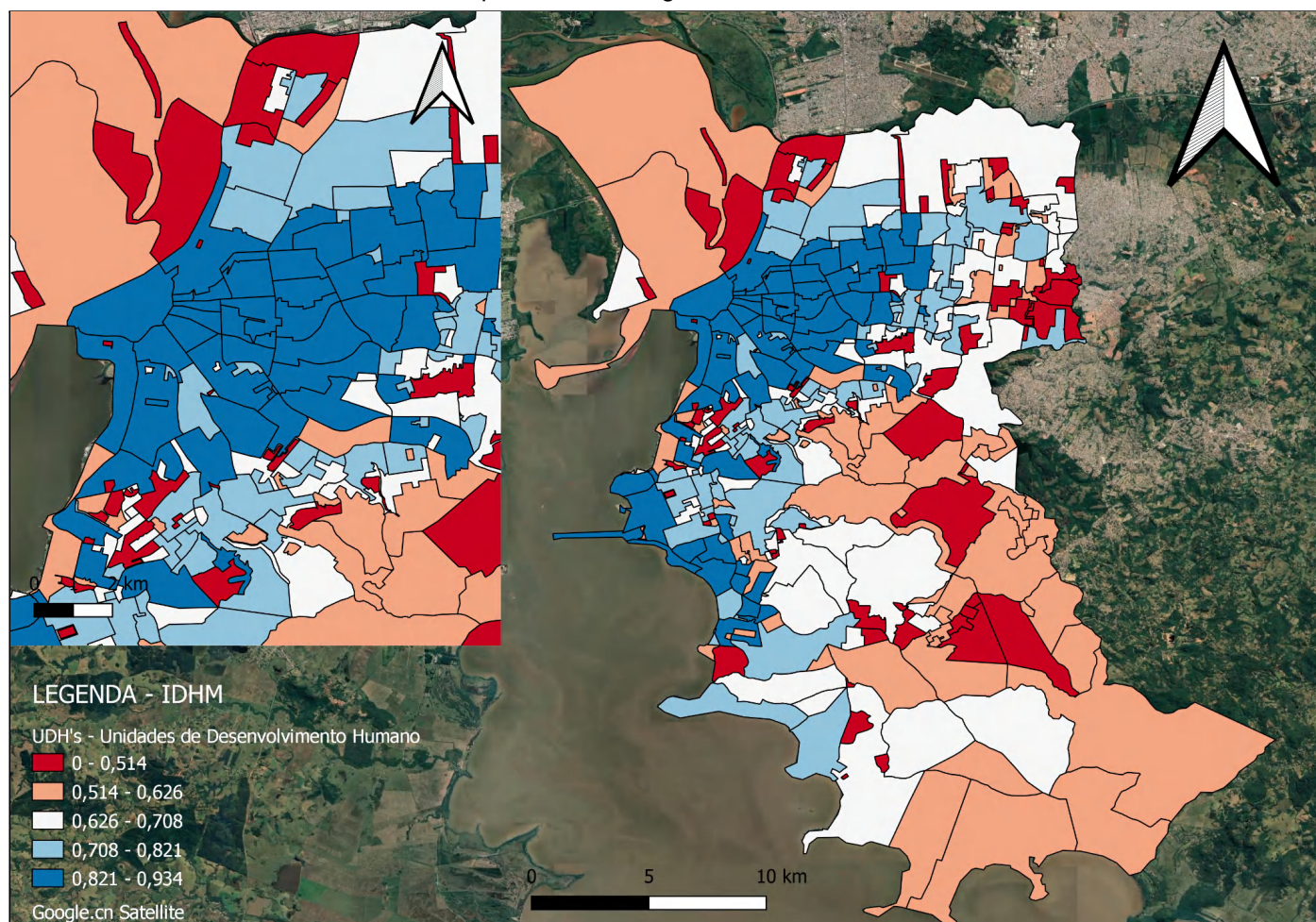
Tabela 14. Porto Alegre e comparações - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) - 2010

Tema	Porto Alegre	RMPA	Rio Grande do Sul	Brasil
IDH ou IDHM	0,805	0,762	0,746	0,699

Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Rio Grande do Sul (2010) e Porto Alegre (2010);

Com relação às medidas correspondentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) ao longo do espaço da cidade, compreende-se que houve a mesma padronização que pautou o território de acordo com o rendimento: o padrão centro-periferia, em que índices superiores e positivos de IDHM se encontravam nas áreas centrais e setores centro-leste e centro-sul cujas rendas eram superiores e, por conseguinte, acessos às benfeitorias urbanas eram facilitados.

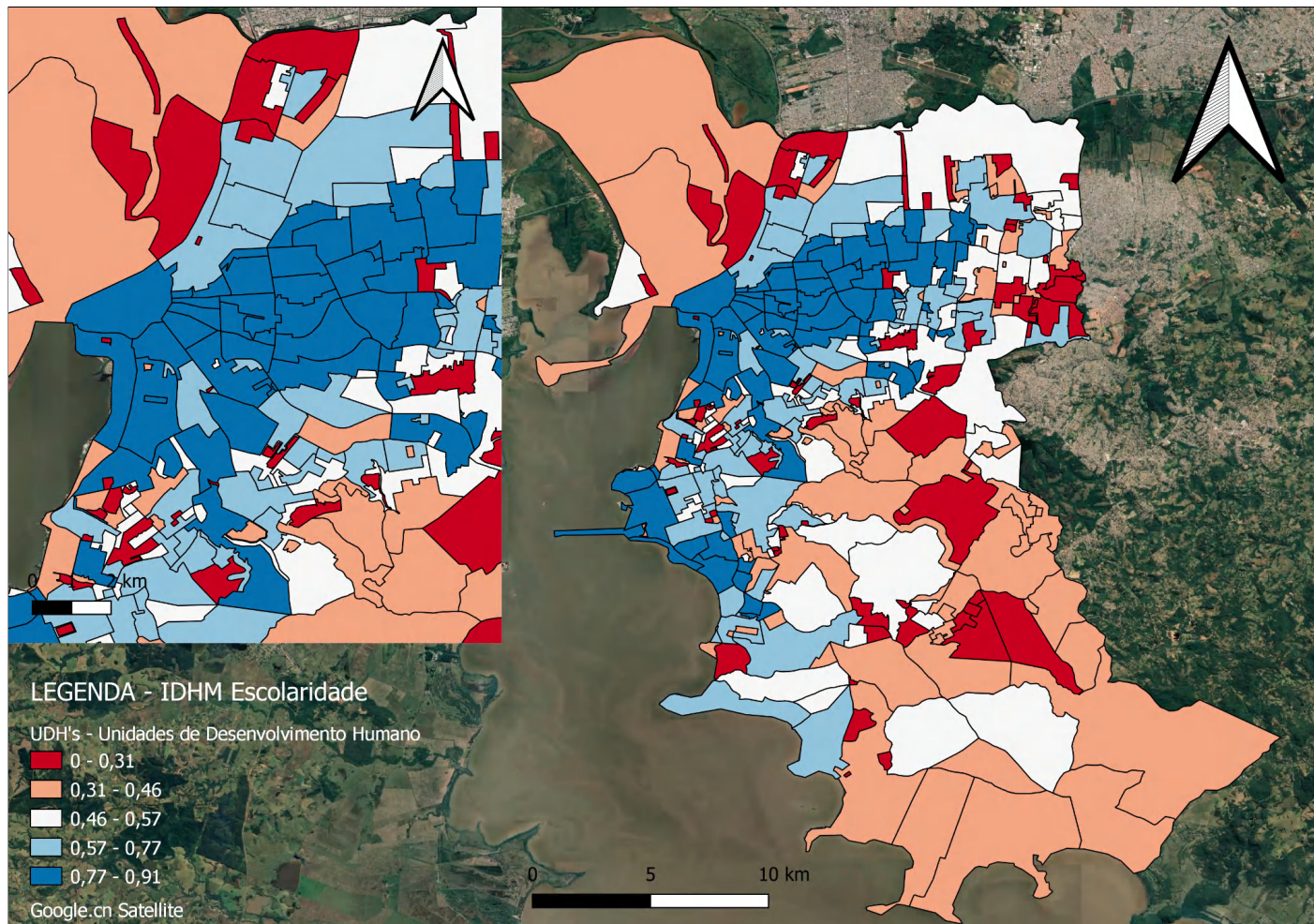
Mapa 50. Porto Alegre - IDHM - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

E, conseqüentemente, as desagregações do índice correspondentes à saúde e educação foram maiores, por conta dessa facilidade de acesso aos mecanismos que provêm qualidade de vida à população.

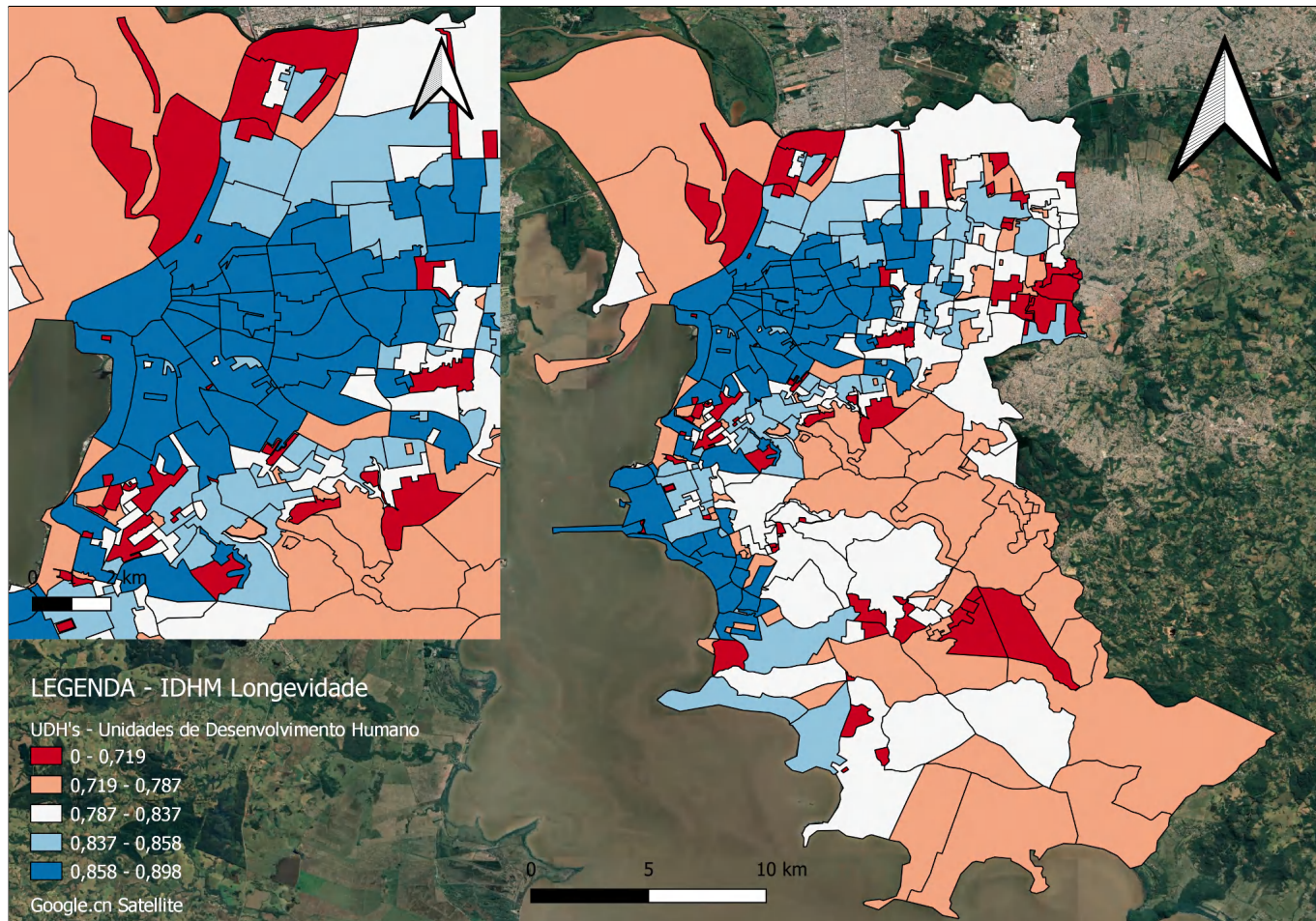
Mapa 51. Porto Alegre - IDHM Escolaridade - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Enquanto isso, as populações periféricas, desprovidas de pleno acesso a essas amenidades, residiam em locais cujos IDHM escolaridade e longevidade são inferiores inclusive à média nacional. No caso de bairros como Arquipélago, Mário Quintana, Pitinga e Agronomia, o índice correspondente à escolaridade era baixo.

Mapa 52. Porto Alegre - IDHM Longevidade - 2010

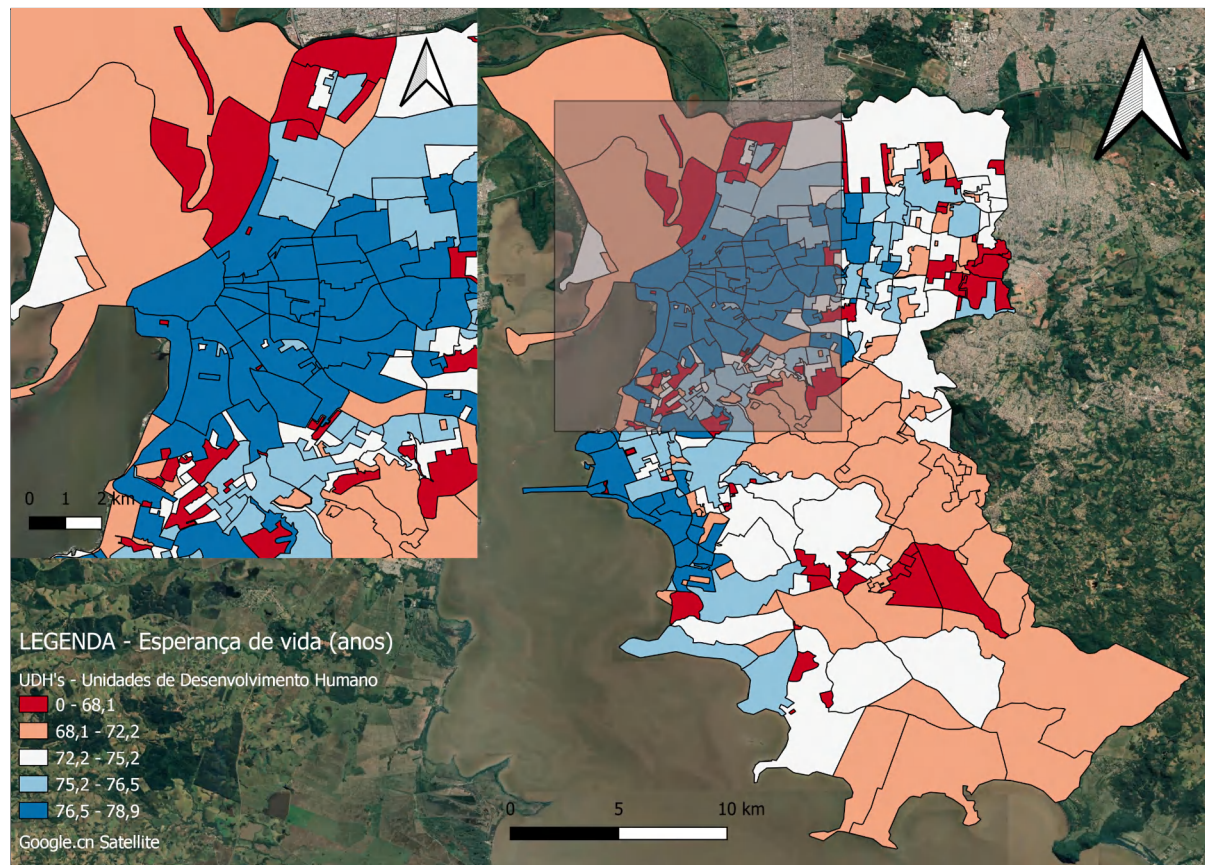


Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

E, em se tratando do IDHM longevidade, os mesmos bairros dispunham de índice considerado médio, mas ainda inferiores e, por isso, destoantes do restante do território do município.

Esses fatores atestam, ainda, que a saúde e educação não são fornecidas em plenitude à população porto alegreense. Em se tratando da saúde, o índice correspondente à esperança de vida ao nascer atesta uma discrepância de cerca de 10 anos entre a esperança de vida dos residentes das áreas centrais abastadas e bairros periféricos, tais quais Arquipélago, Farrapos, Humaitá, Mário Quintana e Pitinga.

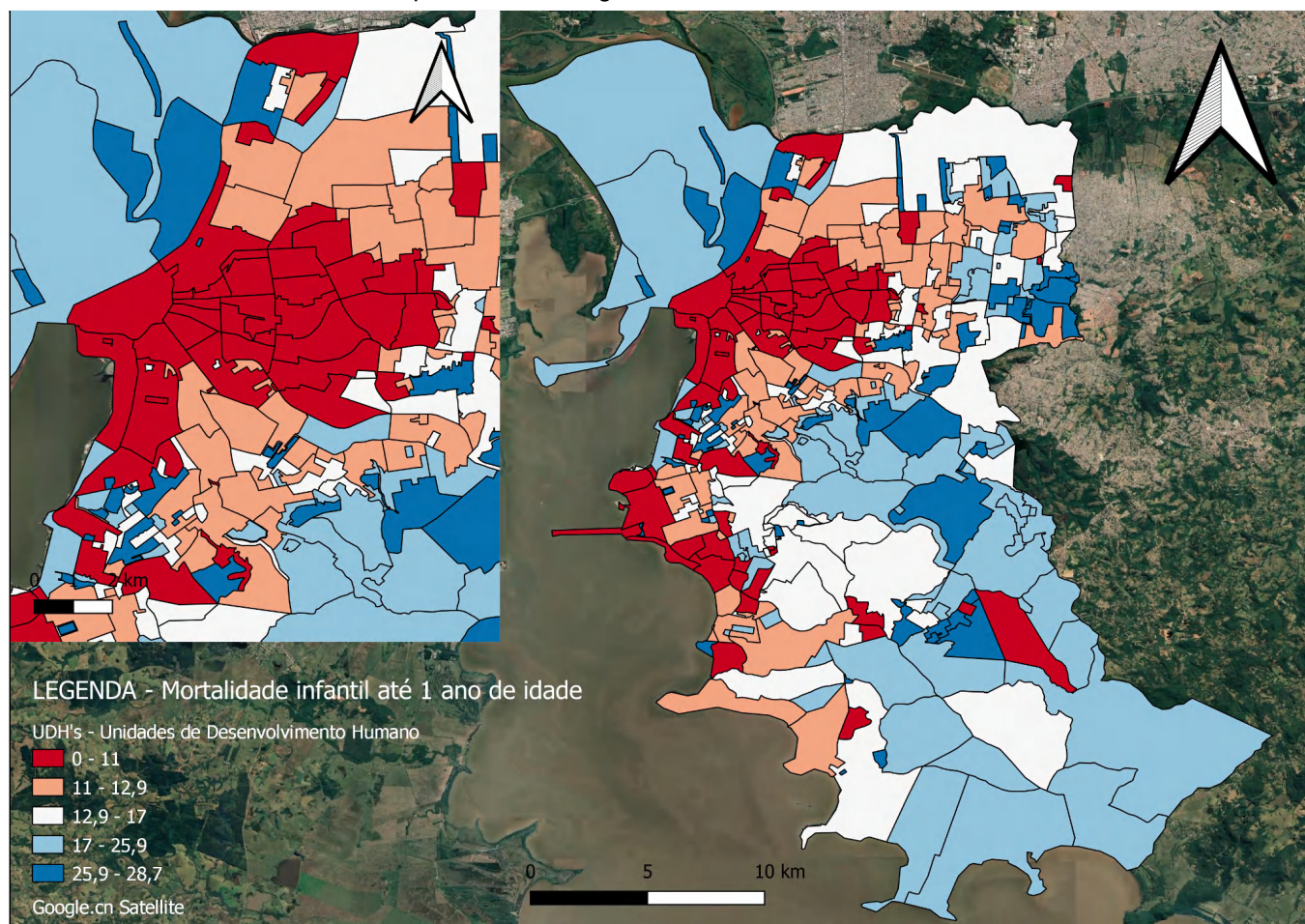
Mapa 53. Porto Alegre - Esperança de vida ao nascer - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

E, em adição, o índice de mortalidade infantil também demonstrou a menor qualidade de vida dos residentes desses mesmos bairros e dos bairros Vila São José e Agronomia.

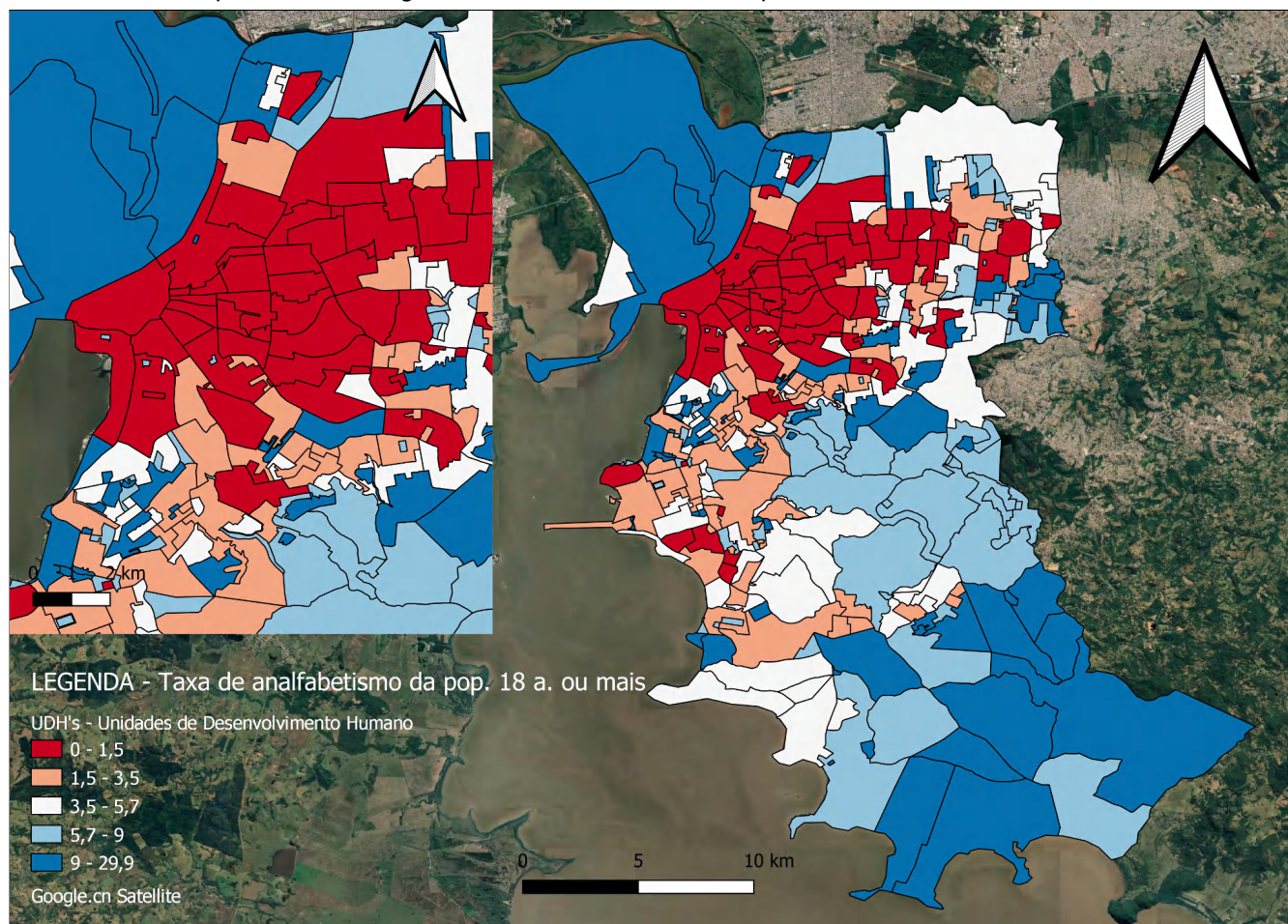
Mapa 54. Porto Alegre - Mortalidade infantil - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Além disso, em se tratando da educação, índices correspondentes à taxa de analfabetismo de pessoas maiores de 18 anos e à expectativa de anos de estudo aos 18 anos demonstram que as populações centrais tendiam a ser letradas e a ter mais tempo para dedicarem-se ao seu aprendizado.

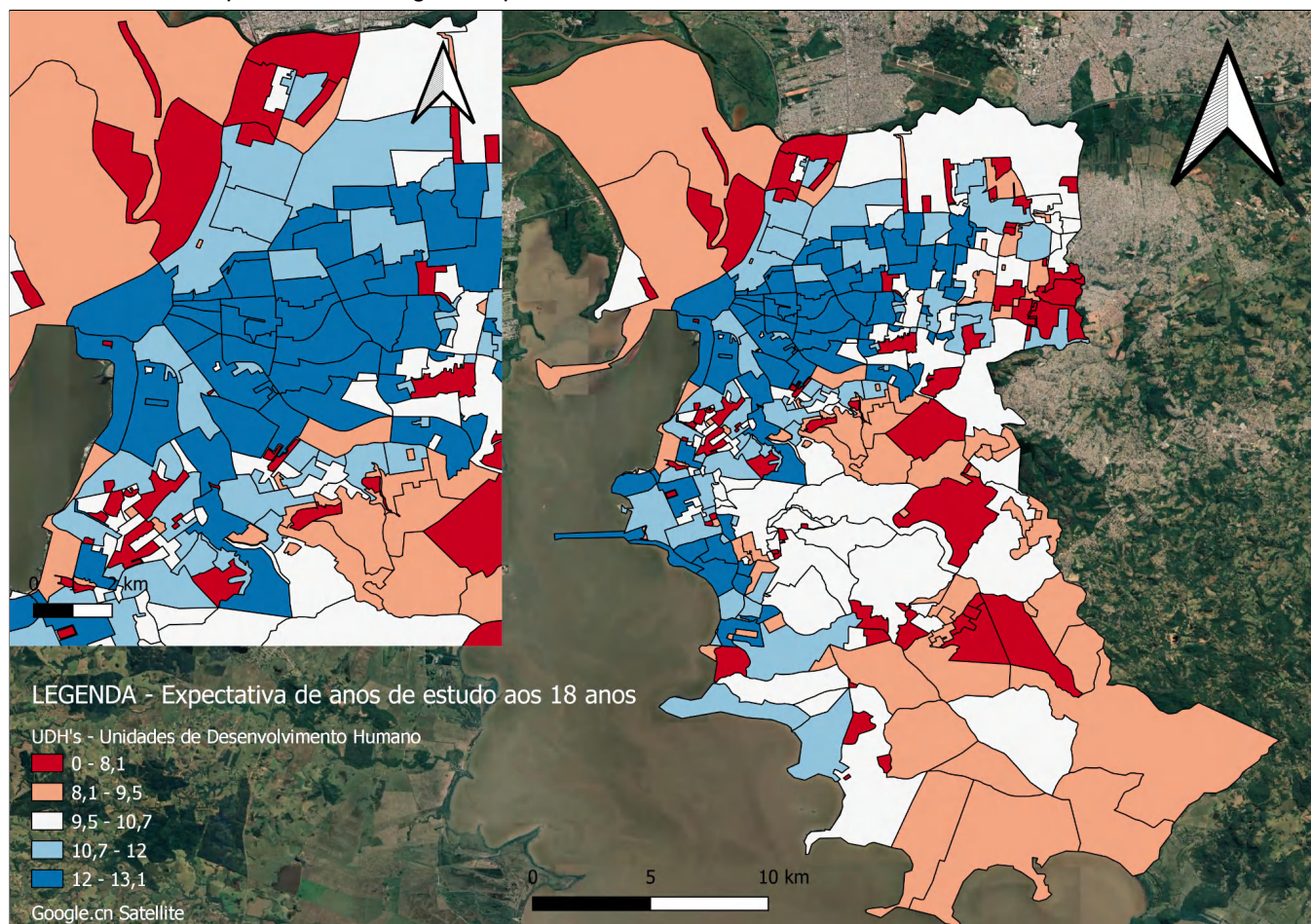
Mapa 55. Porto Alegre - Taxa de analfabetismo de pessoas maiores de 18 anos - 2010



Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

Enquanto a população residente do setor centro-leste, abastado, continha taxa de analfabetismo de até 1,5% e expectativa de até 13 anos de estudo, a população das áreas periféricas/carentes continha entre 10% e 1/3 de analfabetos maiores de 18 anos e expectativa de 8 anos de estudo.

Mapa 56. Porto Alegre - Expectativa de anos de estudo aos 18 anos - 2010

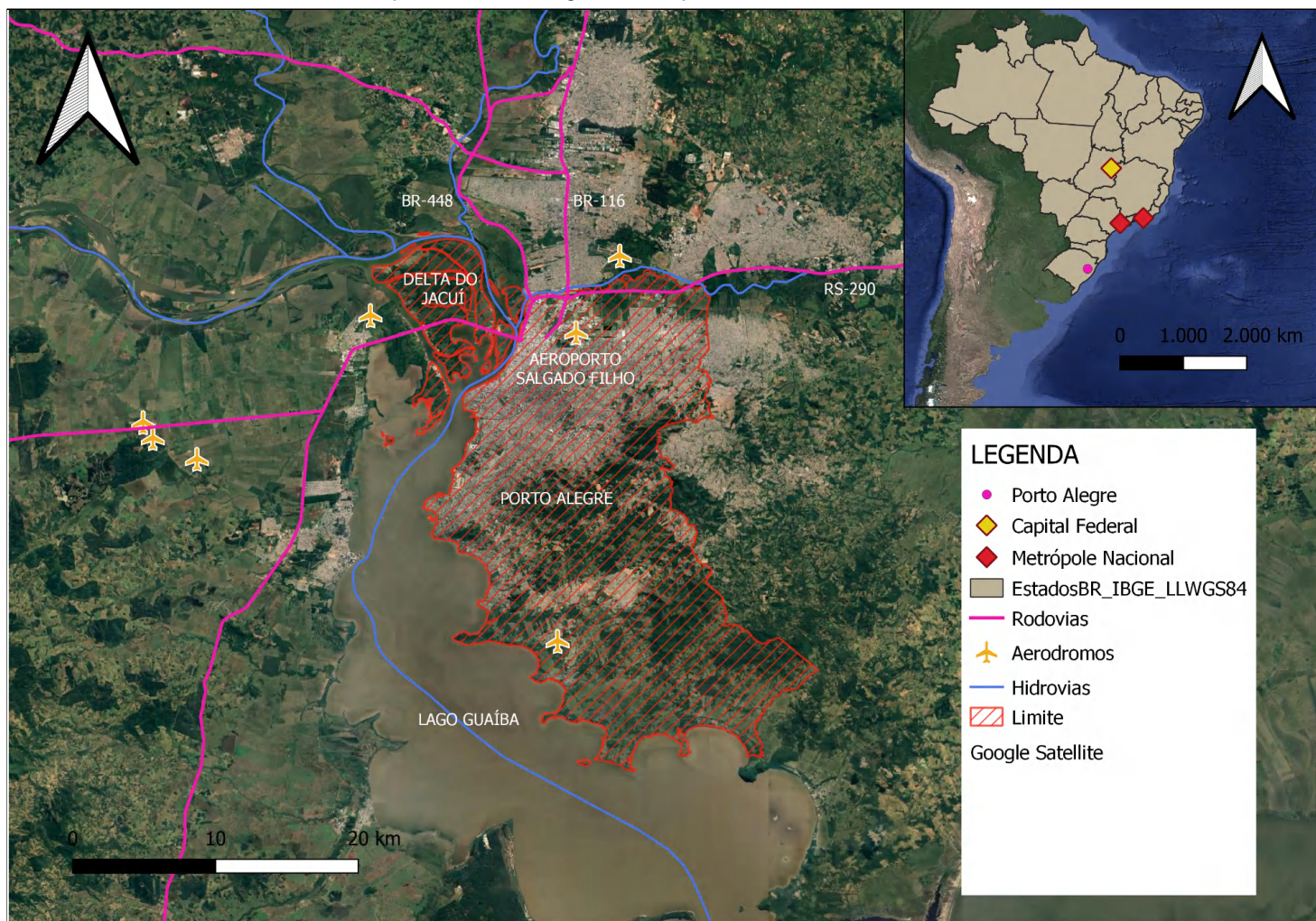


Fonte: Silbermann (2021) a partir de Brasil (2010) e Google (2021);

j) Acessos

A capital gaúcha dista 2.027 km da capital federal, Brasília, 1.129 km de São Paulo e 1.570 km do Rio de Janeiro, importantes metrópoles nacionais. Suas principais vias de acesso terrestre são as rodovias BR-116, a BR-448 e a RS-290 e a linha ferroviária metropolitana (Trensurb), cuja entrada na cidade ocorre por meio do norte do município. O acesso aéreo, por sua vez, acontece por meio do Aeroporto Internacional Salgado Filho, que também se situa na zona norte da cidade. No que diz respeito ao acesso por via fluvial, o lago Guaíba e rios a montante, cujas águas desembocam na lagoa dos Patos e que, por sua vez, fluem até o oceano Atlântico, possibilitam a entrada na cidade e escoamento da produção por meio de portos situados na península central e no norte do município.

Mapa 57. Porto Alegre - Principais acessos -2021



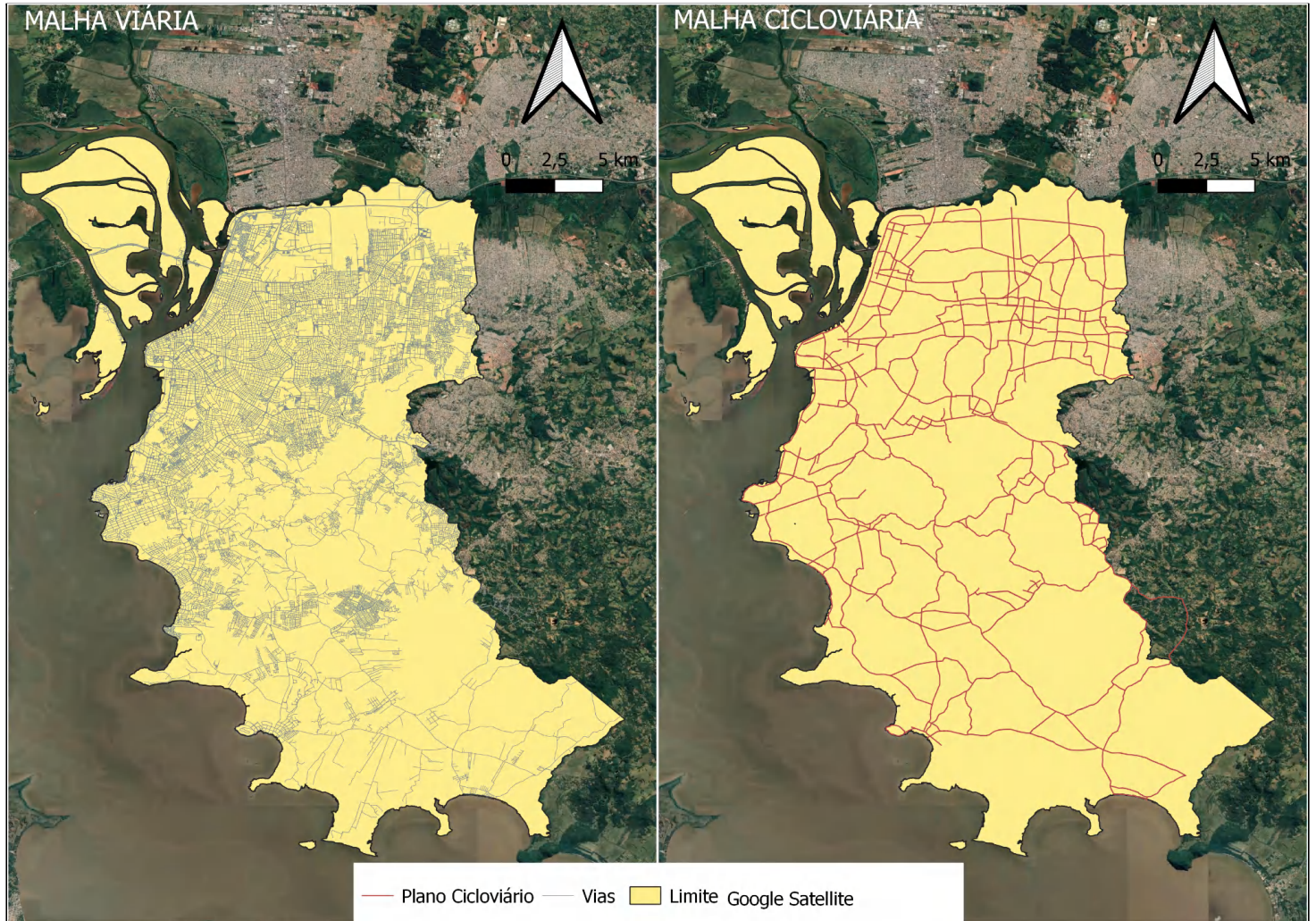
Fonte: Silbermann (2021), a partir de Google (2021);

k) Malha viária interna e mobilidade

Em se tratando das vias internas, a cidade de Porto Alegre possui um total de 2.790 km de vias destinadas a veículos automotores e 55km de ciclovias (PORTO ALEGRE, 2021). Na capital, conforme Brasil (2010), 69,4% dos domicílios urbanos encontravam-se em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

A conformação da malha viária tende a concentrar-se na zona norte, em anuência ao crescimento primordial da cidade e obedece à tendência à ampliação urbana em setores e arcos de círculo disposta por Villaça (2009) e, por isso, tem como vias principais (as arteriais) as perimetrais e radiais da cidade radioconcêntrica, assim como os principais eixos de desenvolvimento da cidade.

Mapa 58. Porto Alegre - Malhas viária e cicloviária -2021

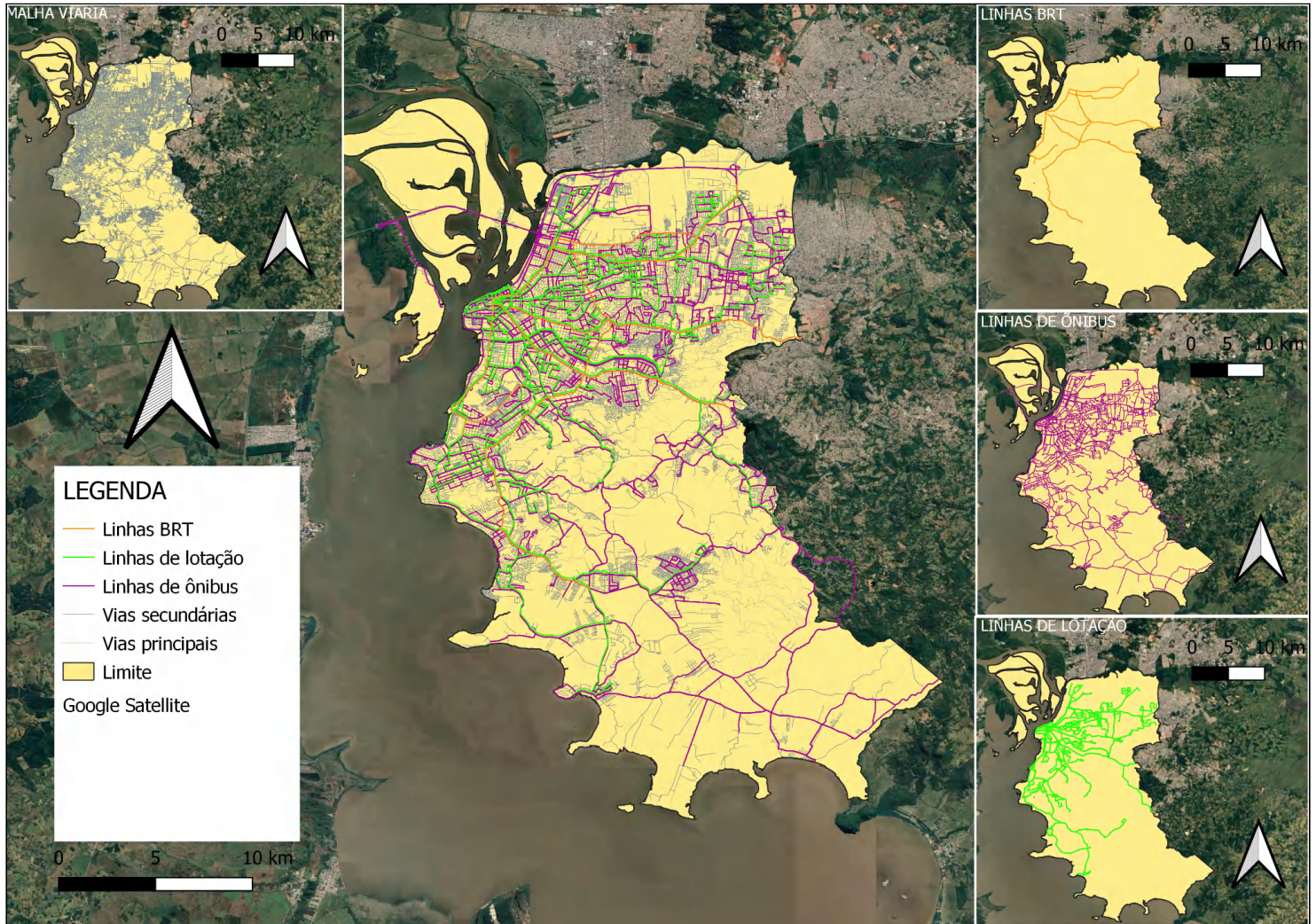


Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

No que diz respeito aos modais de transporte público, observa-se a sua aglutinação e sobreposição, assim como de suas linhas, rotas e pontos de coleta de passageiros, nas áreas centrais e/ou abastadas da cidade. O centro de Porto Alegre e o setor leste acumulam a maior parte dessas benfeitorias a nível de deslocamentos intramunicipais. Ainda, no que diz respeito ao transporte metropolitano e intermunicipal, a área central e a zona norte são melhor munidas de equipamentos públicos voltados ao deslocamento humano e/ou escoamento da produção em função da incidência das vias de acesso rodoviário, da linha ferroviária, do aeroporto e dos portos estarem situados justamente na parcela setentrional da cidade (vide item “c”). Os habitantes da zona sul, portanto, são relegados a um deslocamento maior, frequentemente com número maior de baldeações e, conseqüentemente, um custo maior envolvendo o seu transporte. Percebe-se, ainda,

dispêndio reduzido por parte da administração pública municipal no que diz respeito ao transporte, restrito a 0,08% do montante total despendido (SEBRAE, 2019), conforme expresso no Gráfico 29.

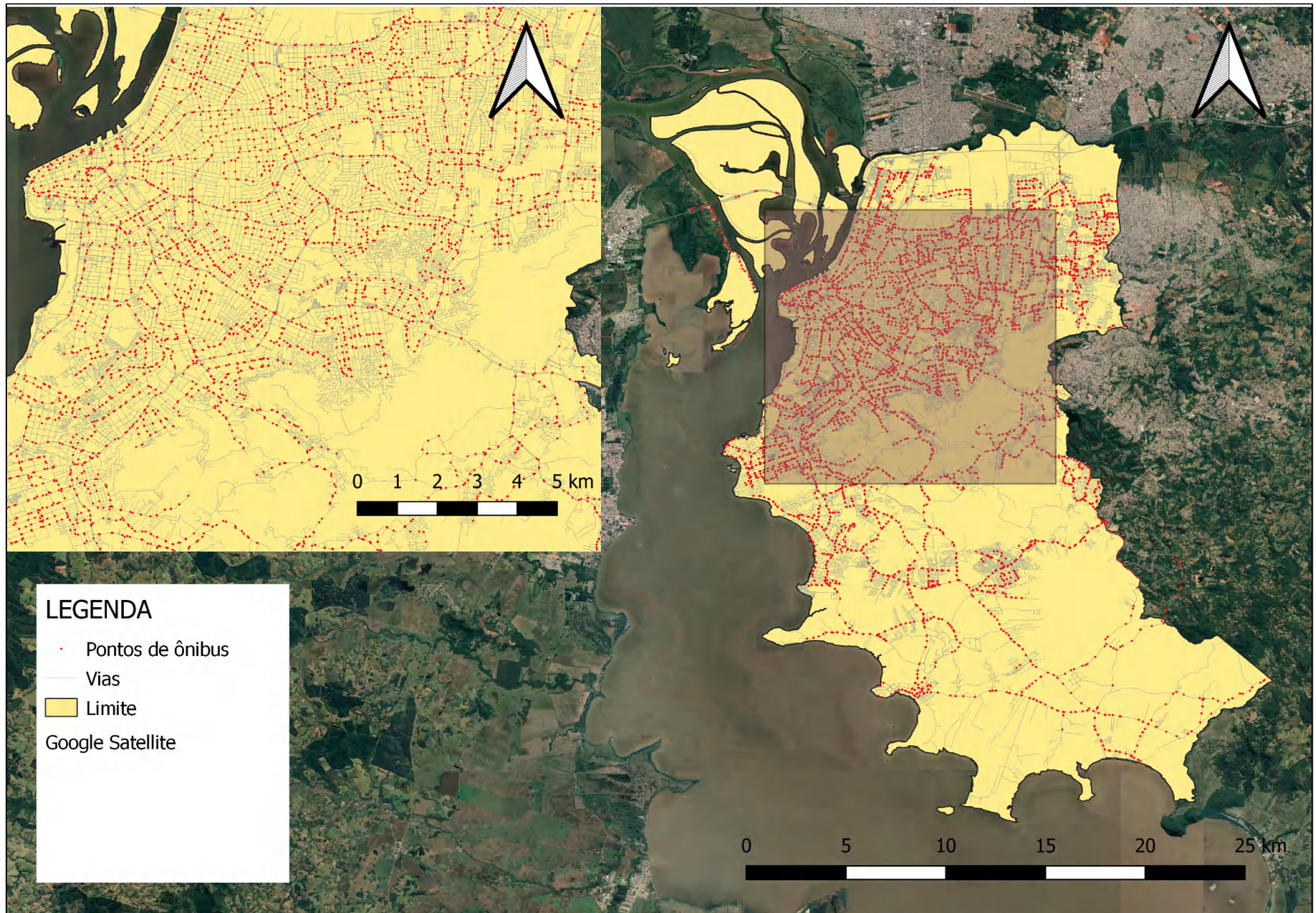
Mapa 59. Porto Alegre - Linhas de transporte público - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

Ao passo do afastamento das áreas abastadas da cidade, percebe-se a escassez de objetos técnicos voltados à promoção do transporte coletivo dos habitantes porto alegrenses, principalmente na porção meridional do município.

Mapa 60. Porto Alegre - Pontos de coleta dos modais de transporte público - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

4.1.2. Situação na rede urbana

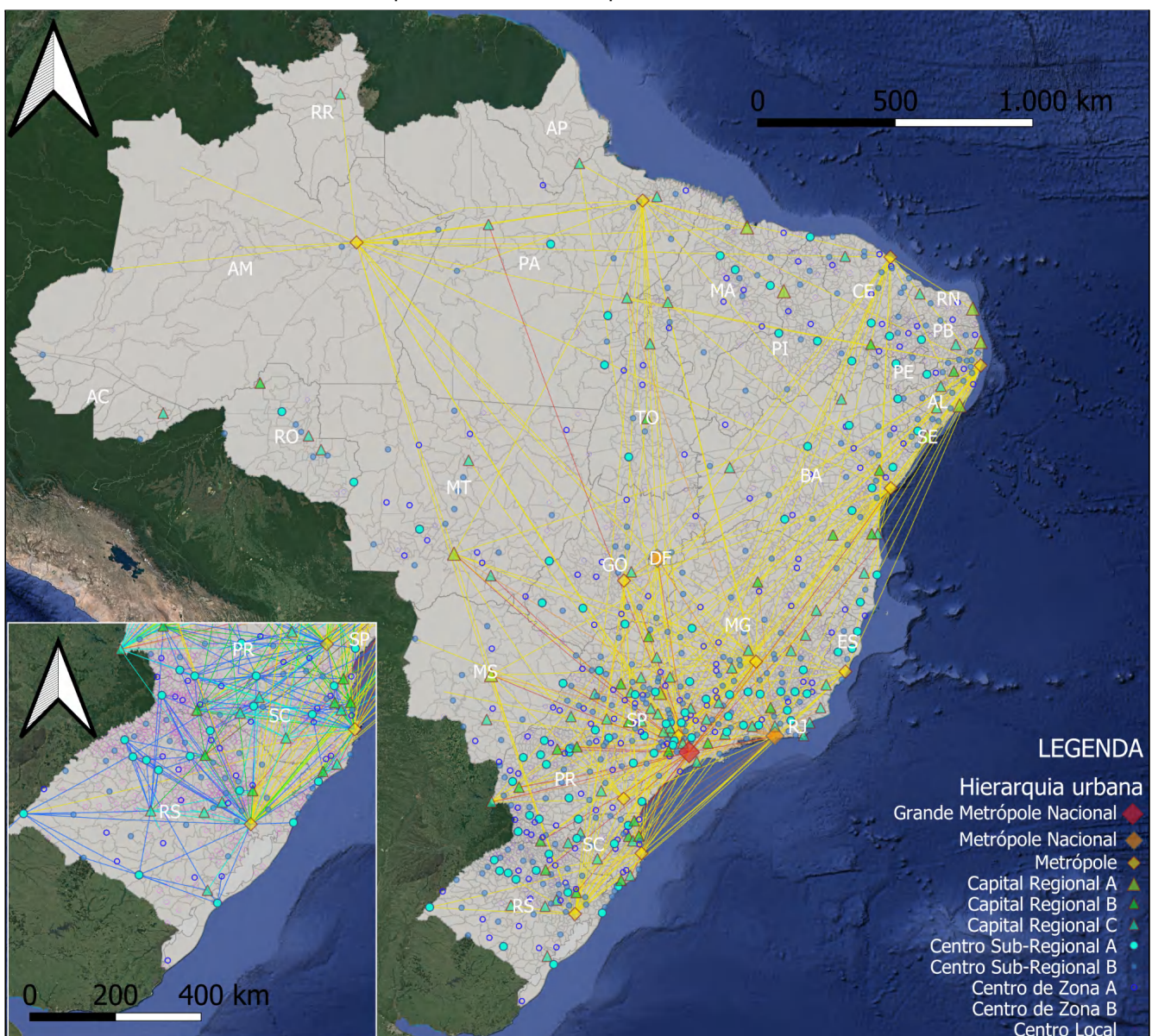
A rede urbana é caracterizada por Santos (1996) como a distribuição heterogênea de infra estruturas pautadas pelo meio técnico-científico-informacional que permitem a circulação de informações, mercadorias, energia e pessoas ao longo do território em conformidade com o capitalismo e que também incluem aspectos sociais e políticos no que diz respeito à sua conformação. De acordo com o autor, “as redes são um veículo de um movimento dialético que, de uma parte, ao Mundo opõe o território e o lugar; e, de outra parte, confronta o lugar ao território tomado como um todo” (SANTOS, 1996, p. 182).

Essa distribuição desigual ocasiona discrepâncias em se tratando do grau de inserção de um local no contexto da globalização e da capacidade de organização do espaço em função da detenção de poder: Santos (ibid.) propõe as escalas mundial, a de um território, país ou Estado, e a local para a caracterização do nível de solidariedade de um espaço na rede. No entanto, a característica imperante para a delimitação de um espaço na rede, de acordo com o autor, é a fluidez de bens materiais e imateriais, que acarreta competitividade. Ou seja, não basta produzir; mas sim transformar a produção em fluxos e essa distinção de ritmo dos fluxos ocasiona a conformação de tempos lentos e tempos rápidos e de circuitos econômicos superior e inferior, que se sobrepõem ao longo espaço.

Ou seja, uma cidade e seu poderio político-econômico podem ter influência mundial ou nacional em um quesito específico e abrangência estritamente local em outro. A soma dessas influências, porém, é o que distingue o espaço na rede urbana: quanto maior o grau de aceleração contemporânea no qual a cidade se encontra, mais competitiva ela se torna em relação às demais (SANTOS, 1994) e maior a incidência nela do circuito econômico superior, pautado pela internacionalização.

Dada a complexidade da rede urbana de um país continental como o Brasil, o IBGE (BRASIL, 2018), por meio do REGIC - Regiões de Influência das Cidades, propõe a classificação de cidades brasileiras de acordo com a hierarquia urbana em: 1) Metrôpoles: Grande Metrôpole Nacional, Metrôpole Nacional e Metrôpole; 2) Capitais Regionais: Capital Regional A e Capital Regional B; 3) Centros Sub-Regionais: Centro Sub-Regional A e Centro Sub-Regional B; 4) Centros de zona: Centro de Zona A e Centro de Zona B; Centros locais.

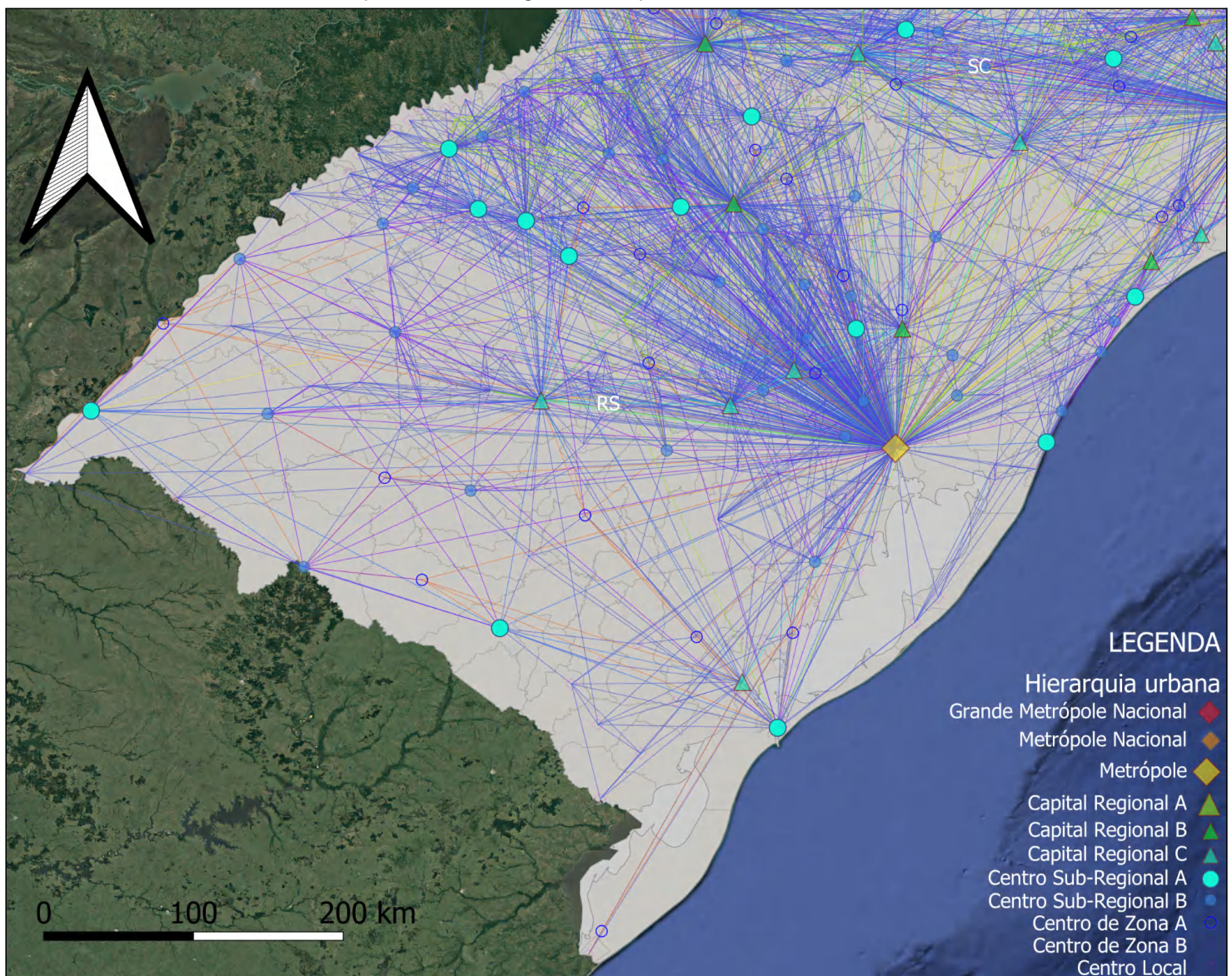
Mapa 61. Brasil - hierarquia urbana - 2018



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2018)

A cidade de Porto Alegre, classificada enquanto metrópole (BRASIL, 2018), é influenciada por São Paulo, principalmente, e Rio de Janeiro no que diz respeito às ligações empresariais, e Brasília com relação às ligações políticas. Enquanto isso, sua rede de influência, que possuía um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 407 bilhões, se restringe ao estado do Rio Grande do Sul e abarcava um total de 417 cidades: dentre elas, seis Capitais Regionais (as Capitais Regionais B do Arranjo Populacional de Caxias do Sul e do município de Passo Fundo, as Capitais Regionais C dos Arranjos Populacionais de Lajeado, Santa Cruz do Sul, Santa Maria e Pelotas). Abarcava, ainda, montante elevado de 39 Centros Sub-Regionais e 37 Centros de Zona que frequentemente se reportam diretamente à capital gaúcha.

Mapa 62. Porto Alegre - hierarquia urbana - 2018



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2018);

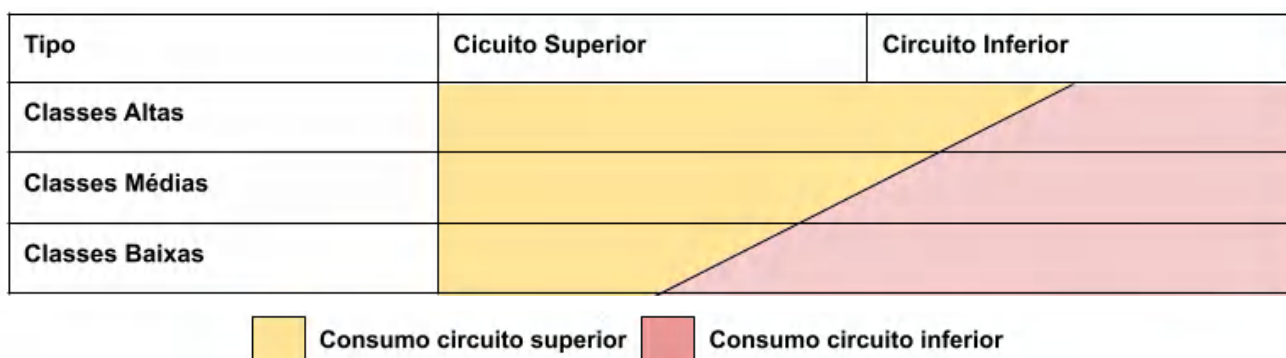
Portanto, a capital gaúcha, enquanto capital administrativa e centro econômico estadual, concentra a elaboração de discursos políticos para o Rio Grande do Sul e a conformação de fluxos derivados da produção rio-grandense. Obedece, no entanto, às

lógicas econômicas pautadas pelo mercado global que advém, principalmente, das capitais paulista e fluminense e aos discursos políticos nacionais produzidos em Brasília. Logo, Porto Alegre é estritamente competitiva a nível regional, por abrigar o maior contingente de fluidez do estado e, conseqüentemente, maior incidência do circuito econômico superior e seus objetos técnicos (bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores, conforme Santos [1979]).

Essa concentração do circuito econômico superior nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, entretanto, resultado da sua modernização tecnológica, acarreta indiretamente a incidência de um circuito inferior, pautado por “formas de fabricação não - ‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, *ibid*, p. 40), em que concentra-se um grande contingente populacional com renda baixa e/ou trabalhos ocasionais. Ou seja, as principais características de diferenciação dos circuitos dizem respeito à tecnologia e organização.

No que diz respeito ao usufruto das manufaturas e/ou serviços oriundos de cada circuito, por sua vez, apesar da possibilidade de flutuação: o consumo da produção oriunda do circuito inferior ocorre majoritariamente pelas classes pobres, enquanto o consumo do circuito superior se destina principalmente às classes altas (SANTOS, 1979).

Gráfico 33. Consumo por classes - circuitos superior e inferior



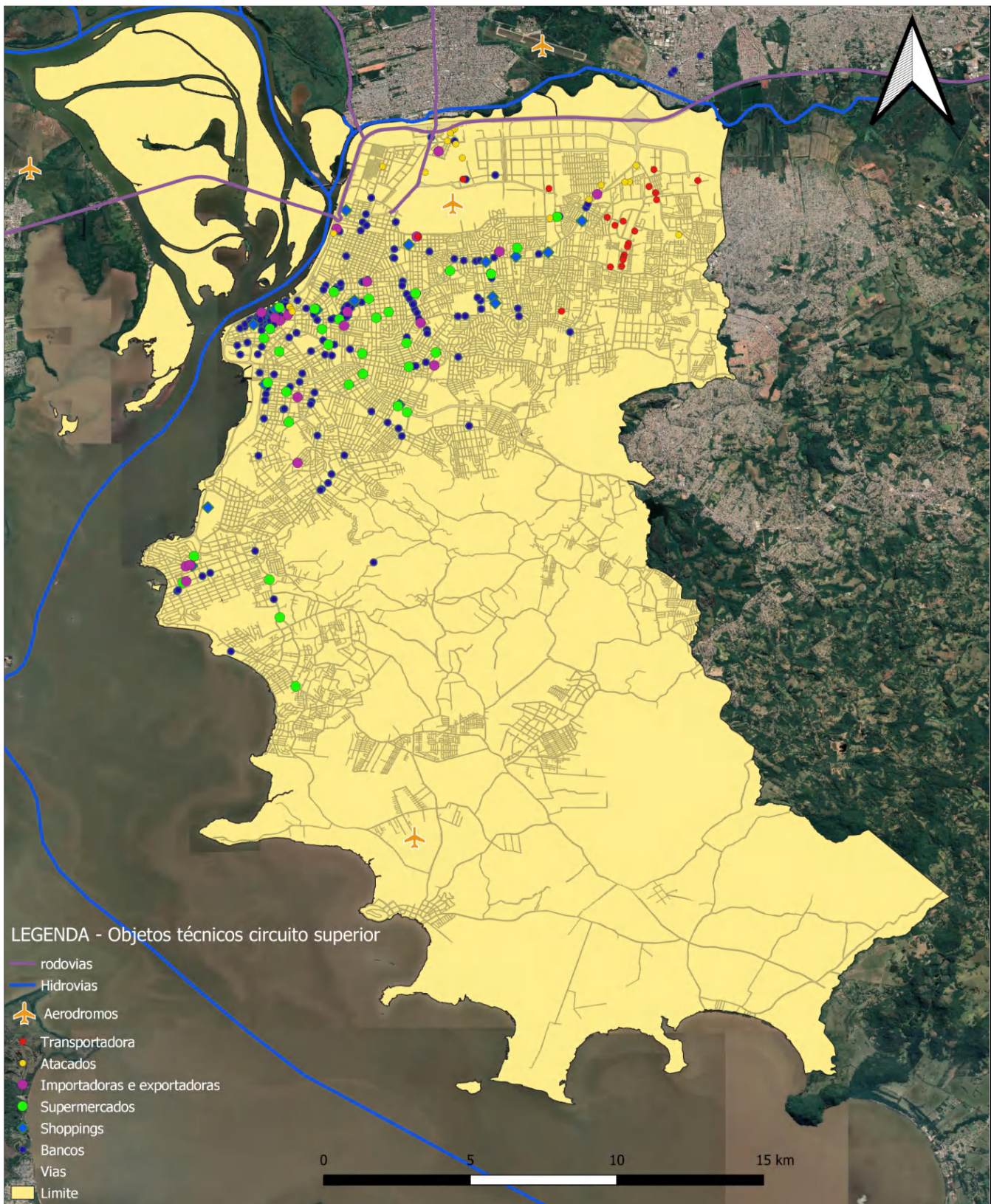
Fonte: Silbermann (2021), a partir de Santos (1979);

Assim, a coincidência de população abastada (inserida majoritariamente na pauta dos tempos rápidos da globalização e modernização tecnológica no circuito superior) e de classes populares (cujo consumo se restringe via de regra ao circuito inferior de pauta econômica restrita ao nível regional) na cidade de Porto Alegre, atrelada a maiores diferenças no que diz respeito à capacidade de acumulação de capital conforme estrato social em relação às demais cidades do Rio Grande do Sul, acarreta a intensificação de conflitos pelo espaço urbano e suas benfeitorias. Dentre os processos de luta de classes inerentes ao espaço urbano latino-americano, brasileiro e, por conseguinte, porto-alegrense, apresenta-se a amplificação da segregação socioespacial.

No interior do território municipal, percebe-se que há uma dinamicidade maior das áreas abastadas da cidade no que diz respeito à rede urbana, já que há maior ocorrência de trabalhadores do circuito superior nesses locais e, ainda, das zonas central e norte de Porto Alegre, em função da incidência de objetos técnicos voltados à promoção das dinâmicas da globalização nessas áreas e da sua maior conectividade em relação ao restante da RMPA,

por meio das vias terrestres de acesso e em relação a outras localidades, por meio das vias fluviais e aérea.

Mapa 63. Porto Alegre - Objetos técnicos voltados ao circuito superior - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2021) e Google (2021);

A zona sul, por fim, não é agraciada pela mesma dinamicidade das zonas central e norte. Nela incide maior proporção de população pobre, que produz e consome majoritariamente do circuito econômico inferior, .

Percebe-se, portanto, que a importância regional de Porto Alegre, pautada por sua autoridade para elaboração de discursos políticos em função do seu desígnio enquanto capital administrativa estadual e pela inserção da cidade no capitalismo globalizado, não exime o desenvolvimento de desigualdades intramunicipais que acarretam a formação do circuito econômico inferior e a segregação socioespacial, mas sim o intensificam. Enquanto parcela diminuta da população porto alegreense usufrui das condições de proeminência da cidade e das suas qualidades urbanas, acumulando assim capitais individuais e coletivos, grande massa populacional é vítima de mazelas que afligem a sua qualidade de vida.

4.2.Etapa 2: evolução urbana e políticas urbanísticas

Na presente etapa da pesquisa foi descrita a evolução urbana e as políticas urbanísticas de Porto Alegre, com especial atenção para os espaços de incidência de populações subalternas e os discursos políticos que incidiram/incidem nesses locais. Primeiramente, foi descrita a ocupação primordial do território porto alegreense nos séculos XVIII e XIX, a partir de Souza e Müller (1997) e Pesavento (1999 e 2004). Após, foi caracterizada a cidade no início do século XX e os discursos políticos higienistas e expulsórios derivados do positivismo que acarretaram o deslocamento dos pobres às periferias em função da produção de legislação cuja premissa disfarçada era a modificação do espaço urbano onde se situavam os pobres em prol do embelezamento da cidade. A partir daqui, foi introduzida a produção de Alfonsin(2000), derivada do trabalho de Pesavento. Em seguida, foi enaltecida a continuidade dos movimentos de segregação dos pobres urbanos até a metade do século. Depois, foram descritos os planos diretores de 1959, 1979, 1999 (2010), algumas iniciativas estatais de provisão de habitações populares e a manutenção da relegação dos pobres urbanos aos espaços periféricos/carentes expressos pelas vilas (MEDEIROS, 1947; PORTO ALEGRE, 1952, 1973, 1999, 2009), inclusive na atualidade.

Além disso, foram produzidos mapas sobrepostos a cartografias e/ou territorializações das épocas trabalhadas (PORTO ALEGRE, 1839, 1888, 1892, 1914, 1931, 1959, 1979, 1999 e 2010) a fim de ilustrar as questões discutidas ao longo desta etapa.

4.2.1. O assentamento inicial: séculos XVIII e XIX

Logo após a implementação do assentamento que ocasionou a formação da cidade de Porto Alegre (no final do século XVIII e até então denominado Porto dos Casais), no início do século XIX, houve distinção entre localização residencial de população abastada e populações subalternas, em conformidade com o padrão de urbanização português. Esse que, nas cidades litorâneas ou tangentes a corpos d'água, como o caso do aglomerado humano ao lado do Guaíba, distinguiu a cidade alta para os ricos e relegou a cidade baixa aos pobres em função da segurança estratégica e apazibilidade das áreas elevadas e da insegurança e insalubridade dos locais próximos à água (SOUZA e MÜLLER, 1997).

Na península onde ocorreu assentamento inicial, à medida que houve a expansão da aglomeração ao passo da sua elevação à capital provincial (1773) e, após, à cidade (1822); e à medida que Porto Alegre concentrou a atividade comercial da província brasileira, houve a implementação dos estratos sociais elevados no divisor de águas da elevação que dividia o acidente geográfico ao meio: sítio que compreende atualmente as vias Duque de Caxias e Independência e entorno imediato voltado a norte, em função da

aprazibilidade imposta ao local dada a barreira geográfica que impedia a incidência do vento predominante, oriundo do sudeste (SOUZA e MÜLLER, 1997). Além disso, significativa quantidade de equipamentos públicos foram implantados nesse eixo de localização dos ricos.

Aos pobres eram dispostos os becos (travessas e vielas assim designadas em função de sua pejorativização, de acordo com Pesavento [1999]) e cortiços, locais de aglomeração de classes subalternas em construções deficitárias; áreas portuárias, sórdidas e insalubres em função da incidência de enchentes e umidade ascendente por meio da capilaridade do solo; e zonas periféricas, exteriores à aglomeração primeira, tais quais a Colônia Africana (atual bairro Rio Branco), a várzea da Redenção (atual Parque Farroupilha), o Areal da Baronesa/Ilhota (atual Cidade Baixa) e a Azenha (atual bairro de mesma nomenclatura), de acordo com Pesavento (1999 e 2004). Tais locais eram, ainda, territorialidades associadas à incidência da população preta porto alegreense e eram estigmatizados enquanto cinturões de pobreza, criminalidade e violência, em oposição à “verdadeira cidade”, interna à muralha de defesa (PESAVENTO, 1999). Esse discurso discriminatório teve raízes na elite positivista rio grandense, que, no final do século XIX e início do século XX, administrava o estado da jovem república e interpretava os espaços carentes e/ou periféricos da cidade de Porto Alegre enquanto empecilhos ao progresso (PESAVENTO, 2004).

Enquanto isso, ainda no final do século XVIII, foi erigida a primeira edificação destinada ao enclausuramento de contraventores, na extremidade noroeste da península porto alegreense. Esse edifício, ainda, foi substituído na metade do século seguinte por outra edificação situada no mesmo local da original. O aparato condizia com uma das premissas do discurso político vigente, o dos bacharéis positivistas, que tratava de “regulamentar, disciplinar, controlar, vigiar, punir e excluir os personagens da contramão da ordem, as condutas indesejáveis e os espaços malditos da cidade” (PESAVENTO, 2004, p. 30).

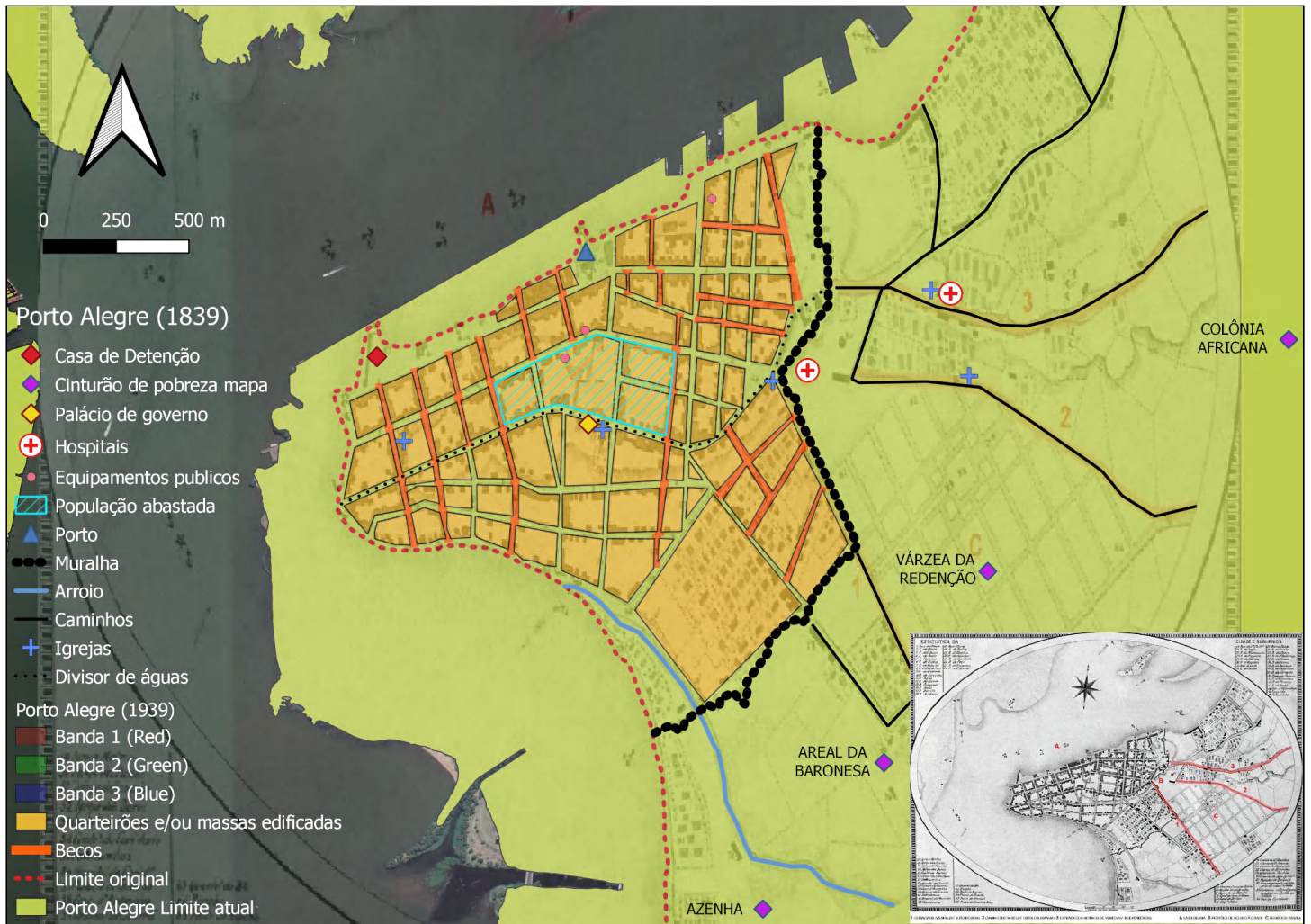
Figura 1. Casa de Correção de Porto Alegre - século XX



Fonte: Cesar (2015);

O mapa 64, elaborado a partir de cartografia correspondente ao ano de 1839 que compreende a península de assentamento inicial de Porto Alegre, demonstra o local de confluência da população abastada, os locais de aglomeração de pobres (becos, áreas portuárias e cinturão de pobreza além-muralha) e alguns dos equipamentos públicos incidentes à época, tal qual a Casa de Detenção.

Mapa 64. Porto Alegre - Localização espacial das classes, do aparato punitivo e de equipamentos públicos - 1839



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (1839), Souza e Müller (1997), Pesavento (1999, 2004) e Koehler (2015);

Percebe-se, portanto, que desde os primórdios de Porto Alegre houve o atrelamento da população residente nos espaços de ablegação dos pobres urbanos aos transgressores enclausurados, em função da correlação dada por parte das narrativas de autoridade vigentes. Pesavento (ibid.) demonstra que o perfil majoritário dos detidos na Casa de Correção de Porto Alegre ao final do século XIX era preto ou pardo, do sexo masculino, jovem (entre 20 e 30 anos), analfabeto e desempregado ou em subempregos (tal qual o perfil majoritário do sistema carcerário brasileiro na atualidade).

De acordo com Pesavento (2004), a maior parte das ocorrências criminais à época (último quartil do século XIX) decorriam no 1º distrito da cidade (territorialização de 1892

correspondente ao centro fortificado), onde a desigualdade social era mais flagrante, e nos 2º e 3º distritos, que encerravam a área urbana no período e compreendiam bairros e arraiais (PESAVENTO, *ibid.*). Correspondiam a delitos leves e carregados de estigmatização por parte dos órgãos de regulamentação e controle e dos meios midiáticos de divulgação das infrações, à medida que, segundo as suas descrições, eram cometidas majoritariamente por “negros”, “mulatos”, “crioulos” e “pardos” (PESAVENTO, *ibid.*). Extrapolavam, ainda, os limites dos espaços estigmatizados e incidiam em áreas abastadas e consolidadas da cidade, tais quais a cidade alta e a rua da Praia, respectivamente, de acordo com Pesavento (*ibid.*).

O Mapa 65, elaborado a partir de mapa porto alegreense correspondente ao ano de 1888 e legislação correspondente ao ano de 1892, demonstra a transposição da aglomeração urbana para além dos limites anteriormente impostos pela muralha, a eclosão de arraiais e arrabaldes no entorno próximo e a territorialização em que incidiam a maior parte dos delitos na cidade, o 1º distrito. Enaltece, ainda, as primeiras aglomerações incidentes sobre o local de estudo correspondente à microescala, por meio da localização do arraial do Partenon.

Mapa 65. Porto Alegre - Localização espacial predominante dos delitos - 1888



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (1888 e 1892), Souza e Müller (1997) e Pesavento (1999, 2004);

4.2.2. Porto Alegre do início do século XX

No limiar entre os séculos XIX e XX, Porto Alegre apresentava ocupação intensiva da península de constituição urbana primordial e, além disso, apresentava assentamentos dispersos e relativamente afastados da área central, mas a ela vinculados por meio dos caminhos (SOUZA e MÜLLER, 1997): o Arraial dos Navegantes, a norte, vinculado pelo Caminho Novo e pela Estrada do Moinhos de Vento; o Arraial de São Manoel, a nordeste, vinculado pela Estrada do Passo da Areia; o arraial de São Miguel, a leste, vinculado pelo Caminho do Meio, Estrada de Belém e Caminho do Mato Grosso; o arraial do Partenon, a sudeste, vinculado pela Estrada Mato Grosso; o arraial do Menino Deus, a sul, vinculado pela Estrada de Belém e Estrada da Cavahada, além do Areal da Baronesa, atual Cidade Baixa, e área compreendida entre o Caminho do Meio e o Caminho dos Moinhos de Vento, atual bairro Bom Fim (PORTO ALEGRE, 1888). Esses espaços periféricos tornaram-se alternativas para a localização residencial dos pobres no espaço a partir do início do século XX, em função da menor disputa pelo solo dado o afastamento da região central e as políticas de branqueamento impostas pela elite ao centro urbano.

A partir do alastramento do espaço urbano ao longo do território em função da centralização da economia gaúcha no contexto da cidade e da industrialização, e a partir da abolição da escravatura em 1888, houve a incorporação do cinturão de pobreza ao contexto da cidade por meio desses arraiais. Porto Alegre, inclusive, foi a capital que recebeu maior contingente de negros libertos a partir da extinção do regime escravocrata (PESAVENTO, 2004). Entretanto, esses espaços de aglomeração de populações subalternas e principalmente seus habitantes mantinham status de mal vistos e malquistos à elite branca e ainda se situavam nos locais relegados pelos estratos sociais superiores (vide a Ilhota, área sujeita à inundações constantes e, por isso, insalubre).

Já no princípio do século XX, com a manutenção da hegemonia estadual por parte de elite que compartilhava dos ideais progressistas, higienistas e de branqueamento oriundos do positivismo, houve a implementação de regulamentações que acarretaram a irregularidade, clandestinidade e exclusão de pobres e de suas habitações dos serviços e equipamentos urbanos (ALFONSIN, 2000). São elas o Acto nº 66 (PORTO ALEGRE, 1909), o Código de Posturas Municipaes (PORTO ALEGRE, 1909) e o Regulamento Geral de Construções (PORTO ALEGRE, 1913), que exigiram burocracias inacessíveis à população carente à época para construir e/ou reformar edificações, proibiram a construção da tipologia habitacional cortiço (que apresentava 1.210 unidades na cidade em 1909, de acordo com Porto Alegre [2009]), e relegaram as habitações de madeira à periferia desprovida de saneamento, respectivamente (Alfonsin, *ibid.*).

Não obstante, a partir da importação de conceitos provenientes do urbanismo francês haussmanniano, houve a proposição do Plano Geral de Melhoramentos, ou Plano Maciel (em referência ao autor, o arquiteto-engenheiro João Moreira Maciel), em 1914. Essa proposta, guiada pelo trinômio trânsito, beleza e higiene, conforme Souza (1993), incidiu sobre locais de pobreza a partir da proposição de alargamento das vielas do centro da cidade (ou seja, os becos), da realização de aterros, praças e parques nas áreas tangentes ao Guaíba e de retificação do riacho (ALFONSIN, 2000). A maior parte dos seus preceitos, entretanto, foi implementada apenas entre 1924 e 1928, sob a administração municipal de Otávio Rocha. Para isso, houve desapropriação de diversos imóveis nas áreas central e ribeirinha (ALFONSIN, *ibid.*).

O mapa abaixo, desenvolvido a partir de produção cartográfica correspondente ao Plano Geral de Melhoramentos de 1914, denota a intenção do discurso hegemônico, pautado pela prerrogativa de expulsão das populações subalternas do centro da cidade, disfarçado através da proposição de modificação das áreas nas quais eles incidiam, por meio do alargamento, ajardinamento e embelezamento de vias que correspondiam aos becos, de retificação do riacho e transformação de suas margens e de alteração das áreas correspondentes à orla do Guaíba.

Mapa 66. Porto Alegre - Localização espacial dos pobres e incidência do Plano Geral de Melhoramentos - 1914



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (1914) e Koehler (2015);

Ou seja, ao passo da aplicação das ordens contidas no Plano Geral de Melhoramentos e de normas e procedimentos subsequentes que almejavam a higienização e, arditosamente, a expulsão dos pobres da urbanização (o Regulamento Geral dos Serviços de Exgottos, de 1915 e o aumento da tributação dos cortiços desde 1916 até 1928, de acordo com Alfonsin {2000}), houve a remoção das populações subalternas do centro da cidade e adjacências. Assim, à medida que as regalias de um espaço propriamente urbanizado foram implantadas em locais outrora considerados periféricos e indesejados pelos estratos superiores, os pobres foram expulsos e forçados a habitar áreas cada vez mais distantes do centro urbano (arraiais e arrabaldes) para dar lugar ao aumento do contingente de população abastada dado o insuflamento do montante total de habitantes da

cidade, que cresceu em 106.000 entre os anos 1900 e 1920 (de 73.000 para 179.000), de acordo com Brasil (2010).

4.2.3. Deslocamento intramunicipal das populações subalternas: 1920 - 1940

Esse processo de expulsão dos pobres das áreas mais favoráveis à ocupação residencial, ainda, repetiu-se paulatinamente ao longo do tempo na cidade de Porto Alegre. De acordo com Pesavento (1994), Souza e Müller (1997) e Weimer (1998), decorreu nas décadas de 1920 e 1930, com a dispersão dos residentes da Colônia Africana para a alocação de imigrantes judeus no bairro Rio Branco, na década de 1940, com a retificação do arroio Dilúvio e remoção de 12.000 habitantes pobres ribeirinhos e da Ilhota. Aos escorraçados, sobejou o deslocamento a áreas mais afastadas e menos munidas de benfeitorias.

Em 1931, a PMPA expandiu os limites do perímetro urbano da cidade e, com isso, aumentou a zona de incidência de tarifas derivadas da provisão de redes de infra estruturas básicas. Essa medida, aliada à ausência de políticas públicas habitacionais em prol da população de baixa renda (nicho esse que ficou sob o encargo da iniciativa privada), compeliu as populações desprovidas de condições financeiras às áreas mais longínquas nas quais esses impostos não eram reivindicados pelo poder público (ALFONSIN, 2000).

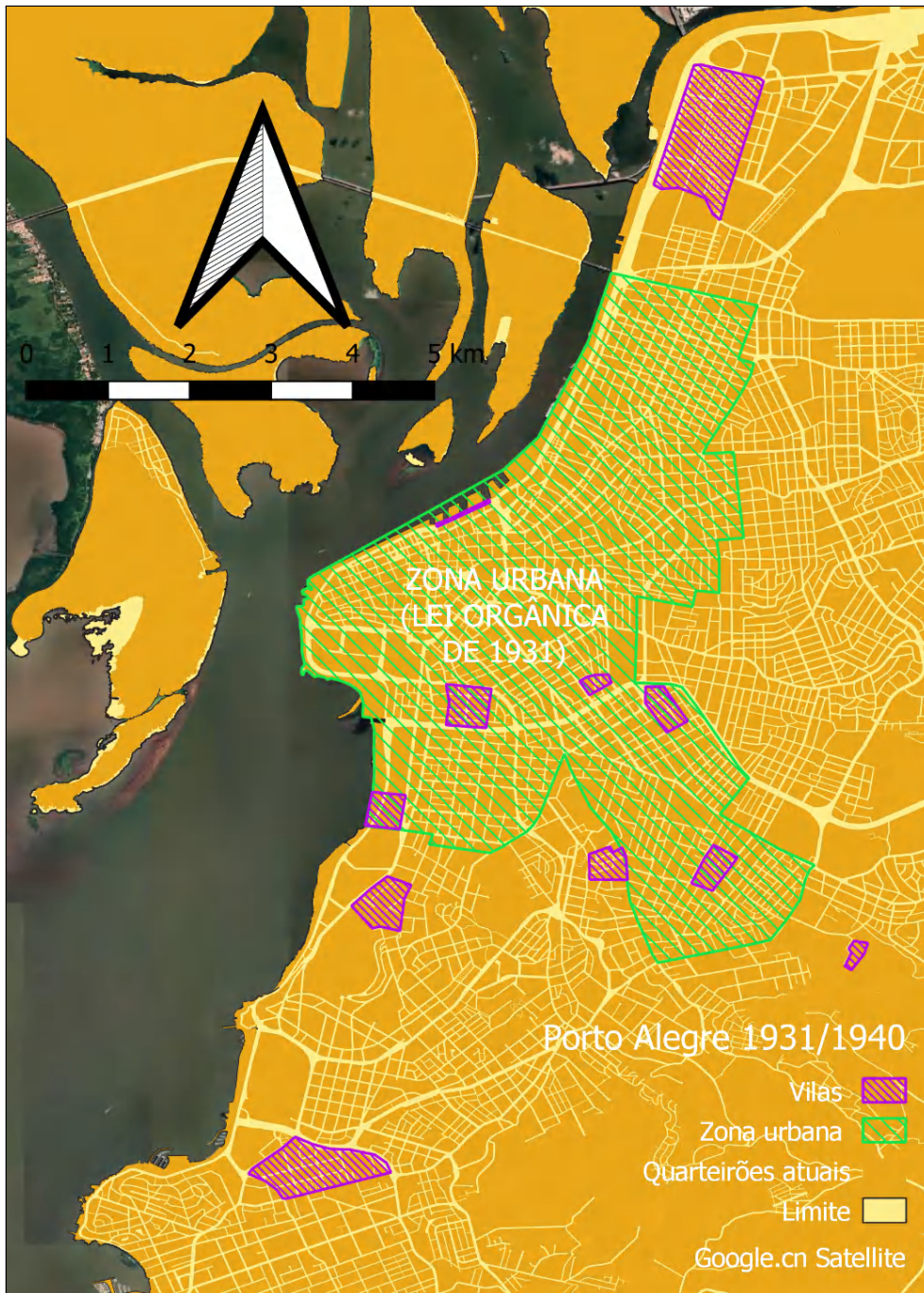
De acordo com Alfonsin (ibid.), cinco anos mais tarde, o prefeito Alberto Bins promulgou lei que regulamentou a construção de edificações para aluguel em anuência ao fenômeno rentista da época e possibilitou uma alternativa de moradia à classe operária nos confins de Porto Alegre, ao passo da manutenção de alíquotas exuberantes no que diz respeito à implementação de cortiços no centro da cidade. Essa política habitacional, entretanto, não persistiu, em função do golpe de Estado de 1937.

No ano seguinte, em conformidade com o regime instaurado no país, políticas de controle acarretaram fortuitamente a produção urbana informal e a sua expansão a partir de então (ALFONSIN, ibid.). Ou seja, houve a eclosão da (auto)construção de assentamentos irregulares, sob a pauta da lógica da necessidade elucidada por Abramo (2007). E, apesar disso, o poder público optou por não abranger essas parcelas longínquas no que diz respeito ao alcance dos serviços públicos urbanos básicos.

Já na década de 1940, o poder público afrouxou os gravames impostos sobre os cortiços intra urbanos em função da interpretação de seu sucesso no que diz respeito à extinção dessa tipologia na área central da cidade e ingressou em transição que oportunizou a política habitacional em Porto Alegre. Apesar disso, houve a contínua ampliação da quantidade das vilas de maloca (desígnio dos espaços precários de confluência dos pobres urbanos) que, ao final da década somavam 15, localizavam-se majoritariamente na área central e contavam com 18.000 habitantes, conforme Medeiros (1947).

O mapa a seguir denota a territorialização da zona urbana conforme legislação de 1931 e a incidência de algumas das vilas de maloca ao ano de 1947.

Mapa 67. Porto Alegre - Zona urbana e vilas de maloca - 1930 a 1947



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (1931), Medeiros (1947) e Alfonsin (2000);

4.2.4. O primeiro plano diretor, a cidade invisibilizada e a realocação de unidade prisional: 1950-1959

De acordo com Alfonsin (2000), a partir da década de 1950, a PMPA inaugurou uma série de políticas habitacionais voltadas à provisão de domicílios às populações carentes: dentre elas, a inauguração do Departamento Municipal da Casa Popular, em 1952, organização embrionária do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), este que persistiu até a atualidade. Proveu, de acordo com Porto Alegre (2009), moradias de baixo

custo nas vilas São José, Batista Xavier, Sarandi, Santa Anita, Santa Tereza, São Borja, Carlos Barbosa e Santa Rosa.

Figura 2. Vila São José - 1956



Fonte: Porto Alegre (2021[1956]);

Entretanto, o massivo êxodo rural às regiões metropolitanas em função da busca por oportunidades laborais dada a conjuntura econômica brasileira de ascensão acarretou a expansão dos locais periféricos de localização residencial dos pobres: 3,89% da população da cidade residiam em malocas em 1952, e 9,83% em 1965 (WEINER, 2017). A população porto alegreense galgou a aproximadamente 640.000 habitantes em 1960: um aumento de praticamente meio milhão de habitantes em apenas 10 anos (BRASIL, 2010). Portanto, as políticas urbanísticas voltadas à densificação e verticalização das áreas centrais, aliadas à iniciativa governamental de provisão de habitação popular, foram insuficientes para dar conta de um aumento tão expressivo do contingente populacional municipal, causando assim a produção informal do espaço urbano.

Assim, em 1958, a administração municipal promulgou a lei nº 1.859 que, em contrapartida às políticas expulsórias de outrora, tinha como primazia a manutenção das unidades habitacionais existentes nas “vilas marginais” e a sua urbanização, a fim de promover o acesso aos serviços públicos básicos por parte das populações periféricas (saneamento, provisão de água potável e energia elétrica, implementação de escola primária, creche, unidade de saúde e equipamentos comunitários e esportivos), ainda

estigmatizadas dada a denominação empregada para a sua descrição na legislação (o “marginal”), segundo Alfonsin (ibid.) e Pesavento (1998).

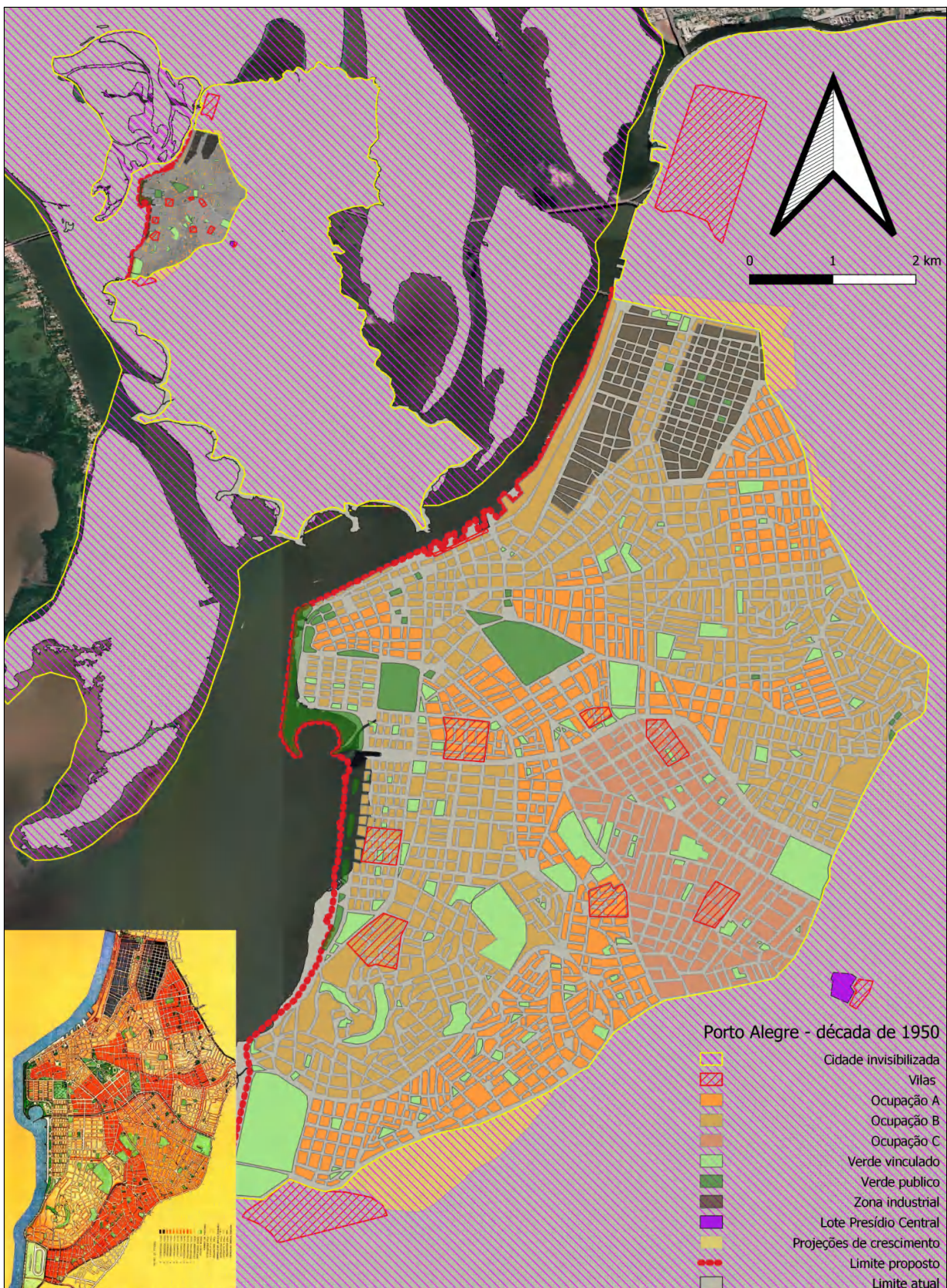
Entretanto, os técnicos da PMPA ignoraram a lei outorgada pelo prefeito e atuaram sobre o espaço urbano alheios às medidas de promoção de acesso aos pobres no que diz respeito às amenidades urbanas. A exemplo disso, o Plano Diretor de 1959 se restringiu à definição de zoneamento e regime urbanístico (em anuência ao urbanismo modernista) exclusivo às áreas centrais consolidadas. Ou seja, delegou atenção às áreas abastadas da cidade e deixou os pobres à mercê de seus próprios esforços, já que não atuou sobre os seus locais de moradia, na periferia (ALFONSIN, 2000).

Enquanto isso, no mesmo ano de promulgação do Plano Diretor, houve o início da construção do Presídio Central de Porto Alegre (Cadeia Pública), que duraria mais três anos até a inauguração (em 1962), às margens do espaço urbano definido pelo projeto urbanístico e nas proximidades de vilas, tais quais a vila São José, a vila Santa Luzia e a vila Nossa Senhora da Conceição. A alteração do sítio de encarceramento de contraventores desde a península central à área periférica da cidade ocorreu em função de pressão popular em prol da realocação da unidade prisional para a promoção de segurança na área abastada (VARA, 2016). Ou seja, assim como ocorreu a expulsão das populações subalternas em função de sua estigmatização, o mesmo se aplicou ao aparato punitivo, relegado pelos estratos superiores das proximidades de seus locais de moradia. Assim, o efeito NIMBY expressou-se pela primeira vez em se tratando da localização espacial de unidades prisionais em Porto Alegre.

O Presídio Central, intencionado como infra estrutura sofisticada que servisse de referência para as demais unidades prisionais rio grandenses à época, não foi concluído nas conformidades de seu projeto: apenas cinco pavilhões foram construídos, com uma capacidade de abrigar 660 detentos (DORNELLES, 2017[2008]).

O mapa a seguir, desenvolvido através de cartografia correspondente ao Plano Diretor de 1959, demonstra tanto o espaço urbano sobre o qual incidiu o projeto urbanístico, quanto a cidade invisibilizada (a periferia). Ainda, elucida algumas das vilas que ocorriam na cidade na década de 1950 e o local de inserção da nova unidade prisional, às margens da área de abrangência da legislação.

Mapa 68. Porto Alegre - Plano diretor, vilas, cidade invisibilizada e Presídio Central (Cadeia Pública) -
 Década de 1950



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (1959), Medeiros (1947), Alfonsin (2000) e Weimer (2017);

4.2.5. O PDDU, o afastamento dos pobres e a conformação da periferia atual: 1964-1986

De acordo com Alfonsin (2000), a partir da instauração do regime militar, em 1964, houve a unificação e centralização de políticas habitacionais urbanas na esfera federal, o que acarretou a ampliação dos espaços periféricos/carentes na cidade de Porto Alegre por pelo menos duas décadas (1960-1980), ao passo da incapacidade de atendimento às necessidades da completude da população de baixa renda. E, ainda, na maioria dos casos em que houve a provisão de habitações populares, principalmente por parte do Banco Nacional da Habitação (BNH) através da Companhia de Habitação do Estado do Rio Grande do Sul (COHAB-RS) e do DEMHAB, as unidades foram inseridas nos confins do município de Porto Alegre, como na Restinga e Rubem Berta, em conformidade com as medidas segregatórias de até então.

A exemplo do insuflamento dos locais de ablegação de pobres urbanos, Porto Alegre (1973) elucidou a existência de 124 assentamentos urbanos irregulares no ano de 1973 no espaço municipal. Ou seja, um crescimento de 549% desde o início da década de 1950 (PORTO ALEGRE, *ibid.*), o que correspondeu a um aumento percentual 4,5 vezes maior do que o aumento do contingente populacional total da cidade no período, de 120%. Das 20.161 moradias que situavam-se em vilas no início da década, apenas 1.574 localizavam-se em bairros centrais (7,8%) e 18.587 nas periferias (92,2%), o que atesta o sucesso das políticas de expulsão dos estratos superiores da zona privilegiada municipal.

À época da promulgação do I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), em 1979, as mazelas impostas aos pobres urbanos porto alegrenses persistiam, apesar das tentativas de arrefecimento propostas por parte do Estado até então, que se provaram insuficientes para promover o direito à cidade às populações subalternas e, ainda, intensificaram a dificuldade de acesso às amenidades urbanas.

A inclusão dos espaços carentes/periféricos ocorreu pela primeira vez em ordenamentos urbanísticos através da delimitação de “Áreas de Recuperação Urbana” (ARU) nesse plano, que também garantiu ineditismo por meio da abrangência da totalidade do território municipal. Essas Áreas de Recuperação Urbana tratavam da espacialização de locais que mereciam renovação e recuperação urbanística, tais quais

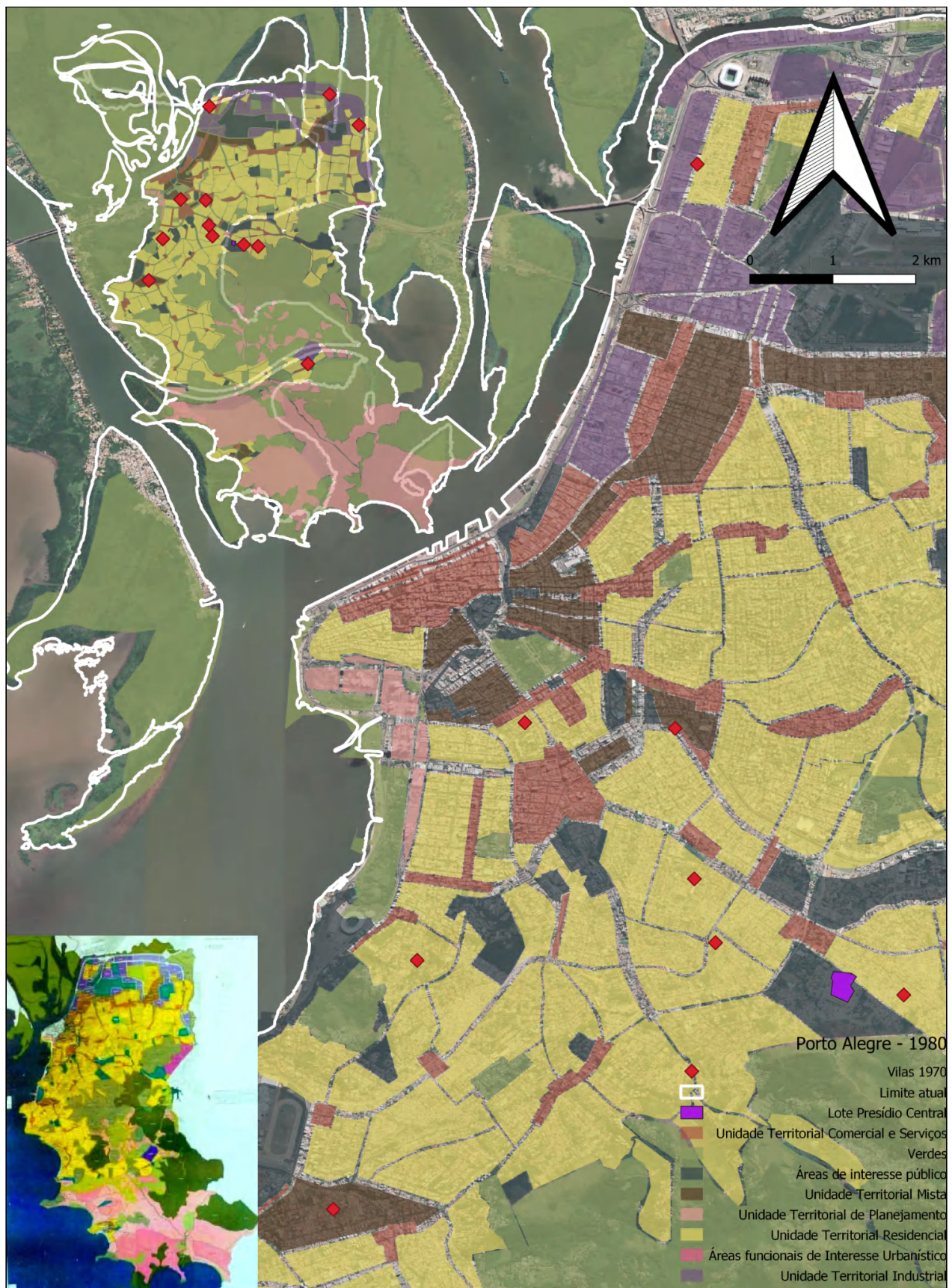
I - núcleos habitacionais carentes de estrutura de equipamentos urbanos; II - núcleos decorrentes de parcelamento clandestino do solo ou irregulares, incompletos, abandonados ou carentes de equipamentos urbanos; III - núcleos deteriorados de sub-habitação; IV - áreas de densidade populacional rarefeita ou excessiva;

(PORTO ALEGRE, 1979)

No entanto, raras foram as aplicações dessa territorialização ao longo dos 20 anos de vigência do PDDU (Alfonsin, 2000): por meio de pesquisa no Sistema Integrado de Referência Legislativa (SIREL) e a partir de Porto Alegre (1979), houve a observação de implementação desse recurso exclusivamente no sul do bairro Mário Quintana à época da promulgação da legislação urbanística (PORTO ALEGRE, 1979) e na vila Chácara do Banco, na Restinga, em 1987 (PORTO ALEGRE, 1987).

O mapa a seguir denota a incidência dos zoneamentos correspondentes ao PDDU na totalidade do município de Porto Alegre, assim como o afastamento das vilas das áreas centrais da cidade em comparação aos períodos anteriores.

Mapa 69. Porto Alegre - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, vilas e Presídio Central (Cadeia Pública) - 1973 e 1979



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (1973 e 1979) e Weimer (2017);

O PDDU foi a primeira ordem legislativa que tratou detalhadamente da produção do espaço urbano na contiguidade cidade-prisão. Ou seja, decorridos dois séculos desde a fundação da cidade (1772), cerca de um século desde a ocupação mais abrangente do sítio de estudo (através da conformação do arraial do Partenon) e 65 anos desde o primeiro plano incidente no município (o Plano Geral de Melhoramentos, em 1914), houve projeto que esmiuçou as premissas urbanísticas para o entorno da unidade prisional. O entorno imediato do aparato punitivo foi categorizado como Unidade Territorial Funcional (UTF) 17 e “Área Funcional de Interesse Público”, incluído numa territorialização mais abrangente que definia a região como “Unidade Territorial Seccional Intensiva” (UTSI) 37, limite sudeste da área urbana. O plano dispôs que a UTF-17, lindeira à prisão, seria destinada à criação de parques e praças, conforme o artigo a seguir:

Art. 253. As Unidades Territoriais Funcionais 05, 15, 17, 23 e 25 são destinadas, no Primeiro Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano, para utilização pública na forma de parque e praças.

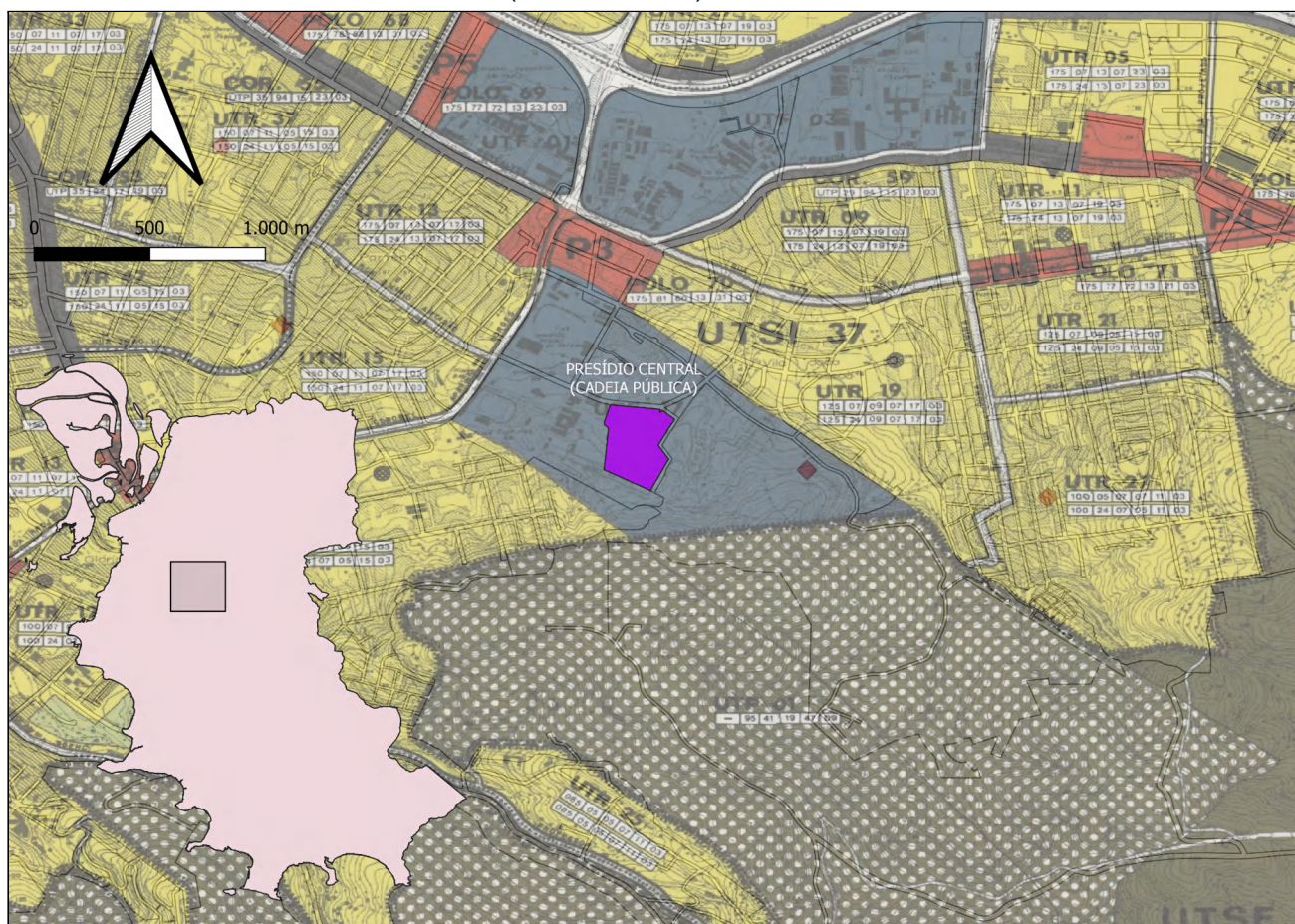
(PORTO ALEGRE, 1979)

A sul da UTF-17, no limiar entre área urbana e rural, foi disposta a UTF-01, uma “Área Funcional com Potencial de Reserva Ecológica” (PORTO ALEGRE, 1979) e a “Unidade Territorial de Planejamento” (UTP) 03, uma Área Funcional com Potencial de Reserva Biológica”, pois compreendem parcela da cadeia de morros graníticos da cidade de Porto Alegre que, por sua vez, concentra porção importante da vegetação nativa do município e também dispõem de diversas nascentes.

A norte, na área urbana, foram dispostas as “Unidades Territoriais Residenciais” (UTR) 05, 07, 09, 11, 19, 21, 25 e 29. E, ainda, os “Pólo de Comércio e Serviços” (P) 3, 4 e 5 e a UTF-03.

O PDDU, portanto, por meio do zoneamento de usos, impôs restrições quanto à ocupação do entorno da unidade prisional: procurou refrear a expansão da periferia em direção aos morros de Porto Alegre, na direção meridional, e, principalmente, coibir a ocupação residencial do espaço propínquo ao presídio. No entanto, não obteve sucesso, ao passo do aumento constante da demanda por moradias por parte da população de baixa renda e a ausência de políticas habitacionais estatais concisas. Assim, houve a promoção de espaços urbanos auto construídos e/ou irregularmente loteados (Alfonsin, 2000) e, no fim das contas, a expansão da área urbana em detrimento à conservação do ecossistema presente nesses acidentes geográficos e à manutenção de diretrizes relacionadas à segurança pública.

Mapa 70. Porto Alegre - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano no entorno do Presídio Central (Cadeia Pública) - 1979



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (1979);

Coincidindo com o ano de instituição do PDDU, de acordo com Alfonsin (2000), houve a instauração de lei federal que coibiu a ação de loteadores irregulares, inclusive criminalizando o parcelamento do solo sem a ciência do poder público e impedindo a construção de edificações em tais glebas, a contragosto da população pobre que já havia adquirido lotes em tais locais e que crescia vigorosamente. Em 1986, portanto, a administração municipal promulgou lei que permitiu a regularização dessas áreas desde que adquiridas previamente à instauração da regulamentação de nível nacional. Porém, novamente não houve usufruto dessa legislação em função de sua escassa aplicação ao longo dos espaços carentes/periféricos municipais (ALFONSIN, 2000).

Em se tratando do Presídio Central, cuja nomenclatura já tinha sido alterada para Cadeia Pública de Porto Alegre em decorrência da promulgação da Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), havia indícios de precariedade que já enalteciam a similaridade em termos do tratamento por parte do Estado em relação aos pobres e aos presos: enquanto a capacidade estrutural da unidade prisional manteve-se em 660, a sua ocupação excedia o triplo desse montante (DORNELLES, 2017 [2008]).

4.2.6. Constituição, Lei Orgânica, PDDUA e atualidade: 1988-2021

A partir da Constituição Federal de 1988 surgiram iniciativas promissoras no que diz respeito à regularização fundiária dos assentamentos irregulares urbanos, ao usucapião e ao desestímulo da especulação imobiliária por meio da posse de vazios urbanos ociosos;

fatores esses que promoveram maior acesso ao solo urbano por parte das populações pobres (ALFONSIN, 2000). Em Porto Alegre, especificamente, esse processo foi entabulado dois anos depois, por meio da Lei Orgânica de Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 1990). O código, junto a outros de mesmo cunho, promulgados em 1993 e 1994, promoveu a urbanização e regularização fundiária de inúmeras vilas da cidade por meio da promoção do direito à cidade, tais quais vila Brasília, vielas no bairro Vila Jardim, Jardim Carvalho, Bom Jesus, Chácara das Pedras (PORTO ALEGRE, 1996).

Em 1995, ainda, a PMPA, em prelúdio a instituição do PDDUA, alterou o PDDU a fim de substituir as “Áreas de Recuperação Urbana” pelas “Áreas Especiais de Interesse Social” (AEIS). A regulamentação foi fundamental para o progresso da regularização fundiária no município, conforme Alfonsin (2000). Tanto que, permanece até a atualidade a territorialização das AEIS's, expressas no PDDUA outorgado em 1999 e atualizado em 2010, enquanto zoneamento dos assentamentos irregulares, que necessitam de regimes jurídico-urbanísticos específicos.

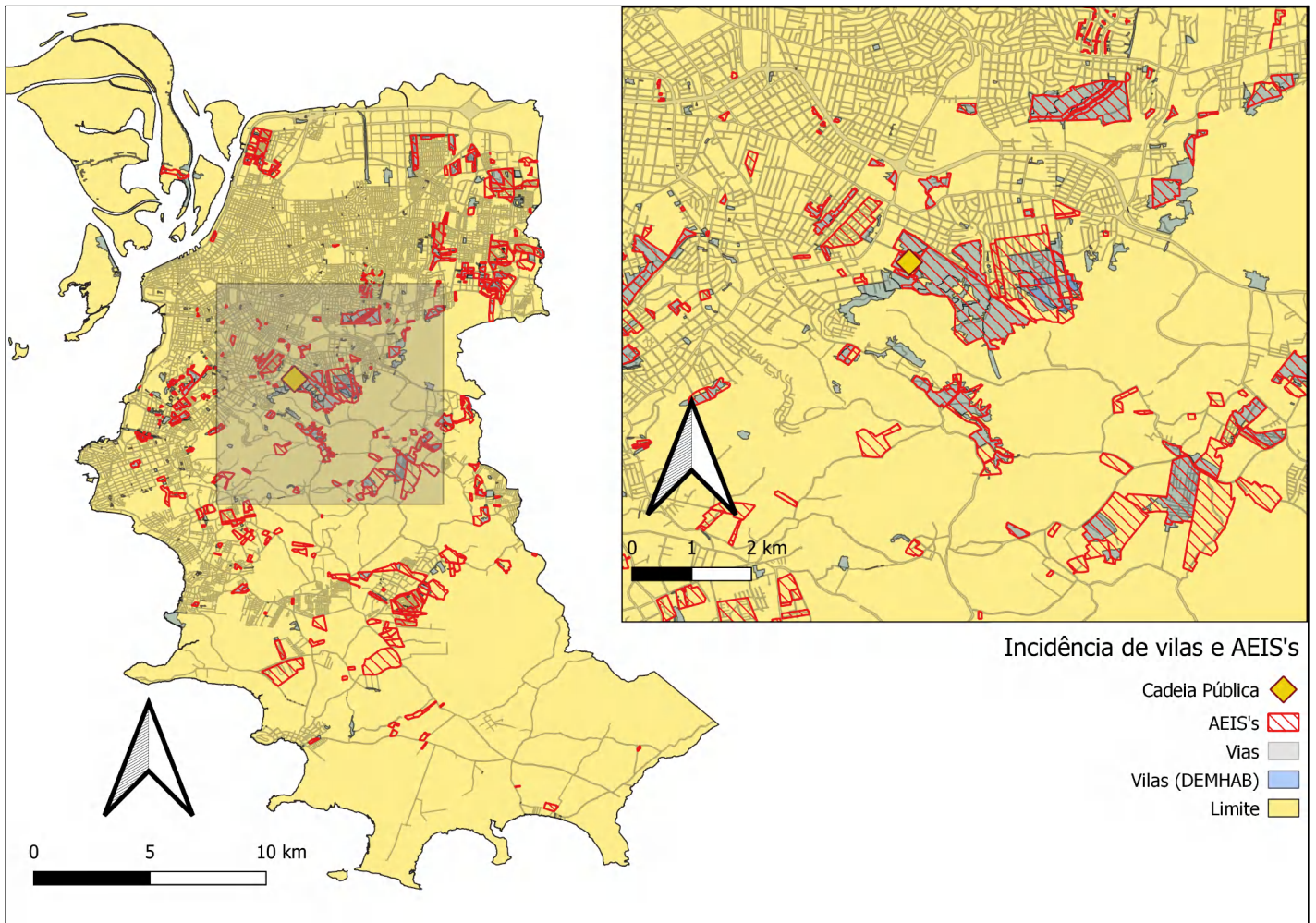
Entretanto, essas regulamentações também não foram suficientes para arrefecer a desigualdade inerente ao espaço urbano e a subsequente produção dos espaços periféricos/ carentes; ainda mais a partir da década final do século XX, em que houve a adoção do modelo político-econômico neoliberal por parte do Brasil e a atenuação dos aspectos provisionais estatais. Atualmente, Porto Alegre conta com 484 vilas, que compreendem 74.309 moradias e 289.805 habitantes (PORTO ALEGRE, 2009). Percebe-se, a partir do mapa a seguir, que a grande maioria dessas vilas encontram-se em AEIS's; ou seja, aguardam ou estão em processo de regularização fundiária. E, ainda, assim como os AGSN's, formam um arco pericentral de incidência de populações subalternas e aglutinam-se nas proximidades da Cadeia Pública (vide Mapa 8).

Figura 3. Vila São José - 2019



Fonte: Google (2021);

Mapa 71. Porto Alegre e contiguidade cidade-prisão - Incidência de vilas e AEIS's - 2010 e 2013



E as mazelas impostas aos encarcerados na Cadeia Pública também intensificaram-se ao longo dos anos, tanto que o objeto sociotécnico foi caracterizado como o pior com tal função no país pela Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou do sistema carcerário (BRASIL, 2017): apesar da inclusão de novas alas e edificações destinadas à manutenção dos presos, a precariedade da infraestrutura é atestada principalmente em função da sua superlotação. Enquanto a capacidade estrutural ascendeu a 1824 na atualidade, a população carcerária elevou-se a 3492 (RIO GRANDE DO SUL, 2021). Ou seja, a Cadeia Pública possui taxa de ocupação de 191,4%, superior à média brasileira em 30 pontos percentuais e à média rio grandense em 35 pontos percentuais. Ou seja, caso fosse um município, a unidade prisional corresponderia ao 345º município mais populoso do Rio Grande do Sul, de um total de 497 (Brasil, 2010).

Figura 4. Cadeia Pública de Porto Alegre - pátio - 2016



Fonte: Rio Grande do Sul (2016);

Dentre os presos, 42,2% são sentenciados ao regime fechado e 57,7% estão encarcerados em regime provisório (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Além disso, 92,7% não completaram o ensino formal; 34,6% possuem entre 18 e 24 anos e 65,17% são adultos (enquanto Porto Alegre possui 26,1% de jovens e 58,9% de adultos, de acordo com Brasil [2010]); 40,3% são pretos ou pardos (RIO GRANDE DO SUL, *ibid.*), à medida que apenas 16% da população porto alegreense são autodeclarados pretos ou pardos (BRASIL, 2010). Ou seja, a Cadeia Pública, em anuência à totalidade do sistema carcerário brasileiro, pune a população cujo perfil demográfico se assemelha à representação majoritária dos pobres da cidade.

E não é só isso. A unidade prisional conta com esgoto a céu aberto e, do seu contingente encarcerado, que já beirou os 5 mil habitantes, apenas 11,6% trabalham e 3,3% estudam (RIO GRANDE DO SUL, 2013). Em função dessa precariedade, diversos discursos políticos eclodiram desde a década de 1990 a fim de demolir o objeto técnico e realocar a população carcerária. O governo estadual mencionou desativá-lo 4 vezes e, inclusive, iniciou a sua demolição em 2014, a partir da demolição do pavilhão “C” e subsequente redução da capacidade de engenharia. Entretanto, até o final desta pesquisa, a Cadeia Pública ainda operava sob essas condições desumanas.

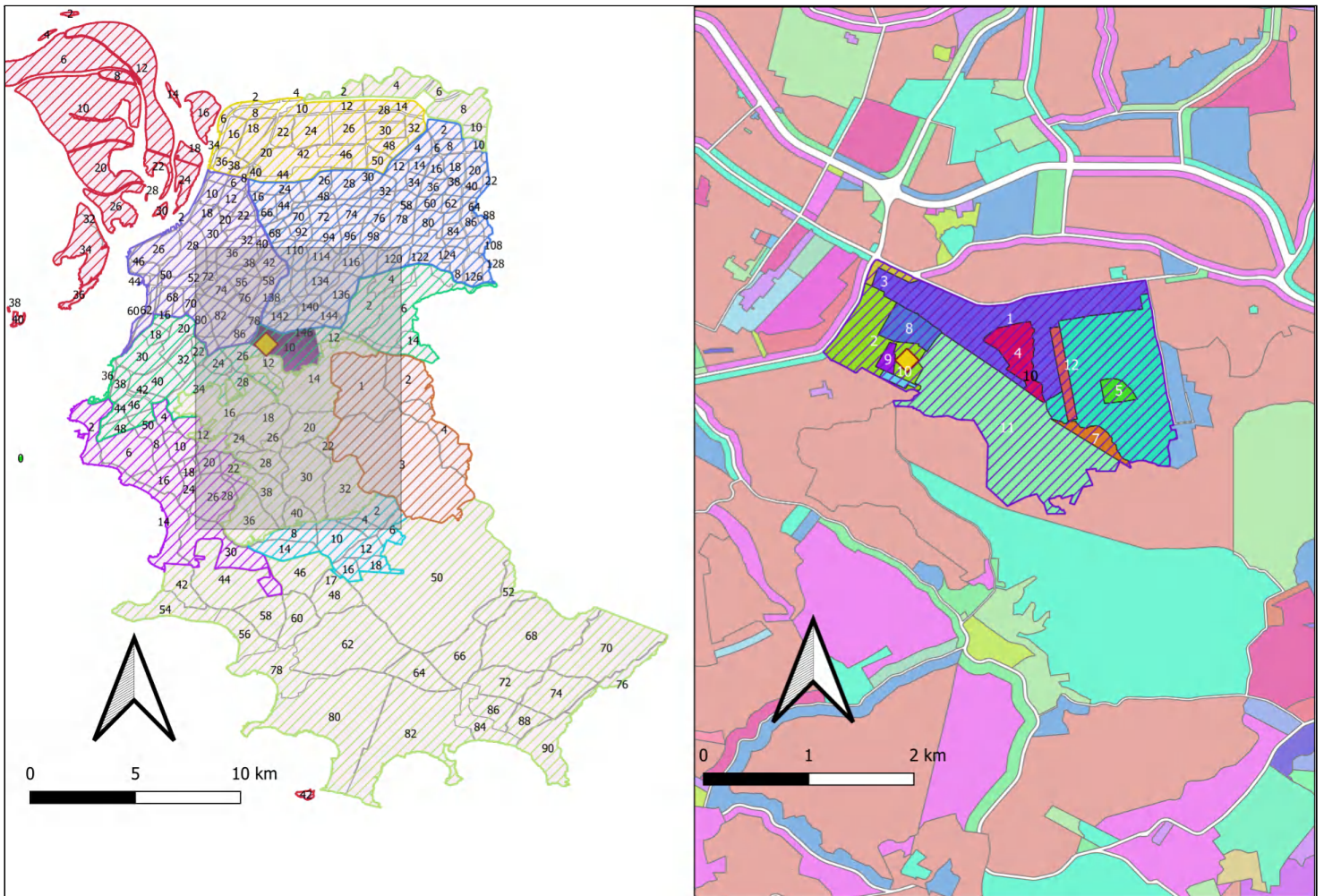
Figura 5. Cadeia Pública de Porto Alegre - Pavilhão “C” - 2015



Fonte: Central (2017);

A Cadeia Pública de Porto Alegre se situa, de acordo com Porto Alegre (1999), na Área de Ocupação Intensiva da cidade, que compreende a estrutura urbana preexistente. Ainda, se encontra na macrozona Cidade de Transição (4), na UEU 10, e na sub-UEU 2, territorializações que dizem respeito ao regime urbanístico designado à cada área da cidade. A UEU 10 tangencia o encontro dos eixos viários Avenida Bento Gonçalves e Avenida Coronel Aparício Borges.

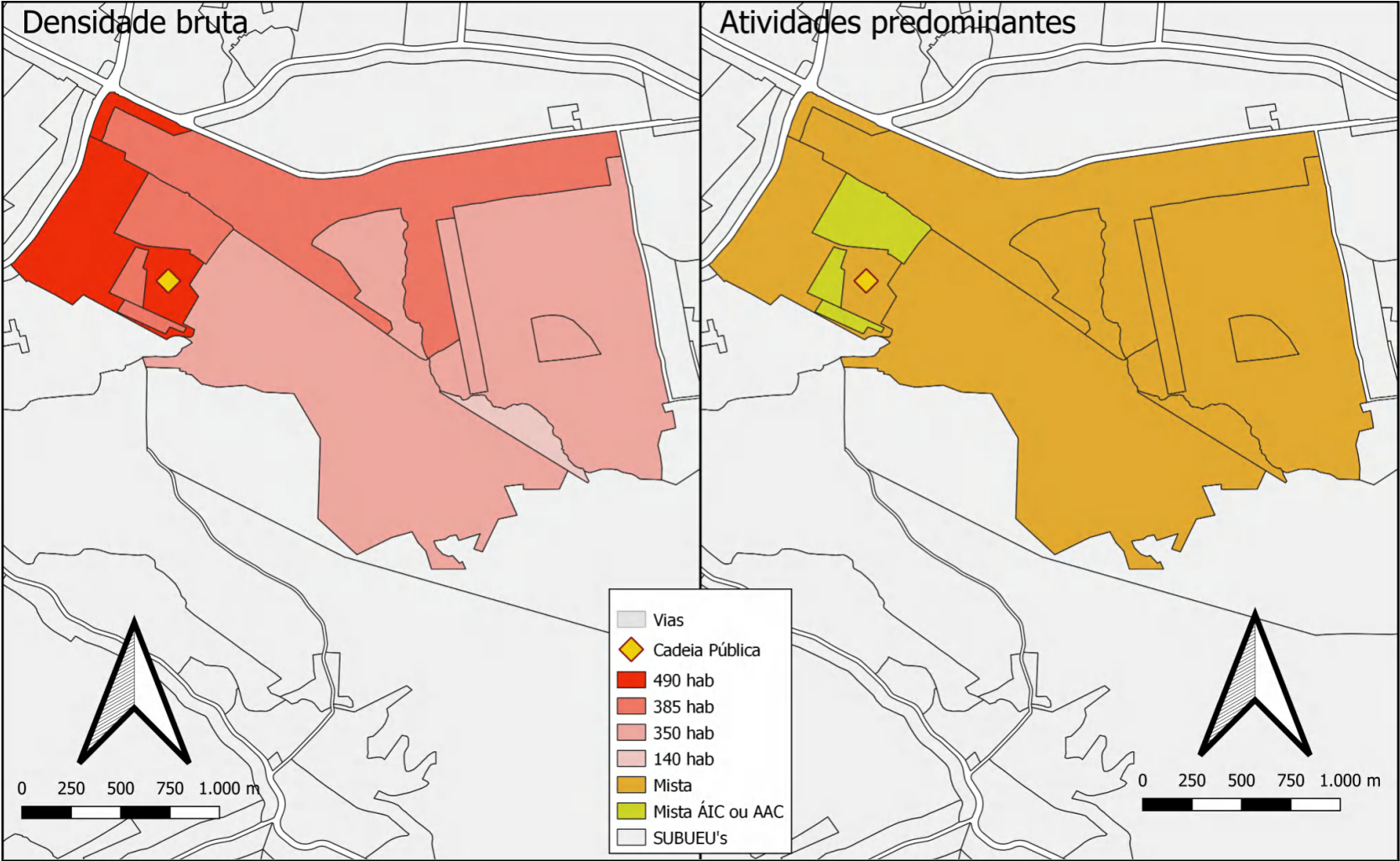
Mapa 72. Porto Alegre - Territorializações do Regime Urbanístico do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e contiguidade cidade-prisão - 2010



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010);

Com relação à densidade habitacional imposta pelo PDDUA às sub-UEU's da contiguidade cidade-prisão, há promoção de densificação ao passo da aproximação do cruzamento dos eixos viários das avenidas Coronel Aparício Borges e Bento Gonçalves, corredores de centralidade, e diminuição da concentração de habitantes por hectare ao passo do direcionamento ao sudeste da territorialização. Enquanto isso, a proposição de atividades ocorre uniformemente ao longo de todas as sub-UEU's da UEU 10: todas as zonas são mistas, mas com a incidência de Áreas de Interesse Cultural (AIC's) e Área de Ambiência Cultural (AAC) nas sub-UEU's lindeiras ao aparato punitivo.

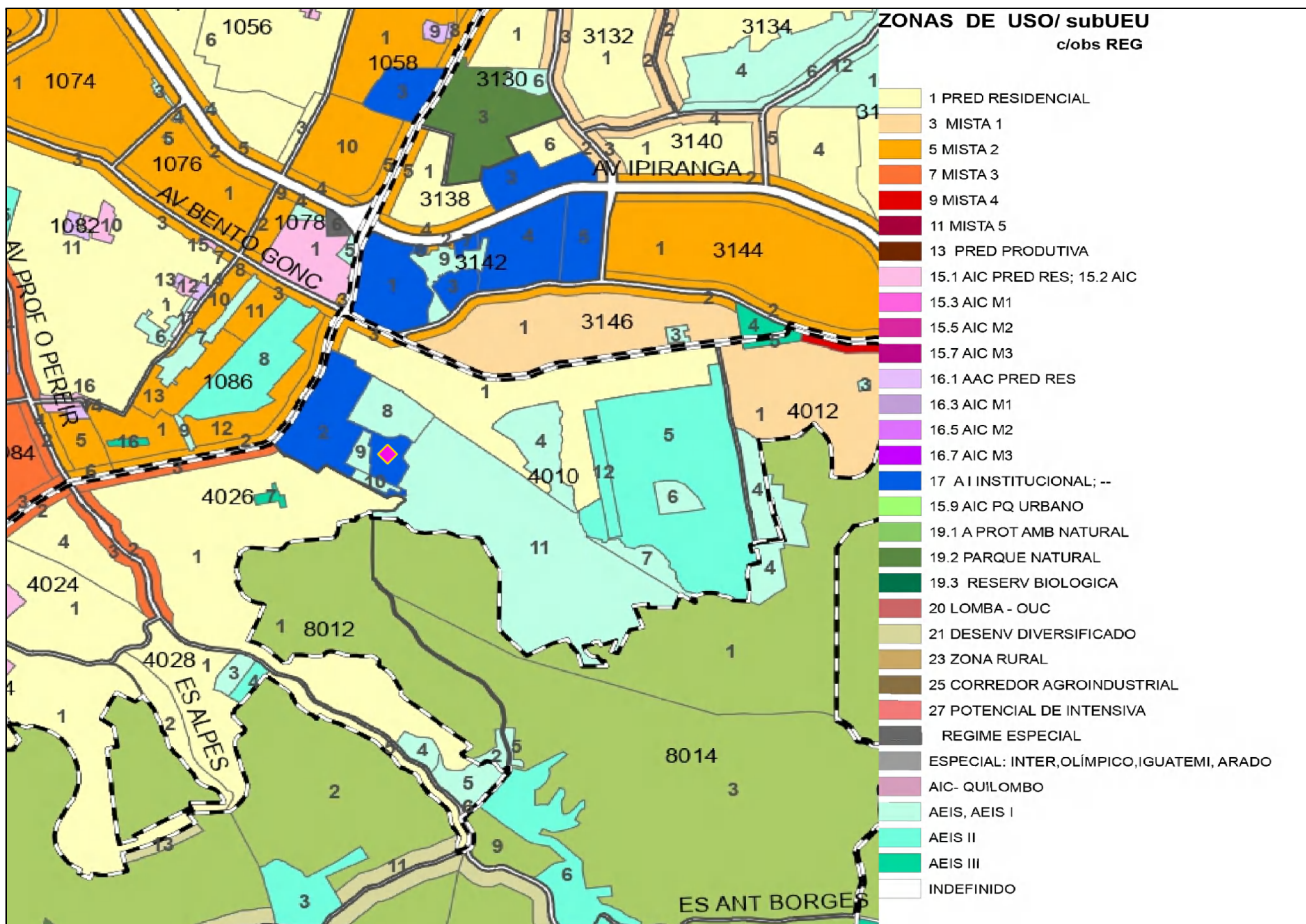
Mapa 73. Porto Alegre - Regimes Urbanísticos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e contiguidade cidade-prisão - 2010



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010);

Em se tratando do zoneamento imposto pelo PDDUA, a Cadeia Pública localiza-se em Área Especial de Interesse Institucional, com Zona de Proteção ao Ambiente Natural a sul, Zona Predominantemente Residencial a norte e, em seguida, Zona Mista (PORTO ALEGRE, 2010), similarmemente ao PDDU.

Mapa 74. Porto Alegre - Zoneamentos do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e contiguidade cidade-prisão - 2010



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010);

4.3. Etapa 3: segregação socioespacial em Porto Alegre

Nesta parcela do estudo de caso foi descrito o fenômeno da segregação socioespacial na cidade de Porto Alegre, a partir da análise e interpretação dos dados dispostos nos subcapítulos 4.1 e 4.2, e por meio do aporte teórico conceitual desenvolvido no capítulo 2. Ainda, foi exposta a abrangência de amenidades urbanas ao longo do território por meio da demonstração da localização e exposição da área de influência dos objetos técnicos voltados à promoção desses serviços públicos essenciais, a partir de SEDU e NTU (2002), Castello (2008), Gobbato (2016), Corrêa (1998), Barth (1984), Hanna (2011) e Freitas e Júnior (2011). E, a partir do emprego do método comparativo, pôde-se verificar as discrepâncias produzidas ao longo do espaço em decorrência do descompasso em termos dessa distribuição espacial por meio da contraposição das proporções de áreas das UEU's servidas por essas benfeitorias.

Pôde-se deflagrar a incidência de duas subdivisões no município em função dos processos segregatórios e seus efeitos no espaço: a subdivisão entre centro e periferia,

principalmente, e a subdivisão entre norte e sul, derivada da primeira. A primeira incidiu sobre todos os aspectos abordados, em que o centro é privilegiado e a periferia é prejudicada: questões de renda, demografia, trabalho, transporte, saúde, lazer, meio-ambiente, urbanização, incidência de equipamentos. E a segunda incidiu em aspectos relacionados a características ambientais e transformações antrópicas, e à presença de objetos técnicos específicos que contribuem para a afluência de Porto Alegre na RMPA e na rede urbana brasileira (equipamentos voltados ao circuito econômico superior), em função da conformação histórica da cidade (eclodida no centro, para após desenvolver-se ao norte e, por fim, rumar ao sul) e da localização dos acessos principais à cidade. A zona norte, a partir do ponto de vista dos fatores acima citados, é antropicamente modificada e pujante em termos de concentração de equipamentos voltados ao circuito econômico superior; enquanto a zona sul mantém aspectos ambientais não antropizados e não dispõe da mesma dinamicidade no que diz respeito à inserção na rede urbana.

4.3.1. Renda

A segregação socioespacial manifesta-se na capital gaúcha, primeiramente, pela diferenciação no que diz respeito ao local de habitação dos estratos sociais, em anuência ao expresso por Villaça (2009): enquanto os afluentes ocupam as áreas centrais e os setores centro-leste e parcelas do setor centro-sul (CABRAL, 1982; MARASCHIN, CAMPOS e PICCININI, 2012), os pobres aglutinam-se no arco pericentral (ANDRADE, 2019). Ou seja, à medida que as áreas abastadas contêm entre 0% e 5% de residentes pobres, os subúrbios contêm de 5% a 1/3 de população carente (BRASIL, 2010). E, ainda, ao passo do rendimento médio do ocupado e da renda domiciliar per capita dos residentes nos setores centro-leste e centro-sul estarem compreendidos, respectivamente, entre os R\$ 1.500,00 e R\$ 7.500,00, e entre os R\$ 1.450,00 e os R\$ 5.000,00, o dos moradores das periferias se restringem às faixas de R\$ 0,00 e R\$ 1.500,00 (BRASIL, 2010), e de R\$ 0,00 e R\$ 840,00 (BRASIL, *ibid.*).

4.3.2. Demografia

Entretanto, conforme visto, as desigualdades sociais expressas no espaço porto alegreense não se restringem a questões que envolvem renda. No que diz respeito à demografia, conforme Brasil (2010), percebe-se que: os índices correspondentes à razão de sexo são menores nas UDH's da região central (de 0,75 a 0,85) em relação àqueles das áreas periféricas (de 0,85 a 2,0), o que aponta uma proporção maior de mulheres nas áreas abastadas e uma tendência à aproximação da igualdade numérica entre população de ambos os sexos nos locais de incidência dos pobres na cidade ou até à presença majoritária de homens nesses espaços. E, no entanto, os dados apontam uma preponderância de chefes de domicílio homens nos locais de concentração da população afluenta (de 59% a 100%, de acordo com Brasil [2010]) e de chefes mulheres nos locais de confluência de pobres (de 41% a 81%, conforme Brasil [*ibid.*]). Demonstra-se, ainda, que os contingentes totais de população preta e parda são maiores nos setores censitários situados no arco pericentral se comparados com os dos setores afluentes: entre 50 e 1.000 habitantes por setor censitário na periferia e 0 e 50 habitantes por setor censitário no centro. Em se tratando da faixa etária, percebe-se que no setor centro-leste há maior índice de razão de adultos (0,5 a 0,95), enquanto que no arco pericentral há maior índice de razão de jovens (0,35 a 1).

Portanto, o perfil demográfico majoritário da periferia porto alegreense é de homens jovens e pobres; e, ainda, com maior proporção de pretos e pardos se comparado ao restante da cidade. Logo, aproxima-se do retrato do encarcerado brasileiro.

4.3.3. Trabalho

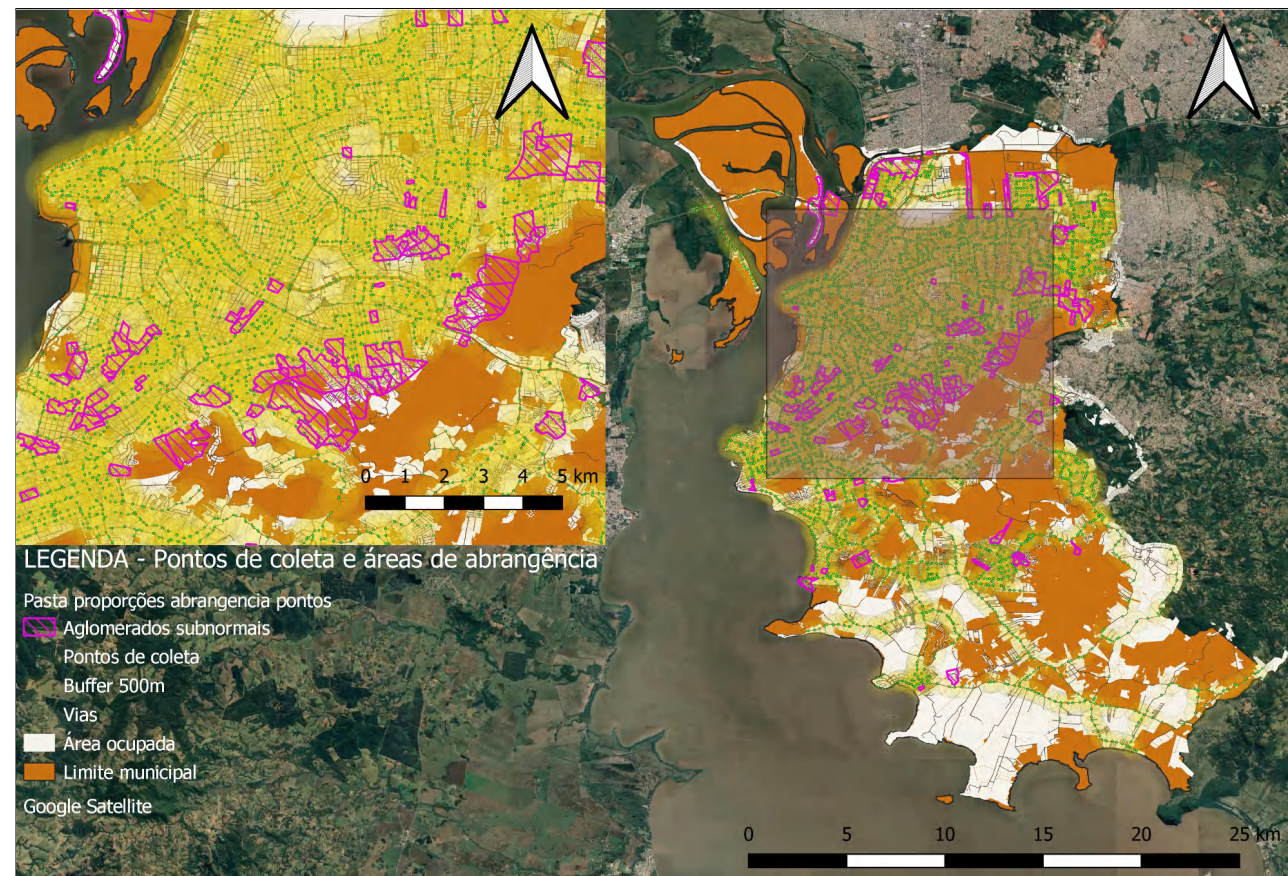
Mas não é só isso. Essas populações periféricas também são relegadas a subempregos ou empregos instáveis com baixo grau de formalização, em conformidade com o que Kaztman (2001) dispõe acerca das cidades latinoamericanas. Entre 70% e 75% dos ocupados das áreas abastadas possuem formalização, enquanto entre 1/2 e 60% dos ocupados das áreas periféricas possuem empregos formalizados (BRASIL, 2010). Ainda, conforme Brasil (ibid.), enquanto que de 3,5% a 16% dos ocupados cujas residências incidem nos setores afluentes são empregadores, o contingente correspondente ao mesmo índice no arco pericentral se restringe à margem de 0% e 3,5%.

Em se tratando da área de atuação, percebe-se a prevalência dos ocupados empregados no comércio e na construção civil nas periferias (de 16% a 23% e de 8% a 25%, respectivamente) e nos serviços nas áreas centrais (de 59% a 79%), de acordo com Brasil (2010). Ocupações essas inseridas no setor econômico terciário que, ainda, concentra a maior parte de seus objetos técnicos nas áreas centrais (vide Mapa 32).

4.3.4. Transporte

Portanto, aos pobres urbanos moradores do município também são impostos deslocamentos árduos, já que suas moradias não convergem espacialmente com o amálgama de objetos técnicos voltados ao setor no qual atuam, tal qual ocorre com a população afluenta. E, ainda, há intensificação das dificuldades de locomoção em função do menor poder aquisitivo das populações subalternas e frequente impossibilidade de utilização de transporte particular; o que acarreta o emprego do transporte público. Este que, por sua vez, não abrange as periferias da mesma maneira que ocorre com as áreas centrais: apesar da lógica de proporcionalidade empregada pelo poder público em se tratando de densidade demográfica e promoção de transporte coletivo, a população residente nas periferias, por mais que diminuta se comparada à concentração de pessoas nas áreas centrais, é a que mais necessita de acessibilidade aos meios de locomoção universais.

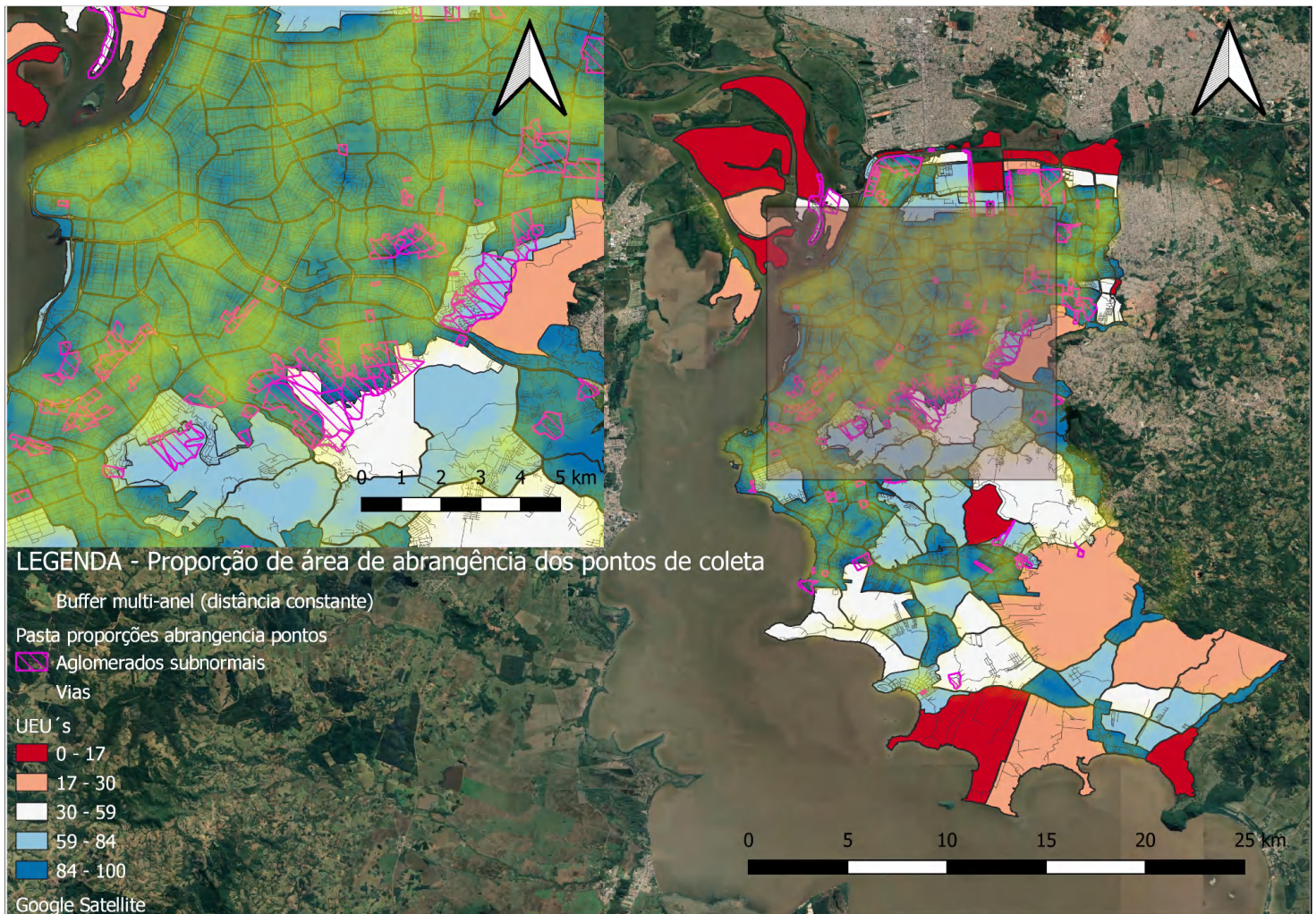
Mapa 75. Porto Alegre - Pontos de coleta do transporte público e área de abrangência - raios de 500m - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), SEDU e NTU (2002) e Google (2021);

Por isso, percebe-se menor incidência de linhas e pontos de coleta de transporte público nos locais de confluência dos pobres urbanos (vide Mapas 57 e 58). Principalmente, menor alcance das áreas de abrangência desses pontos de coleta, de 500 metros de raio (SEDU e NTU, 2002), nos AGSN's do arco pericentral localizados a sul e nas ilhas do arquipélago do delta do Jacuí. Enquanto que as UEU's das áreas centrais esbanjam de um alcance de áreas servidas por pontos de coleta de 85% a 100%, a periferia dispõe de UEU's cujas margens de abrangência se restringem a 0% e 84%.

Mapa 77. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência dos pontos de coleta do transporte público conforme área total das UEU's - 2021



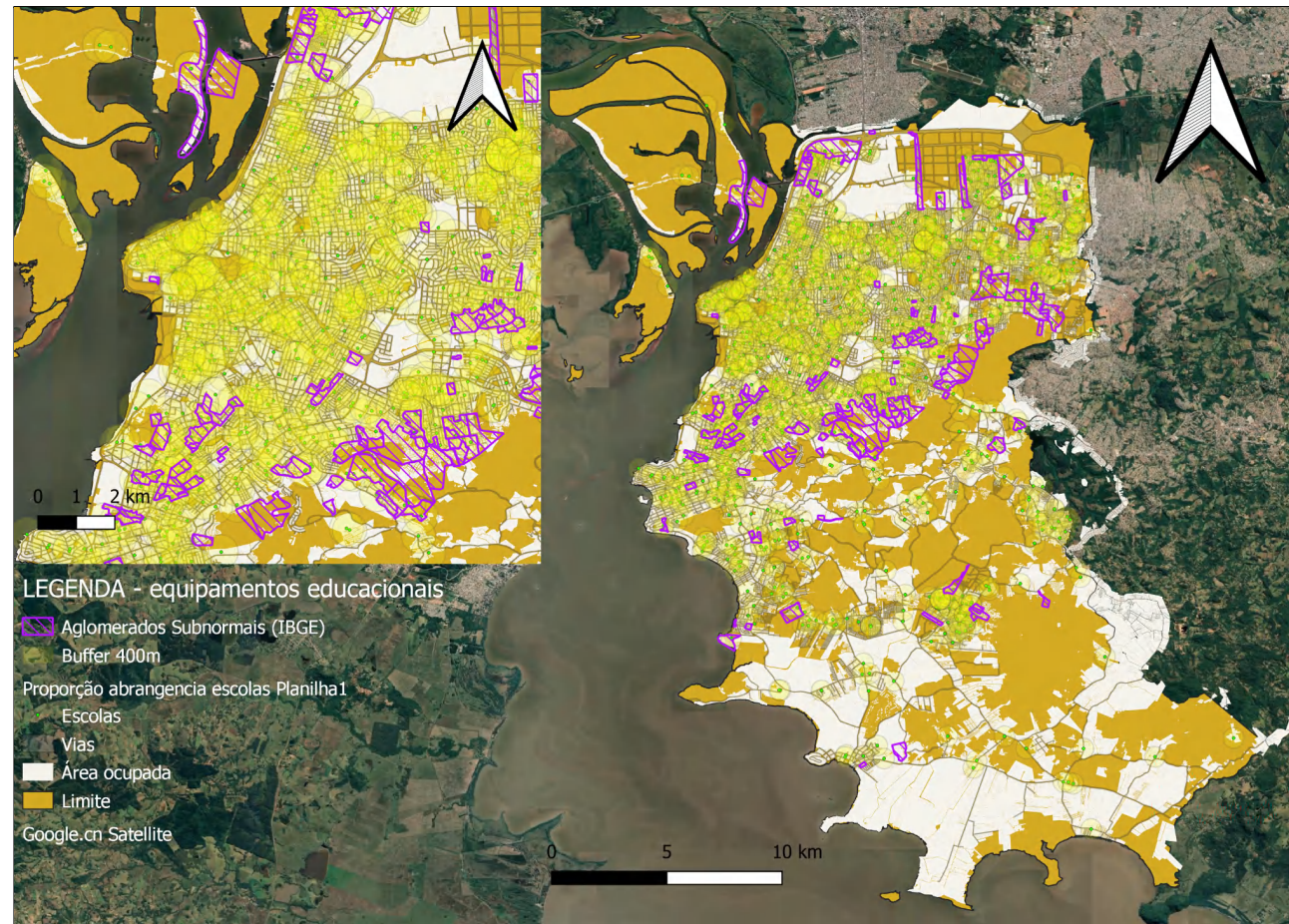
Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), SEDU e NTU (2002) e Google (2021);

Outro fator contribuinte à dificuldade de acesso ao transporte por parte dos pobres urbanos é a conformação da urbanização na qual incidem, em acordo com o disposto no subcapítulo 2.5: 30% das residências localizadas em AGSN's em Porto Alegre não possuem ruas ou avenidas como principal forma de acesso, 26% dos AGSN's possuem entre 0% e 39,9% de arruamento regular e 79,7% dos domicílios subnormais localizam-se em vias nas quais um ônibus não tem acesso (BRASIL, 2010).

4.3.5. Educação

Com relação aos índices associados à educação da população porto alegreense, também há disparidades, elucidadas por Kaztman (2001) para um contexto continental e demonstradas a partir dos Mapas 55 e 56 em se tratando do município. Em alusão à disposição de objetos técnicos voltados à promoção da educação, os espaços periféricos também não são privilegiados tais quais os centrais: incidem mais escolas de diferentes níveis nos locais de confluência dos ricos.

Mapa 77. Porto Alegre - Equipamentos educacionais e áreas de abrangência - 2021

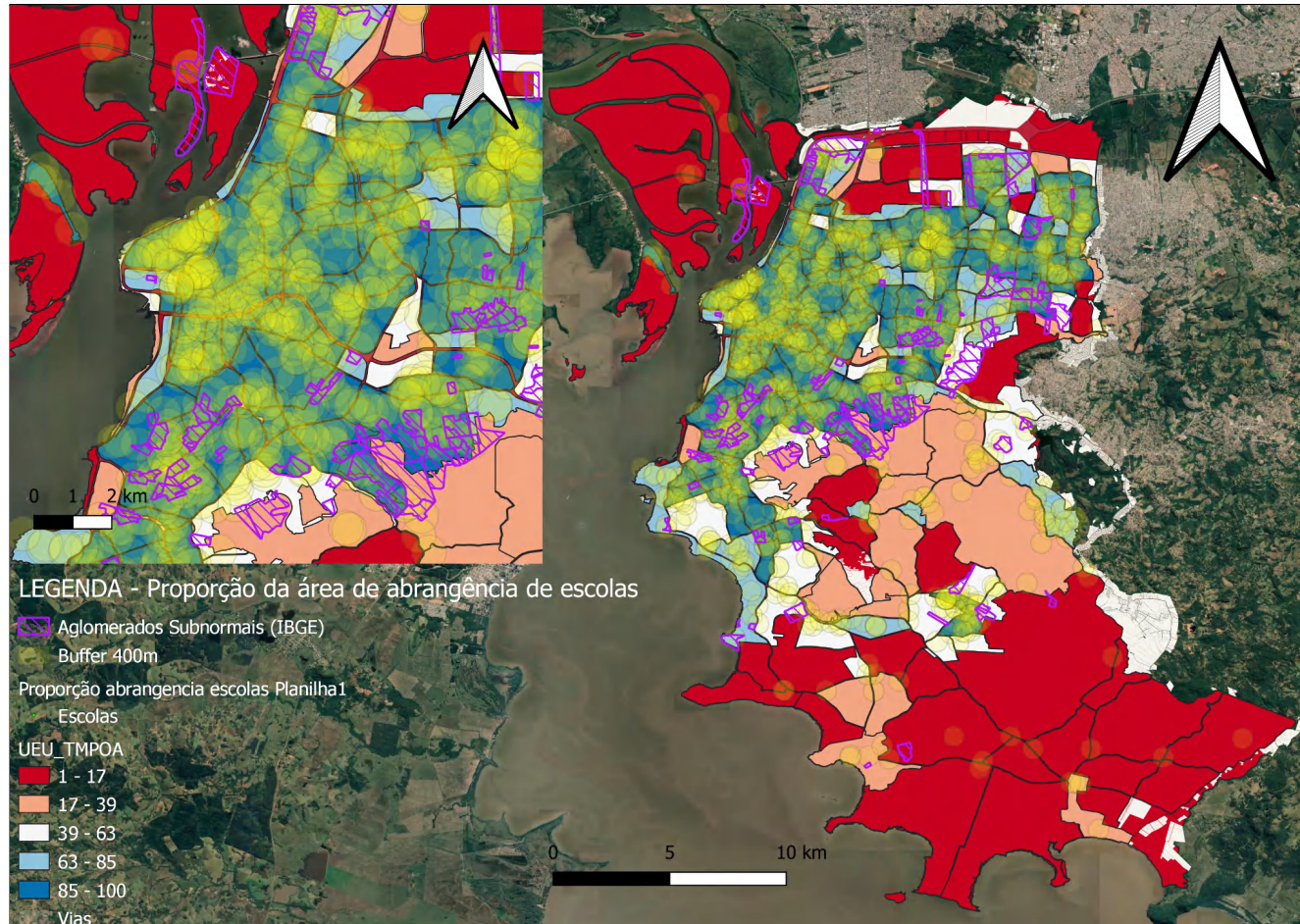


Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), Castello (2008) e Google (2021);

A respeito das áreas de abrangência desses objetos técnicos de promoção de educação, que correspondem a buffers de 400 metros de raio (CASTELLO, 2008), há abrangência de cobertura de $\frac{2}{3}$ à totalidade das áreas abastadas (tanto o setor centro-leste, quanto o

centro-sul) e de 0% a 2/3 das áreas periféricas. Percebe-se que principalmente o arco pericentral (à exceção das parcelas ocidental e sudoeste) e o extremo sul não são providos de equipamentos educacionais.

Mapa 78. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de escolas conforme área total das UEU's - 2021

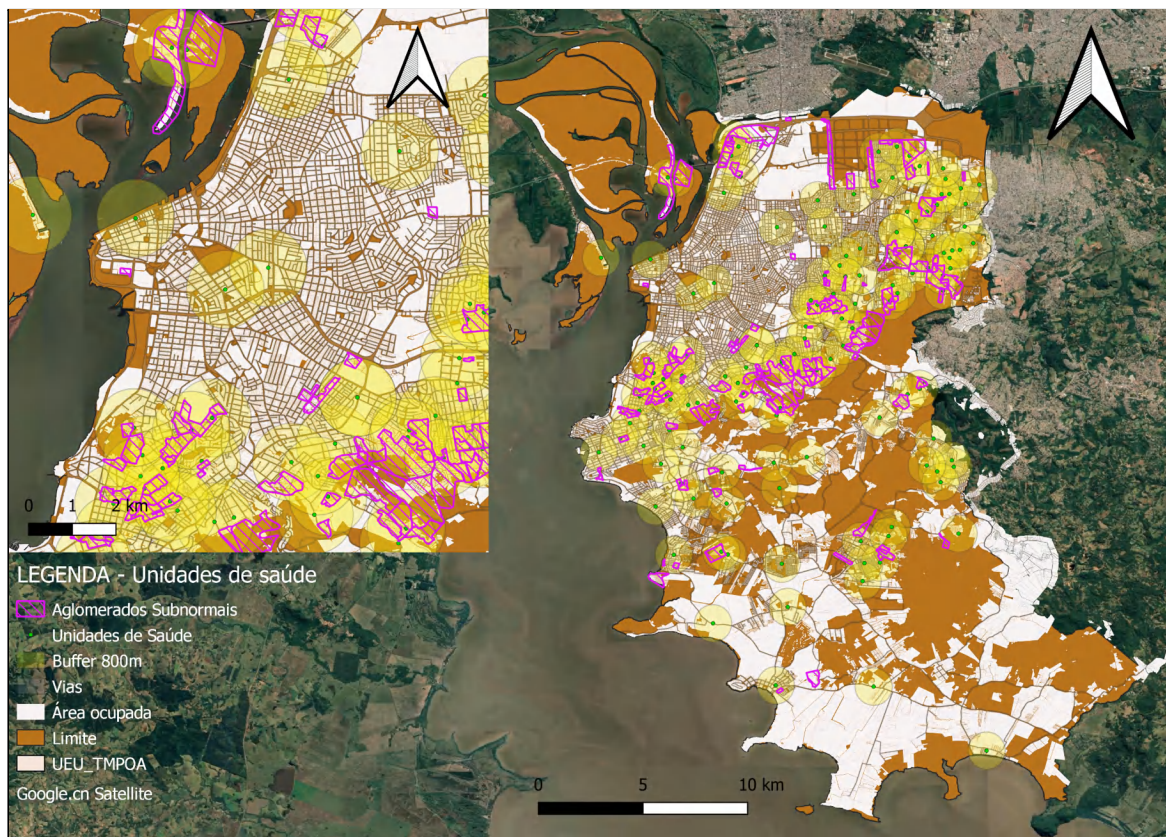


Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), Castello (2008) e Google (2021);

4.3.6. Saúde

As unidades de saúde, em contrapartida, aparentam uma distribuição espacial voltada justamente à promoção da qualidade de vida das populações subalternas. As áreas de abrangência dos objetos técnicos voltados à promoção de saúde, que dispõem de raio de 800 metros de acordo com Castello (2008), incidem justamente sobre a parcela de maior concentração de AGSN's no arco pericentral da cidade. Entretanto, as extremidades sul e norte da cidade de Porto Alegre ainda não dispõem desses equipamentos.

Mapa 79. Porto Alegre - Unidades de saúde e áreas de abrangência - 2021

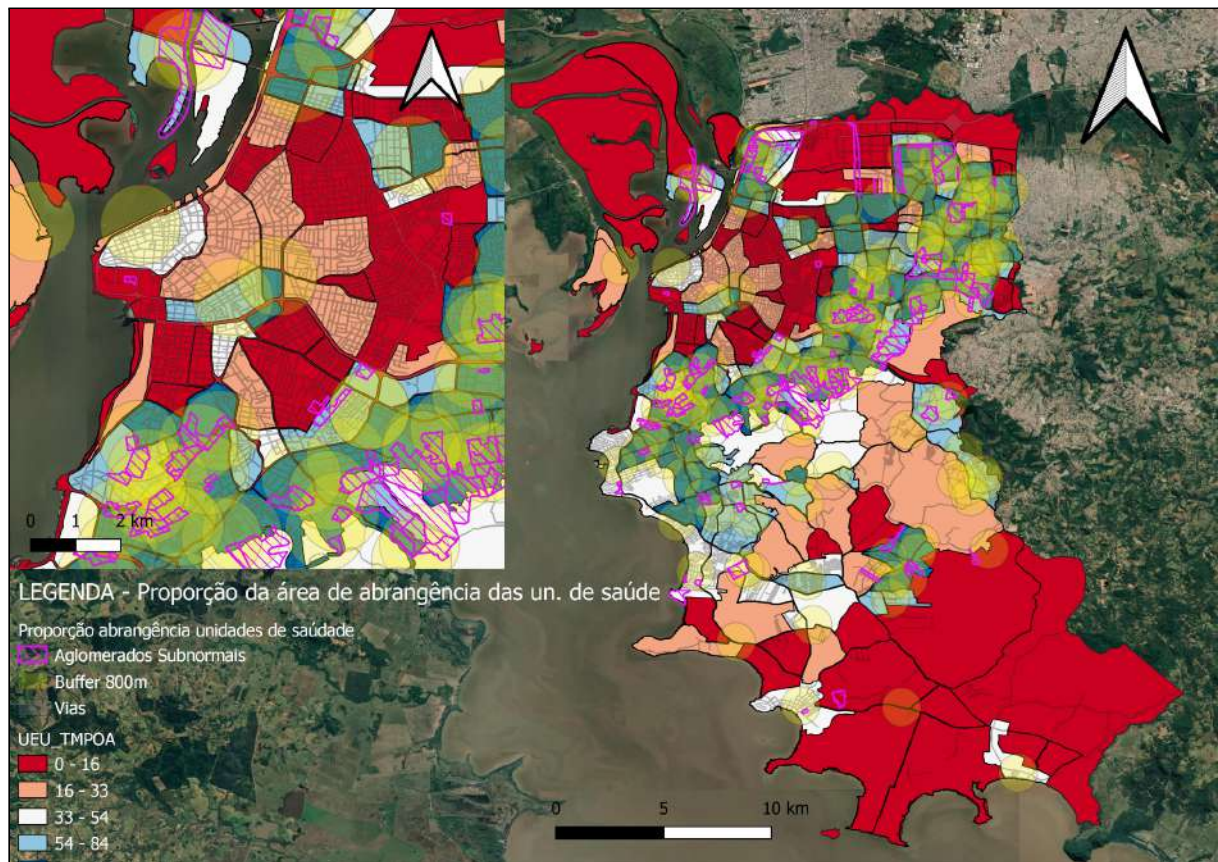


Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), Castello (2008) e Google (2021);

As zonas servidas de unidades de saúde no arco pericentral esbanjam de $\frac{1}{2}$ a 85% de área abrangida por tais equipamentos, enquanto o centro e as extremidades meridional e setentrional do município contêm de 0% a $\frac{1}{3}$ de cobertura de sua área.

Enquanto isso, os habitantes da área central da cidade gozam de equipamentos de saúde mais complexos, tais quais os grandes hospitais de Porto Alegre (vide Mapa 32 ou 46). A disparidade do grau de especialização entre tais equipamentos e as unidades de saúde, somado à desigualdade de acesso, ainda inflige a população periférica a índices negativos no que diz respeito ao tema saúde, tais quais alta mortalidade infantil e baixa esperança de vida ao nascer (conforme expresso nos Mapas 53 e 54).

Mapa 80. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de unidades de saúde conforme área total das UEU's - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), Castello (2008) e Google (2021);

Outros fatores que contribuem para o agravamento da saúde da população subalterna de Porto Alegre são as condições nas quais são dispostas as suas moradias e a distribuição das redes de infra estrutura básica. Brasil (2010) aponta que 58% dos domicílios subnormais porto alegrenses não possuem espaçamento algum entre si e percebe-se, ainda, que grande parte dos lotes incidentes sobre o arco pericentral de aglutinação de AGSN's e vilas possuem área diminuta, inferior a 300m² (vide Mapa 43), o que prejudica a ventilação e insolação (ou seja, a salubridade) dos domicílios nos quais residem os pobres.

E, ademais, à medida que a provisão de redes de energia elétrica, coleta de lixo e água potável e esgotamento sanitário (vide Mapas 47, 48 e 49) atinge, respectivamente, de 99,89% a 100%, de 99,2% a 100% e de 99,8% a 100% da população afluyente, a cobertura

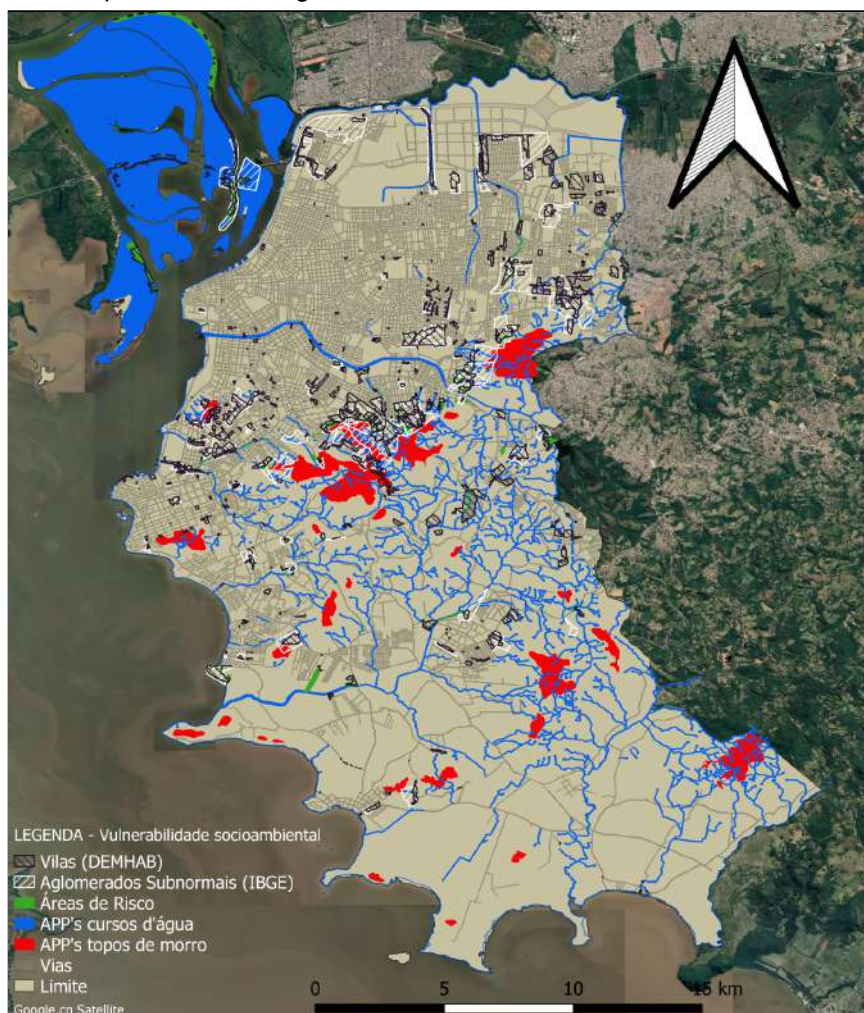
aos domicílios nos quais residem os pobres tendem a índices compreendidos entre as faixas de 99,47% e 99,89%, 97,54% e 99,2% e 86,4% e 99,8% (BRASIL, 2010).

4.3.7. Vulnerabilidade socioambiental

Não obstante, uma importante parcela da periferia porto alegreense (principalmente ao sul da cidade e no arquipélago de ilhas do delta do Jacuí) encontra-se em áreas de risco, Áreas de Proteção Permanente (APP's) de topos de morro, o que significa via de regra a incidência de aclave/declive acentuado e risco de deslizamento e/ou APP's de curso d'água, o que implica a susceptibilidade a enchentes e alagamentos, além de acarretar danos ao meio-ambiente. Ao total, 2.061 domicílios subnormais (3,67% do contingente total) da cidade encontram-se nessas áreas de risco sócio-ambiental, de acordo com Brasil (2010). No entanto, dada tamanha coincidência espacial entre a localização dos AGSN's e vilas e as áreas de risco e APP's ao longo de Porto Alegre (11,75% das áreas da soma das territorializações de vilas e AGSN's se situam em áreas de risco e/ou APP's de cursos d'água e/ou topo de morro), presume-se que haja subcontagem.

Percebe-se que, enquanto as zonas central e norte apresentam grande transformação do espaço natural (expressa principalmente pela retificação e canalização de cursos d'água) em função da ocupação longeva, a zona sul permanece relativamente intocada, preservando aspectos ambientais cruciais à cidade como um todo.

Mapa 81. Porto Alegre - Vulnerabilidade socioambiental - 2010



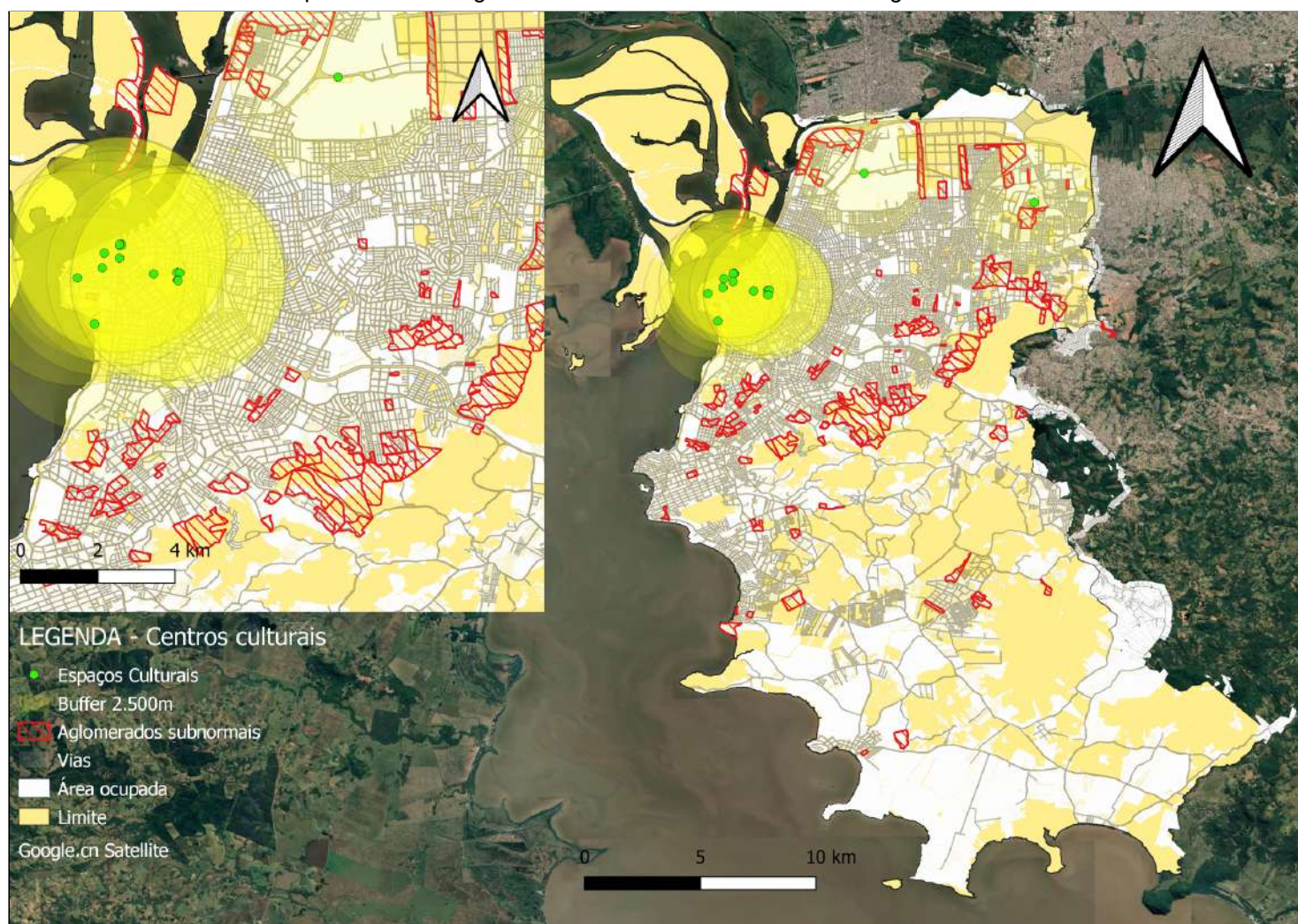
Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010) e Google (2021);

4.3.8. Lazer

Em se tratando do acesso a equipamentos de lazer, foi proposta subdivisão em função das diferenças de área de cobertura dos equipamentos conforme distinção de funções, em anuência ao que propôs Gobatto (2016).

a) centros culturais (bibliotecas, teatros, museus): dispõem de área de abrangência cujo raio compreende 2.500 metros (GOBBATO, 2016). Na capital gaúcha, os centros culturais se restringem à península e à zona norte da cidade.

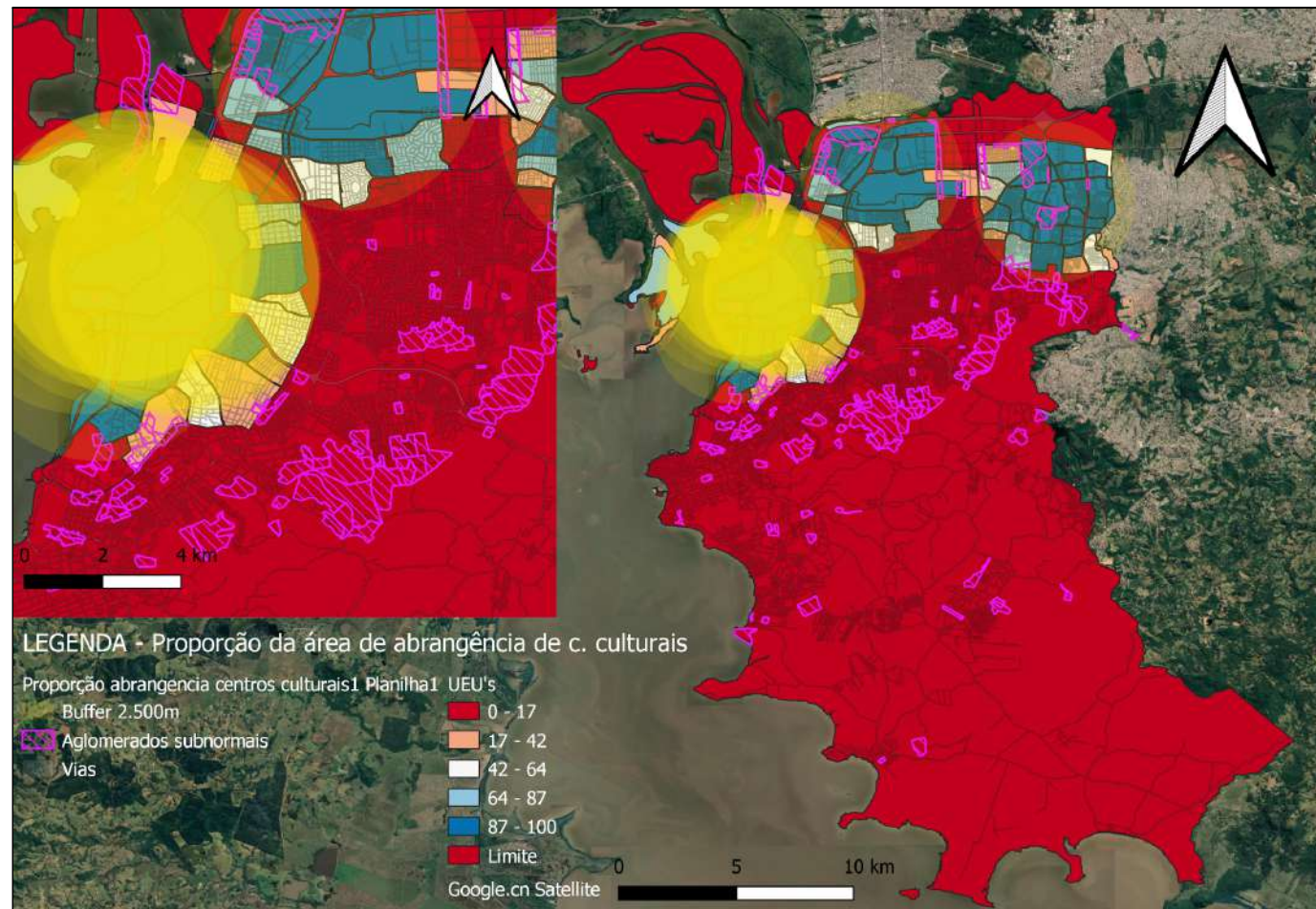
Mapa 82. Porto Alegre - Centros culturais e áreas de abrangência - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), Gobatto (2016) e Google (2021);

Portanto, a zona sul e principalmente a parcela meridional do arco pericentral são desprovidas de objetos técnicos voltados à promoção da cultura e, inclusive, de abrangência desses equipamentos, o que dificulta o acesso por parte da população pobre a essa faceta tão relevante ao espaço urbano e à formação de capitais individuais e coletivos.

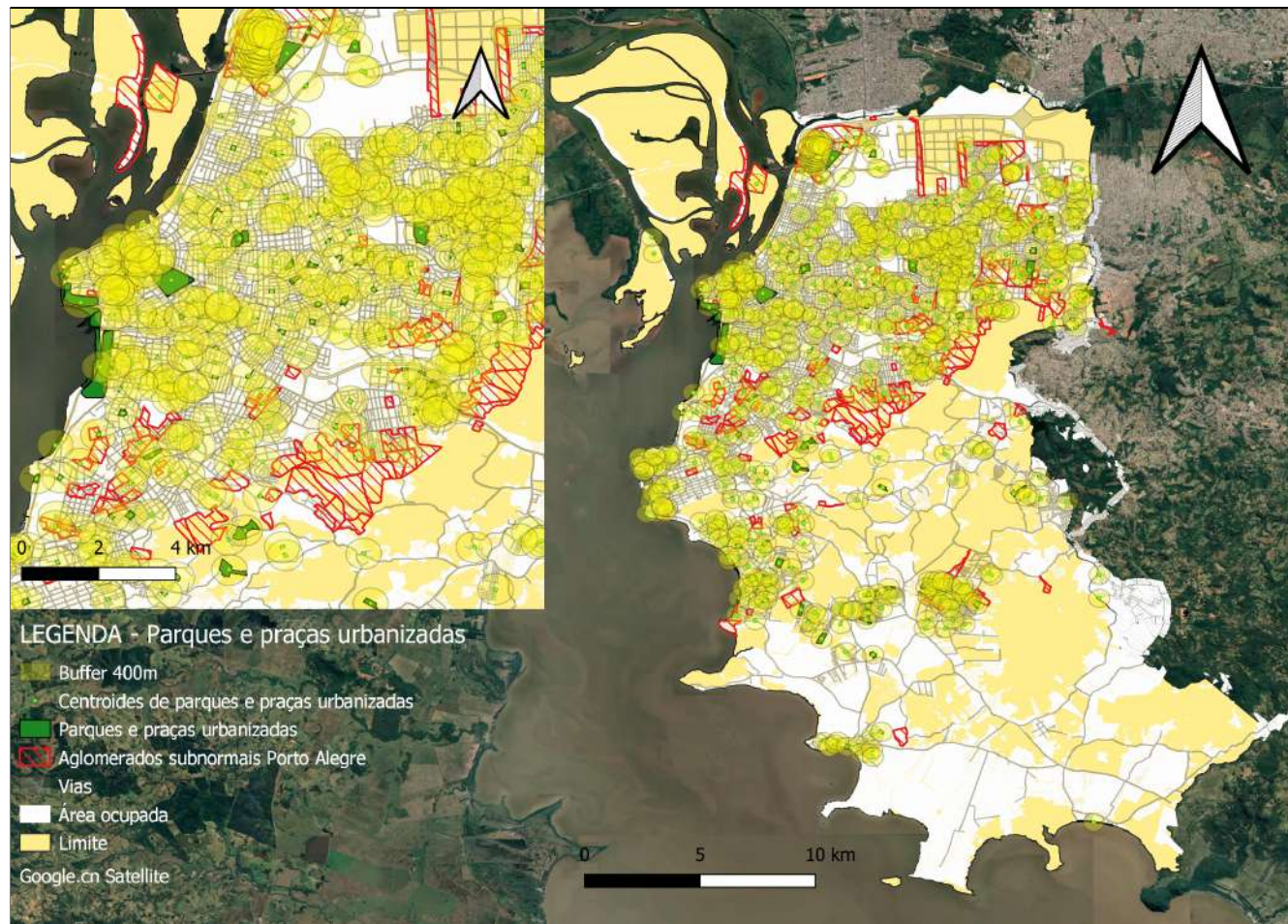
Mapa 83. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de centros culturais conforme área total das UEU's - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), Gobatto (2016) e Google (2021);

b) parques e praças urbanizadas: dispõem de raio de abrangência de 400 metros, de acordo com Gobatto (2016). Esses equipamentos públicos aparentam melhor distribuição ao longo do território porto alegreense se comparados aos centros culturais. No entanto, também conformam as discrepâncias entre centro e periferia a partir da segregação socioespacial.

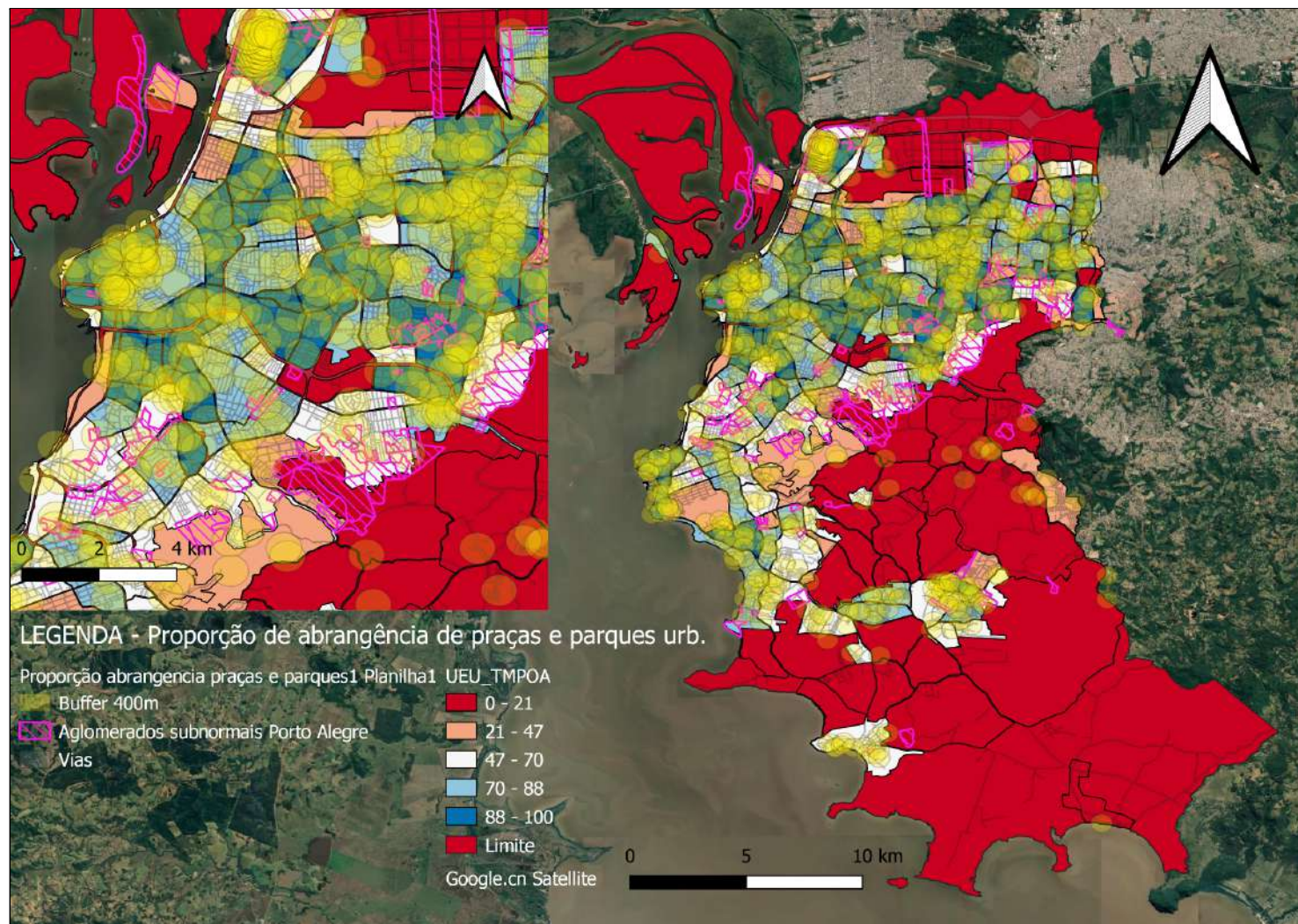
Mapa 84. Porto Alegre - Parques e praças urbanizadas e áreas de abrangência - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), Gobatto (2016) e Google (2021);

Enquanto as UEU's do setor centro-leste flutuam entre 21% e 100% de abrangência dos buffers correspondentes a parques e praças e o setor centro-sul entre 21% e 88%, as UEU's das periferias tendem à margem que decai a 0% e ascende ao máximo de 88%, o que prejudica o acesso dos pobres aos locais de ócio.

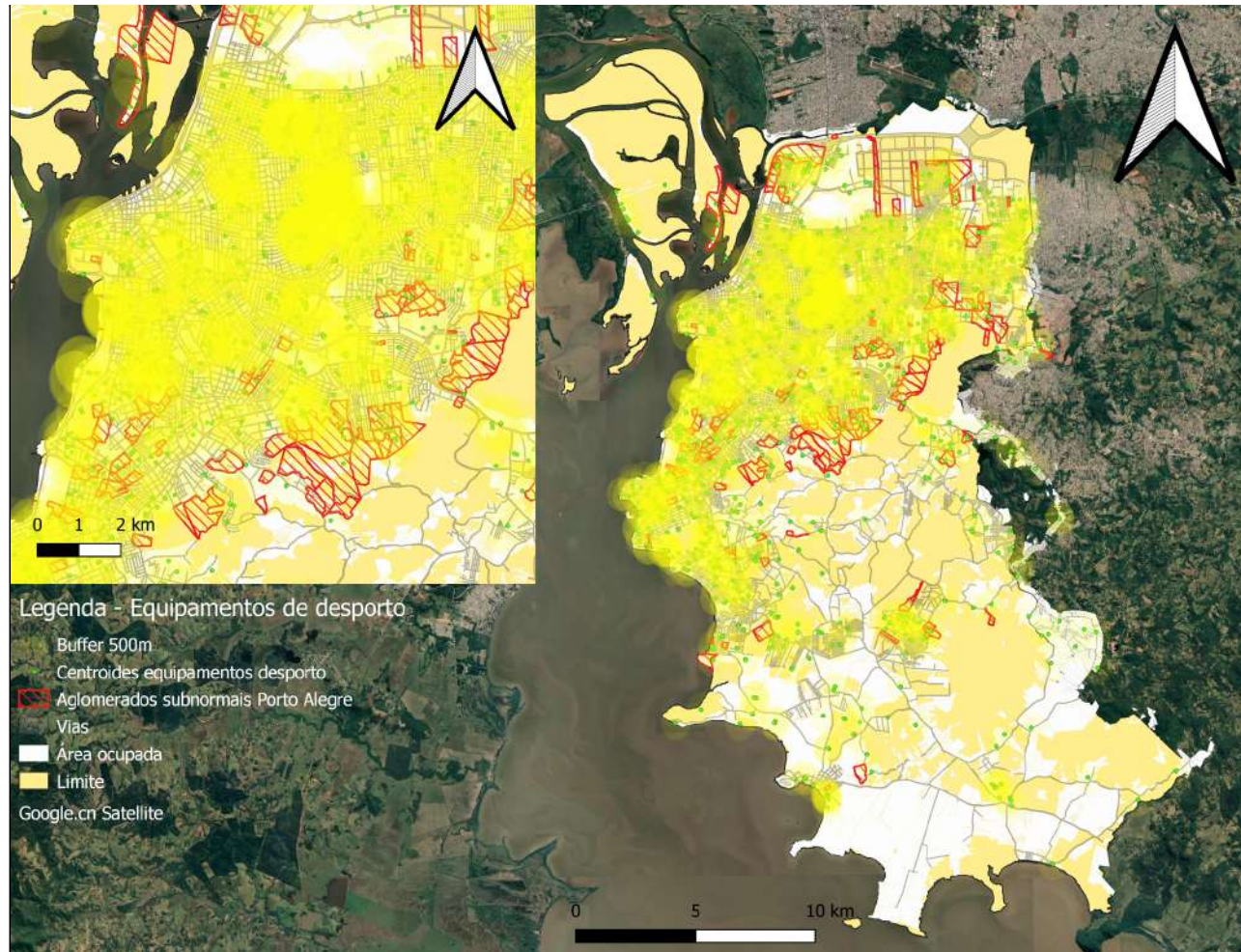
Mapa 85. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de parques e praças urbanizadas conforme área total das UEU's - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), Gobatto (2016) e Google (2021);

c) equipamentos de desporto: com uma área de cobertura de 500 metros de raio, esses objetos técnicos tendem a uma distribuição mais igualitária ao longo do território da cidade, à exceção das extremidades do município.

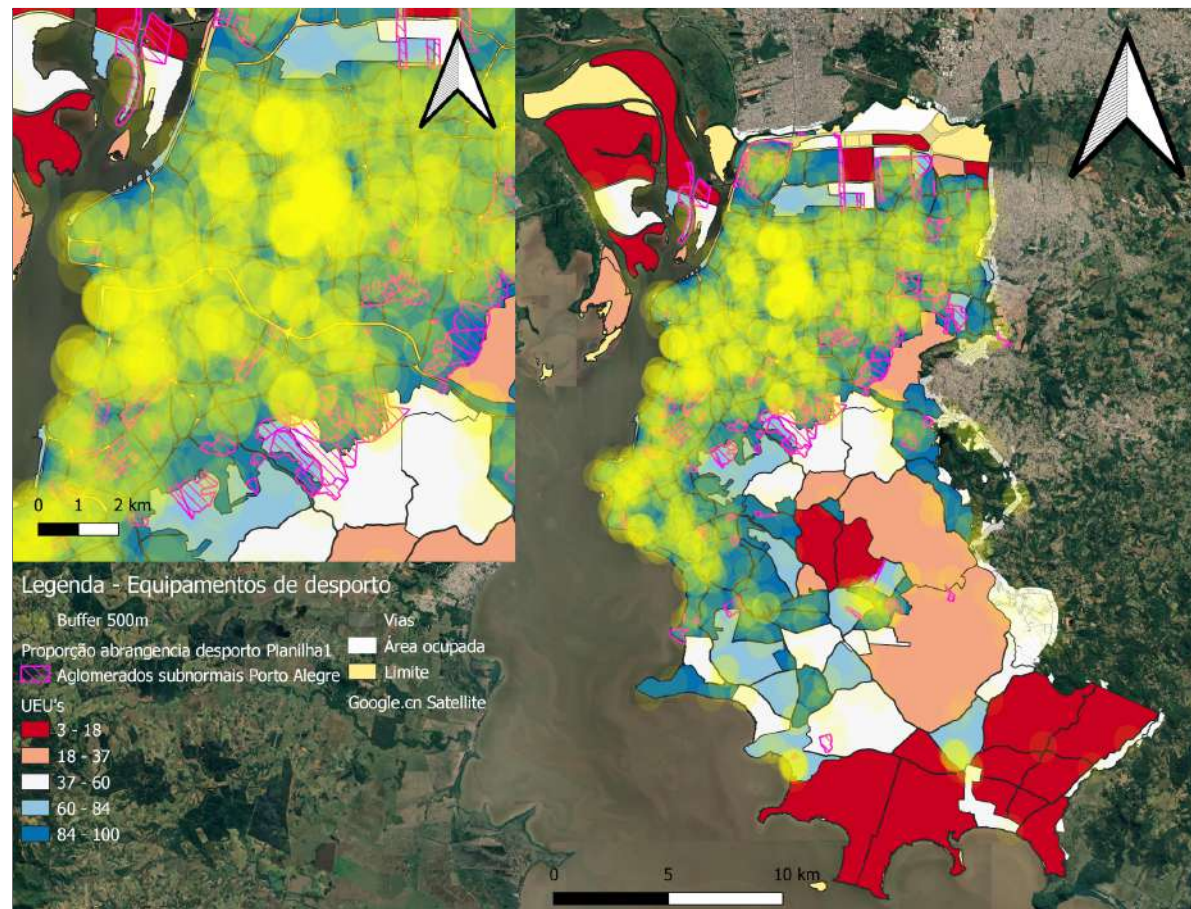
Mapa 86. Porto Alegre - Equipamentos de desporto - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), Gobatto (2016) e Google (2021);

No entanto, a concentração de equipamentos cuja função é a provisão de locais para práticas esportivas segue na área central de Porto Alegre e as periferias não são tão bem servidas quanto às áreas de incidência da população afluyente. Ou seja, enquanto os moradores das UEU's localizadas nos setores centro-leste e centro-sul gozam de índices de abrangência dos equipamentos de desporto que atingem margem compreendida entre 84% e 100%, o arco pericentral oscila entre 3% e 100%.

Mapa 87. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de equipamentos de desporto conforme área total das UEU's - 2021



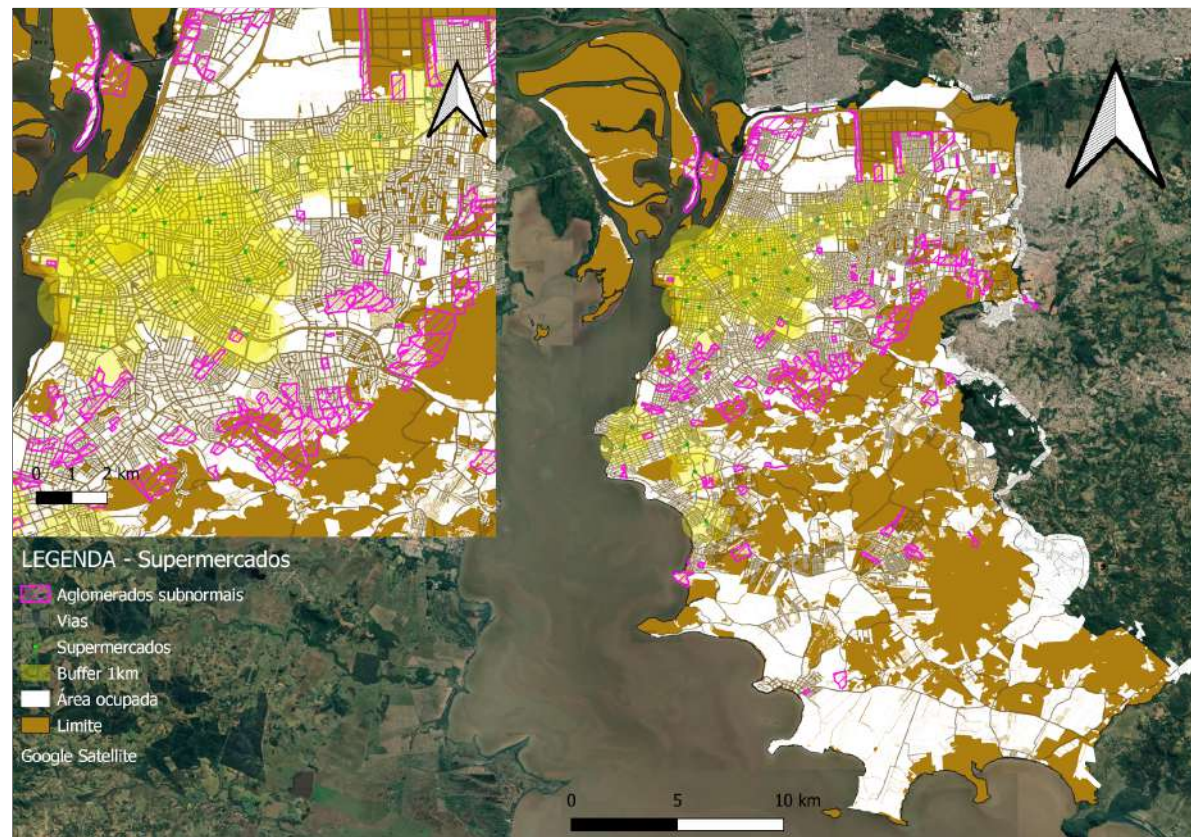
Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), Gobatto (2016) e Google (2021);

4.3.9. Equipamentos voltados ao circuito econômico superior

Assim como no caso da análise da localização de equipamentos de lazer, propôs-se subdivisão do estudo das áreas de abrangência dos objetos técnicos voltados ao circuito econômico superior (vide Mapa 63). Dentre eles, compreende-se:

a) supermercados: estes equipamentos, cuja área de influência primária se restringe a 1 quilômetro, de acordo com Freitas e Júnior (2011), também concentram-se na zona central e no setor centro-leste de localização residencial da população abastada, com tendência a espraiamento no setor centro-sul.

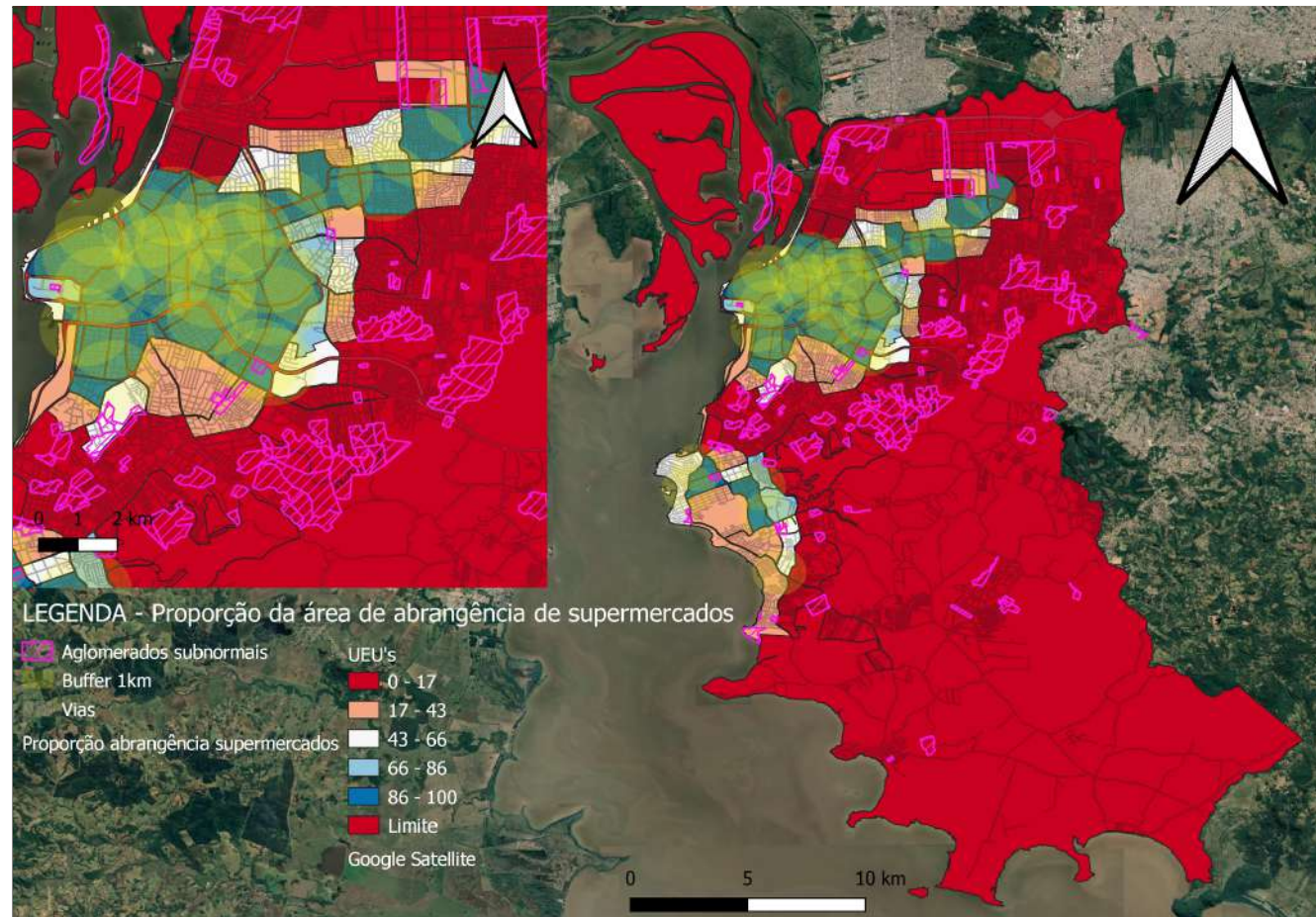
Mapa 88. Porto Alegre - Supermercados - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), Freitas e Júnior (2011) e Google (2021);

Sua abrangência, conseqüentemente, é restrita às mesmas áreas, já que seus buffers possuem raio relativamente pequeno. O arco pericentral e os extremos meridional, setentrional e ocidental da cidade não dispõem de cobertura por parte desses objetos técnicos (ou dispõem de cobertura diminuta, limitada a 17% da área total das suas UEU's).

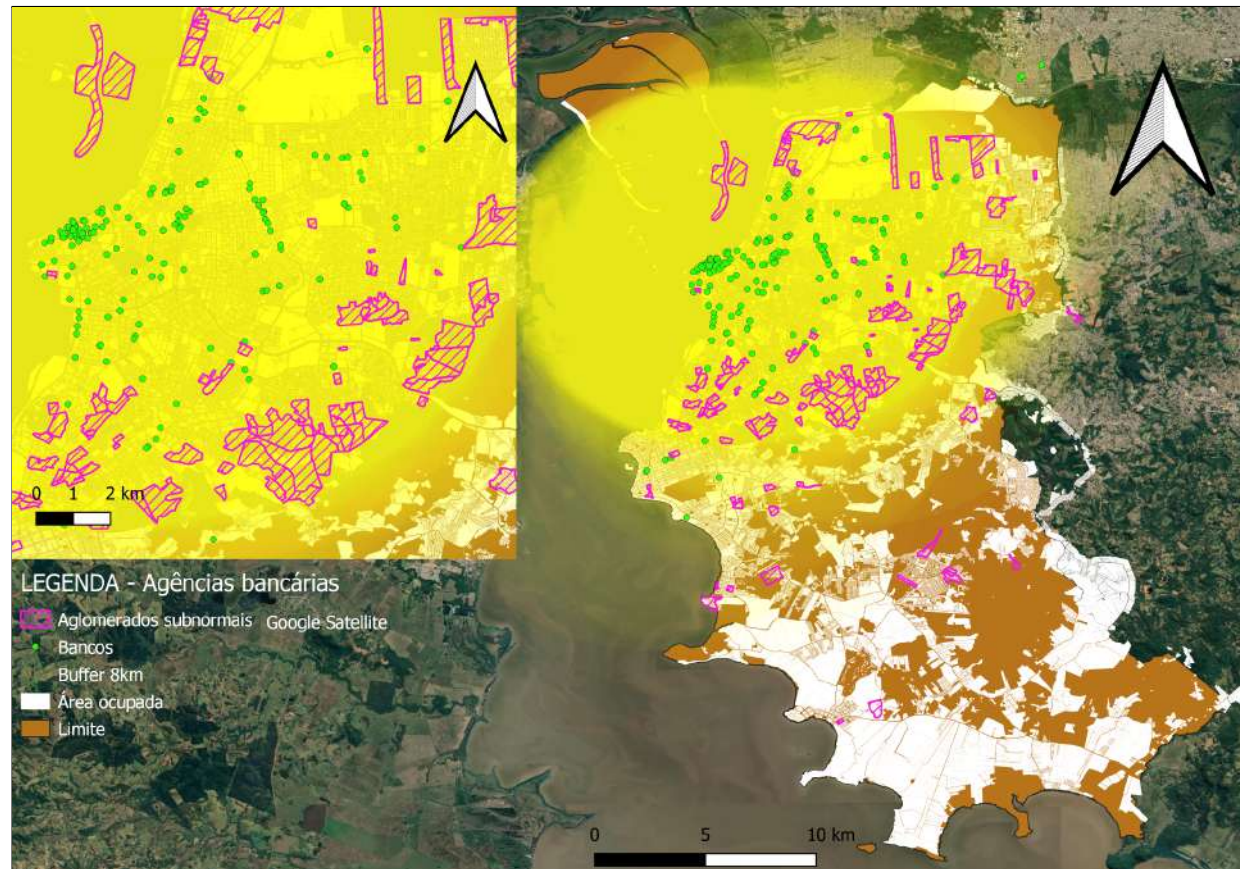
Mapa 89. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de supermercados conforme área total das UEU's - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), Freitas e Júnior (2011) e Google (2021);

b) agências bancárias: objetos técnicos de quantidade relativamente expressiva ao passo da comparação com os demais objetos técnicos voltados ao circuito superior e que, assim como os supermercados, incidem majoritariamente no centro e nos setores de concentração de abastados. E, ainda, com incidências pontuais na zona norte. Suas áreas de influência, por sua vez, ascendem a 8 quilômetros, de acordo com Hanna (2011).

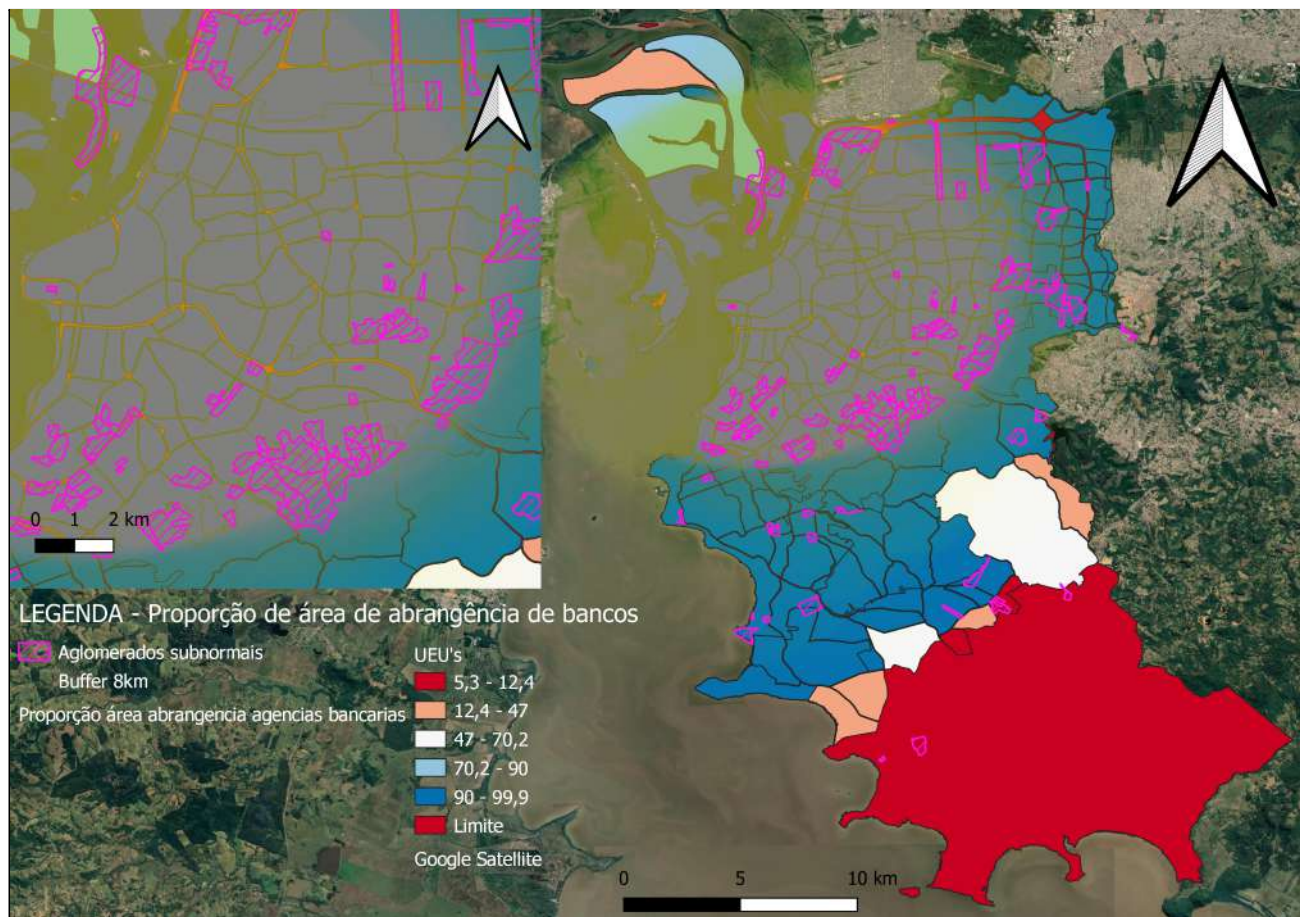
Mapa 90. Porto Alegre - Agências bancárias - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), Freitas e Júnior (2011) e Google (2021);

E, por isso, abrangem área mais expressiva do território municipal do que os buffers que demonstram a influência dos supermercados, inclusive englobando os AGSN's do arco pericentral. Entretanto, não alcançam a extremidade sul da cidade, pois dispõem de cobertura limitada à margem de 5% e 12% de cobertura.

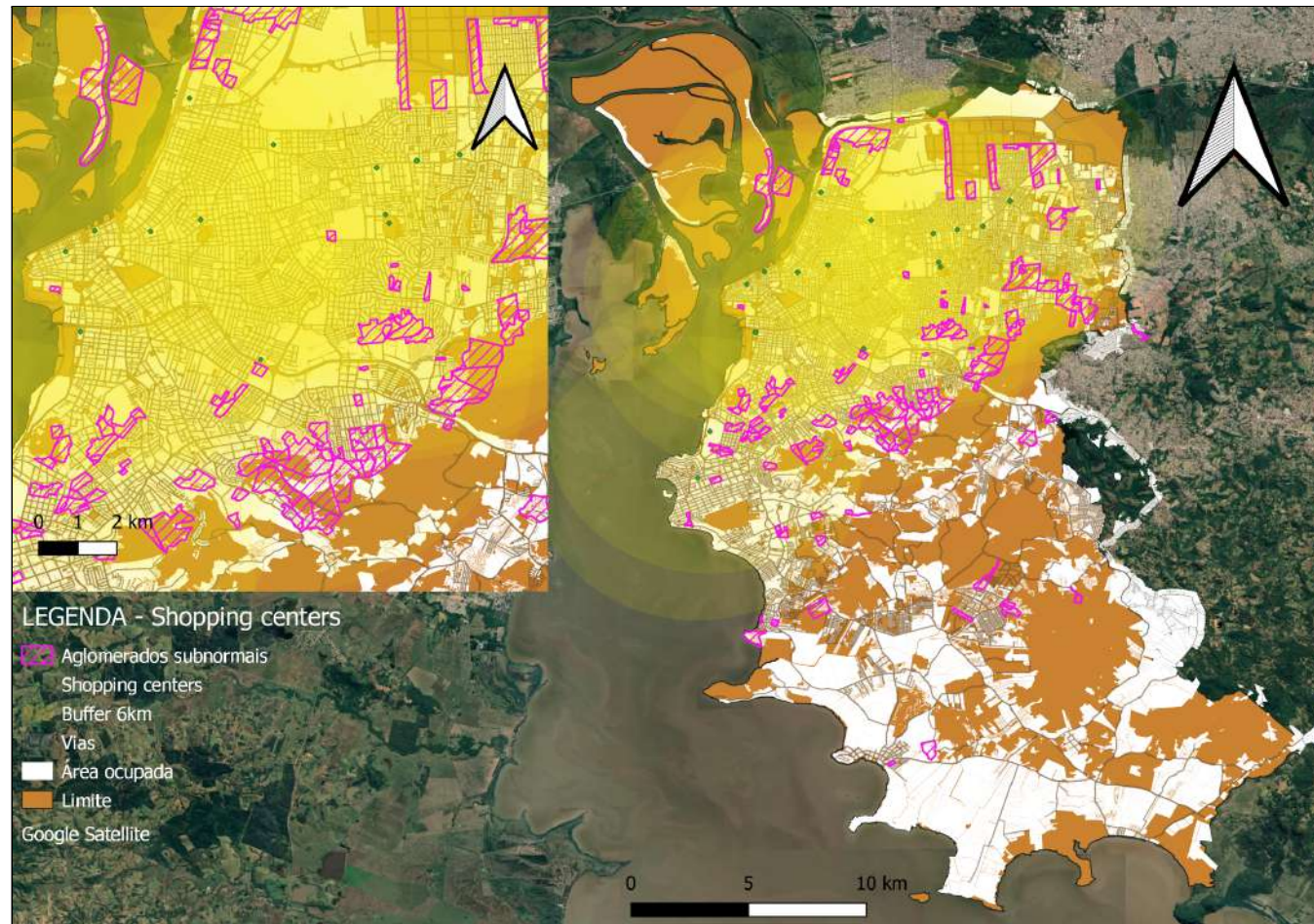
Mapa 91. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de agências bancárias conforme área total das UEU's - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), Hanna (2011) e Google (2021);

c) *shopping centers*: com uma área de abrangência primária (de onde 65% dos clientes se originam) disposta por meio de um raio de 6 quilômetros (CORRÊA, 2008), os *shopping centers* porto alegrensenses também confluem aos setores de concentração de população afluyente, principalmente no setor centro-leste.

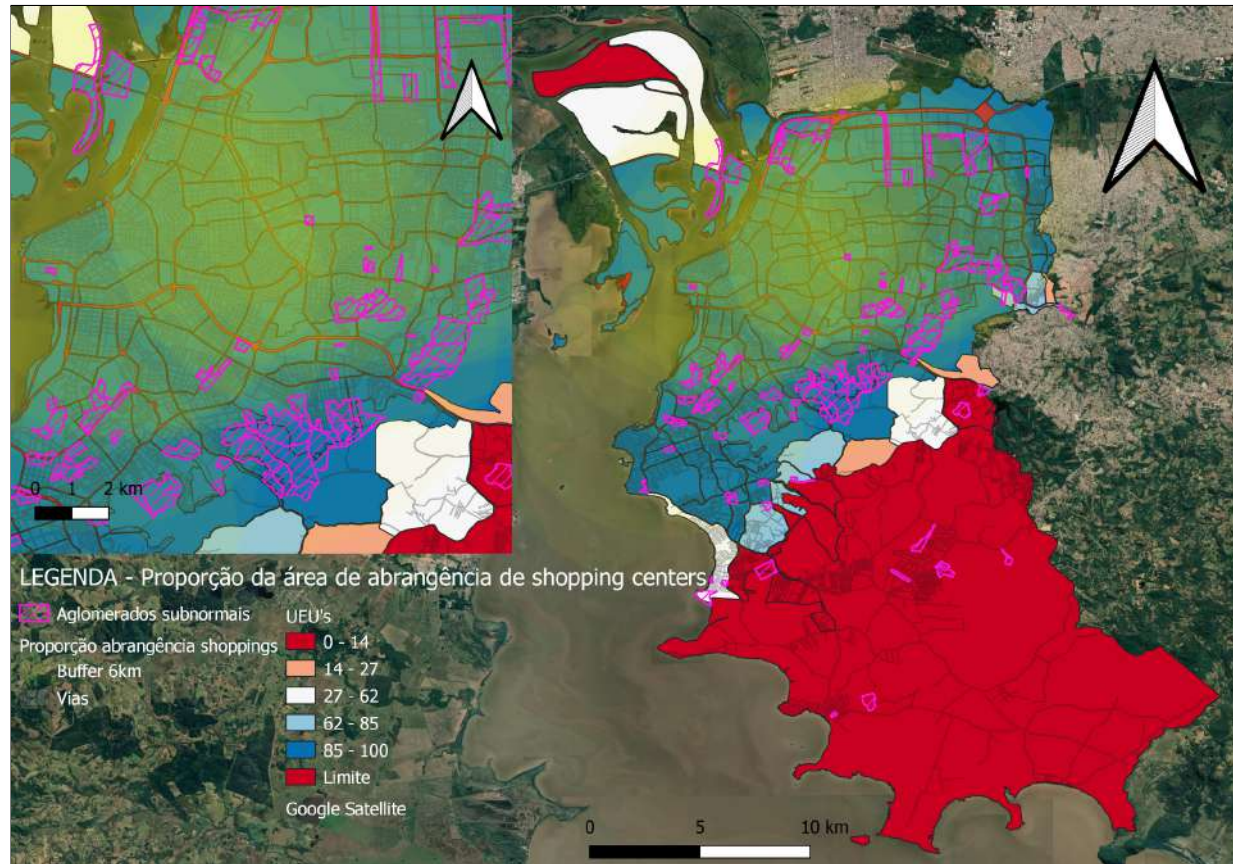
Mapa 92. Porto Alegre - Shopping centers - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), Corrêa (2008) e Google (2021);

E os buffers de cobertura desse serviço abarcam principalmente as zonas central e norte da cidade (à exceção das ilhas de Porto Alegre), o que demonstra a prevalência dos fluxos voltados ao circuito superior na parcela setentrional do município e abrangência do arco pericentral por parte desse serviço, apesar da imposição de deslocamentos consideráveis em função do local de implantação dos equipamentos. A extremidade meridional municipal, portanto, é relegada a índices de abrangências limitados a 14% da área total das UEU's incidentes nessa parcela da cidade.

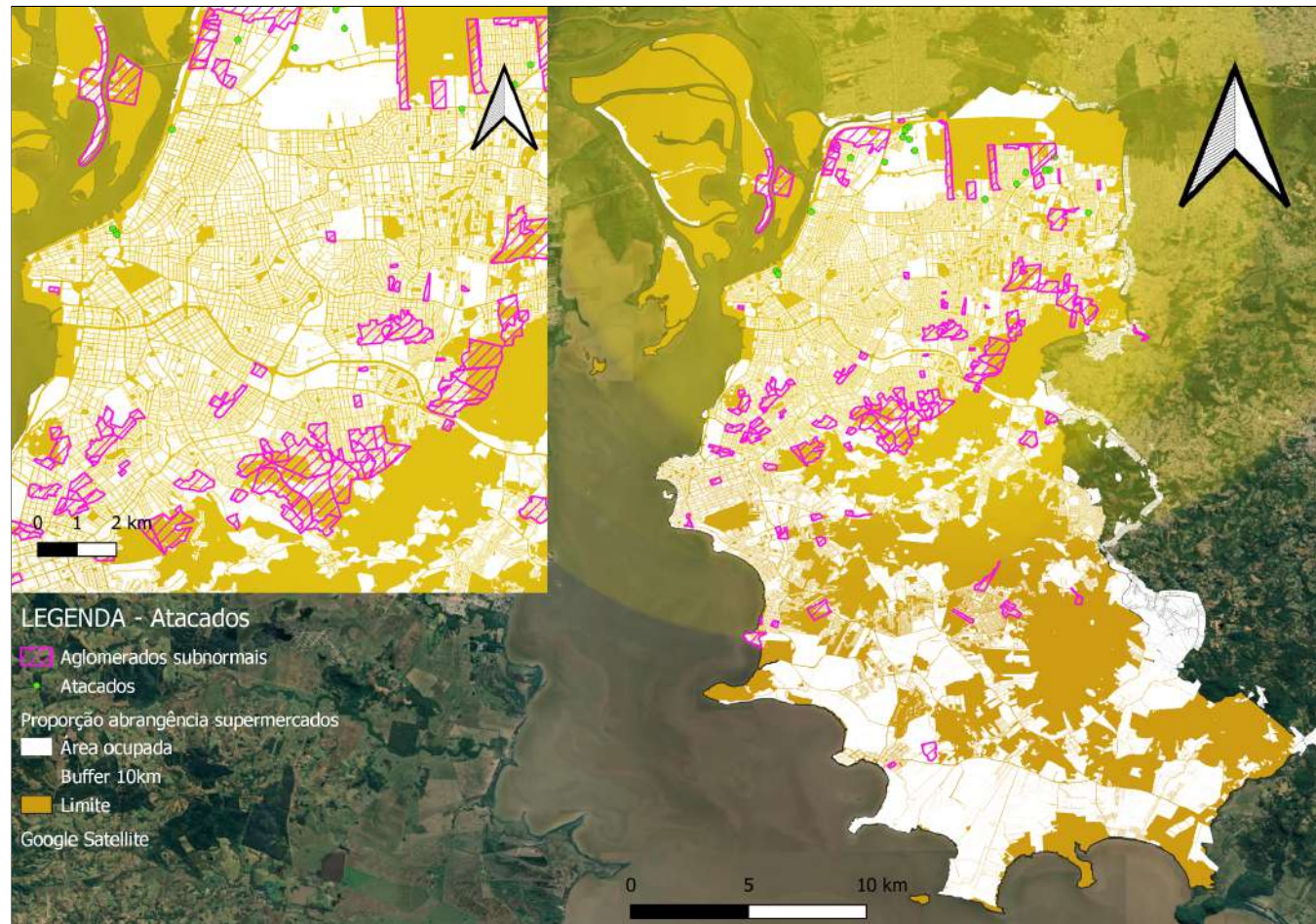
Mapa 93. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de *shopping centers* conforme área total das UEU's - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), Corrêa (2008) e Google (2021)

d) atacados: objetos técnicos localizados na metade norte da cidade em função da posição estratégica atrelada à proximidade dos acessos principais da cidade. Seus buffers se alastram por 10km em raio por meio da expressão de sua área de influência primária (BARTH, 1984).

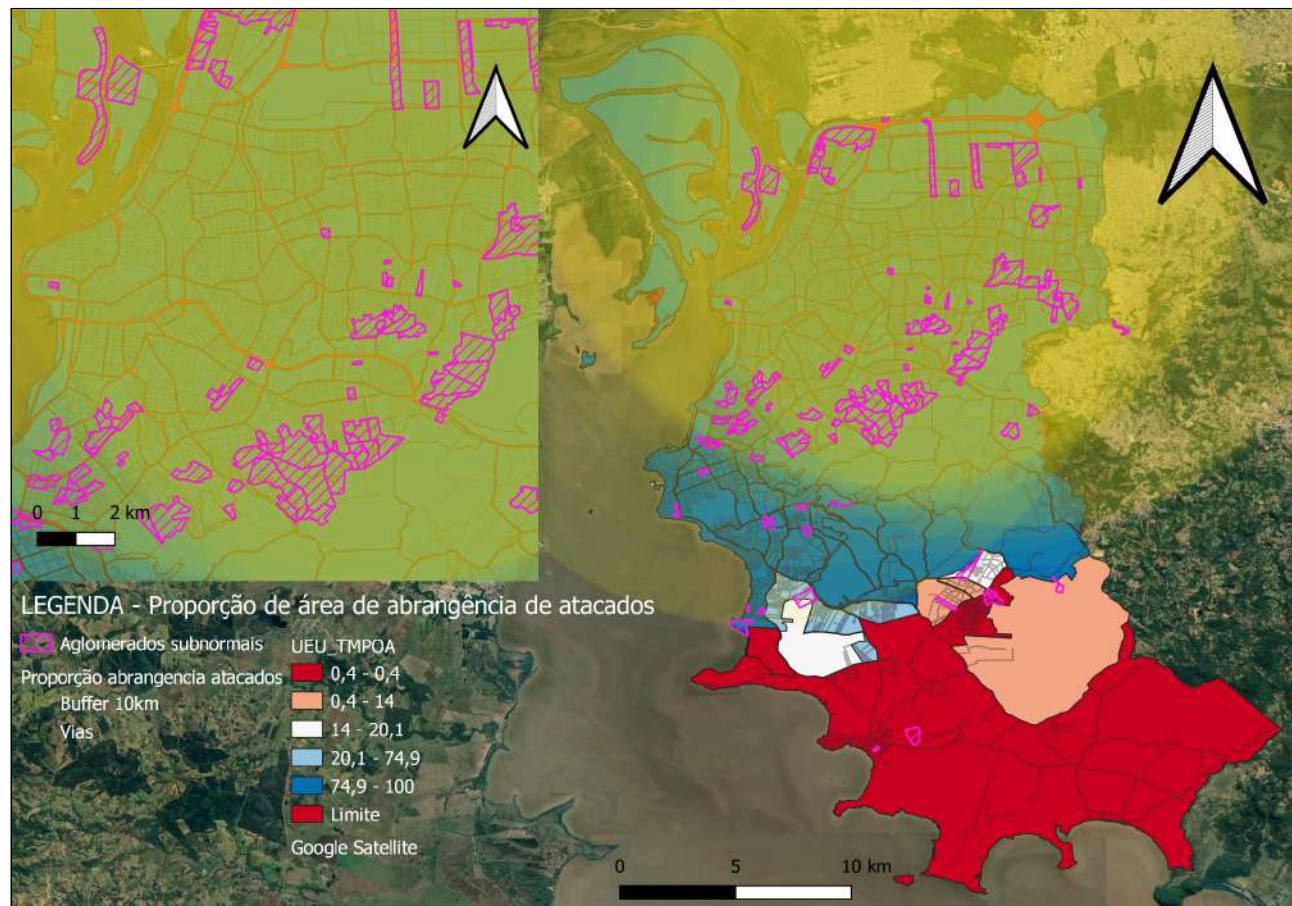
Mapa 94. Porto Alegre - Atacados - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2021), Barth (1984) e Google (2021);

A cobertura desses objetos técnicos atinge praticamente a totalidade do arco pericentral, tal qual as áreas abastadas. Entretanto, não atinge a extremidade meridional da cidade, o que acarreta a não provisão desse serviço ao sul da cidade e exige deslocamentos maiores por parte da população residente nessa área a fim de acessá-lo. Os índices de áreas de UEU's localizadas no extremo sul da cidade que são servidas pelos atacados se restringem a uma faixa de 0% e 14%.

Mapa 95. Porto Alegre - Proporção de área de abrangência de atacados conforme área total das UEU's - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Brasil (2010), Porto Alegre (2010 e 2021), Barth (1984) e Google (2021);

Pôde-se perceber, portanto, que além da disparidade de renda disposta ao longo da cidade de Porto Alegre oriunda da segregação espacial, há um segundo fator elementar que também é conformado por esse processo: a desigualdade em termos do acesso a benfeitorias, conforme elucidado por Schapira (2000) e Kaztman (2001) para um contexto latinoamericano. Ora o arco pericentral não é englobado pelas áreas de influência dos equipamentos urbanos, ora a zona sul e/ou as ilhas, e ora todos esses espaços periféricos. Assim, os pobres urbanos são encarregados de deslocamentos árduos, por mais que justamente eles não disponham da mesma facilidade de locomoção ao longo do espaço se comparados com os estratos sociais superiores. E, assim, também são sujeitos a mazelas decorrentes dessa falta de acesso, tais quais prejuízos no que diz respeito à sua educação, saúde, acesso ao trabalho e lazer.

A tabela a seguir demonstra as desigualdades expressas aos residentes das áreas centrais e das áreas periféricas a partir da demonstração dos privilégios dos moradores das primeiras e dos males impostos aos habitantes das segundas. E, ainda, a fim de identificar a posição da contiguidade cidade-prisão perante a dicotomia espaço abastado - espaço periférico/carente conforme objetivo da etapa seguinte (subcapítulo 4.4), a tabela também discrimina os fatores para essa porção do território. Os fatores explicitados são aproximações às tendências majoritárias que ocorrem em cada um desses espaços da cidade.

Tabela 15. Porto Alegre - Fatores de segregação socioespacial

Segregação socioespacial - fatores				
Tema	Índice específico	Local		
		Centro (setores centro-leste e/ou centro-sul) (valor mín. - valor máx.)	Periferia (arco pericentral e, por vezes, ilhas e extremo sul) (valor mín. - valor máx.)	Contiguidade cidade-prisão (valor mín. - valor máx.)
Renda	Rendimento do ocupado	R\$ 1.500,00 - R\$ 7.500,00	R\$ 0,00 - R\$ 1.500,00	R\$ 840,33
	Renda domiciliar per capita	R\$ 1.450,00 - R\$ 5.000,00	R\$ 0,00 - R\$ 840,00	R\$ 393,31
	Proporção de pobres	0% - 1,5%	2,5% - 33,24%	19,96%
Demografia	Razão de sexo	0,75 - 0,85	0,85 - 2,0	0,971
	Proporção de chefes de domicílios mulheres	0% - 41%	14% - 81%	67,37%
	População preta e parda	0 - 50 hab./ setor censitário	50 - 1.000 hab./ setor censitário	115 - 1.470 hab./ setor censitário
	Razão de jovens	0 - 0,27	0,35 - 1,0	0,31

Segregação socioespacial - fatores				
Tema	Índice específico	Local		
		Centro (setores centro-leste e/ou centro-sul) (valor mín. - valor máx.)	Periferia (arco pericentral e, por vezes, ilhas e extremo sul) (valor mín. - valor máx.)	Contiguidade cidade-prisão (valor mín. - valor máx.)
Demografia	Razão de adultos	0,565 - 0,965	0 - 0,965	0,555
	Razão de idosos	0 - 0,947*	0 - 0,947*	0,1433
Trabalho	Grau de formalização do ocupado	70% - 75%	50% - 65%	64,2%
	Ocupados empregadores	3,5% - 16%	0% - 3,5%	1,05%
	Ocupados no setor comércio	0% - 17,6%	16 - 23%	17,66%
	Ocupados no setor serviços	59% - 79%	54,5% - 68,2%	56,08%
	Ocupados no setor construção civil	0% - 5%	8% - 25%	14,4%
Desenvolvimento Humano	IDHM	0,708 - 0,935	0 - 0,708	0,548
Saúde	Esperança de vida ao nascer	75 anos - 79 anos	68 anos - 76,5 anos	69,25 anos
	Mortalidade infantil até 1 ano de idade	0% - 13%	11% - 29%	24,7%
Educação	Analfabetismo de pessoas maiores de 18 anos	0% - 3,5%	0% - 30%	8,70%
	Expectativa de anos de estudo aos 18 anos	10,7 anos - 13,1 anos	8,1 anos - 12 anos	8,77 anos
Meio-ambiente	Incidência de áreas de risco e APP's	Próxima a 0%	11,75%	48,01%

Segregação socioespacial - fatores				
Tema	Índice específico	Local		
		Centro (setores centro-leste e/ou centro-sul) (valor mín. - valor máx.)	Periferia (arco pericentral e, por vezes, ilhas e extremo sul) (valor mín. - valor máx.)	Contiguidade cidade-prisão (valor mín. - valor máx.)
Urbanização	Vias	Arruamento regular, com acesso de veículos automotores de grande porte	Arruamento regular, sem acesso de veículos automotores de grande porte	Arruamento regular, sem acesso de veículos automotores de grande porte
	Área dos lotes	0m ² - 10.000m ²	0m ² - 300m ²	125m ² - 300m ²
	População residente em habitações com densidade superior a 2 hab./dormitório	0% - 12,3%	12,3% - 59,9%	46,17%
	População residente em domicílios com energia elétrica	99,89% - 100%	99,47% - 100%	99,67%
	População residente em domicílios com coleta de lixo	99,21% - 100%	97,54% - 100%	98,18%
	População residente em domicílios com redes de água e esgoto inadequados	0% - 0,14%	0% - 13,6%	4,4%
Proporção de área de abrangência de equipamentos de acordo com áreas totais das UEU's ou da área da contiguidade cidade-prisão	Pontos de coleta do transporte coletivo	84% - 100%	17% - 100%	91,75%
	Equipamentos educacionais	63% - 100%	0% - 100%	85,17%
	Unidades de saúde	0% - 84%	0% - 84%	98,49%
	Centros culturais	0% - 100%	0%	0%

Segregação socioespacial - fatores				
Tema	Índice específico	Local		
		Centro (setores centro-leste e/ou centro-sul) (valor mín. - valor máx.)	Periferia (arco pericentral e, por vezes, ilhas e extremo sul) (valor mín. - valor máx.)	Contiguidade cidade-prisão (valor mín. - valor máx.)
Proporção de área de abrangência de equipamentos de acordo com áreas totais das UEU's ou da área da contiguidade cidade-prisão	Parques e praças urbanizadas	47% - 100%	0% - 70%	30%
	Equipamentos de desporto	84% - 100%	3% - 100%	86,4%
	Supermercados	17% - 100%	0% - 17%	0%
	Agências bancárias	90% - 100%	5,3% - 100%	100%
	Shopping centers	85% - 100%	0% - 100%	100%
	Atacados	75% - 100%	0,4% - 100%	100%

*Não foi possível perceber padronização conforme as divisões espaciais propostas para Porto Alegre;
 Fonte: Silbermann (2021);

4.4. Etapa 4: espaço periférico/carente

Na presente etapa da pesquisa foi descrito o espaço periférico/carente aqui compreendido como a contiguidade cidade-prisão, disposto pelo amálgama das territorializações de vilas e AGSN's que incidem no entorno da Cadeia Pública de Porto Alegre (vide Mapa 14). Para isso, foram empregadas as interpretações dos dados secundários dispostas nos subcapítulos anteriores (4.1, 4.2 e 4.3), além da exposição de outras informações: aquelas referentes à investigação quanto à inserção da contiguidade na produção do espaço urbano pautada pelas lógica de necessidade, em anuência ao exposto por Abramo (2007).

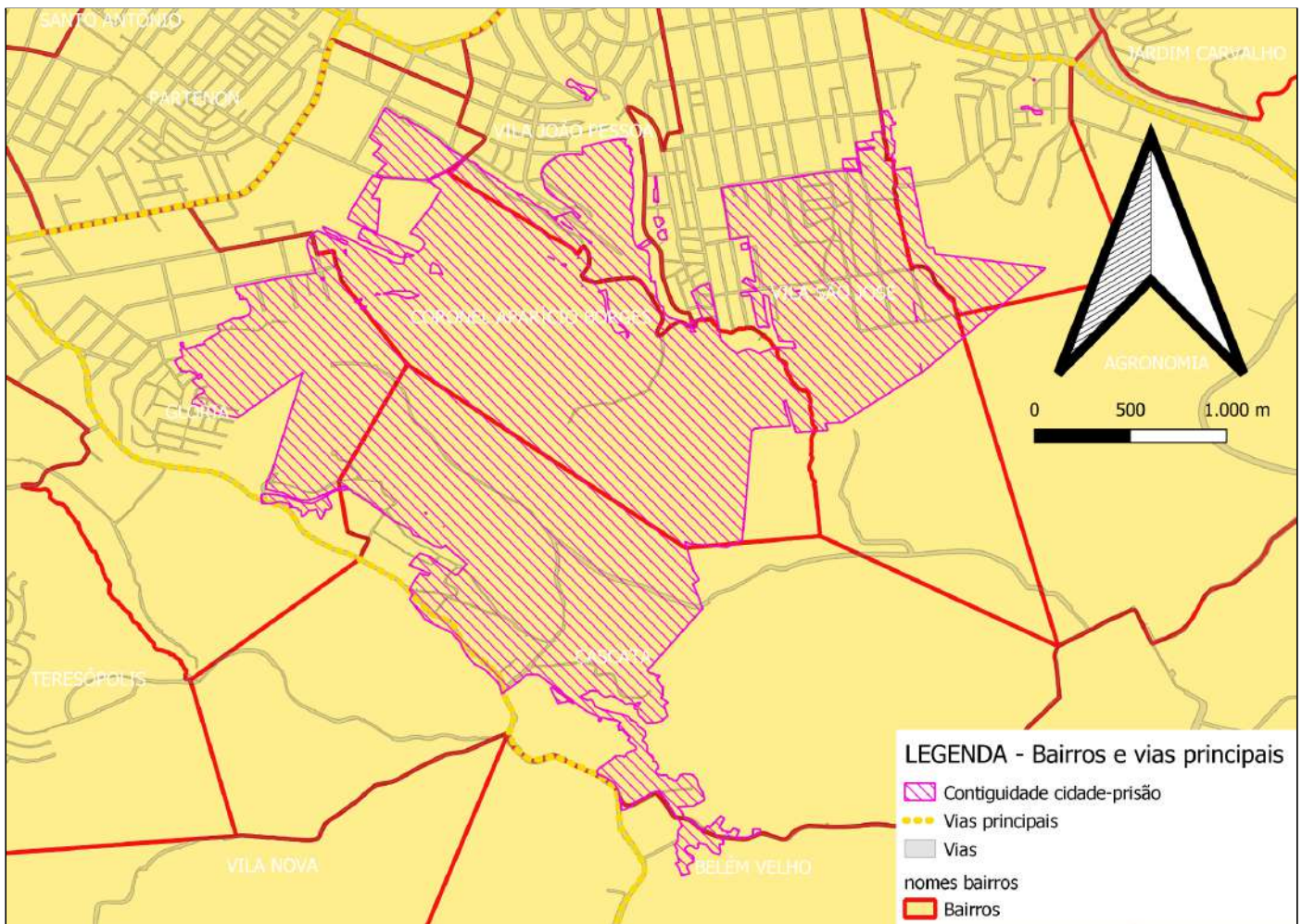
Figura 6. Contiguidade cidade-prisão - 2014



Fonte: Google (2021[2014]);

A territorialização proposta encontra-se no acidente geográfico denominado morro da Polícia, morro das Antenas ou morro da Embratel, nos bairros Agronomia, Cascata, Belém Velho, Coronel Aparício Borges, Glória, Partenon, Vila João Pessoa e Vila São José; na cadeia de morros graníticos e no arco pericentral de Porto Alegre, a sudeste da área central e a cerca de 6,5km de distância do bairro Centro Histórico (GOOGLE, 2021). Ela compreende 16 AGSN's (BRASIL, 2010) e 37 vilas (PORTO ALEGRE, 2009) e está situada nas proximidades do entroncamento entre os eixos viários correspondentes à Avenida Bento Gonçalves e Rua Coronel Aparício Borges (3ª perimetral), além de tangenciar a Avenida Professor Oscar Pereira.

Mapa 96. Contiguidade cidade-prisão - localização perante os bairros e as vias principais - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010) e Brasil (2010);

Nela predominam vias de arruamento regular (62,3% do total), sem acesso de veículos automotores de grande porte (74,7% da completude das vias), em anuência ao que ocorre nas demais áreas irregulares da cidade e do país (BRASIL, 2010).

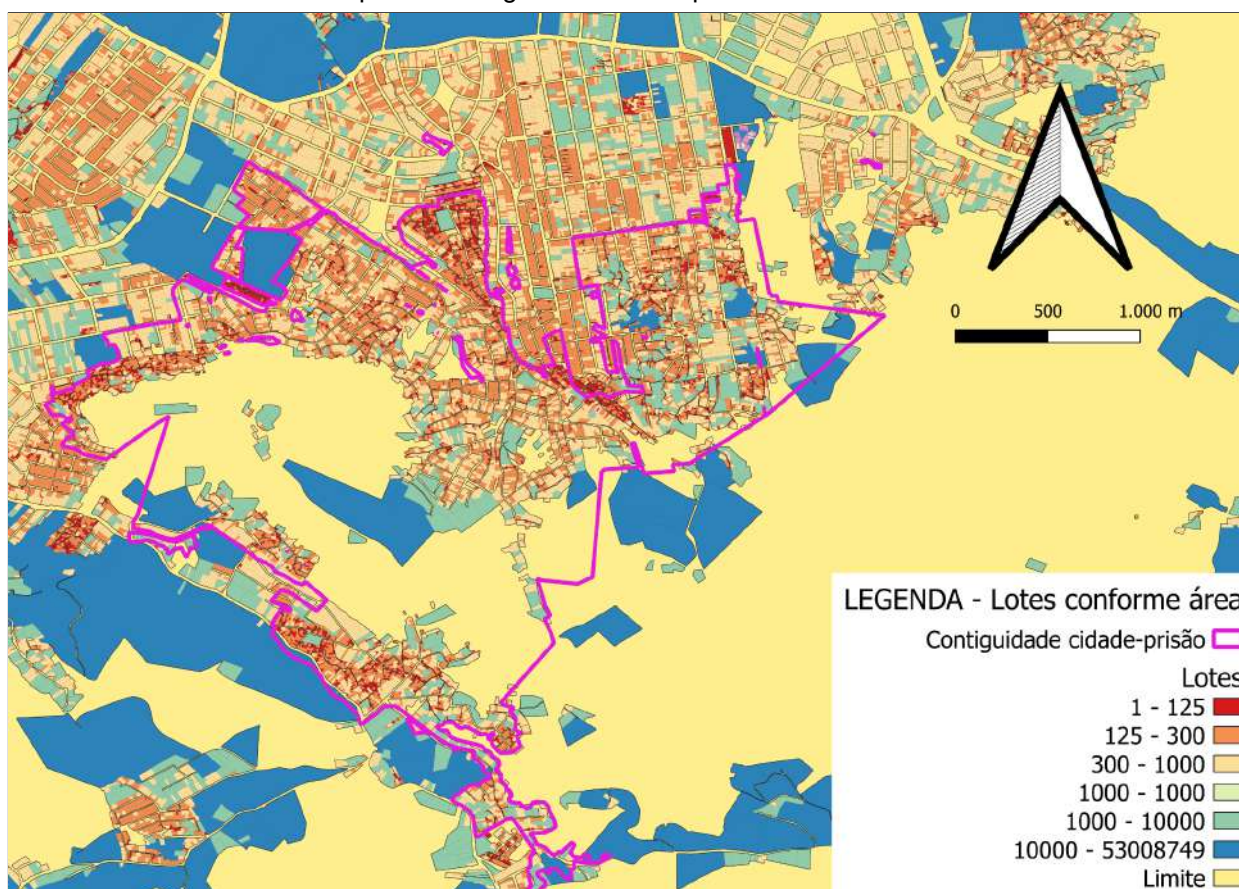
Figura 7. Contiguidade cidade-prisão - Tipologia predominante de via



Fonte: Google (2021);

Também prevalecem lotes irregulares com área compreendida entre os 125m² e os 300m², em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 139 do PDDUA (PORTO ALEGRE, 2010), que dispõe do parcelamento do solo de interesse social.

Mapa 97. Contiguidade cidade-prisão - Lotes - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010) e Brasil (2010);

E, além disso, predominam residências térreas unifamiliares, de uso exclusivo à moradia, em conformidade com o que dispõe o PDDUA acerca do regime urbanístico relativo à atividade predominante (a disposição de zona mista possibilita a incidência de moradias) e ao zoneamento da área em questão.

Figura 8. Contiguidade cidade-prisão - Tipologia construtiva predominante



Fonte: Google (2021);

A partir dos dados dispostos na tabela 15 (subcapítulo anterior), pode-se averiguar que a proporção de pobres residentes no espaço que compreende a microescala era expressiva ap ano de 2010 (19,96% população total) e que a comparação de dados correspondentes à renda entre esse local e as áreas abastadas demonstra a disparidade de faturamento incidente no espaço porto alegreense por meio da atenuação do montante de capital monetário apropriado por parte dos habitantes da contiguidade cidade-prisão. Por exemplo, o rendimento médio do ocupado residente na contiguidade correspondia a 1,64 salários mínimos, enquanto que o indicador correspondente às áreas abastadas se situava entre 2,94 e 14,7 salários mínimos; e a renda domiciliar per capita correspondia a 0,77 salários mínimos do ano de 2010, à medida que o índice variava de 2,84 a 9,8 salários mínimos nos locais afluentes.

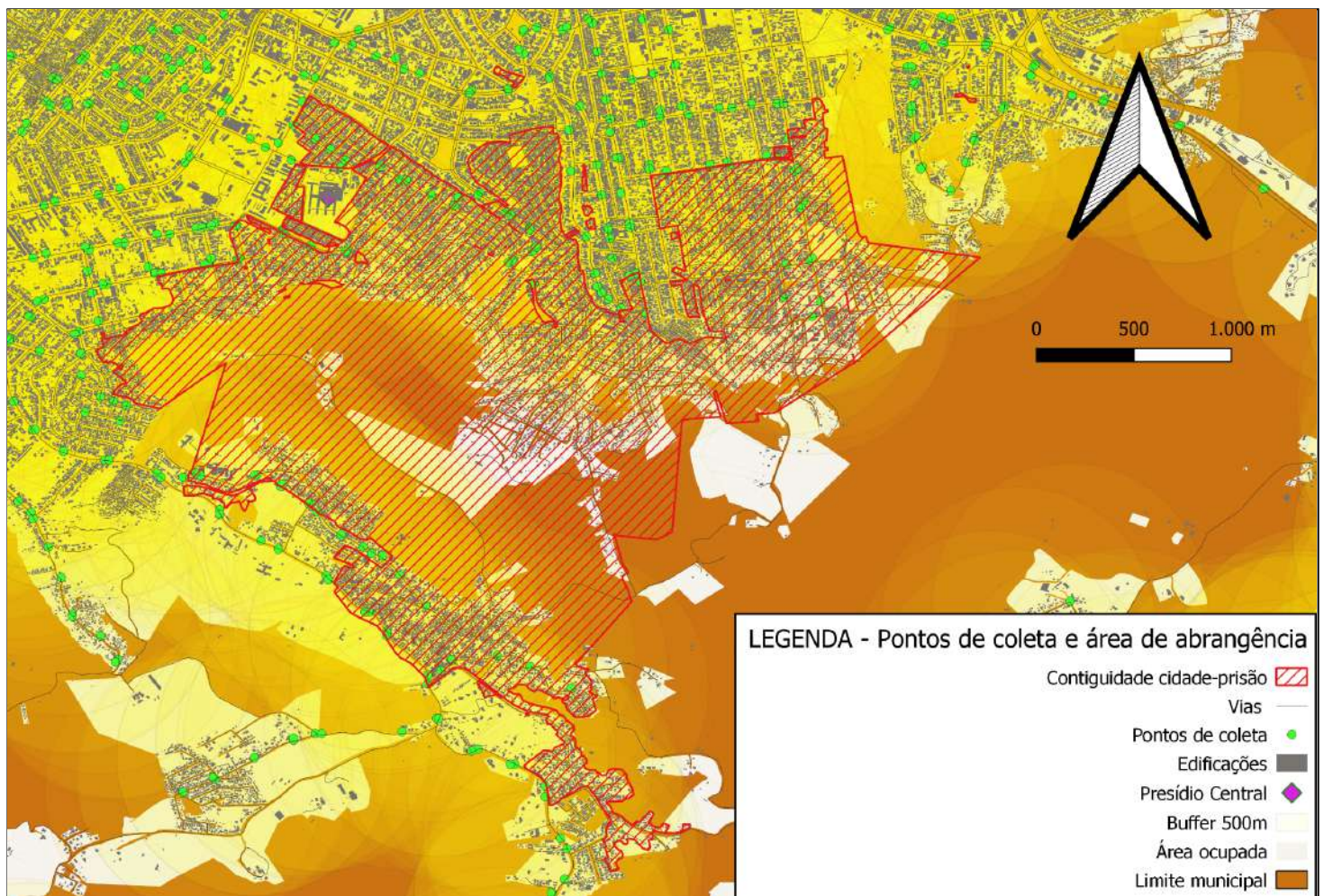
E, em se tratando do perfil demográfico na territorialização sugerida, pode-se notar uma pequena prevalência de mulheres (razão de sexo correspondente a 0,971) e, ainda assim, o predomínio massivo de domicílios administrados por mulheres: 67,37% das habitações localizadas na contiguidade cidade-prisão eram chefiadas por indivíduos do sexo feminino, de acordo com Brasil (2010), o que aponta que havia dependência em relação às mulheres em se tratando da administração domiciliar e familiar no que diz respeito ao rendimento. Esses fatores, atrelados aos baixos índices de arrecadação monetária na contiguidade cidade-prisão, elucidam as discrepâncias entre salários de mulheres e homens, já que os últimos eram os chefes de domicílios incidentes nas áreas abastadas.

Além das questões demográficas relativas ao sexo na contiguidade cidade-prisão, pode-se perceber aumento da proporção de população preta e parda em relação à proporção total municipal, o que corresponde ao padrão populacional majoritário dos espaços periféricos/carentes de Porto Alegre. No entanto, incidia sobre esse espaço característica comum às áreas abastadas da cidade e peculiar aos espaços periféricos/carentes: um envelhecimento da população, demonstrado a partir de um maior índice correspondente à razão de adultos em relação à razão de jovens. Isso significa uma proporção maior de ocorrência de PIA e, ainda assim, a manutenção de baixos índices de

poder aquisitivo por parte das famílias residentes e a necessidade de implementação de equipamentos voltados à promoção do bem-estar das populações de faixas etárias mais avançadas.

A respeito das relações laborais dos habitantes desse espaço, nota-se a primazia de empregados no setor terciário, especificamente nos serviços. Entretanto, os equipamentos de maior porte voltados a esse setor econômico (tais quais os supermercados, shopping centers e atacados) e, conseqüentemente, as vagas/ofertas de emprego, localizam-se nas áreas abastadas, que também concentram as vagas de maiores salários em função da incidência do circuito superior. Conclui-se, portanto, que restam duas alternativas aos moradores da contiguidade cidade-prisão: exercer empregos voltados ao setor terciário que localizam-se nas imediações de suas residências, mas que tendem a ter retorno financeiro diminuto em função da sua inserção no circuito econômico inferior, ou o deslocamento pendular a locais cujas ofertas laborais acarretam rendimentos maiores, mas que exigem dispêndio monetário e temporal com o transporte (principalmente o transporte coletivo, que abrange 91,75% da área da contiguidade por meio dos buffers dos pontos de coleta, localizados predominantemente no limite entre a territorialização ou até no exterior dela).

Mapa 98. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de pontos de coleta do transporte coletivo e áreas de abrangência - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010 e 2021) e Brasil (2010);

O desenvolvimento humano é outro fator negativo que assolava a contiguidade: enquanto a cidade como um todo dispunha de índice correspondente à faixa de indicadores muito altos, o espaço da territorialização compreendia indicador de 0,548 (BRASIL, 2010). Ou seja, compreendia-se na faixa correspondente a índice baixo, comparável a países como Quênia e Nepal (ONU, 2021).

E não é só isso. Os indicadores de saúde e educação também demonstraram as moléstias às quais os residentes da territorialização eram submetidos, apesar da alta abrangência da contiguidade no que diz respeito aos equipamentos voltados à promoção desses aspectos (98,49% e 85,17% da área da UEU que compreende a maior parcela da contiguidade, respectivamente).

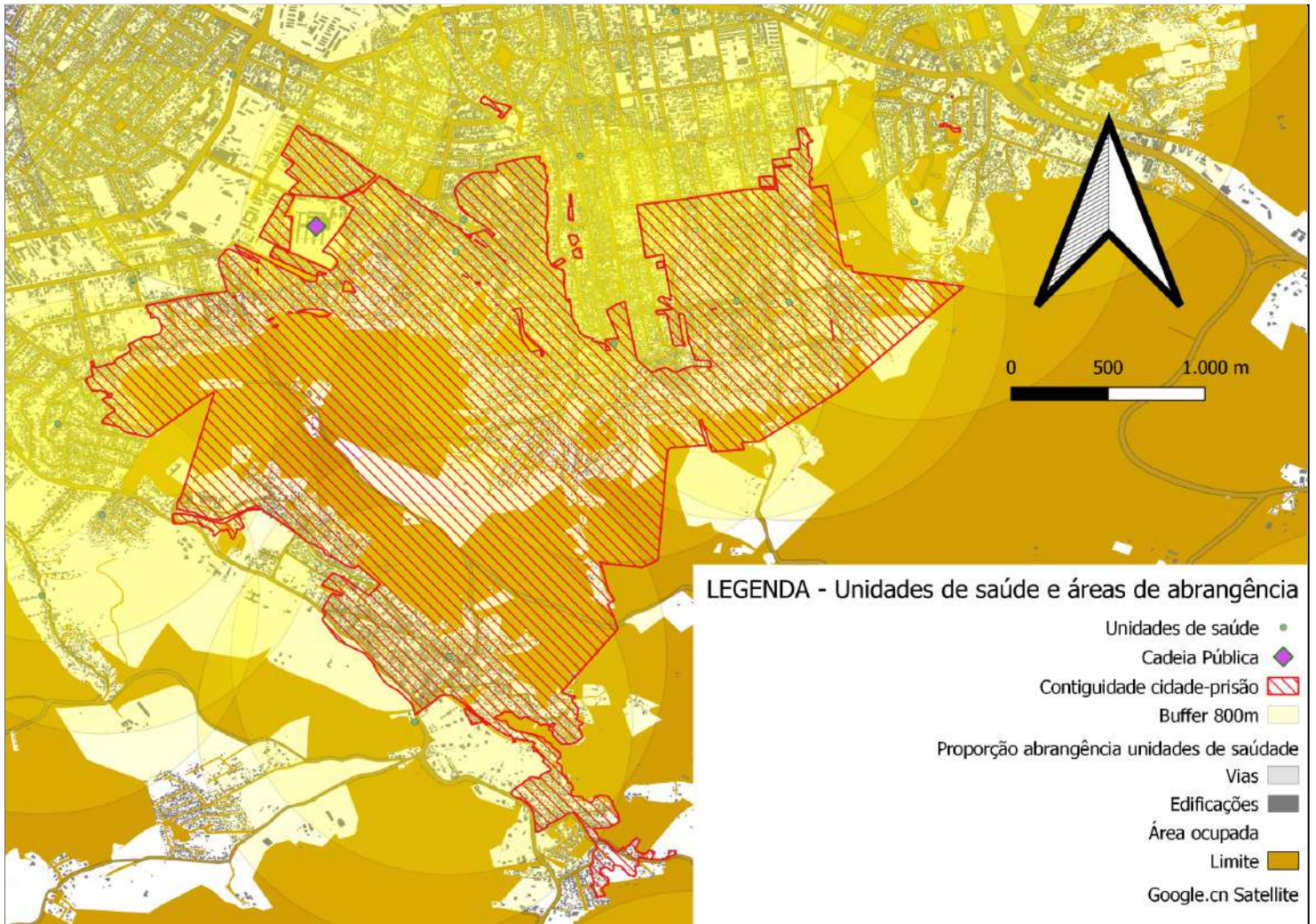
Mapa 99. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de escolas e áreas de abrangência - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010 e 2021) e Brasil (2010);

São eles baixos índices de esperança de vida ao nascer e de expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade e altos índices de mortalidade infantil até 1 ano de idade e de analfabetismo da população maior de 18 anos de idade.

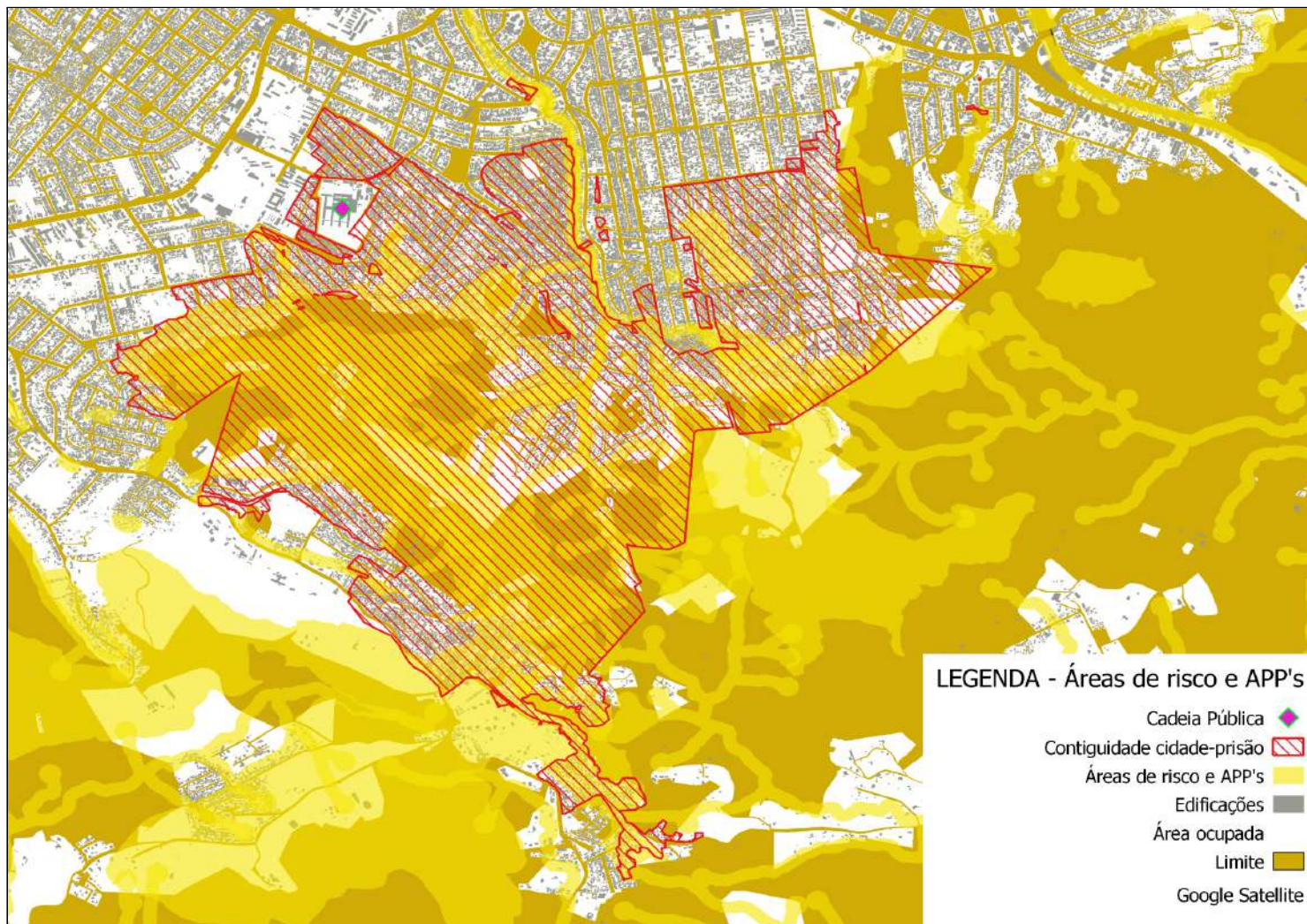
Mapa 100. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de unidades de saúde e áreas de abrangência - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010 e 2021) e Brasil (2010);

A partir disso, conclui-se que outros fatores podem acarretar a piora desses indicadores: primeiramente, a qualidade desses equipamentos e do serviço prestado aos habitantes que, apesar de não ser tema de enfoque da presente pesquisa, pode vir a decifrar a ocorrência dessas mazelas a partir da sua exploração em trabalhos futuros. E, ademais, para os indicadores relativos à saúde, como já visto, a salubridade do ambiente no qual reside a população influencia a sanidade dos moradores. E, conforme elucidado, 48,01% da área da contiguidade encontra-se em áreas suscetíveis a alagamentos, enchentes, umidade excessiva e/ou deslizamentos (apesar de grande parcela do amálgama entre áreas de risco e APP's não compreender área ocupada).

Mapa 101. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de áreas de risco e APP's - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010 e 2021) e Brasil (2010);

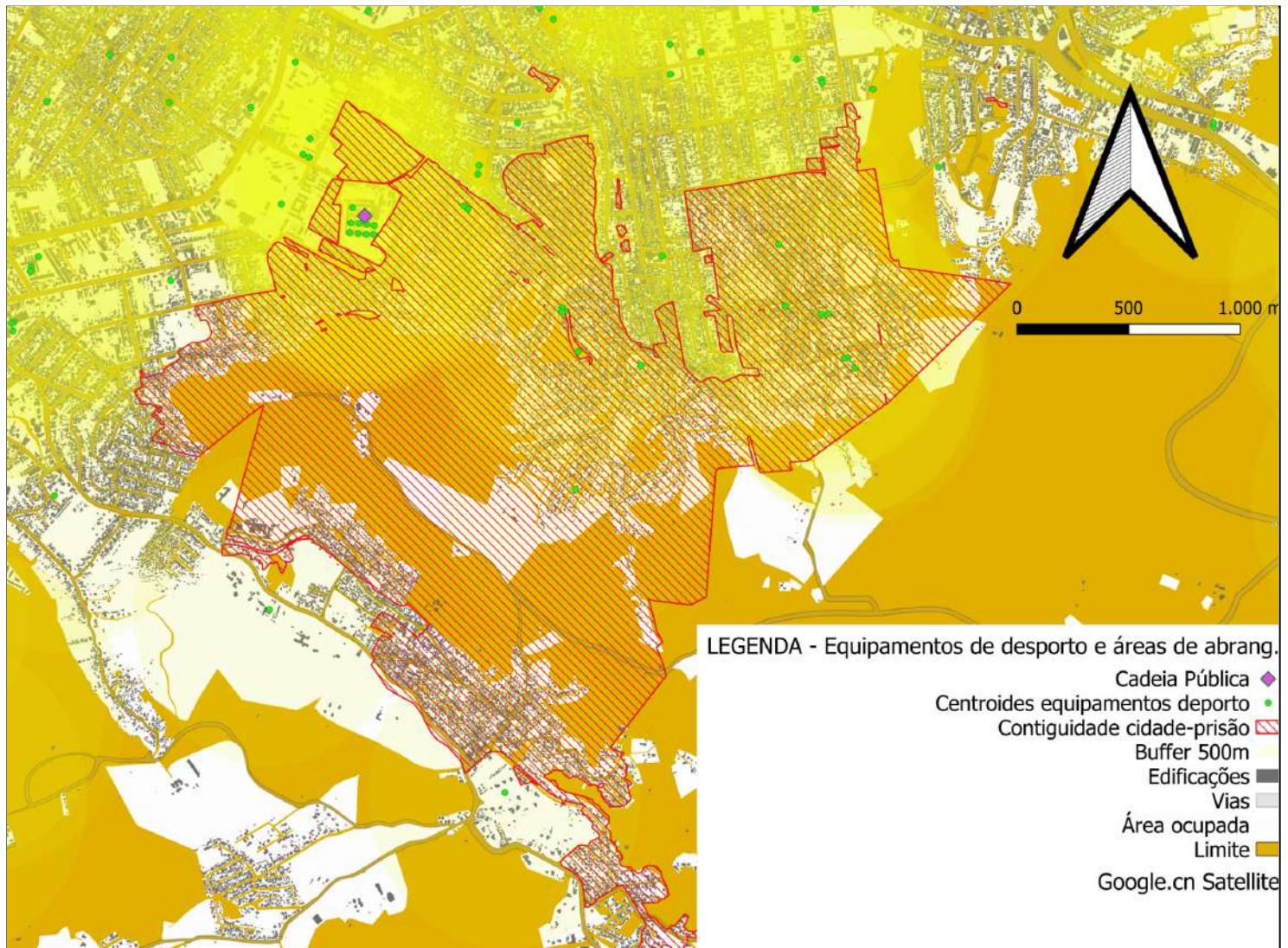
E 59,8% das edificações da territorialização não possuem espaçamento entre si, 7,4% são verticalizadas (possuem 2 pavimentos ou mais) e 32,6% se situam em vias estreitas, o que contribui para a ausência de ventilação e insolação nos domicílios, que já são densamente ocupados (46,17% da população reside em habitações cujos dormitórios possuem mais de 2 indivíduos). Fatores esses que demonstram a produção do espaço sob as pautas da lógica da necessidade (ABRAMO, 2007), sem respaldo ou sob égide parcial da regulamentação urbanística vigente.

Não obstante, 66,3% das construções possuem técnicas construtivas que não garantem valores satisfatórios de inércia térmica às construções (alvenaria sem reboco e/ou madeira paralelamente disposta) e podem acarretar estresse térmico aos moradores.

Por fim, 0,33% da população da contiguidade reside em domicílios sem acesso à rede de energia elétrica, 1,82% em domicílios que não são servidos de rede de coleta de lixo e 4,4% em domicílios com redes de água e esgoto inadequados. Apesar de contingentes relativamente pequenos, dadas as dimensões da distribuição dessas redes ao longo da cidade, que abrangem praticamente a totalidade de seus domicílios, a ausência dessas amenidades é significativa na territorialização tende a implicar problemas relacionados à saúde dos habitantes.

Em se tratando dos fatores correspondentes à educação, percebe-se que apesar do acesso aos equipamentos educacionais e de desporto (86,4% da área da contiguidade é englobada pelos buffers correspondentes aos equipamentos de desporto), há cobertura diminuta ofertada pelos parques e praças urbanizadas do entorno (30%) e não há abrangência por parte de centros culturais.

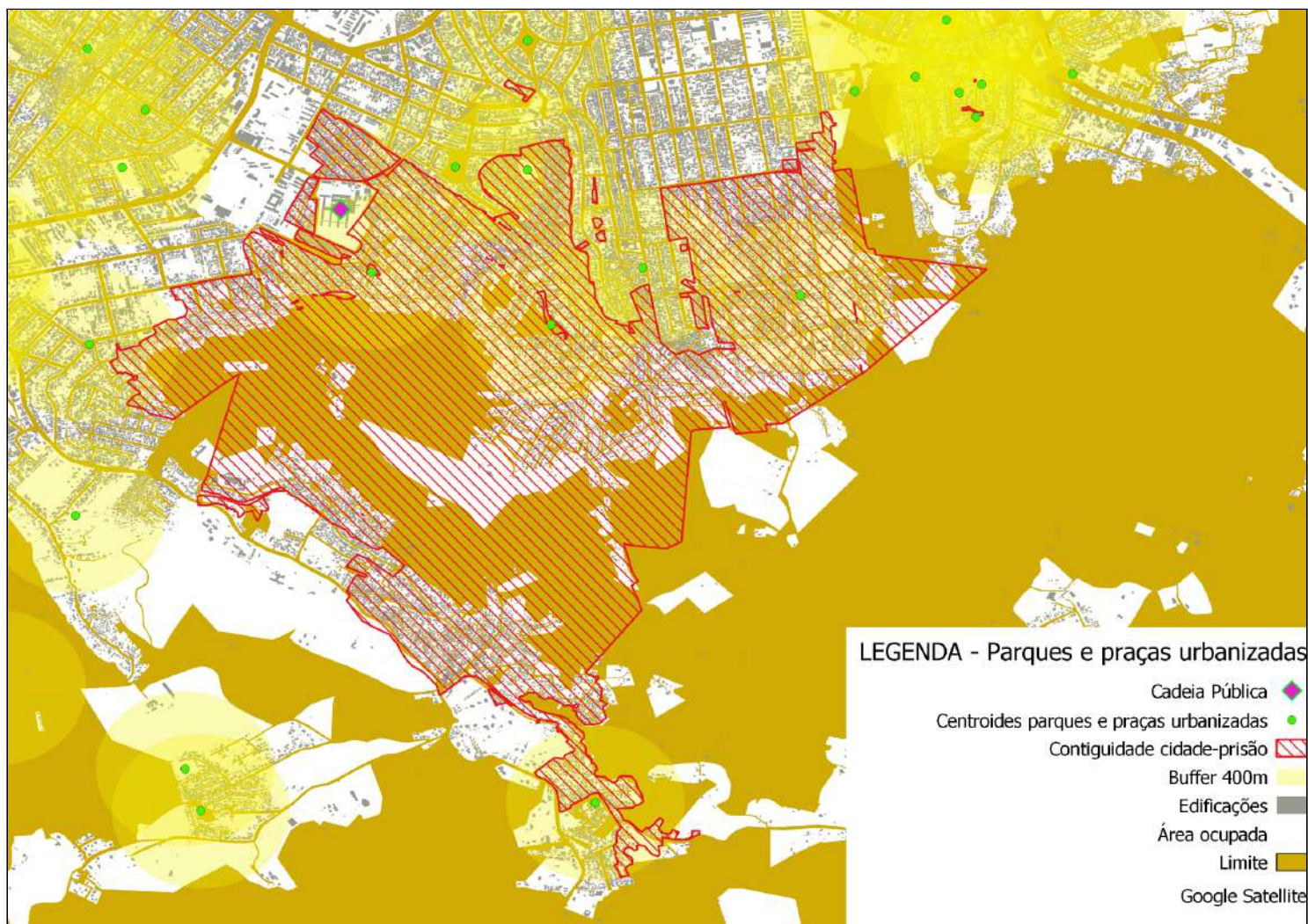
Mapa 102. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de equipamentos de desporto - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010 e 2021) e Brasil (2010);

Esses objetos técnicos auxiliam na formação intelectual dos indivíduos e a falta de acesso aos mesmos tende a debilitar a educação dos moradores. Percebe-se, portanto, que o investimento diminuto à promoção da cultura e do desporto e lazer por parte da administração pública (0,37% e 0,02% das despesas municipais são destinadas a tais temas, respectivamente, de acordo com Sebrae [2019] e conforme disposto no Gráfico 29) prejudica a contiguidade cidade-prisão e seus habitantes.

Mapa 103. Contiguidade cidade-prisão - Incidência de parques e praças urbanizadas - 2021



Fonte: Silbermann (2021), a partir de Porto Alegre (2010 e 2021) e Brasil (2010);

Pode-se atestar, portanto, que a população incidente na contiguidade cidade-prisão de fato é relegada à intensificação das agruras impostas aos pobres urbanos de Porto Alegre e que o efeito NIMBY assola esse espaço. O agravamento do descaso por parte do poder público em termos de provisão de qualidades urbanas é legível nesse espaço. Isso ocorre em função de: estigmatização oriunda da ocorrência do objeto sociotécnico de enclausuramento; desinteresse de ocupação dessa territorialidade por parte da população abastada detentora de poder e promotora de um auto favorecimento no que diz respeito à inserção de recursos públicos aos espaços da cidade em que residem, em função da localização periférica desta área do município, que resulta em distância aos equipamentos voltados ao circuito superior.

CAPÍTULO 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo dispõe das considerações finais derivadas da análise e resultados do estudo, sob o princípio do direito à cidade e da promoção de espaços justos. Além disso, trata das possibilidades de continuidade desta pesquisa através de novos trabalhos relacionados aos temas aqui abordados. O estudo foi construído com o propósito de investigar a segregação socioespacial no entorno da Cadeia Pública de Porto Alegre e de averiguar a possível intensificação desse processo em decorrência do fenômeno NIMBY relacionado à prisão. Logo, é pertinente retomar a questão da pesquisa, disposta no primeiro capítulo: *“O efeito NIMBY é intensificador da segregação socioespacial em Porto Alegre por estimular a concentração dos pobres urbanos no entorno da Cadeia Pública, dado o menor poder de escolha no que diz respeito à localização residencial dessas populações?”*

Para resolver essa questão, no capítulo 1 também foram dispostos os objetivos específicos que direcionaram este trabalho a soluções, assim como houve a delimitação da pesquisa, tanto em aspectos espaciais, quanto temporais e a síntese dos procedimentos metodológicos que, por sua vez, foram desenvolvidos minuciosamente no capítulo 3.

Em seguida, no segundo capítulo, foram dispostos os referenciais que garantiram aporte teórico ao trabalho. Primeiramente, foram delimitados conceitos essenciais de espaço, espaço urbano e cidade. Em seguida, foi descrito o NIMBY e a segregação socioespacial para um contexto geral, latinoamericano, brasileiro e porto alegreense. Após, foi caracterizado o sistema carcerário brasileiro e o conceito de aglomerado subnormal; e, a partir daí, foram desenvolvidas análises que concluíram que há coincidência demográfica entre locais de aglutinação de pobres e unidades prisionais e coincidência espacial entre esses espaços periféricos/carentes e as cadeias públicas no Brasil. Apontaram que as populações pobre e carcerária são majoritariamente negras ou pardas, jovens e iletradas. E que essas coincidências demográficas existem por decorrência da concentração de poder e produção de discursos hegemônicos por parte da população abastada e por parte de um Estado neoliberal diminuto em quesitos de providência social e exacerbado no que diz respeito ao aparato penal-policial, que discriminam pessoas que se enquadram nesses quesitos. Essas análises também concluíram que nem todas as unidades prisionais brasileiras coincidem espacialmente com as territorializações dos espaços carentes/periféricos brasileiros desenvolvidas pelo IBGE, os aglomerados subnormais. Mas que um tipo de estabelecimento penal específico, as cadeias públicas, aproxima-se dos aglomerados em estados que empregaram-no para abrigar indivíduos oriundos das regiões metropolitanas, tais quais Pará, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

No capítulo 4, iniciou-se por meio da descrição da cidade de Porto Alegre a partir de temas que relacionam-se ao processo de segregação socioespacial, como sua localização no território brasileiro; as relações decorrentes da implementação da RMPA; a geomorfologia, meteorologia e o meio ambiente; a demografia da cidade; sua economia; as relações laborais da população trabalhadora; o rendimento dos porto alegreenses; a incidência de urbanização e amenidades urbanas; o desenvolvimento humano na capital gaúcha; os acessos à cidade, sua malha viária; a mobilidade e a situação de Porto Alegre perante a rede urbana do país.

Após, no subcapítulo 4.2, foi descrita a evolução urbana de Porto Alegre e os discursos políticos que condicionaram esse desenrolar, com enfoque específico aos espaços periféricos/carentes e aos aparatos punitivos.

A Cadeia Pública de Porto Alegre foi construída justamente à época em que surgiram discursos repelentes à presença de unidades construídas para essa finalidade. A Casa de Detenção, que localizava-se na península central porto alegreense, era reprovada pelos habitantes dessa área abastada de Porto Alegre, o que acarretou discursos relacionados ao fenômeno NIMBY. Assim, a nova unidade prisional foi inserida às margens da área urbana de então, aonde os pobres também eram banidos em função das políticas segregatórias e onde localizam-se majoritariamente até hoje. Situam-se principalmente no arco pericentral, em função da ausência de promoção de políticas públicas de habitação social nas áreas centrais. Esse arco aglutina tanto AGSN's quanto vilas, pois funciona como alternativa de acesso (por mais que irregular) à terra urbana por parte da população subalterna. Isso ocorre em função da desambição de sua ocupação pelos estratos superiores dada a ausência de amenidades e/ou a distância excessiva em relação a elas e, especificamente à contiguidade cidade-prisão, devido à estigmatização do espaço lindeiro à unidade prisional enquanto local de manifestação da criminalidade violenta.

Nos subcapítulos seguintes, foi comparado o espaço periférico/carente que aglutina pobres na cidade de Porto Alegre, o arco pericentral, às áreas abastadas da cidade, os setores centro-leste e centro-sul. E, ainda, foram descritas as condições do espaço urbano contíguo à Cadeia Pública.

Pôde-se perceber que os pobres urbanos residentes na contiguidade cidade-prisão porto alegreense sofrem os problemas impostos às populações subalternas em função da incidência da segregação socioespacial. Segregação essa entendida enquanto fenômeno atrelado à produção do espaço urbano sob a égide do capitalismo global que produz e reforça a estratificação social, que é intensificada por discursos políticos que exprimem poder e negligenciam os estratos inferiores da contiguidade cidade-prisão. Esses problemas correspondem a dificuldades de acumulação de capitais, seja monetário, intelectual, cultural ou social.

Associou-se a contiguidade cidade-prisão porto alegreense, portanto, a sítio impróprio para desenvolvimento de capitais por parte das classes populares residentes em função da ausência de políticas públicas estatais de integração social e da atuação desenfreada do mercado como principal mecanismo de regulação do uso do solo urbano, o que pode ser entendido como fator de retroalimentação do isolamento social dos pobres .

Essas dificuldades de acumulação de capital se expressam principalmente nas periferias, em detrimento ao centro abastado, e foram demonstradas neste estudo a partir de mapas, tabelas e gráficos que elucidaram índices relativos à demografia, renda, trabalho, desenvolvimento humano, acesso a amenidades urbanas e características espaciais, urbanísticas e domiciliares, que recaem distintivamente na dicotomia urbana centro-periferia.

O sul do arco pericentral, conforme visto, onde se situa a contiguidade, é alvo das duas facetas da segregação socioespacial porto alegreense: a que dispõe dessa dicotomia centro-periferia, e a que privilegia a zona norte em detrimento às parcelas meridionais do município, em decorrência da maior dinamicidade da região setentrional dada a conformação da RMPA nesta direção, a disponibilidade de acessos e a incidência de objetos técnicos voltados ao circuito econômico superior.

Segregação essa que foi ora difundida e ora permitida pelo Estado. Ou seja, houve a promoção de políticas de higienização e branqueamento que repeliram as populações subalternas do centro da cidade, primeiramente. Após, houve o reconhecimento anacrônico da ocorrência de locais de confluência de pobres na periferia e, por fim, a demorada implementação de políticas de provisão de moradia e inserção de qualidades características ao espaço urbano formal nas áreas informais. O insucesso persiste até a atualidade por decorrência do investimento diminuto voltado à promoção de habitação e urbanização (0,52% e 1,52% do montante total das despesas municipais, de acordo com Sebrae [2019], e conforme disposto no Gráfico 29). Portanto, o aspecto relacionado à equidade para a promoção de espaços justos (FAINSTEIN, 2010) foi negligenciado pela administração pública porto alegreense.

Parcela significativa dos habitantes da territorialização correspondente à microescala proposta neste estudo possuem renda diminuta, oriunda de subempregos e/ou de trabalho informal, em vagas dispostas no circuito econômico inferior. Isso decorre em função da baixa escolarização desses indivíduos, fruto da falta de acesso a objetos técnicos que promovem a educação e, possivelmente, da qualidade dos equipamentos educacionais aos quais eles têm acesso. Tal verificação também pode estar relacionada à piora de índices relativos à saúde da população local, que possui esperança de vida 10 anos inferior ao indicador correspondente aos moradores das áreas abastadas e onde praticamente $\frac{1}{4}$ dos recém nascidos morrem antes de completar 1 ano de idade.

No tocante ao espaço urbano da territorialização, pôde-se notar a ocorrência de irregularidades urbanísticas que não são recorrentes nos espaços formais da cidade, mas o são nos AGSN's. Eles caracterizam-se pela implantação de domicílios em áreas de risco e/ou APP's, a ocorrência de vias de arruamento irregular, as habitações insalubres em função do espaçamento diminuto, do emprego de técnicas construtivas precárias (apesar do montante expressivo de $\frac{1}{4}$ da PUC municipal ser investido em habitação [SEBRAE, 2019], o que atesta o rendimento diminuto na localidade) e da escassez de abrangência das redes de provisão de água potável, energia elétrica, coleta de lixo e esgotamento sanitário. E, ainda, o mesmo descaso foi averiguado na Cadeia Pública, cuja precariedade é flagrante.

Por fim, notou-se o escasso acesso a diversos equipamentos essenciais à manutenção do cotidiano da população em função da distância excessiva em relação a seus locais de implantação. Esses fatores, atrelados à renda reduzida, à precariedade do transporte coletivo e o dispêndio excessivo da PUC municipal com transporte particular (de 13% do valor total, conforme Sebrae[ibid.]), dificultam ainda mais a manutenção das atividades diárias da população pobre que reside na contiguidade cidade-prisão.

O isolamento social dos pobres afeta sua capacidade de acúmulo de capital social. Assim, forma-se ciclo de (re)produção de mazelas impostas aos estratos sociais subalternos que só poderia ser refreado mediante reinstauração de medidas estatais de regulação do espaço urbano com o intuito de arrefecer os efeitos da segregação, redistribuir as benfeitorias dispostas na cidade e regular o uso do solo urbano.

A garantia de igualdade de acesso às benfeitorias da cidade é pressuposto para o estabelecimento do direito à cidade a todos os residentes do meio urbano e para a promoção de espaços justos. Logo, a distribuição das oportunidades urbanas de modo a abranger a população como um todo deveria ser objeto de política pública imperante para a melhoria da qualidade de vida de toda a população da cidade. E, além disso, deveria haver a distribuição de poder por meio da implementação de planejamento urbano participativo,

que discuta a produção do espaço da cidade e, inclusive, a localização de objetos técnicos (tais quais as unidades prisionais), desde os estratos sociais superiores até os subalternos, a fim de evitar descensionalidade excessiva. Desta maneira, a manifestação da luta de classes no espaço urbano há de ser arrefecida por meio da imposição de igualdade de oportunidades e haverá a implementação de democracia participativa, condição de estabelecimento de justiça, conforme Fainstein (2010).

Além disso, deve haver o abrandamento do estado penal-policial e da sua tendência a punir as populações subalternas. E, ainda, a melhoria do sistema carcerário em prol da reinserção do infrator à sociedade, da promoção da sua saúde e educação. Ou até a reforma do sistema como um todo em prol do reconhecimento da obsolescência das prisões enquanto método de correção, em conformidade com a última inflexão dos discursos referentes à pena. Ademais, deve haver o insuflamento das políticas provisionais em detrimento às imposições do neoliberalismo a fim de contribuir para a promoção da equidade e da diversidade, essenciais ao estabelecimento de espaços justos. E, ainda, para arrefecer a negligência aos pobres, parcela significativa das populações brasileira e porto alegre que praticamente só é visibilizada através da repulsa por parte dos afluentes por decorrência de sua estigmatização ou enquanto reserva de mão-de-obra.

5.1. Pesquisas futuras

Sugere-se, primeiramente, como método para ampliação da averiguação das condições dos pobres urbanos residentes na contiguidade cidade-prisão porto alegre, a realização de levantamentos e entrevistas in situ, assim que possível (esses métodos foram impossibilitados por decorrência da pandemia, conforme enaltecido no capítulo 3). Propõe-se aqui que sejam entrevistados:

- experts quanto à situação do sistema penitenciário rio grandense e da cidade de Porto Alegre, tais quais juízes, promotores e pesquisadores;
- encarcerados na Cadeia Pública de Porto Alegre;
- indivíduos que atuam profissionalmente na Cadeia Pública;
- chefes de domicílio do sexo feminino residentes na territorialidade, a fim de averiguar a ocorrência de possíveis laços sociais entre população residente na contiguidade cidade-prisão e população encarcerada, além de verificar a possível intensificação da fragilidade das suas relações laborais e a consequente diminuição de seu rendimento;
- lideranças comunitárias, a fim de compreender as demandas das populações residentes na territorialidade analisada;

Ademais, sugere-se a análise do local mediante o conceito de paisagem, dada a complexidade da área por decorrência de graus diversos de urbanização e de incidência de meio natural parcialmente antropizado representado principalmente pelo acidente geográfico que compõe a cadeia de morros graníticos da cidade, o morro da Polícia.

Propõe-se, ainda, estudo da localização residencial dos indivíduos que possuem laços sociais e/ou familiares com os aprisionados da Cadeia Pública (caso seja possível obter esses dados), a fim de verificar a eficácia da Lei de Execução Penal quanto à justificativa para inserção desse tipo de estabelecimento prisional nas proximidades de centros urbanos.

E sugere-se a análise do grau de interiorização das unidades prisionais conforme UF's brasileiros, assim como a verificação da localização das vagas no sistema carcerário e comparação mediante dados de densidade demográfica e incidência de delitos ao longo do

território dos estados, de forma a apontar a validade da distribuição dessas vagas e dos objetos sociotécnicos que as comportam.

Além disso, sugere-se a adoção de mais de um local de estudo de caso no qual haja a condição de contiguidade entre unidades prisionais e espaços urbanos a fim de empregar o método comparativo entre eles e averiguar a amplitude dos efeitos que esses objetos sociotécnicos tem nas cidades brasileiras e, talvez, em outros países. Por exemplo, propõe-se a comparação entre:

- os espaços que circundam as duas maiores unidades prisionais de Porto Alegre (a Cadeia Pública e a Penitenciária Feminina Madre Pelletier);
- os espaços que envolvem as unidades prisionais compreendidas no ranking elaborado pela CPI do sistema carcerário que discrimina as piores prisões do Brasil (BRASIL, 2017);
- a contiguidade cidade-prisão porto alegrense e o espaço que circunda a unidade prisional que ocupa o primeiro lugar no ranking de melhores prisões (BRASIL, *ibid.*);
- a territorialidade analisada nesta pesquisa e os espaços vizinhos a unidades prisionais em outros países, reconhecidas por sua qualidade ou falta dela;

Ademais, propõe-se aferir a qualidade dos equipamentos urbanos incidentes nas proximidades da contiguidade cidade-prisão para verificar os motivos da ocorrência de índices negativos no que diz respeito à saúde e educação da população moradora, já que incidem equipamentos voltados a tais aspectos ao longo do espaço estudado.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. A cidade com-fusa: a mão inexorável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes cidades latino americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v.9, n. 2, nov. 2007.

ABRAMOVAY, R. Do NIMBY ao NOPE. in *Estudos Avançados*, 21(59), 380-382. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

ALFONSIN, B. Da Invisibilidade à Regularização Fundiária: a trajetória legal da moradia de baixa renda em Porto Alegre. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

AMORIM, C. CV-PCC: A Irmandade do Crime. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record, 2003.

ANDRADE, L. Efeitos de lugar no espaço das classes populares: uma investigação sobre desigualdade econômica e desigualdade urbana em Porto Alegre. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

BARTH, R. Área de influência no atacado cash & carry. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1984.

BECKER, H. S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar. in *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008 [1993].

_____. *The forms of capital*. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. p. 241-258. Nova York: Greenwood Press, 1986.

BRASIL. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. 2010. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

_____. Caracterização e evolução dos aglomerados subnormais (2000-2010) : em busca de um retrato mais preciso da precariedade urbana e habitacional em metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

_____. Censo Demográfico 2010: Aglomerados Subnormais. 2011. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. Censo Demográfico 2010: resultados do universo agregados por setor censitário. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. CPI - Sistema Carcerário Brasileiro - Relatório final. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017.

_____. Infopen: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2014. Disponível em:

<http://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 05/10/2018.

_____. Infopen: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2016. Disponível em:

<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>. Acesso em: 04/10/2018.

_____. REGIC: Regiões de Influência das Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>. Acesso em 10. jun. 2021.

BULLARD, R. *Dumping in Dixie: Race, Class, and Environmental Quality*. San Francisco: Westview Press, 1990.

CABRAL, G. Distribuição espacial dos usos residenciais do solo – o caso de Porto Alegre. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul 1982.

CASTELLO, I. Bairros, loteamentos e condomínios : elementos para o projeto de novos territórios habitacionais. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

CENTRAL. Tatiana Sager/Renato Dornelles. Porto Alegre: Panda Filmes, 2017. 1h15min.

CESAR, T. A (in)salubridade do cárcere e outras *causa mortis* na Casa de Correção de Porto Alegre, 1855-1888. *in* História, Ciências, Saúde: Manguinhos, 22. Manguinhos: COC/Fiocruz, 2015.

CORREA, M. Um estudo para delimitação da área de influência de shopping centers. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

DAVIS, A. *Are prisons obsolete?*. Nova York: Seven Stories Press, 2003.

DORNELLES, R. Falange gaúcha. Porto Alegre: RBS publicações, 2017 [2008].

FAINSTEIN, S. *The Just City*. Nova York: Cornell University Press, 2010.

FEDOZZI, L; SOARES, P. Porto Alegre: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrôpoles, 2015.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 2008.

_____. Microfísica do poder. Organização e Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2013 [1975].

FREITAS, G.; JÚNIOR, A. Metodologia de delimitação de área de influência para supermercados com uso de geoprocessamento. Belo Horizonte: ANPET, 2011.

GALLINA, B. Legislação urbanística e materialidade: estudo da relação entre densidade e mobilidade em Passo Fundo/RS. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

GERRARD, M. *The Victims of Nimby*. Nova York: Universidade de Columbia, 1994.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAVANO, A. *¿Vecinos o ciudadanos? El fenómeno Nimby: participación social desde la facilitación organizacional*. Revista De Antropologia, 54(1). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

GOBBATO, F. Justiça social e materialidade : o programa Minha Casa Minha Vida em Porto Alegre. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

HANNA, E. Área de Influência de Agências Bancárias. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2011.

HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005 [1976].

_____. *El Derecho a la Ciudad*. Londres: New Left Review, v. 53, set. 2008.

_____. *Space as a Keyword*. Nova York: Universidade de Nova York, 2006.

_____. *Social Justice and the city*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973.

_____. *The Limits to Capital*. Berkeley: University of California, 1982.

_____. *The Right to the City*. Berkeley: University of California, 1982.

KAZTMAN, R. *Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos*. *Revista de la Cepal*. v. 75. dez. 2007.

KOEHLER, A. Retraçando os becos de Porto Alegre: visualizando a cidade invisível. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

LANZETTA, M. *Gestión metropolitana de residuos industriales peligrosos en Buenos Aires*. Buenos Aires: Universidade de Buenos Aires, 1998.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. São Paulo: Anthropos, 1991 [1974].

_____. O Direito à Cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2001 [1968].

MARASCHIN, C.; PICCININI, L.; CAMPOS, H. Dinâmicas do mercado imobiliário e estruturação urbana: o caso do eixo centro-leste de altas rendas em Porto Alegre-RS. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro - PROArq, 2012.

MARCONI, M; LAKATOS, E. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCUSE, P. *Qué derecho para qué ciudad en Lefebvre?*. Londres: Tribune, 2011.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. São Paulo: HUCITEC, 2003.

MARTINS, G.; THEÓPHILO, C. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MARX, K. O capital. São Paulo: Boitempo, 2014 [1867].

MEDEIROS, L. Entrevista sobre vilas de malocas. Jornal do Dia, Porto Alegre, 13 de fevereiro de 1947.

ONU. Ranking IDH Global 2014. Organização das Nações Unidas, 2021. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>. Acesso em 10 jun. 2021.

PESAVENTO, S. Crime, violência e sociabilidades urbanas : as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX. Estudos ibero-americanos. Porto Alegre. Vol. 30, n. 2 (dez. 2004), p. 27-37.

_____. Lugares Malditos: a cidade do outro no sul brasileiro. in Revista brasileira de história. São Paulo. Vol. 19, n. 37 (1999), p. 195-216.

PICCININI, L. A flexibilidade dos padrões habitacionais e urbanísticos e as formações sócio-espaciais informais. Tese de doutorado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

PORTO ALEGRE. Acto 7. Porto Alegre: RMPA, 1892. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/netahtml/sirel/atos/Ato%207%201892.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Acro 66. Porto Alegre: PMPA, 1909.

_____. Ato 160. Porto Alegre: PMPA, 1909. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?u=/netahtml/sirel/avancada.html&p=1&r=1&f=G&d=ATOS&l=20&n=-DATA&s1=&s2=&s3=&s4=&s5=@data%3E=19860101+%3C=19890101&s6=%C1rea+de+recupera%E7%E3o+urbana>. Acesso em 10 jun. 2021.

_____. Código de Posturas Municipaes. Porto Alegre: PMPA, 1909.

_____. Decreto 220. Porto Alegre: RMPA, 1931. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/decreto/1931/22/220/decreto-n-220-1931-retifica-os-limites-da-zona-urbana-constantas-do-decreto-n-115-de-15-de-dezembro-de-1927>. Acesso em 10 jun. 2021.

_____. Diagnóstico ambiental de Porto Alegre. Porto Alegre: SMAM-PMPA, 1998.

_____. Diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre, RS. Porto Alegre: PMPA-DEM HAB, 1973.

_____. Plano Diretor. Porto Alegre: PMPA, 1959.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Porto Alegre: PMPA, 1979.

_____. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Plano Geral de Melhoramentos. Porto Alegre: PMPA, 1914.

_____. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Porto Alegre: DEM HAB-PMPA, 2009.

_____. Regulamento Geral de Construções. Porto Alegre: PMPA, 1913.

_____. Relatório apresentado pela Câmara Municipal. Arquivo Histórico de Porto Alegre. Porto Alegre: PMPA, 1952.

RIO GRANDE DO SUL. AÇÃO É AJUIZADA PARA BUSCAR SOLUCIONAR PROBLEMAS DE SUPERLOTAÇÃO E DE FACÇÕES DO PRESÍDIO CENTRAL. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2016. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/noticias/43066/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

_____. Mapa de Porto Alegre de 1839 por L. P. Dias. Porto Alegre: Acervo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1839.

_____. Mapa de Porto Alegre de 1888 por João Cândido Jacques. Porto Alegre: Acervo Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1839.

_____. Municípios da RMPA, RMSG e Aglomerações Urbanas. Metroplan: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional. Disponível em: http://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/1242/?Munic%C3%ADpios_da_RMPA%2C_RMSG_e_Aglomera%C3%A7%C3%B5es_Urbanas. Acesso em: 10 jun. 2021.

_____. Relatório: população carcerária - Presídio Central de Porto Alegre. Porto Alegre: SUSEPE - Superintendência de Serviços Penitenciários do RS, 2013. Disponível em: http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1358451878_Pres%C3%ADdio%20Central%20de%20Porto%20Alegre.pdf. Acesso em 10 jun. 2021.

_____. Relatório trimestral: mercado de trabalho do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul-FIPE, 2018. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201807/20100640-relatoriomercadotrabalho-2018-1tri.pdf>. Acesso em 10 jun. 2021.

_____. Shapefile - Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul - IEDE, 2021.

_____. Shapefile - Bacias hidrográficas. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul - IEDE, 2021.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. A pobreza urbana. São Paulo: HUCITEC-UFPE, 1978.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: EDUSP, 1993.

_____. O Espaço Dividido. São Paulo: EDUSP, 1979.

_____. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: HUCITEC-UFPE, 1994.

SARTORI, G. *La Política: lógica y método en las ciencias sociales*. Cidade do México: Fondo de Cultura Economica USA, 1979

SCHAPIRA, M-F. Segregação, fragmentação, secessão: a nova geografia social de Buenos Aires. *in* Novos Estudos, p. 169-182, n. 56, mar. 2000.

SEBRAE. Perfil das cidades gaúchas: Porto Alegre. Porto Alegre: SEBRAE, 2020.

SEDU/PR; NTU. Prioridade para o transporte coletivo urbano: relatório técnico. Brasília: Governo Federal, 2002.

SILBERMANN, D. Conúbio funcional: sistema de teleféricos para Porto Alegre. Trabalho de conclusão de curso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SOUZA, C. Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.

SOUZA, C; MÜLLER, D. Porto Alegre e sua evolução urbana. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

VARA, D. Conheça a história da Casa de Correção, antigo presídio da Capital. Jornal Zero Hora. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2016/07/conheca-a-historia-da-casa-de-correcao-antigo-presidio-da-capital-6280321.html>. Acesso em 10 jun. 2021.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Estúdio Nobel, FAPESP, 2009.

WACQUANT, Loïc. A aberração carcerária à moda francesa. In DADOS – Revista de Ciências Sociais, vol. 47, nº2. Rio de Janeiro, p. 215-232, 2004.

_____. As Prisões da Miséria. Paris: Raisons d'Agir., 1999.

_____. Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEBER, M. Economy and Society: an outline on intepretive sociology. Berkeley: University of California Press, 1978 [1922].

_____. *The city*. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.

WEIMER, G. A Arquitetura. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

WEIMER, R. Análise da constituição racial da população de duas vilas de malocas no início da década de 1950 e início da década de 1960. Texto apresentado no 8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.